

Universidade Católica Portuguesa

SER ENFERMEIRA EM PORTUGAL
DA I REPÚBLICA À INSTAURAÇÃO DO ESTADO NOVO (1910-1933):
Leituras na Imprensa Generalista

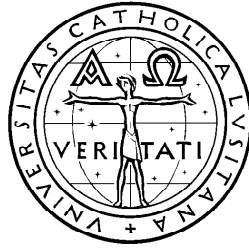
Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Doutor em Enfermagem

por

Ana Maria Barros Pires

Instituto de Ciências da Saúde

Outubro, 2012



Universidade Católica Portuguesa

SER ENFERMEIRA EM PORTUGAL
DA I REPÚBLICA À INSTAURAÇÃO DO ESTADO NOVO (1910-1933):
Leituras na Imprensa Generalista

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Enfermagem

por Ana Maria Barros Pires

sob a orientação da Professora Doutora Lucília Nunes

Instituto de Ciências da Saúde

Outubro, 2012

“Somos a memória que temos

E a responsabilidade que assumimos.

Sem memória não existimos

Sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”.

José Saramago

AGRADECIMENTOS

A realização dum tese de doutoramento é, pela sua natureza, uma caminhada individual. Mas não é uma caminhada solitária. É um percurso pontuado pela solidariedade e apoio de todos aqueles, mais ou menos próximos, com quem contactamos. E agradecer-lhes é reconhecer publicamente a sua importância na construção deste trabalho:

À Universidade Católica Portuguesa, na pessoa da sua Reitora, Professora Doutora Maria da Glória Ferreira Pinto Dias Garcia e ao Instituto de Ciências da Saúde, na pessoa do seu Diretor, Professor Doutor Alexandre Castro Caldas e na pessoa da sua Coordenadora da área científica de enfermagem, Professora Doutora Margarida Vieira;

A Universidade Católica Portuguesa, desde muito cedo, reconheceu a enfermagem como uma disciplina científica o que possibilitou aos enfermeiros trilhar os caminhos da valorização académica;

À Professora Doutora Lucília Nunes pela sua disponibilidade e empenhamento na orientação desta tese. O seu otimismo e inspiração permitiram ultrapassar os momentos em que a incerteza emergiu, fazendo ressurgir a energia e a confiança necessárias para prosseguir o caminho;

Aos amigos, alguns deles colegas de trabalho, pela sua paciência em me ouvir, pelos diálogos estimulantes que tantas vezes clarificaram ideias, pela solidariedade e pelo esforço daqueles que, substituindo-me, permitiram a minha dispensa das atividades letivas, etapa que se revelou decisiva para a realização da tese;

Aos funcionários da Biblioteca Nacional e, em particular, às funcionárias da sala de microfilmes, pela sua amabilidade e competência. Ao longo de cinco meses, num convívio quase diário, tornaram mais fácil o trabalho de pesquisa documental, que teve tanto de penoso como de fascinante;

Aos meus pais a quem, numa fase difícil da sua já longa vida, devolvo a alegria de ter conseguido levar a bom porto este trabalho.

RESUMO

O presente estudo, realizado no âmbito da História de Enfermagem, incide sobre as representações sociais associadas às enfermeiras e à enfermagem. Ao longo do tempo a sociedade tem associado à profissão de enfermagem e à enfermeira representações muitas vezes contraditórias e que persistem no imaginário individual coletivo.

Partindo de interrogações sobre o modo como essas representações se constituíram no passado e como chegaram até nós definimos como objetivo central do nosso estudo desvendar o modo como as representações sociais associadas à enfermeira e à enfermagem se manifestaram no passado. Para responder a este objetivo situámos os limites temporais do estudo entre o estabelecimento da I República em 1910 e 1933 ano em que foi promulgada a Constituição que instituiu, pela força da lei, os princípios definidores do Estado Novo.

A pesquisa desenvolveu-se tendo como eixos orientadores: a identificação do contexto sociopolítico, cultural e sanitário no período em questão; a identificação do dispositivo legal referente à profissão produzido nesse período e a identificação das representações associadas à enfermeira e à enfermagem.

Para responder às questões colocadas recorreremos à imprensa diária generalista, identificando no jornal *Diário de Notícias* as notícias relacionadas com enfermeiras e a enfermagem; aos documentos legislativos e à discussão que suportou a sua produção.

O conjunto de documentos obtidos, notícias, documentos legislativos e atas de debates parlamentares, foram analisados tendo por base os pressupostos conceptuais da análise do discurso e mais especificamente do conceito de repertório interpretativo.

Pudemos, assim, identificar cinco repertórios interpretativos usados para descrever a enfermeira e a enfermagem: a enfermeira doméstica e a enfermagem atividade feminina; a valorização da enfermeira e da enfermagem no contexto das lutas revolucionárias e da I Grande Guerra; a valorização da enfermeira no contexto da sua intervenção; a valorização da enfermagem no contexto da produção legislativa e a valorização da enfermagem no contexto da formação. Identificámos ainda notícias sobre as organizações profissionais.

Relevamos como conclusões que os ideais republicanos trouxeram visibilidade à enfermagem laica. A crença no valor da ciência, da qual a medicina se tornou a disciplina por excelência, arrastou a necessidade de tornar a enfermagem uma profissão valorizada socialmente, com profissionais bem preparados.

Também a I Grande Guerra foi um ponto de viragem na enfermagem portuguesa. É a partir de 1918 que a produção legislativa propõe uma regulamentação da profissão e uma maior exigência na formação.

No período em estudo a enfermagem passou duma profissão exercida por pessoal indiferenciado para uma profissão sancionada pela obtenção dum diploma obtido em escolas reconhecidas legalmente. As enfermeiras passaram de “criadas” a profissionais competentes. A enfermagem foi-se tornando uma profissão feminina e passou a ter uma vertente comunitária, necessária na luta pela melhoria da situação sanitária do país. Evidenciou-se uma consciência de classe configurada na existência de publicações, associações profissionais e sindicatos.

Pensamos com este estudo poder contribuir para a reconfiguração do nosso passado. O resgate da memória dá-nos coesão e sentido de pertença enquanto grupo profissional permitindo estruturar a nossa identidade profissional.

ABSTRACT

The present study, done in the field of the History of Nursing, focus the social representations associated with nurses and nursing. Throughout time society has associated very often contradictory representations of nurses and nursing, which persist in the individual and collective imaginary.

Questioning the way those representations were established in the past and how they came to us, we defined as the main goal of our study to reveal how the social representations, associated with nurses and nursing appeared in the past. To fulfill this goal we set the temporal limits of the study between the beginning of the 1st Republic in 1910 and 1933, the year of the promulgation of the Constitution which established, by the force of the law, the principles which defined the “Estado Novo”.

We developed this research according to the following guidelines: the identification of the sociopolitical, cultural and sanitary context; the identification of the legal diplomas concerning the profession, produced in that period of time and the identification of the representations related to nurses and nursing.

To answer these issues we used: the generalist daily press to identify in the newspaper “Diário de Notícias” the news related with nurses and nursing; the legislative documents and the debates which supported its production.

The study of this body of documents, news, legislative documents and the minutes of the parliamentary debates, was based on the conceptual assumptions of the discourse analysis, and more specifically on the concept of interpretative repertoire.

This way we identified five repertoires used to describe nurses and nursing: the nurse as a maid and nursing as a feminine occupation; the enhancement of nurses and nursing in the context of the revolutionary fights and 1st World War; the enhancement of nurses in the context of their interventions; the enhancement of nursing in the context of legislative body; and the enhancement of nursing in the context of educational training. We also identified news on the professional organizations.

We point out as final conclusions that republican ideals brought to light the laic nursing. The belief in the value of science, of which medicine became a discipline

par excellence, compelled nursing to become a socially valued profession with skilled professionals.

The 1st World War was also a turning point in the Portuguese nursing. It is from 1918 onwards that the legislative production proposes a regulation of the profession and a higher demand for its education.

During the period of time we studied nursing passed from a profession practiced by undifferentiated personnel to a profession sanctioned by obtaining a diploma in legally recognized schools. Nurses passed from “maids” to qualified professionals. Nursing became a feminine profession and gained a communitarian side, needed for the struggle for better sanitary conditions in the country.

A class consciousness became apparent which took form in the existence of professional associations and publications and trade unions.

We believe this work can add to the reconfiguration of our past. The recovery of memory gives us cohesion and a sense of belonging to a professional group enabling us to structure our professional identity.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I	
DA UTOPIA DA I REPUBLICA AO ESTADO NOVO	
Contextualização social, económica e política; a situação da mulher; a situação da enfermagem em Portugal de 1910 a 1930	9
1. A QUEDA DA MONARQUIA	11
2. O REPUBLICANISMO	15
3. A I REPÚBLICA	19
3.1. A “República Forte” (1910 a 1917	20
3.1.1. <i>A Primeira Grande Guerra</i>	23
3.2. A “República Nova” (1917 a 1919)	26
3.3. A “Nova República” (1919 a 1926)	27
3.4. Movimentos Culturais na I República	31
4. DA DITADURA MILITAR AO ESTADO NOVO	35
5. “SAÚDE E FRATERNIDADE”	39
5.1. A Situação de saúde do país no período em estudo	40
6. O UNIVERSO FEMININO NO PERÍODO EM ESTUDO	49
6.1. Vivências da mulher na I República	49
6.1.1. <i>A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas</i>	52
6.2. Da Ditadura ao Estado Novo: de volta ao lar	55
7. A ENFERMAGEM NO PERÍODO EM ESTUDO	59
7.1. Antes da República: Enfermeiras laicas ou religiosas?	59
7.2. As Enfermeiras portuguesas na I Guerra Mundial	66
7.3. A Caminho da Profissionalização	70
7.3.1. <i>A formação em enfermagem</i>	71
7.3.2. <i>As associações profissionais e as publicações</i>	75
7.3.3. <i>Conclusão</i>	77
PARTE II	
DAS OPÇÕES METODOLÓGICAS	79

PARTE III

DO DESCRITIVO DAS FONTES

Do discurso produzido sobre as enfermeiras e a enfermagem no jornal, nos documentos legais e no Parlamento	87
1. A I REPÚBLICA	91
2. DA DITADURA MILITAR AO ESTADO NOVO	151

PARTE IV

AS REPRESENTAÇÕES ASSOCIADAS À ENFERMEIRA E À ENFERMAGEM

Repertórios interpretativos usados para descrever a enfermeira e a enfermagem no período em estudo	179
1. A ENFERMEIRA DOMÉSTICA E A ENFERMAGEM ATIVIDADE FEMININA	181
2. A VALORIZAÇÃO DA ENFERMEIRA E DA ENFERMAGEM NO CONTEXTO DAS LUTAS REVOLUCIONÁRIAS E DA I GRANDE GUERRA	195
3. A VALORIZAÇÃO DA ENFERMEIRA NO CONTEXTO DA SUA INTERVENÇÃO	217
4. A VALORIZAÇÃO DA ENFERMAGEM NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA	233
5. A VALORIZAÇÃO DA ENFERMAGEM NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO – A Escola Profissional de Enfermagem nas páginas do jornal	241
6. AS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS NAS PÁGINAS DO JORNAL	247
CONCLUSÕES	253
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	259

INTRODUÇÃO

As representações que, ao longo do tempo, a sociedade tem associado à profissão de enfermagem e à enfermeira, muitas vezes contraditórias, persistem no imaginário individual e coletivo e, atualmente, pouco têm a ver com evolução verificada tanto no âmbito do exercício profissional (onde se assiste a uma crescente complexidade dos cuidados) como no âmbito do ensino e da academia (onde, progressivamente, se foram atribuindo os graus de licenciado, mestre e doutor).

Da enfermagem tem-se a ideia duma profissão necessária, de ajuda aos que sofrem, mas também subserviente e com pouco reconhecimento social; das enfermeiras se diz serem compassivas, dedicadas, mas também insensíveis. Estas imagens inscrevem-se na memória dum passado mais ou menos longínquo e poderão ter uma justificação histórica, social e cultural. Passado menos longínquo se tomarmos como referência o século XIX, altura em que podemos começar a falar em profissão de enfermagem de uma forma organizada; mais longínquo se pensarmos que as atividades de prestação de cuidados ao Outro são tão antigas como o Homem. Imagens que, inscritas no passado, continuam a influenciar o presente.

Como se constituíram estas representações sociais? Como chegaram até nós na forma de um imaginário individual e coletivo que influencia e distorce a nossa relação com a realidade? Definimos então como objetivo principal do estudo desvendar o modo como as representações sociais associadas à enfermeira e à enfermagem se manifestaram no passado. Ao fazê-lo procuraremos recriar o percurso da nossa identidade profissional e compreender como, enquanto grupo social, produzimos, consumimos, divulgamos e assumimos imagens que definem essa própria identidade. A questão, colocada desta forma, encaminha-nos para a História.

O interesse pela História radica-se na questão primordial de saber quem somos e de onde viemos, o que nos remete para a memória. Sem memória não existimos porque também não nos podemos lembrar do que aconteceu. Assim é preciso preservar o acontecido e, pela narrativa, dar-lhe um sentido (Nunes, 2009).

A História não é uma mera curiosidade sobre o passado nem uma passiva ordenação cronológica de eventos. “*É a ciência dos homens no tempo*” (Bloch, 1997, p. 89), um esforço para melhor conhecer os fenómenos que, no tempo,

encontram a sua inteligibilidade. Ciência dos homens, não do homem, porque é no encontro dos homens que se tecem os fenómenos históricos. E é no cruzamento entre a duração e o momento humano, onde Bloch (1997) inscreve a ideia de tomada de consciência, que se tece a compreensão histórica: a compreensão do modo como a realidade social enquanto estrutura multidimensional articula cada dimensão (a política e a social, a económica e a cultural) de modo a fabricar o movimento de toda uma sociedade: “*história das estruturas e não de simples acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações e não história estática, história-quadro. História explicativa e não história puramente narrativa, descritiva ou dogmática. História total enfim...*”(Le Goff, 1978, p. 266). A História já não é só a celebração dos grandes homens ou acontecimentos. Tudo tem uma dimensão histórica na medida em que permite compreender o presente. E é da observação do presente, das questões que ele me sugere que procuramos, no passado, encontrar a compreensão que dá sentido ao Ser no presente; que permite ser ator e, por consequência, ativo na construção desse mesmo presente, delineando os caminhos do futuro.

Os estudos de natureza histórica não são ainda frequentes no nosso país apesar de se verificar um interesse cada vez maior por esta área de investigação. De acordo com uma tipologia definida por Nunes (2010) podemos identificar estudos já publicados que dizem respeito às instituições de ensino; a setores de atividade e o que podemos considerar como perspetivas gerais. Assim, relativos às instituições de ensino, destacamos os trabalhos de Regina Teixeira de Sousa – *60 anos ao serviço da formação em Enfermagem, subsídios para História da Escola Superior de Enfermagem da Imaculada Conceição* (1995); Beatriz de Mello Corrêa – *Imagens e memórias da Escola Técnica de Enfermeiras. 1944-1988* (2001); *Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto. Histórias e memórias da ESenfCP* (obra coletiva, 2003); *Escola Superior de Enfermagem de Viseu – Tinta anos de história. 1974-2004* (obra coletiva, 2004); Maria da Conceição Abrunhosa *et al* – *Escola Superior de Enfermagem de S. João. Recordando o passado, vivenciando o presente, perspetivando o futuro* (2005). Os trabalhos de Marinha Carneiro – *Ajudar a nascer, parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação. (séculos XV a XX)* (2008) e de Maria Helena Racha da Silva – *Dos postos de proteção à infância aos dispensários materno-infantis* (2008) estudam, respetivamente, a área da saúde materna e obstétrica e de saúde infantil. Também Marília Viterbo de Freitas apresenta um estudo sobre o modo como evoluiu a

aprendizagem e intervenção das parteiras no seu trabalho *Comadres e Matronas: Contributo para a História das parteiras em Portugal (Séculos XIII – XIX)* (2011).

Referimos ainda os estudos de Maria Isabel Soares – *Da blusa de brim à touca branca* (1997) que traça a história do ensino de enfermagem em Portugal de 1880 a 1950; de Lucília Nunes – *Um olhar sobre o ombro: enfermagem em Portugal (1881-1998)* (2003) onde a autora identifica o conceito de Ser Humano na história de enfermagem em Portugal abrangendo um período de 1881 a 1954 e descreve e analisa eventos mais recentes que determinaram a evolução da profissão, e de José Amendoeira – *Uma biografia partilhada da enfermagem. A segunda metade do século XX* (2006) que analisa o desenvolvimento da enfermagem nas dimensões construção social do curriculum e processo de profissionalização. Ana Isabel Silva, centrando-se na análise da evolução histórica da Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca em Coimbra, percorre o processo de profissionalização da enfermagem em Portugal desde o fim do século XIX até ao fim do século XX, fazendo referências à situação francesa e inglesa no seu trabalho “*A arte de enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*” (2008). Helena Ferreira da Silva no seu trabalho “*Do curandeiro ao diplomado – história da profissão de enfermagem em Portugal (1886-1995)*” (2010) descreve o percurso da profissionalização dos cuidados de enfermagem em Portugal, comparando esse percurso com o ocorrido em França e Grã-Bretanha. Integramos ainda neste conjunto o trabalho de Marília Viterbo de Freitas - *Vidas de Enfermeiras* (2012), onde a autora traça a biografia de vinte e cinco enfermeiras portuguesas que exerceram a sua atividade tanto na área da prestação direta de cuidados como nas áreas da docência, gestão e investigação.

Ao propor-nos estudar as representações sociais associadas à enfermeira e à enfermagem importa que nos debrucemos sobre esse conceito. Como se constituem as representações sociais? Como permanecem e integram a chamada memória coletiva?

Os indivíduos não existem num vazio. Vão-se constituindo na sua relação com a sociedade, nas experiências pelas quais elaboram a sua forma de ver e de se situar no mundo. Os indivíduos existem num contexto de comunicação e é neste contexto que surgem as representações sociais. Sociais porque partilhadas mas, também porque são produto das interações e dos fenómenos de comunicação no seio dum grupo. Num mundo que partilhamos com os outros, as representações são-nos evidentes quotidianamente, circulam no discurso, são transportadas pelas

palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, orientam a nossa relação com o mundo e com os outros, organizam o comportamento e a comunicação na sociedade (Jodelet, 1989). Intervêm em processos como a difusão e a assimilação do conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupar, as ações de resistência e de mudança social (Cabecinhas, 2004). O conceito é desenvolvido por Moscovici (1961) e representa *“uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo um objetivo prático que concorre para a construção duma realidade comum a um grupo social”* (Jodelet, 1989, p. 36). É um ato de pensamento pelo qual um sujeito se refere a um objeto e, de acordo com Howarth, podem ser usadas para defender e sustentar uma construção particular da realidade (2006). A mesma autora, citando Moscovici, afirma que as representações sociais *“impõem-se-nos com uma força irresistível. Esta força é a combinação duma estrutura que nos é presente mesmo antes de começarmos a pensar e da tradição que decreta o que devemos pensar”* (Howarth, 2006, p. 79). Deste modo a compreensão do conteúdo de uma representação exige a sua integração na dinâmica social onde tal representação se desenvolve e a sua articulação com as configurações culturais dominantes e com o contexto histórico (Cabecinhas, 2004).

As representações tomam forma por um processo de interação que permite que pensamentos e sentimentos individuais se tornem algo social; moldam o que se designa, de uma maneira vaga, como consciência social, consciência dum período, duma classe ou nação como um todo (Moscovici, 1988). Enquanto sistemas de interpretação regulam a nossa relação com o mundo e os outros orientando e organizando os comportamentos e formas de comunicação sociais; enquanto fenómenos cognitivos determinam o compromisso social dos indivíduos através de aspetos afetivos, normativos, a interiorização de experiências, práticas, modelos de conduta e de pensamento socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social (Jodelet, 1989). Moscovici sublinha o papel da comunicação social no desenvolvimento das representações sociais, sendo condição de possibilidade e determinação das representações e pensamento sociais. As representações são partilhadas por sucessivas gerações de indivíduos *“fazendo parte da memória coletiva e tornando-se, pela educação, algo estável inculcado na vida do grupo”* (Moscovici, 1988, p. 218). Deste modo as representações sociais têm um efeito construtivo na medida em que o mundo é construído por e em função dessas mesmas representações.

Na formação das representações sociais devemos considerar processos sócio-cognitivos e fatores sociais (Vala, 1993). Os processos sócio-cognitivos dizem respeito à objetivação e à ancoragem. Na objetivação organizam-se os elementos constitutivos da representação, primeiro selecionando e descontextualizando informações, ideias acerca do objeto representado, depois organizando os elementos que são retidos numa nova estrutura e, por fim, tornando essa estrutura, realidade. Este processo permite-nos compreender como, no senso comum, as palavras e conceitos são transformados em coisas. A ancoragem refere-se ao facto de todo o tratamento da informação exigir pontos de referência, ou seja, experiências ou pensamentos anteriores e, também de permitir atribuir sentido a acontecimentos, pessoas ou grupos. Assim as representações sociais constituem-se como um código de interpretação para o não familiar, permitindo classificar, explicar e avaliar pessoas e acontecimentos.

Inerente a qualquer estudo histórico é a necessidade de estabelecer limites temporais que se revelem dotados de coerência interna e permitam enquadrar a pesquisa e reflexão. Se a história estuda a ação dos homens no tempo (Mattoso, 2012) este não é apenas uma medida. É antes o que define a inteligibilidade dos acontecimentos que têm a sua existência num tempo e num espaço concretos, com determinantes e consequências concretas, que não se repetem nem podem ser repetidas. Por outro lado é a distância temporal que permite compreender a ocorrência dum acontecimento pelo conhecimento que temos *à posteriori* das suas consequências (Bonifácio, 1999).

Colocámos então os limites temporais do nosso estudo entre o estabelecimento da I República em 1910 e 1933 ano em que foi promulgada uma nova Constituição que proclamou Portugal uma “República unitária e corporativa” instituindo, pela força da lei, os princípios definidores do Estado Novo. A escolha destes limites temporais prende-se com o facto de marcarem ruturas ideológicas: a I República, sendo uma referência no século XX português encerrou um período de setecentos anos de monarquia na nossa história; a promulgação da Constituição de 1933 confirmou a emergência dum regime autoritário, corporativo e antiparlamentar.

Para desenvolver a pesquisa delineámos três eixos orientadores que permitiram compreender mais profundamente as inter-relações dos aspetos em estudo. O primeiro refere-se à identificação do contexto sociopolítico, cultural e sanitário no período em questão. Os factos não existem em si mesmo. Só fazem sentido na sua relação com uma diversidade de fatores que determinam a

complexidade da ação humana. Assim colocámos as seguintes questões: o que caracteriza o ambiente cultural, social e político no período em questão? Quais os problemas de saúde que se colocam à população do país? Quais as ideias sobre a mulher e o seu papel na sociedade? Qual a influência reconhecida da imprensa escrita na sociedade da época?

O segundo diz respeito à identificação do dispositivo legal referente à profissão produzido nesse período. Os diplomas legais refletem as necessidades da sociedade, os seus problemas mas também a ideologia que norteia a ação dos políticos na sua relação com a sociedade. Assim: quais as características associadas à enfermeira e à profissão presentes nos preâmbulos e nos textos dos documentos legislativos? Qual a fundamentação apresentada para a publicação legislativa?

O terceiro eixo refere-se à identificação das representações associadas à enfermeira e à enfermagem. Surgiram então as questões: qual a situação da profissão no período em estudo? Que imagens foram difundidas sobre as enfermeiras e a profissão nos principais jornais da época em questão? Haverá continuidade ou, pelo contrário mudanças, nas imagens associadas à enfermeira e à enfermagem, que possam ser relacionadas com o contexto cultural social e político do período em estudo?

Para responder às questões colocadas recorreremos à imprensa diária generalista, identificando, no *Diário de Notícias*, as notícias relacionadas com enfermeiras e a enfermagem. Recorreremos também aos documentos legislativos e à discussão que suportou a sua produção usando como fonte os diários das sessões da Câmara dos Deputados e do Senado no Parlamento.

De acordo com Tengarrinha (1989) a imprensa é um dos meios mais importantes de “*conhecer as formas de sensibilidade, dos gostos dominantes, da atividade mental de certas camadas sociais e em determinadas épocas*” (p.18) uma vez que ela é o reflexo direto do que ocorre na vida de um país. Mesmo com uma elevada taxa de analfabetismo os periódicos tiveram uma grande circulação no nosso país, “*sendo frequente a sua leitura em voz alta em pequenas vilas e aldeias perante assistências heterogéneas do povo analfabeto, que ouvia e comentava*” (Oliveira Marques, 1991, p. 600). Tengarrinha (1989) refere-se ao *Diário de Notícias* como um dos principais periódicos publicados no país, pelo seu âmbito geográfico, pela sua periodicidade e pelo público abrangido, razões pelas quais o escolhemos como fonte primária principal para a colheita de dados.

Constituído um conjunto de documentos composto por notícias, atas de debates parlamentares e documentos legislativos, a sua análise foi realizada tendo por base os pressupostos conceptuais da análise do discurso e mais especificamente recorrendo ao conceito de repertório interpretativo.

O relatório que agora apresentamos está organizado em quatro partes que pretendem mostrar o percurso de investigação desenvolvido. Na Parte I – *Da utopia da I República ao Estado Novo* - realizámos a contextualização social, económica e política do país entre 1910 e 1933. Decorrendo das questões colocadas abordámos também a situação da mulher e da enfermagem nesse período. Na Parte II – *Das opções metodológicas* – apresentamos os conceitos e regras teórico-metodológicas que sustentaram a análise realizada. A Parte III – *Do descritivo das fontes* – é dedicada à descrição dos textos encontrados, ano após ano, enquadrando as situações narradas com as circunstâncias políticas e sociais que as rodearam. Na Parte IV – *“As representações associadas à enfermeira e à enfermagem”* – são identificados os repertórios interpretativos usados para descrever a enfermeira e a enfermagem no período em estudo. Nas *Conclusões* apresentamos a sistematização das respostas encontradas e identificamos algumas perspetivas de investigação futuras levantadas no decorrer da construção deste trabalho.

Com a realização de uma investigação na área da História de Enfermagem, esperamos contribuir para consolidar o conhecimento sobre o passado da profissão: ao identificar e compreender como se constituíram as representações associadas à enfermeira e à enfermagem no passado procuramos contributos para clarificar questões identitárias, num presente em que o contexto profissional se apresenta conturbado. A compreensão do passado poderá ajudar-nos a caracterizar a nossa identidade profissional, fazendo emergir os fatores estruturantes dessa mesma identidade num período definido de tempo. A recordação do passado alimenta a nossa memória, sustenta a nossa identidade profissional, e permite-nos traçar o que queremos para o nosso futuro.

A História é um caminho que parte sempre duma curiosidade. Mas esta não é uma curiosidade gratuita. As respostas às perguntas “*o que aconteceu?*” e “*porque aconteceu?*” permitem compreender a construção e transformação das sociedades ao longo do tempo (Bonifácio, 1999). A História é a expressão da continuidade e permanência dos grupos humanos, daquilo que os torna distintivos face a outros, do modo como o Homem foi construindo o seu viver em sociedade.

DA UTOPIA DA I REPÚBLICA AO ESTADO NOVO

Contextualização social, económica e política; a situação da mulher; a situação da enfermagem, em Portugal de 1910 a 1933

“Tal como a memória individual também a memória colectiva possui uma estrutura narrativa: somos o que fizemos e nos aconteceu.”

Maria de Fátima Bonifácio (1999, p. 9)

O período designado habitualmente por I República situa-se entre as datas de 5 de Outubro de 1910 e 28 de maio de 1926 sendo os eventos políticos que definem essa delimitação (Oliveira Marques, 1991). Mas a I República não foi um período homogéneo, bem pelo contrário: nele se sucederam várias experiências políticas que se começam a desenhar nos primeiros anos do século XX e terminam com a definição de Estado Novo e a adoção definitiva de um Estado autoritário por volta de 1930 (Oliveira Marques, 1991). Longe de ser um movimento sem uma base social de apoio dirigido por “grupos de conspiradores mais ou menos lunáticos e doentios” (Rosas, 2009, p. 19), os ideais republicanos desenvolveram-se no nosso país na transição do século XIX para o século XX, não só como a expressão ideológica das camadas sociais urbanas tradicionalmente sem voz na política, como também das elites políticas cada vez mais descontentes com a instabilidade e a incapacidade governativa de sucessivos governos e o desprestígio crescente do rei e da família real.

1. A QUEDA DA MONARQUIA

“É negra a terra, é negra a noite, é negro o luar. Na escuridão, ouvi! há sombras a falar (...)”

Guerra Junqueiro (1967)

Em vésperas da implantação da República o país vivia uma crise generalizada: crise política potenciada pelo *Ultimatum* britânico; crise económica e financeira resultante do esgotamento do modelo de desenvolvimento económico da Regeneração; mal-estar social retratado nas ideias de decadência e desencanto que autores como Eça de Queirós, Guerra Junqueiro e António Nobre por exemplo, manifestaram nas suas obras (Rollo, 2009).

O *Ultimatum* (1890) surgiu aos olhos da opinião pública como uma profunda humilhação nacional, resultado da incapacidade governativa. A cedência do governo à exigência apresentada pelo governo britânico de abandonar a reivindicação da soberania portuguesa sobre os territórios africanos que ligavam Angola a Moçambique¹ originou uma onda de patriotismo, que uniu os portugueses em torno duma consciência nacional e se voltou contra o regime monárquico e os partidos que se tinham sucedido no poder desde os anos 70 do século XIX (Mónica, 1987).

Segundo Ramos foram os escritores e a imprensa popular quem melhor formulou a ideia de Nação e fez a sua propaganda (1994, p. 39). Na segunda metade do século XIX a imprensa e a literatura surgem e são utilizadas como elementos organizadores da sociedade. A classe dos letrados vê-se a si própria como “*profetas incumbidos da missão de guiar o povo para um novo mundo*” (Ramos, 1994, p. 43). Este novo mundo era a República e a imprensa cada vez mais uma referência quotidiana, o espaço público em que a sociedade e o Estado existiam, onde as ideias circulavam, os autores se manifestavam, onde a opinião

¹ Esta pretensão ficou conhecida como “mapa cor-de-rosa” pela forma como era representada nos mapas como um território assinalado a cor-de-rosa e colidiu com o projeto promovido por Cecil Rhodes, de uma ferrovia que atravessaria o continente, ligando o Cairo à Cidade do Cabo.

pública se estabelecia. A imprensa foi o instrumento do debate público das ideias. Mesmo com uma elevada taxa de analfabetismo os periódicos tinham uma grande circulação no nosso país “*sendo frequente a sua leitura em voz alta em pequenas vilas e aldeias perante assistências heterogêneas do povo analfabeto, que ouvia e comentava*” (Oliveira Marques, 1991, p. 600). Mas é no espaço urbano que existem os grêmios literários e artísticos, os cafés, os teatros, as tertúlias, os comícios, ou seja os espaços em que se formava e circulava a opinião pública (Sardica, 2011). É de salientar que todos os chefes republicanos eram proprietários ou diretores de jornais (Ramos, 1994). A imprensa era a “democracia”: não só vulgarizava informação até aí reservada (tratados diplomáticos, mapas...), como produzia noticiários com o que acontecia ao povo (incêndios, óbitos, suicídios...).

Aliada à crise política, a crise económica e financeira demonstrava o esgotamento do modelo de desenvolvimento económico impulsionado por Fontes Pereira de Melo. A Regeneração² propunha-se fazer crescer e modernizar o país dotando-o de infraestruturas que o aproximassem da Europa e integrassem na economia internacional: modernizaram-se os transportes lançando uma rede ferroviária; iniciou-se a construção do porto artificial de Leixões (que só se concluiria em 1929) e um plano de desenvolvimento do porto de Lisboa; apostou-se nas comunicações à distância expandindo o telégrafo e iniciando a instalação das primeiras redes telefónicas públicas em Lisboa e Porto.

Mas a construção das grandes infraestruturas foi feita com recurso à dívida pública o que teve por consequência uma difícil situação financeira que quase configurava a bancarrota.

Se o período da Regeneração permitiu o desenvolvimento industrial³, ainda que modesto, o país mantinha-se essencialmente agrícola e o seu interior afastado do progresso: no final do século XIX Portugal é um país pobre, rural (cerca de 84% da população vive no campo) e analfabeto (cerca de 78% da população não sabe ler nem escrever), com um crescimento demográfico moderado e uma cada vez mais significativa emigração sobretudo para o Brasil (Rollo, 2009). E é um país profundamente desigual: dum lado uma elite que aspira viver pelos padrões europeus⁴, do outro uma imensa maioria com uma vida dura, de extrema pobreza,

² A Regeneração, iniciada em 1851, abriu um período caracterizado por um processo de desenvolvimento económico e social que se consubstancializou no lançamento de infraestruturas, atenuação das assimetrias regionais e pela integração europeia do país (Sousa, 1990).

³ Criaram-se, neste período, fábricas modernas de fiação e tecelagem de algodão em Lisboa e Porto, fábricas de conservas de peixe em Setúbal e na costa algarvia e de transformação de cortiça na margem sul do Tejo.

⁴ O primeiro automóvel chegou a Portugal em 1893 e em 1896 o cineasta Aurélio da Paz dos Reis exibiu as suas “fotografias animadas” no Porto e em Braga.

com salários que pouco mais permitiam do que comprar pão e batatas (Mónica, 1987). Segundo dados do Anuário Estatístico (1886) “em 1885, quase metade dos mancebos presentes à inspecção militar foram dados como incapazes por falta de altura, de peso ou de saúde” (Ramos, 1994, p. 29). É também um país desigual geograficamente: o êxodo rural leva uma enorme massa de gente para as cidades (e cidades são, nesta altura, Lisboa e Porto) à procura de melhores condições de vida, e que constitui o grupo dos “espoliados”: operários, artesãos, trabalhadores à jorna ou simplesmente vadios e mendigos (Sardica, 2011). Nesta conjuntura o Partido Republicano Português, fundado em 1876, surge como um movimento de ideias, centrado na crítica política da Monarquia apresentada como um regime decadente, distanciado das aspirações populares, incapaz de defender o país da dependência externa e de eliminar o atraso que nos separava dos restantes países europeus.

O movimento republicano vai alimentar o tema do nacionalismo a partir da ideia de que o Estado deve, na sua ação, privilegiar os interesses da comunidade nacional e colocando como objetivos: a modernização económica e social, a libertação da tutela estrangeira, o alargamento do sistema escolar, a universalização do sufrágio, a descentralização administrativa e o combate à influência da Igreja na sociedade como formas de democratização da política interna (Serra, 2009, p. 44).

O Partido Republicano torna-se a expressão do descontentamento tanto do povo como das elites face a um sistema político instável e a uma situação social cada vez mais grave. O movimento antimonárquico cresce com a chamada ao Governo, por iniciativa do Rei, de João Franco (maio de 1906) e com o seu governo em ditadura a partir de abril de 1907. A contestação a esta situação originou uma forte repressão popular, necessária de acordo com o governo, para defesa das instituições monárquicas (Serra, 2009). A tensão política culminaria com o assassinato do Rei e do príncipe herdeiro a 1 de fevereiro de 1908.

Até à proclamação da República D. Manuel II não conseguiu a “acalmação” que pedira aos partidos políticos quando subiu ao trono. Em dois anos o país conheceu seis governos e o derrube da monarquia pela via revolucionária surgia, cada vez mais, como a solução para o país.

A implantação da República em 5 de Outubro de 1910 trouxe ao país uma nova forma de governo enquadrada num ideário de esperança no progresso, numa sociedade mais justa e democrática, baseada na igualdade perante a lei, na

educação e dignificação do trabalho. Os portugueses deixaram de ser súbditos.
Passaram a ser cidadãos!

2. O REPUBLICANISMO

“Eu, meu senhor, não sei o que é a república, mas não pode deixar de ser uma cousa santa.”⁵

Os ideais republicanos marcam a segunda metade do século XIX em Portugal. Antes da constituição do Partido Republicano Português (PRP), o republicanismo surgiu como um ideário global de matriz social e espiritual, que pretendia ser uma alternativa ao regime vigente construindo uma nova Ordem, uma sociedade baseada na justiça, no progresso e na ciência. O *corpus* ideológico do republicanismo floresceu num momento em que as questões sociais emergem e o regime monárquico era visto como decadente, incapaz de regenerar o país e o guiar no caminho do progresso.

Sofrendo a influência das ideias iluministas⁶ e positivistas⁷ o republicanismo apresentava-se como uma visão do mundo assente numa explicação geral da natureza e da sociedade onde os interesses específicos dos grupos sociais se diluíam no interesse geral. A crença da perfeitibilidade do homem conseguida através da educação e inoculação dos princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, justificaria a crença ilimitada no progresso que conduziria a humanidade a uma forma de governo universal e à pacífica convivência entre os povos. Deste modo a queda da monarquia seria um imperativo para a construção duma nova ordem social que reergueria a Pátria caída em decadência por sua responsabilidade.

⁵ Depoimento, em tribunal, de um soldado implicado na revolta de 31 de janeiro de 1891 (exposição “A I República” apresentada na Biblioteca Municipal de Oeiras).

⁶ Segundo Francisco Soares Gomes e Pedro Calafate o Iluminismo foi uma corrente filosófica que teve o seu predomínio no século XVIII, na Europa ocidental e se define pela autonomia da razão considerada como o instrumento capaz de libertar os homens da ignorância e obscurantismo; recusa da autoridade tradicional (poder divino dos reis) e crença na possibilidade duma ciência universal – “Enciclopédia Logos”.

⁷ Alexandre Morujão apresenta o positivismo, enquanto corrente filosófica como tendo a sua origem no século XIX, em França e a sua formulação na obra de A. Comte. Comte define o desenvolvimento das ciências a partir de três estados (teológico, metafísico e científico). No último estado os fenómenos são explicados pela investigação das suas leis efetivas, as suas relações constantes de sucessão e semelhança levando à crença da eficácia da ciência e às noções de progresso e evolução – “Enciclopédia Logos”.

Os republicanos procuraram no passado a justificação da missão social que se atribuíam. O tempo, encarado como uma sucessão linear e cumulativa de momentos históricos, demonstrava o caminho percorrido como uma fase preparatória da humanidade até à República, fim do sentido universal da história (Catroga, 2010). Teófilo Braga apresenta o percurso da história de Portugal (desde a Idade Média até ao século XIX) como o resultado da vontade coletiva do “povo português” e não da ação dos reis ou de grandes homens, demonstrando que o republicanismo era a vocação natural da Nação. Esta leitura da história pretendia mostrar que a Monarquia tinha sido incapaz de gerar o progresso e a felicidade do povo, sendo os republicanos os únicos capazes de combater o despotismo e o obscurantismo.

A mundividência republicana assentava na ciência. Esta era o critério último da verdade e o modelo de sociedade que a República propunha fundamentava-se no conhecimento científico por oposição a um saber de origem teológica ou metafísica: a República era simultaneamente um objeto da ciência (porque passível de demonstração) e um produto da própria ciência (porque seria estabelecida de acordo com as regras das ciências naturais e sociais) (Catroga, 2010). Neste sentido compreende-se que a contestação política e a luta pelo progresso tivessem como alvo aquele que era o suporte ideológico das forças mais conservadoras: o clericalismo. A ligação entre a Igreja, a Monarquia e as classes possidentes, a influência do catolicismo na sociedade através da sua presença nas áreas do ensino e assistência impediam o desenvolvimento duma mentalidade mais crítica e racionalista. Para os republicanos Deus era uma questão do foro privado e os princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade ou Solidariedade só eram possíveis pela liberdade de pensamento e expressão, em conjunto com uma ação educativa baseada na ciência. Esta foi uma das principais estratégias do republicanismo: a formação de uma opinião pública que refletisse os valores da modernidade. Esta opinião pública só poderia ser sustentada por cidadãos instruídos e, só estes poderiam fazer bom uso dos direitos fundamentais. Para o republicanismo a democracia só existia com a educação e instrução do povo. Daí a importância que a República deu à educação e ao ensino, principalmente o primário (Catroga, 2010).

Apesar de haver esforços anteriores para diminuir o analfabetismo pelo alargamento da rede do ensino primário e pela sua obrigatoriedade e gratuidade⁸,

⁸ O Marquês de Pombal criou, em 1772, as escolas primárias públicas; a Carta Constitucional garantia a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos; a reforma de Passos Manuel, em 1836,

o facto é que o país permanecia com um fraco índice de alfabetização, pelo que se compreende que um dos principais lemas da República fosse o ensino e, sobretudo, o primário. O ensino deveria ser obrigatório, gratuito e laico, e só assim estariam garantidas as condições que permitiriam a assunção plena da cidadania. A par da instrução, a escola seria o local de formação do cidadão onde, através do exemplo de conduta do professor, se interiorizariam ideais como o patriotismo, o dever, a solidariedade, a responsabilidade. A escola devia educar: formar mentalidades, criar vontades. Este aperfeiçoamento moral seria indissociável do aperfeiçoamento do corpo. O homem republicano deveria conservar e melhorar a sua saúde, sendo um cidadão vigoroso e enérgico, dedicado ao trabalho e ao estudo, com um forte sentimento patriótico. O culto pela Pátria foi, aliás, uma das linhas de força da educação republicana. Ao sublinhar os grandes feitos do passado procurava-se devolver ao país um sentimento de orgulho que o regime monárquico tinha destruído.

Compreendendo a importância de estimular a emergência de sentimentos cívicos e patrióticos no coletivo para que o ideário republicano se transformasse em poder político, os republicanos souberam usar o espaço público como local de participação e transmissão de mensagens políticas (realizando comícios e cortejos cívicos por exemplo), e deram grande importância às festas cívicas. É neste sentido que se inserem as comemorações do Centenário de Camões (em 1880); o culto da bandeira com a institucionalização da Festa da Bandeira a 1 de dezembro; a Festa da Árvore que, organizada a nível escolar, se revestia de particular simbolismo: tal como a árvore se renova e regenera, também a república se apresentava como a regeneradora da pátria decadente (Catroga, 2010). A festa extravasava o contexto escolar uma vez que os cortejos que se realizavam pelas ruas das localidades até ao local de plantação das árvores ofereciam um espetáculo cívico, no espaço público. Os republicanos compreenderam também a importância da adoção de uma simbologia capaz de agregar as pessoas em torno da ideia de Pátria. Assim teve particular expressão a adoção de “A Portuguesa”, hino nascido na crise do *Ultimatum*, como hino nacional; a extinção dos feriados religiosos e a laicização de alguns como o 25 de dezembro (consagrado à família); a criação de novos feriados consagrando os ideais republicanos, como o 1 de janeiro (fraternidade universal), o 31 de janeiro (precursores e mártires da República), o 1 de dezembro (autonomia da pátria).

apelava aos pais para aderirem ao princípio da obrigatoriedade, princípio este que ficou consignado em lei (1844) desde os sete aos quinze anos (Catroga, 2010).

O republicanismo foi um projeto que procurou romper com as ideias políticas e culturais existentes. Crente na perfeitibilidade humana e no progresso considerou a Escola como o local de formação do homem, cidadão interveniente, patriota e solidário. Procurou mobilizar o povo para uma prática que fizesse ressurgir a Pátria decadente, terminando com a descrença que dominava a sociedade portuguesa. O republicanismo foi uma utopia. E como em todas as utopias, uma vez no poder, o que se faz ou o que as circunstâncias permitem fazer, fica sempre aquém do que se sonhou...

3. A I REPÚBLICA

*“R.I.P. finou-se a monarquia. Viva a República.
Agora esperamos pelos breves progressos da nova
civilização”⁹*

A República emergiu como um fenómeno urbano, essencialmente da classe média, pequenos funcionários, comerciantes, profissões liberais (Samara, 2009). Não sendo um fenómeno maioritário soube congregar expectativas de várias tendências políticas e mobilizar as massas. Foi um regime excepcional numa Europa maioritariamente monárquica e conservadora, vanguardista na contestação e subversão que propunha.

Mas a República não foi a aurora progressista que os seus apologistas e apoiantes anunciaram: ao longo de 16 anos Portugal viveu uma constante instabilidade governativa (foram constituídos 45 governos), em especial no período do pós-guerra (Pinto, 2004). Os governos sucederam-se sem nunca conseguirem concretizar a nova sociedade prometida. A instabilidade governativa correspondia a divisões partidárias e à dificuldade em estabelecer alianças partidárias consistentes. Apesar da instabilidade, algumas áreas houve em que as medidas tomadas tiveram impacto (sobretudo na educação), introduzindo mudanças na sociedade portuguesa.

Nesses 16 anos, marcados profundamente pela I Guerra Mundial, podemos identificar três fases marcadas pelas suas características políticas e sociais: de 1910 a 1917, de 1917 a 1919 e de 1919 a 1926 (Oliveira Marques, 1991).

⁹ Carta de um anónimo a relatar os acontecimentos de 5 de Outubro (exposição “Eu fui testemunha” apresentada na Câmara Municipal de Lisboa).

3.1. A “República Forte”¹⁰ (1910 a 1917)

Emergindo num país maioritariamente rural e tradicional, com uma base de apoio urbana e essencialmente na capital, o regime republicano iniciou a sua vigência de uma forma pouco contemporizadora de modo a garantir a ordem recém-estabelecida e a conseguir o reconhecimento dos países estrangeiros. As primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório, chefiado por Teófilo Braga, pretenderam erradicar de forma definitiva todos os símbolos da Monarquia. Assim foram abolidos o Conselho de Estado e a Câmara dos Pares, demitidos os funcionários das casas reais, abolidos os títulos nobiliárquicos e os direitos de nobreza e declarada a proscricção *ad aeternum* da família de Bragança. Adotou-se uma nova bandeira (verde e encarnada), um novo hino nacional (A Portuguesa) e uma nova moeda (o escudo). Eliminou-se o que restava ainda das medidas legislativas de João Franco: foi dada amnistia aos crimes políticos, revogadas as leis de exceção, criada a Guarda Nacional Republicana (em substituição das Guardas Municipais de Lisboa e Porto) e a Polícia Cívica de Lisboa, e revogada a Lei da Imprensa que foi substituída por uma nova lei (Serra, 2009).

As expectativas de mudança que o novo regime criou eram demasiado altas pelo que as medidas tomadas pelo Governo pareceram, aos olhos das bases republicanas e da maioria da população, pouco ambiciosas. O objetivo do Governo era criar uma República ordeira e respeitável o que, se estava de acordo com os propósitos de muitos dirigentes republicanos, não agradava a muitos outros que tinham esperado fazer-se uma revolução (Oliveira Marques, 1991). Em particular, na área laboral as relações entre o operariado e o Governo revelaram-se tensas. Este não conseguia responder a todas as exigências dos diferentes grupos profissionais que exigiam, na rua e pela greve,¹¹ os seus direitos. A lei da greve foi muito criticada pelos dirigentes sindicais que questionavam a proibição dos piquetes e a exigência de pré-aviso uma semana antes.

Outra área de grande tensão foi o da laicização do Estado. Sendo um dos temas principais da propaganda republicana, o modo como o Governo lidou com a questão radicalizou as atitudes contra o clero e a Igreja. O conjunto legislativo produzido criava uma rutura com o passado e dispensava qualquer legitimação de

¹⁰ Esta designação foi usada por Afonso Costa (Oliveira Marques, 1991).

¹¹ Entre 5 de Outubro e o fim do ano de 1910 contaram-se cerca de seis dezenas de greves no país (Serra, 2009).

caráter religioso. A hostilidade contra os religiosos chegou à violência física e as medidas legislativas tomadas acentuaram essa hostilidade criando algum descontentamento nos setores mais moderados dos republicanos que as consideravam ofensivas do sentimento religioso da maioria do povo português. Foi de imediato decretada a expulsão dos jesuítas e o encerramento dos conventos; foi extinto o ensino religioso nas escolas e o juramento religioso nos atos civis; aos sacerdotes foi proibido o uso das vestes talares em público; foi promulgada a Lei do Registo Civil; foi, por fim, decretada a separação do Estado e das Igrejas o que levou ao corte de relações diplomáticas entre o Estado Português e o Vaticano (Serra, 2009). Foi publicada a lei do divórcio (definiram-se as diferentes modalidades do divórcio e regularam-se os direitos e deveres dos cônjuges) e o casamento definido como um contrato de validade civil; a legislação sobre a família permitiu definir o regime de proteção aos filhos ilegítimos e perfilhados e suas mães.

Desde o início a República preocupou-se com a reforma da assistência pública, o que se tornaria premente pela expulsão do pessoal religioso que maioritariamente se ocupava de asilos, recolhimentos, cozinhas económicas e alguns hospitais. A nova lei da assistência pretendia criar um sistema capaz de tornar desnecessária a esmola e diminuir a miséria e a dependência da caridade pública em que vivia grande parte da população. Assim formou-se uma Direção-Geral de Assistência que coordenava todos os organismos oficiais de beneficência e também as misericórdias e constituiu-se um Fundo Nacional de Assistência que garantiria o dinheiro necessário para assistência pública. O número de asilos, creches e escolas infantis aumentou. As cozinhas económicas que iniciaram o seu funcionamento em 1892, por iniciativa da Duquesa de Palmela passaram, em Lisboa, de 6 em 1910 para 35 em 1926 (Oliveira Marques, 1991).

A educação foi uma área que mereceu uma atenção especial por parte do Governo Provisório. A educação do povo seria a condição para o ressurgimento nacional, formando cidadãos com consciência cívica e elevação moral e espiritual capazes de inverter a situação de decadência provocada pela Monarquia e integrar a nova ordem social. A importância da escola na formação cívica era de tal forma considerada pelos republicanos que estes excluíram, no regime eleitoral, os analfabetos e as mulheres (Proença, 2009). Assim expandiu-se a rede escolar primária e recorreu-se às Escolas Móveis¹². Dignificou-se a figura do professor

¹² As Escolas Móveis foram criadas em 1882 como forma de divulgar o método de João de Deus para a aprendizagem da leitura. O ensino abrangia a leitura, escrita, contas, sistema métrico,

primário concedendo-lhes, entre outras regalias, aumento de vencimento. O ensino secundário verificou um crescimento acentuado. No ensino superior foram criadas as Universidades de Lisboa e Porto (acabando com exclusividade de Coimbra), o Instituto Superior Técnico e as Faculdades de Letras em Coimbra e de Direito em Lisboa. As três universidades, de acordo com a legislação eram laicas e tinham autonomia económica e científica. O ensino feminino teve um crescimento significativo nos vários níveis (primário, secundário, superior e técnico-profissional) em resultado do desenvolvimento social e económico que se verificou nos primeiros anos da República e, também pela ação das associações femininas, em especial da Liga Republicana das Mulheres Republicanas.

Inovador no campo da educação foi a instrução popular. Dirigida em especial aos adultos assumiu o carácter de universidade popular. Alguns dos intelectuais e pedagogos republicanos mais conceituados como Teófilo Braga, Aurélio da Costa Ferreira e, mais tarde, Bento de Jesus Caraça, Jaime Cortesão e António Sérgio colaboraram nestas instituições. As conferências, palestras, a criação das bibliotecas, visitas de estudo e excursões, sessões musicais e organização de festas comemorativas foram alguns dos meios para educar o povo e, assim formar, consolidar e revitalizar o Estado Republicano (Proença, 2009).

Dentro da estrutura governativa e do Partido Republicano tornavam-se evidentes as rivalidades entre grupos que se enfrentavam e incompatibilizavam. Nem as eleições legislativas em 1911, nem a aprovação da Constituição (agosto de 1911) esbateram as lutas entre facções (antes as acentuaram) que se tornavam públicas nos órgãos de imprensa diária que cada facção dominava (Oliveira Marques, 1991). Esta situação agudizou-se após as eleições presidenciais. O presidente eleito, Manuel de Arriaga, procurou constituir governos sem predomínio de qualquer facção. Mas o resultado foram governos sem apoio popular, incapazes de levar a cabo qualquer programa definido. Apesar desta situação o novo regime foi capaz de derrotar algumas tentativas para restaurar o regime monárquico¹³, ganhando cada vez mais apoio nacional.

rudimentos de geografia, história de Portugal e educação moral e cívica. Permitiram a escolarização básica a cerca de 200 000 pessoas e foram extintas em 1930 pela Ditadura. Incidiram maioritariamente os distritos de Lisboa, Faro, Guarda, Leiria, Coimbra e Aveiro (Oliveira Marques, 1991).

¹³ A primeira tentativa foi chefiada por Paiva Couceiro, a partir da Galiza, em outubro de 1911. Entrando no país por Trás-os-Montes foram repelidos pelas forças republicanas. A segunda, em junho de 1912, foi comandada por três oficiais, entre os quais Paiva Couceiro de novo. Entraram no país em três locais diferentes (em Valença e em duas localidades do concelho de Chaves) mas também não conseguiram vencer as forças republicanas.

Entre 1911 e 1917 os governos sucederam-se traduzindo a crescente dificuldade em estabelecer alianças partidárias consistentes. Mas além das dificuldades governativas e dum crescendo descontentamento do operariado urbano alvo de medidas repressivas severas¹⁴, a República enfrentaria um outro grande desafio: a primeira Guerra Mundial.

3.1.1. A Primeira Grande Guerra

O primeiro conflito de caráter global iniciou-se na Europa em agosto de 1914 na sequência do assassinato, na Sérvia, do príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro. O posicionamento de Portugal no conflito surge intrinsecamente ligado à defesa dos territórios nas colónias: a Alemanha demonstrava há muito o seu interesse nos territórios portugueses¹⁵ de África pelo que parecia inquestionável que a política portuguesa tinha de se colocar do lado dos aliados contra os interesses alemães. Mas quanto à participação na guerra as posições eram muito diversas. O governo considerava que a entrada na guerra só deveria ser feita se a Inglaterra o pedisse, outros consideravam que a intervenção deveria ocorrer mesmo sem o pedido dos ingleses e outros ainda que devíamos manter uma atitude de abstenção quanto à guerra na Europa e concentrar os esforços na defesa das colónias em África. A luta política tornou-se violenta¹⁶ e a agitação social intensa (com greves e tumultos populares, sobretudo em Lisboa) devido às dificuldades económicas, subida generalizada dos preços e falhas no abastecimento de géneros, consequência já da guerra na Europa. Nestas circunstâncias o Presidente da República, Manuel de Arriaga, demitiu o governo e incumbiu o general Pimenta de Castro de organizar um governo de exceção que pacificasse o país. Mas esta solução depressa se revelou uma ditadura¹⁷ que agravou as lutas políticas e terminou numa revolta, em maio de 1915, organizada

¹⁴ Em 1912, na sequência da forte repressão a uma greve de trabalhadores rurais no Alentejo, foi declarada uma greve geral. O Governo declarou o estado de sítio e o Exército foi encarregado de repor a ordem na rua e nas oficinas de Lisboa (Serra, 2009).

¹⁵ A Alemanha considerava a entrega de Angola, o norte de Moçambique, Cabo Verde e até os Açores e Madeira como condição para uma negociação futura da paz com os aliados (Ramos, 1994).

¹⁶ Aconteceram várias intencionas: em outubro de 1914, em Mafra, um grupo de monárquicos ocupa a Escola Prática de Infantaria e declaram-se contra a ida para a guerra; em janeiro de 1915 um grupo de oficiais protestou contra a transferência de um colega por motivos políticos.

¹⁷ O governo de Pimenta de Castro era constituído maioritariamente por militares que iniciaram um processo de perseguição aos membros do partido democrático, chegando a proibir que o Parlamento se reunisse (Oliveira Marques, 1991).

pelos democráticos e que originou centenas de mortos e feridos. O presidente Manuel Arriaga demitiu-se (Serra, 2009).

A guerra agudizou as tensões políticas existentes: as camadas populares urbanas insurgiam-se, na rua, contra a insuficiência e o preço de géneros e matérias-primas; o movimento operário e sindical reagia à repressão de que foi alvo pela sua oposição à política de guerra; as estruturas mais conservadoras apontavam a incapacidade do Governo para restabelecer, de vez, a ordem; a Igreja, aproveitando o crescendo descontentamento popular, procurava congregar à sua volta esse descontentamento e recuperar a sua influência na sociedade (Serra, 2009). A cada vez menor base de apoio ao Governo preparava o recurso a um golpe de Estado.

Apesar de toda a agitação o Governo conseguiu impor a participação militar e Portugal enviou o seu primeiro contingente para a frente de batalha europeia em janeiro de 1917.

Se a defesa dos territórios em África era compreendida, a participação militar de Portugal no conflito na Europa não era aceite por parte da classe política e da população, que via essa entrada no conflito como um sacrifício incompreensível para um país já com enormes dificuldades económicas. O esgrimir de argumentos entre apoiantes e não apoiantes da intervenção militar na guerra europeia tornou ainda mais frágil o equilíbrio político. Os argumentos contra eram melhor compreendidos pela população a quem foi imposta a mobilização geral: o que faria um pequeno e mal preparado exército dum pequeno país perante a dimensão das forças das potências em luta? A dificuldade de explicar as razões para a nossa entrada no conflito levou, por parte dos defensores da intervenção, à expressão de ideias como *“defesa da democracia e da justiça, proteção da civilização latina e da França, oposição à reação e ao militarismo alemão”* (Meneses, 2009, p. 270). Invocaram-se razões morais e fez-se apelo ao heroísmo: a guerra seria o palco onde sobressairiam as grandes virtudes do povo português.

A entrada de Portugal na guerra teve como causa direta a requisição dos navios mercantes alemães estacionados em portos portugueses desde o início do conflito. Esta situação levou a Alemanha a declarar guerra a Portugal em março de 1916. Para responder a esta situação constituiu-se um governo chamado de União Sagrada que procurou congregar as diferentes forças políticas e concentrar o país na organização das forças armadas e no esforço de guerra. Num curto espaço de tempo foi possível preparar os primeiros contingentes do Corpo Expedicionário Português.

O governo da União Sagrada não conseguiu a união das diferentes forças políticas. O governo era constituído pelos partidos intervencionistas e, assim, manteve-se a contínua luta política¹⁸ e contestação social, e mesmo militar, à participação no conflito: o país não compreendia a participação na guerra europeia e confrontava-se com a crueza das listas de mortos e feridos; a população vivia a escassez e racionamento de alimentos, chegando a haver assaltos a lojas; os sindicatos acentuaram o movimento grevista. Este clima de agitação social favoreceu o desencadear dum golpe de estado chefiado por Sidónio Pais em dezembro de 1917.

Os militares portugueses enfrentaram situações de extrema dureza na frente francesa. Para muitos era a primeira vez que saíam da sua terra, que viajam por mar (até território francês), de comboio (até à frente), que viam novas paisagens. Mas sobretudo que lidavam com a vida nas trincheiras, sempre cheias de água e lama, com temperaturas negativas e abundância de ratos, piolhos e pulgas, com o confronto constante com a morte, num ritmo marcado pela alternância entre a espera e o combate, que terá como consequência o desgaste físico e psicológico. Os militares portugueses também não são substituídos com a necessária frequência chegando alguns a permanecer um ano na frente (Marques, 2009). Nestas circunstâncias limite surgem atos de indisciplina, de negligência em relação à segurança e, por vezes, de fuga. A agravar esta situação há também um sentimento de injustiça entre os soldados: enquanto estes estão nas linhas da frente, os oficiais estão na retaguarda chegando a passar algum tempo em Paris. Em Lisboa circulava um panfleto anónimo que denunciava as condições que os nossos soldados suportavam (Ramos, 1994).

O ano de 1918 (o segundo ano de participação na guerra para os portugueses) foi particularmente duro culminando com a derrota na batalha do Lys em 9 de abril. Se para os portugueses a batalha se traduziu num elevado número de perdas (mortos e prisioneiros) e no desmantelamento do CEP, ela permitiu alterar o rumo da guerra e iniciar o caminho até à vitória das tropas aliadas e à assinatura do armistício em 11 de novembro de 1918.

A guerra foi um acontecimento desestabilizador que veio acentuar os problemas sociais, económicos e financeiros do país e, de acordo com Rosas, “*foi a morte da Primeira República*” (2009, p. 248).

¹⁸ Em dezembro de 1916 Machado dos Santos, um dos heróis do 5 de Outubro, lançou um golpe de Estado esperando congrega todos os que se opunham à intervenção na guerra europeia. A má organização do golpe levou a que falhasse e à prisão dos seus mentores (Meneses, 2009).

3.2. A “República Nova” (1917 a 1919)

O ano de 1917 foi um ano de grande agitação política na Europa. Todos os países, beligerantes ou não, sofriam com a escassez de alimentos e matérias-primas. A guerra tinha interrompido o tráfico naval entre os Estados Unidos e a Austrália e a Europa, principais fontes de abastecimento de cereais e matérias-primas para as indústrias europeias. Em Lisboa vivia-se sem luz, sem elétricos e sem polícia a partir das 11 horas da noite. A constante ameaça de falta de farinha para o fabrico de pão originava assaltos a padarias e mercearias (Ramos, 1994). A instabilidade política aliada à agitação social e à contestação do embarque de tropas para a Flandres conduziu ao golpe militar conduzido por Sidónio Pais.

Sidónio Pais congregou à sua volta todos os descontentes com a situação no país: os que estavam contra a guerra e o envio de tropas para França, a Igreja e os monárquicos que procuravam descredibilizar o regime, até membros do próprio partido no poder, o Partido Democrático (Samara, 2009). Apresenta-se como alguém que quer salvar a Pátria. Mais uma vez a Rotunda foi o palco da revolta e a 5 de dezembro de 1917 Sidónio Pais tomou o poder num golpe militar. O chefe do governo, Afonso Costa, foi preso e o presidente da República obrigado a deixar o país.

Sidónio Pais instaurou uma ditadura militar, dissolveu o Congresso e destituiu o Presidente da República, concentrando todo o poder em si. Querendo reforçar a ideia que a sua luta era pelo retorno aos ideais republicanos, contra a governação dos democráticos anteriormente no poder chamou, ao novo regime, “República Nova”. Eleito presidente da República tornou-se a figura dominante do regime surgindo como um libertador; alimentou uma imagem de líder capaz de manter a ordem, participando em desfiles militares, cavalgadas pelas ruas da capital, sempre vestido com o seu uniforme militar procurando distanciar-se da imagem dos políticos; soube explorar a imagem de homem caridoso, capaz de resolver os problemas dos mais pobres e preocupado com a sua situação, criando obras de assistência apoiadas na caridade (conhecidas como as sopas do Sidónio); atraía em torno de si as massas, que acorriam a aclamá-lo por onde passava. Mas esta imagem de “chefe” não conseguia esconder a confusão política que reinava. Sem um programa definido e sem quadros que levassem a cabo as tarefas de administração, o regime não conseguiu responder aos problemas existentes no país. A instabilidade governativa manteve-se (realizaram-se três remodelações

ministeriais num ano), a agitação social continuou originando uma forte repressão, descurou-se a atenção com as tropas portuguesas em França, a censura foi restabelecida e, agora alargada para assuntos sem serem de guerra (Oliveira Marques, 1991). A “República Nova” tornou-se odiada e várias conspirações procuraram terminar com o regime.

E o regime morreu com o assassinato do seu líder. A 14 de dezembro de 1918 Sidónio Pais foi alvejado quando se dirigia para a estação do Rossio. Sem a figura que aglutinava tendências políticas tão diversas, o sidonismo desagregou-se. Os monárquicos conseguiram proclamar a Monarquia no Porto e em Lisboa levando o país a uma situação de guerra civil. E se em Lisboa o povo e os militares defenderam a “sua” República, no Norte a Monarquia permaneceu cerca de um mês chegando a legislar e a criar um órgão de imprensa próprio. A “Monarquia do Norte” terminaria em fevereiro de 1919. O país, de novo republicano, procurava reorganizar-se. As diferentes forças políticas reposicionaram-se: os quadrantes mais conservadores distanciaram-se dos monárquicos, mantendo a sua oposição à República começaram-se a desenhar soluções de cariz autoritário para garantir a governabilidade do país; as forças republicanas, com o novo alento que a vitória contra os monárquicos lhes trouxe, procuraram lançar políticas de caráter social retomando velhos ideais do republicanismo. Na Europa do pós-guerra ensaiavam-se as primeiras soluções de governação fascista,¹⁹ e consolidava-se o regime comunista²⁰.

3.3. A “Nova República” (1919 a 1926)

Os anos que decorreram entre 1919 e 1926 são marcados por uma profunda instabilidade política: em sete anos tomaram posse 25 governos com uma duração média de três a seis meses chegando a haver um que durou apenas dez dias (Oliveira Marques, 1991). Esta instabilidade correspondeu a um processo de

¹⁹ Em Itália, Mussolini no poder desde 1922 começou a desenvolver um conjunto de ideias e diretrizes de organização que constituíram o “fascismo”. Primo de Rivera, militar de carreira, apoderou-se do poder em 1923 proclamando-se “ditador de Espanha” e seguindo o exemplo de Mussolini. Formou um governo só com militares e suspendeu as garantias constitucionais e o Parlamento. Perante uma contestação cada vez maior dos vários quadrantes da sociedade e sem a confiança do Rei, demitiu-se e abandonou o país em 1929.

²⁰ O regime comunista consolidou-se no poder na Rússia, após a revolução de julho de 1917, que depôs o Czar e permitiu organizar o país segundo os princípios da doutrina de Marx.

reorganização política, económica e social dirigido à procura de soluções para o futuro do país (Rosas, 2009). O afastamento de Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho, líderes dos três partidos republicanos e figuras de relevo da República, determinou uma reconfiguração desses partidos. Fusões, cisões e o aparecimento de novos agrupamentos políticos marcaram todo este período, numa dinâmica que tende para a organização dos quadrantes políticos em esquerda/direita, numa lógica de antagonismo ou seja, definem-se progressivamente dois blocos que se distinguem por oposição um ao outro (Pinto, 2009). A instabilidade governativa, originada pela incapacidade de obtenção de maiorias absolutas que permitissem governos estáveis, espelhava o desequilíbrio social cada vez mais acentuado. Se alguns setores da sociedade como a banca, a indústria e o comércio prosperavam beneficiando com a inflação e a desvalorização do escudo, criando situações de especulação em torno de bens que escasseavam, outros setores, nomeadamente os que viviam de salários fixos e em especial a população concentrada em centros urbanos, empobreciam e lutavam com cada vez maiores dificuldades para sobreviver no dia-a-dia. Os anos de 1919 a 1921 foram particularmente conturbados²¹ e marcados por desordens na rua, greves que afetaram vários setores e incidentes parlamentares. São os anos da “ameaça vermelha”, com uma forte presença dos anarcossindicalistas da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Mas também do aparecimento de organizações clandestinas (como a Legião Vermelha) que se tornavam “visíveis” por atentados terroristas. Esta agitação social conduziu a uma cada vez maior organização das associações patronais e conseqüente aumento da sua intervenção política (Pinto, 2004).

Além do antagonismo das soluções propostas para os problemas económicos e sociais começaram a desenhar-se, neste período, novas ideologias. Algumas elites intelectuais e grande parte do exército são atraídos pela ideologia fascista e por soluções de tipo autoritário como as de Itália e Espanha. Criaram-se organizações como a Cruzada Nun'Álvares²² e acentuaram-se movimentos como o

²¹ O ano de 1921, em particular, ficou assinalado por um acontecimento profundamente marcante para o país: em 19 de outubro na sequência de uma revolução que obrigou o governo a demitir-se gerou-se uma situação de desordem onde foram assassinados três emblemáticos políticos republicanos (Machado dos Santos, Carlos da Maia e António Granjo), alguns dos quais tinham participado no movimento que implantou a República. Este acontecimento ficou conhecido por “Noite Sangrenta” e foi aproveitado pelas forças interessadas na mudança de regime para desacreditar a República, contribuindo para a instabilidade governativa (Oliveira Marques, 1991).

²² A Cruzada Nun'Álvares foi um movimento ideológico que defendia o nacionalismo, o retomar das tradições e reforço da raça. Criado em 1918 e congregando elementos de todos os quadrantes da sociedade tinha como principal base de apoio os militares, muitos dos quais participariam no golpe de 28 de maio de 1926. Como meios de divulgação das suas ideias contou com revistas e delegações

Integralismo Lusitano²³, o Nacionalismo Lusitano²⁴ e o Centro Católico Português²⁵. Todos estes movimentos tinham os seus próprios órgãos de imprensa e, tal como no início da República, a luta ideológica dirimiou-se também nos jornais e em sessões públicas. Em antagonismo, a Seara Nova²⁶ e a Batalha²⁷ procuravam intervir no esclarecimento sobre os regimes autoritários de Itália e Espanha. Mas era crescente junto da classe média das cidades, sobretudo Lisboa e Porto onde sempre ocorreram constantes revoluções e arruaças, a vontade de um governo forte que repusesse a ordem e a estabilidade.

Outro pólo de tensão no país foi o exército. Em Portugal não chegou a haver desmobilização e os jovens oficiais mais politizados e conscientes do seu prestígio adquirido na guerra, descontentes com um poder de compra cada vez mais baixo, não escondiam o seu desagrado perante os governos republicanos.

Apesar de a situação geral do país ter melhorado desde 1923 com a estabilidade da dívida pública, a tendência para o equilíbrio do orçamento e a realização de reformas sociais, a República evoluía para um radicalismo de feição socializante (Oliveira Marques, 1991, p. 736). E era atacada por todos os setores: os operários e intelectuais consideravam as reformas demasiado lentas, os capitalistas e proprietários rurais sentiam-se ameaçados pelo aumento de impostos e pelos ataques terroristas, a Igreja procurava retomar a influência perdida e os partidos políticos conspiravam contra a permanência do Partido Republicano Português no poder. A juntar a este descontentamento a maioria do país, rural, conservador e clerical não se revia na minoria progressiva e urbana (Oliveira Marques, 1991).

distritais onde colaboraram, entre outros, Oliveira Salazar e Gonçalves Cerejeira - "Dicionário de História de Portugal" coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica.

²³ Criado em 1914, o Integralismo Lusitano é um movimento ideológico e político que defende a Monarquia de carácter tradicionalista e antiparlamentar. Procuram retomar os valores da nação portuguesa alicerçando-os nos mitos da Batalha de Ourique e do Sebastianismo. No período final da I República reforçam a sua organização e ideologia (Leal, 2009).

²⁴ Criado em 1922 como Ação Nacionalista e depois (1923) Centro do Nacionalismo Lusitano este movimento aproxima-se ideologicamente do fascismo italiano. Agrupava setores adeptos do sidonismo (Leal, 2009).

²⁵ O Centro Católico Português foi criado em 1917. Na sua matriz ideológica rejeita o cientismo e o racionalismo e adota a doutrina oficial da Santa Sé. António Salazar foi um reconhecido ideólogo deste movimento (Leal, 2009).

²⁶ Revista periódica fundada em 1921 definiu-se como de doutrina e crítica tendo uma significativa influência cultural e política na vida portuguesa. Manteve também uma importante atividade editorial. O seu grupo fundador contou com alguns dos mais conhecidos intelectuais, entre os quais, Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Raul Brandão e António Sérgio - "Dicionário de História de Portugal" coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica.

²⁷ Jornal fundado em 23 de fevereiro de 1919 definiu-se como "porta-voz da organização operária portuguesa" e, mais tarde, tornou-se órgão da Confederação Geral do Trabalho. Pelos valores que defendia tornou-se a referência mais significativa da imprensa operária. Foi encerrado em 26 de maio de 1927 pelo governo da ditadura, reapareceria em 1930 e de novo foi encerrado. Foi publicado clandestinamente até 1974 - "Dicionário de História de Portugal" coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica.

A primeira tentativa de golpe militar ocorreu em abril de 1925, sem sucesso. Em 28 de maio de 1926 o general Gomes da Costa iniciou em Braga o golpe que poria fim à I República, instituindo uma ditadura militar. Para a opinião pública este novo modelo de governo marcava o fim da desordem e a solução de todos os males que afetavam o país (Reis, 2009).

Se de um modo geral se considera que a participação de Portugal na I Guerra Mundial foi decisiva para o fim da I República, Reis propõe-nos a reflexão sobre outros fatores (políticos e culturais) que poderão ajudar a compreender a queda do regime (2009). Implantada por uma revolta militar em Lisboa, a República tinha as suas principais bases de apoio nos meios urbanos e nunca se consolidou verdadeiramente nas zonas rurais. Além disto, o facto de nunca ter havido sufrágio universal, justificado pelo analfabetismo da maioria do povo português, afastou uma importante fatia da população da participação política, e que não se revia no regime instituído. Se considerarmos ainda a indisciplina dos partidos, a falta de líderes com autoridade reconhecida, o clima de intolerância cívica alimentado pela imprensa, podemos falar duma crise de legitimidade/representatividade do regime que se agravou nos últimos anos da I República (Reis, 2009, p. 577). A incapacidade de reformar o Parlamento e o seu regimento e de reforçar os poderes presidenciais de modo a poderem constituir-se governos de competências que conseguissem realizar as reformas institucionais, económicas e educativas necessárias; a incapacidade de enfrentar os grandes grupos financeiros que foram sendo cada vez mais interventivos e organizados na defesa dos seus interesses; a organização cada vez mais eficaz do setor mais conservador da sociedade (liderada pela Cruzada Nun'Álvares) que, explorando o sentimento de insegurança e descontentamento da população, a foi conduzindo para a aceitação duma solução ditatorial e, por último, a presença em cada vez maior número dos militares nos órgãos diretivos dos partidos, são fatores de ordem política que Reis aponta como desencadeadores do fim da I República. Mas a estes acrescenta ainda fatores de ordem cultural: o surgimento de novos movimentos de ideias, personificados na Seara Nova e no Integralismo Lusitano e de novas correntes estéticas, refletiam a cada vez menor influência do ideário positivista republicano. As próprias elites republicanas mostraram-se incapazes de reagir ao desenvolvimento dos movimentos conservadores e antiliberais e de evitar o controlo, por parte destes, da imprensa. Foi-se assim criando na opinião pública a ideia de que só uma solução ditatorial poderia salvar o país.

3.4. Movimentos Culturais na I República

Tal como o ambiente político, o ambiente cultural durante a I República foi caracterizado pela polémica e pela confrontação de ideias e correntes estéticas. A liberdade de expressão vivida durante esse período permitiu a abertura à inovação e o dirimir de ideias entre os grupos representativos dessas correntes. Esta conflitualidade tornava-se visível nas revistas por eles editadas ou na imprensa generalista onde publicavam os seus artigos.

Valerá a pena retomar algumas das ideias fundamentais que definiram o republicanismo enquanto movimento doutrinário, até porque algumas das correntes culturais que se afirmaram neste período surgem como reação ao paradigma cultural que o define (Reis, 2010). O republicanismo surgiu como um ideário global de matriz social e espiritual, de influência positivista e iluminista que procurava construir uma sociedade baseada na justiça, no progresso e na ciência, centrado no culto da Pátria. A República seria a consequência lógica da evolução do mundo e da sociedade, constituída por cidadãos que defendiam ideais como o patriotismo, o dever, a solidariedade, a responsabilidade, ideais esses transmitidos na escola laica.

Os primeiros anos (1912) da República veem surgir o movimento *Renascença Portuguesa* que se sediou no Porto. O seu projeto visava “*criar uma arte e uma cultura portuguesa, que afirmassem Portugal no mundo*” (Reis, 2010, p. 170) através da ação educativa das elites e dos intelectuais e que evidenciaria “*a beleza e o heroísmo da Raça*” (p.170). Fundado por dois escritores, Jaime Cortesão (no Porto) e Raul Proença (em Lisboa) agregou alguns dos nomes mais importantes da cultura portuguesa como Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes e o pianista Viana da Motta. Publicou duas revistas: *A Águia* (mensal) e *A Vida Portuguesa* (quinzenal). Fiel ao seu princípio de promover a cultura do povo português editou livros, realizou conferências, concertos musicais, exposições de arte e cursos sobre diversos temas integrados nas universidades populares (Ramos, 1994). Teixeira de Pascoaes imprimiu à *Renascença* uma filosofia que elegeu a “saudade” como um símbolo que permitiria reerguer a Pátria e reagrupar os portugueses em torno dos sentimentos de heroísmo e sacrifício, sentimentos que, segundo ele, integravam as tradições culturais do país. Pascoaes defendia ainda que a ginástica, o vegetarianismo e o combate ao álcool e ao tabaco permitiriam criar uma geração

saudável “*dotada da antiga energia dos descobridores da Índia*” (Ramos, 1994, p. 533). Esta orientação que alguns, como António Sérgio, consideravam um provincianismo, originou dissidências e alguns dos seus fundadores vieram a integrar o Grupo da Seara Nova.

Também nos primeiros anos da República mas defendendo a monarquia e o catolicismo o *Integralismo Lusitano*, ao constituir-se em 1914, definiu-se mais como um movimento de renovação intelectual do que como um movimento político (Ramos, 1994, p. 541). Influenciado pela Action Française²⁸ publicava uma revista em Coimbra, “*A Nação Portuguesa*”, e a partir de 1917, um jornal diário em Lisboa, “*A Monarquia*”. Além da imprensa própria teve uma intensa atividade de propaganda publicando noutros jornais, distribuindo folhetos e organizando conferências e banquetes. Teve como principal impulsionador o escritor António Sardinha, que afirmava serem a religião e a Monarquia verdades eternas (Leal, 2009, p. 488) e a República o governo dos povos sem passado nem tradição. Dedicou-se a realizar uma obra de reinterpretação da história de Portugal, corrigindo o que dizia serem os erros da visão liberal da história. Defendeu o Sebastianismo como uma forma de esperança, um mito que sustentou a resistência e o sonho dum povo e permitiria a construção dum novo Estado (Leal, 2009, p. 490). O seu campo de discussão chegou à questão racial afirmando que a república (por oposição à monarquia nacionalista) permitiu a “*revivescência étnica dos pretos e dos judeus*” (Ramos, 1994, p. 543).

O período do sidonismo permitiu aos integralistas assumirem alguns cargos no Poder, mas o movimento acabaria por sucumbir (1933) às divergências que se desenvolveram no seu seio, sobretudo as relativas à não-aceitação da restauração da monarquia liberal e, portanto, ao regresso de D. Manuel II ao poder.

Nascido em 1921 numa cisão da Renascença Portuguesa o *Grupo da Seara Nova* pretendia intervir política e pedagogicamente no país quebrando o domínio do Integralismo Lusitano. Vendo-se a si próprios como uma elite, os Seareiros pretendiam dinamizar a renovação das elites intelectuais do país e criar uma opinião pública consciente, capaz de se impor aos políticos de modo a realizar as reformas estruturais necessárias ao país (Reis, 2010). O projeto da Seara Nova concebia a transformação social pela democratização da escola, a que todos deveriam ter acesso por igual sendo que, só assim, se constituiria uma opinião

²⁸ A Action Française surgiu em França como um movimento nacionalista e monárquico em 1899. Defendiam o que chamavam “o governo dos mortos”, ou seja o governo baseado no respeito pelas tradições que, fundamentado na história, se sobreporia ao governo que deriva dos caprichos dos indivíduos (Ramos, 1994).

pública fiscalizadora dos políticos (Ramos, 1994). Considerava que a principal causa dos problemas portugueses se devia à demissão dos intelectuais do seu papel dinamizador da sociedade.

A revista *Seara Nova* publicou-se quinzenalmente durante os primeiros tempos e depois semanalmente, e contou com a colaboração de cerca de 100 pessoas até 1926 (Oliveira Marques, 1991). Contou, entre outros, com Jaime Cortesão, Raul Proença, Raul Brandão, António Sérgio e José Rodrigues Miguéis. Manteve a sua publicação até 1978.

Fernando Pessoa e Almada Negreiros podem ser considerados os mais representativos duma outra corrente cultural importante neste período: o *Futurismo*. Nascido em 1909 com a publicação num jornal francês do “Manifesto Futurista” de Filippo Marinetti, o movimento integrou também outros artistas como os escritores Mário de Sá Carneiro e Raul Leal, os pintores Amadeo de Sousa Cardoso e Santa Rita Pintor e o músico Ruy Coelho. Os futuristas procuraram contestar as convenções e o academismo que, segundo eles, reproduzia a ordem liberal e democrática e uma moralidade igualitária e filantrópica criando a ideia de que há apenas uma realidade e uma forma correta de a expressar. Pretendiam mostrar que a realidade pode ser vista sob diversas perspetivas e que não há uma que seja correta. Isto implicava não respeitar os cânones estabelecidos do bom gosto e das boas maneiras (Ramos, 1994). Seguiam, aliás, as tendências existentes na Europa, principalmente em França, onde Picasso desenvolvia a sua pintura cubista. A revista *Orpheu*, cujo primeiro número saiu em 1915, seria o veículo de divulgação das suas ideias mas apenas publicou 2 números.

Este dinamismo de correntes culturais tinha expressão na sociedade portuguesa. A pintura vendia, as exposições eram um acontecimento mundano, frequentavam-se concertos musicais e a ópera era ouvida (a preços populares) no Coliseu. Ia-se ao cinema e ao teatro. Mas estas possibilidades ocorriam maioritariamente em Lisboa onde “em 1929, devia haver mais cinemas, livrarias e jornais de grande tiragem do que no resto do país todo junto” (Ramos, 1994, p. 649).

4. DA DITADURA MILITAR AO ESTADO NOVO

*“Nós estamos condenados a escolher entre a anarquia e a disciplina imposta por um Governo de autoridade. Ninguém, por isso, me passará adiante na arreigada convicção de que o Estado Novo deve ser bem forte e resistente para dominar as correntes revolucionárias, assegurar a unidade nacional, coordenar a atividade e todos os elementos, enfim, empreender e fomentar a verdadeira revolução que tem de ser esboçada por estas gerações e prosseguida pelas que lhe sucedem.”*²⁹

O processo que decorreu entre o estabelecimento da Ditadura Militar em 28 de maio de 1928 e o advento do Estado Novo não pode ser isolado dos movimentos que ocorreram por toda a Europa entre as duas guerras e que, em reação ao sistema liberal, originaram movimentos de caráter nacionalista e autoritário (Rosas, 1994). Por toda a Europa o pós-guerra foi um período de crise económica e de redefinição das estruturas sociais e políticas. E foi nos países de economias mais frágeis e dependentes, com maior dificuldade em gerir as tensões políticas e sociais, que se estabeleceram os primeiros regimes autoritários: Hungria e Bulgária (1919), Polónia (1920), Itália (1922), Espanha (1923), Grécia e Portugal (1926) e Jugoslávia (1928). Alguns serão de curta duração, como foi o caso da ditadura na Grécia e do governo de Primo de Rivera em Espanha, outros manter-se-ão até à Segunda Guerra Mundial e outros, como no caso português, evoluirão para regimes em total oposição aos princípios liberais e democráticos (Rosas, 1994).

Em Portugal, o período que decorreu entre o movimento militar de 28 de maio e 1926 e a consolidação do Estado Novo entre 1933 e 1934 “*é um dos mais agitados e politicamente complexos da nossa história do século XX*” (Rosas, 1994, p. 151). Possibilitou a emergência dum regime autoritário, corporativo e antiparlamentar que terminou com a experiência liberal que, atravessando a monarquia e a república, durou quase 100 anos. Se a I República caiu sem

²⁹ Discurso de Oliveira Salazar aquando da sua condecoração nas cerimónias comemorativas do 28 de maio, em 1932 e publicado no *Diário de Notícias* de 29 de maio de 1932.

oposição, isso deveu-se ao facto de os setores políticos e económicos do país terem visto o golpe militar como uma forma de eliminar o governo e o partido que o apoiava (Rosas, 1994, p. 151). De acordo com Rosas o período de sete anos desde o golpe militar até à institucionalização do Estado Novo será um tempo de luta pela hegemonia do Estado, um tempo de quase guerra civil, com várias tentativas de golpe de Estado³⁰ (quer de extrema direita quer de oposição pró-democrática), centenas de mortos, milhares de presos e deportados (1994, p. 152), um tempo em que as diferentes forças políticas se procuraram afirmar, mas das quais emergiu com firmeza apenas uma: o salazarismo.

Professor de Direito Económico na Universidade de Coimbra, dirigente do Centro Católico, com intervenção política reconhecida desde os primeiros anos da República, Oliveira Salazar integrou, como ministro das Finanças, o governo do general Vicente de Freitas em abril de 1928, na sequência duma crise financeira grave³¹. “*Sei muito bem o que quero e para onde vou*”³² serão as suas palavras no discurso de tomada de posse e que definem bem o modo como delineou o seu percurso até chegar a chefe do governo em 1932. Salazar saberá gerir a sua presença na imprensa convocando os jornalistas para apresentar as suas ideias ou dar conta dos progressos do seu trabalho na pasta das finanças. Logo no princípio de maio Salazar convoca os diretores dos jornais de Lisboa e Porto para os elucidar sobre o decreto-lei de reforma orçamental ligado ao seu plano financeiro: “*a imprensa pode concorrer para o equilíbrio orçamental criando uma atmosfera calma, de confiança optimista e até de espírito de sacrifício*”³³. Serão frequentes as notícias de apoio ao trabalho levado a cabo pelo senhor ministro das Finanças. Nos primeiros tempos do seu percurso no governo, Salazar dará realce ao carácter técnico da sua intervenção (chamar-lhe-ão o mago das finanças) e ao seu sentido patriótico, com uma postura não partidária. Mas o sucesso do seu programa financeiro permitiu-lhe evidenciar que este fazia parte dum programa político mais abrangente, que se afastava das ideias da República liberal. Salazar tinha ideias

³⁰ Entre 1926 e 1933 desencadearam-se cinco movimentos revolucionários de resistência à Ditadura: fevereiro de 1927, julho de 1928, abril e agosto de 1931 e setembro de 1932. Estes movimentos ocorreram principalmente em Lisboa, Porto e Madeira (Rosas, 1994, p. 207).

³¹ Esta crise financeira foi desencadeada pela ação do general Sinel de Cordes, enquanto ministro das Finanças, que propõe uma política de fomento nacional financiando empresas e atribuindo subsídios sem garantias. Deste modo o governo vê-se na contingência de pedir um empréstimo a banqueiros londrinos que, face à situação política e económica do país, obrigam o general a pedir um aval à Sociedade das Nações. Esta coloca condições de tal modo humilhantes que torna inviável a sua aceitação. Assim o governo da Ditadura procurará fora dos seus quadros quem possa solucionar a crise. E será Oliveira Salazar que é escolhido visto ter-se destacado, pelas suas intervenções, como alguém que não só critica a política seguida como aponta soluções para a resolver (Rosas, 1994).

³² Discurso publicado no *Diário de Notícias* de 28 de abril de 1928.

³³ Artigo publicado no *Diário de Notícias* de 10 de maio de 1928.

claras sobre como devia ser a organização da sociedade, da economia e do Estado e, fazendo-se rodear dos seus apoiantes políticos, conseguiu uma hegemonia no seio da ditadura militar que lhe permitiu consolidar uma estratégia que conduzirá à institucionalização do Estado Novo com a promulgação da nova Constituição em 11 de abril de 1933. Os anos de 1930 a 1932 foram, segundo Rosas (1994), os anos da clarificação política. As linhas ideológicas e políticas, as estratégias económicas, a doutrina fundadora do novo regime serão apresentadas em várias intervenções que serão reproduzidas nos jornais. Em 1930 é criada a União Nacional que foi a organização política representativa do Estado Novo. Em 1932 Salazar foi nomeado chefe do Governo. O projeto da nova Constituição foi apresentado para discussão pública, referendado em março de 1933 e o texto constitucional publicado em abril. Assentará, de acordo com Rosas (1994), em quatro ideias fundamentais: “*a recusa dos fundamentos liberais, democráticos e parlamentaristas do Estado*”, ao considerar os partidos e o individualismo como decadentes e contrários ao bom governo da Nação. Recusa também o totalitarismo ao enquadrar o Estado nos limites da moral e do direito apesar de, doutrinariamente, o Estado Novo veicular uma conceção de vida e uma moral dominante que pretende “*formar as vontades necessárias para a continuação da obra*”³⁴; “*o nacionalismo corporativo*”: a nação tem uma organização natural que deve ser plasmada no Estado corporativo. Os seus organismos naturais são a família, as freguesias, os municípios e as corporações e é nestes organismos e não nos partidos, que se enquadram os interesses dos indivíduos; “*o Estado forte*” sustentado por um poder executivo concentrado no chefe de Estado. O governo funcionaria na direta dependência do presidente da República, independente da assembleia legislativa. O presidente do Conselho respondia unicamente perante o presidente da República e referendava os seus atos, constituindo-se, assim, um sistema de partilha (mas também de vigilância) de poderes entre os titulares destes órgãos. A Assembleia Nacional deveria apenas formular as bases das grandes leis; “*a intervenção do Estado na coordenação e desenvolvimento económico*”, através da organização corporativa (pp.198-200).

A Constituição será complementada com outras medidas legislativas: a reorganização da censura, a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, a legislação da organização corporativa e a criação do Secretariado de Propaganda Nacional.

³⁴ Entrevista de Oliveira Salazar ao jornal inglês “Excelcior” publicada no *Diário de Notícias* de 4 de agosto de 1933, p.1.

A consolidação do regime far-se-á, como já referimos, à custa da progressiva eliminação das várias oposições que lutaram contra a sua instalação. A memória da desordem e do caos que os anos da I República deixaram, fez com que a política autoritária e antiparlamentar proposta por Salazar fosse aceite, e as várias tentativas para a derrubar sublinhassem a necessidade de paz e ordem³⁵ que só o novo regime podia trazer (Rosas, 1994). Os partidos republicanos³⁶ que conseguiram o apoio de alguns setores das Forças Armadas e o movimento operário organizado (nos seus vários segmentos ideológicos) procuraram resistir, mas essa resistência traduziu-se em milhares de vítimas: mortos em combate, presos, deportados, exilados, saneamentos da função pública. O Estado Novo conseguiria afirmar-se económica, política e institucionalmente na segunda metade dos anos 30 e manter-se-ia, nas suas linhas ideológicas definidoras, até ao seu derrube em 1974.

³⁵ Portugal seria “uma ilha de paz” numa Europa convulsa onde já se desenhava intensamente o percurso político agressivo da Alemanha, e onde a República espanhola vivia em permanente desordem e luta contra os seus opositores.

³⁶ Os conspiradores republicanos foram apelidados de “revirahistas” por quererem “revirar”, pela via revolucionária, o curso da política no país (Rosas, 1994, p. 206).

5. “SAÚDE E FRATERNIDADE”

“Curvar o espirito ás leis da sciencia e da razão, guiar a conducta pelos principios do bem, pugnar pela verdade e pela justiça, essa a verdadeira educação, essa a que enobrece e purifica, essa a que confere ao homem a virilidade d’espirito e a probidade de character, a instrução solida e a honra intemerata.”

Ricardo D’Almeida Jorge (1885, p. 44)

“Saúde e Fraternidade” foi uma expressão adotada por um dos primeiros decretos³⁷ do Governo Provisório, logo após a implantação da República. Deveria ser usada na correspondência oficial, mas passou também a ser uma expressão de saudação entre os republicanos. Ela exprime uma das principais ideias do republicanismo que considerava que a democracia só se alcançaria com cidadãos saudáveis, instruídos e educados. O cidadão republicano deveria ser um exemplo de patriotismo, noção de dever, solidariedade e responsabilidade. Este aperfeiçoamento moral seria indissociável do aperfeiçoamento do corpo. O homem republicano deveria conservar e melhorar a sua saúde sendo um cidadão vigoroso e enérgico, dedicado ao trabalho e ao estudo, com um forte sentimento patriótico. Os ideais republicanos assentavam na crença da perfeitibilidade da ciência que tudo explica e que conduziria o Homem no caminho da harmonia e do progresso. Se estes ideais, no campo político, se traduziram no combate a um regime considerado decadente, no campo da saúde traduziram-se por uma luta contra as condições degradantes existentes nos hospitais do país e contra os problemas de saúde existentes. Mas também nesta área os condicionalismos financeiros e culturais determinaram o insucesso de muitas medidas legislativas, pelo que no final do período em estudo a mortalidade infantil mantinha-se alta, persistiam as doenças infecciosas e parasitárias (tuberculose, cólera, febre tifoide, tifo exantemático) e as doenças provocadas por carências alimentares.

³⁷ Esta expressão estabelecia o formulário dos diplomas oficiais da Presidência do Governo Provisório da República e foi instituída no *Diário do Govêrno* nº 4, Serie I de 10 de Outubro de 1910.

5.1. A Situação de saúde do país no período em estudo

“Rua da Amargura é que se deveria chamar aquela ruela estreita em que se entra por uma calçada íngreme, em saca-rôlhas, e que entesta ao topo com o muro amarelo e o portão gradeado do Hospital de S. José. Rua da Amargura, que eu não sei de rua de Lisboa que como esta tenha visto passar tanta miséria, ou cujos ecos tenham sido acorados por tantos ais.”

Albino Forjaz de Sampayo (1914, p. 193)

A preocupação pelas condições de saúde da população e a sua inclusão no ideário republicano compreende-se se tivermos em conta duas perspetivas: por um lado as descobertas científicas que, no campo da medicina e desde o século XIX, permitiram introduzir novos processos diagnósticos e terapêuticos e, por outro, as más condições de vida duma população que não tinha capacidade de resistir aos vários surtos epidémicos que se sucediam regularmente no país.

O século XIX trouxe um desenvolvimento do conhecimento nas ciências biomédicas que inovou a forma de encarar o diagnóstico e tratamento das doenças, mas também a sua prevenção (Pereira e Pita, 1994). Desenvolveram-se novas formas de tratamento pela descoberta dos princípios ativos que tornaram os medicamentos mais eficazes; aperfeiçoaram-se a anestesia e a transfusão sanguínea o que permitiu o desenvolvimento da cirurgia; aprofundaram-se os conhecimentos de anatomia e fisiologia. Mas são os trabalhos de Claude Bernard e Pasteur que firmam a expansão das ciências biomédicas. Bernard introduziu o método experimental na medicina demonstrando que *“os fenómenos da vida dão-se em condições e leis tão constantes e previsíveis como as leis da matéria bruta”* (Pereira e Pita, 1994, p. 662). Assim a investigação em laboratório tornando-se tão importante como a clínica permitiu afastar os antigos dogmas e tradições na medicina. Em Portugal foi Costa Simões que, na Universidade de Coimbra, desenvolveu os estudos de histologia e fisiologia iniciando a medicina experimental no nosso país. Para lá da sua formação científica contactou com centros de investigação na Europa o que lhe permitiu observar e comparar o que se fazia

nessa área em laboratórios estrangeiros³⁸. Na segunda metade do século XIX os trabalhos de Pasteur irão revolucionar a maneira de encarar a saúde das populações. A descoberta dos agentes bacterianos específicos na etiologia das doenças infecciosas obrigou a rever as teorias até aí existentes sobre o contágio, trazendo evidência científica às novas teorias que o explicam. É o momento em que se inicia o “movimento sanitário”, fruto da combinação entre progresso científico e técnico e da compreensão da relação existente entre morbidade e mortalidade e condições de vida das pessoas (Ferreira, 1990, p. 221). Iniciado em Inglaterra tomou um caráter de intervenção social ao procurar criar, através da utilização da imprensa, uma opinião pública esclarecida e forçar os governantes a adotarem medidas conducentes à melhoria das condições de vida das pessoas e, por consequência, a melhores condições de saúde.

Este “movimento” começará a ter expressão entre nós na transição do século XIX para o século XX, revestindo-se de algumas características idênticas às encontradas em Inglaterra. No início do século XX a nossa indústria tinha ainda pouca expressão face à realidade agrícola do país e as principais indústrias concentravam-se em Lisboa e seus arredores e no Porto. Mas mesmo assim assistiu-se a um movimento de migração da população para as cidades que potenciou o risco para a saúde dos fatores já existentes: locais de trabalho e de habitação insalubres e promíscuos, favorecedores da transmissão de doenças contagiosas, deficientes condições económicas que originam carências alimentares, hábitos nocivos como o alcoolismo. E em Portugal também os médicos, alguns com projeção internacional e intensa atividade política, usaram o crescente prestígio que a medicina tem na sociedade, para denunciar (usando a imprensa) as condições sanitárias do país, e influenciar o poder político na adoção de medidas que alterassem essas mesmas condições. Ricardo Jorge (1885) afirmava que

“a saúde pública é uma das primeiras garantias dos povos, é uma das primeiras leis dos estados, e um dos primeiros deveres dos governos em todas as nações. Segurança, propriedade e liberdade são os tres direitos naturais e individuais do cidadão; mas elles supõem primeiro a sua existência e conservação, e para existirem e conservarem-se, é necessário manter-se a saúde pública (...). É por conseguinte prévia a todas as garantias, a primeira garantia, a conservação individual; prévia a todos os deveres dos governos, o seu primeiro dever, a saúde pública” (p. 7).

³⁸ Os resultados destes estudos comparativos com os laboratórios de Paris, Gand, Liège, Utrecht, Munique, Viena, Berlim e Goettingen foram publicados em 1886, por Costa Simões, numa obra com o título *Relatórios duma viagem científica* (Pereira e Pita, 1994, p. 664).

E alguns anos mais tarde Miguel Bombarda (1900) insistia, perante a inépcia dos serviços sanitários face a uma grave epidemia de peste (a de 1899 no Porto), que *“a hygiene não é uma sciencia inata, não é coisa que nasça espontaneamente no cerebro d’um medico por illustrado que seja. Hoje, tem ella processos seus, aquisições próprias, ensinamentos exclusivos”* (p. 30).

Portugal era um país onde a varíola, o tifo, a febre tifoide são endémicos. Em 1899 o Porto sofre um grave surto epidémico de peste³⁹; a cólera “aparece” regularmente (1853, 1856, 1865, 1884, 1892) em especial em Lisboa; há um surto de febre-amarela em 1857; a tuberculose é a “peste branca” abrangendo, transversalmente, largas camadas da população. E estas doenças manter-se-iam, com mais ou menos virulência, durante o período em estudo.

A preocupação pela assistência aos doentes e pelo controle das causas das doenças sempre existiu mas o seu enquadramento em estruturas sociais varia de acordo com o modo como as sociedades e os seus governantes encaram o problema (Lopes, 1994). Na segunda metade do século XIX a assistência torna-se também uma tarefa do Estado, coexistindo com a assistência praticada pela Igreja e pelas Misericórdias. Esta mudança de conceção relevava dum crescente laicismo da sociedade e também da crescente importância que tem a saúde pública: os problemas de higiene tornaram-se problemas sociais e as medidas que o Estado tomasse deviam proteger a sociedade como um todo (Pereira, 2000).

Quando a República emerge existiam já em Portugal 241 hospitais de todos os tipos e dimensões (Oliveira Marques, 1991), a maior parte deles integrados e administrados pelas Misericórdias, com exceção dos de Lisboa e dos da Universidade de Coimbra. Em Lisboa funcionavam sete hospitais civis (Hospital Real de S. José, Hospitais do Desterro, D. Estefânia, S. Lázaro, D. Amélia, Rilhafoles e o Hospital do Rego para tratamento de doenças infetocontagiosas). Coimbra tinha os Hospitais da Universidade e o Porto o Hospital Geral de Santo António. Ao lado dos hospitais civis funcionavam hospitais militares (cerca de 49), o Hospital da Marinha e o Hospital Colonial. A rede de Misericórdias (286 em todo o país) completava a assistência à população tendo a seu cargo diversos hospitais, asilos e recolhimentos. Para o tratamento da tuberculose existia, desde 1899, a Assistência Nacional aos Tuberculosos fundada pela rainha D. Amélia, que dispunha de cinco sanatórios e cinco dispensários. Não havia, no país, nenhuma maternidade⁴⁰. Existiam ainda Laboratórios Municipais de Higiene em Lisboa

³⁹ Neste surto morreu Câmara Pestana, por contágio, no exercício do seu trabalho.

⁴⁰ A primeira a ser criada foi a Maternidade Alfredo da Costa em 1932.

(criado em 1881) e no Porto (criado em 1882) que tinham como finalidade a análise de águas e alimentos, dispensários antivenéreos e o Instituto Bacteriológico (mais tarde Câmara Pestana). Em consequência do surto de peste no Porto, em 1899, Ricardo Jorge, higienista da Escola Médica que identificou e organizou os serviços de tratamento do surto, foi chamado pelo governo a delinear a estrutura sanitária do país em moldes mais atualizados. Foram assim criados a Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública e o Conselho Superior de Saúde e Higiene Pública (Alves, 2010, p. 112) mostrando uma clara preocupação pela saúde pública. Mas essa preocupação confrontava-se com a falta de recursos financeiros e técnicos e com a resistência das populações à adoção de novas medidas, como a vacinação contra a varíola e antirrábica e o enterramento em cemitérios fora dos templos. Além de que as condições de vida das pessoas também não melhoravam e as ameaças epidémicas mantinham-se. Ricardo Jorge (1885) refere a propósito do Porto “*as classes pobres, o mundo dos proletários, vegetam encovados n’uns alvéolos húmidos e lóbregos, sem ar e sem luz, e abandonadas a uma especulação torpe que tão sordidamente explora com a miserável edificação de ilhas*” (p. 40).

As primeiras medidas tomadas pela República revelavam a preocupação pela contenção da cólera ao criar comissões de saúde em cada conselho do país⁴¹ que teriam como finalidade avaliar o estado de salubridade do concelho e tomar as medidas necessárias para a sua melhoria, dedicando especial atenção ao abastecimento de água potável, aos esgotos e remoção de imundícies, às habitações insalubres, aos enterramentos e cemitérios. A comissão teria ainda de indicar um plano de hospitalização em caso de epidemia e os meios de que necessitaria para tal fim. Valerá a pena citar algumas frases do preâmbulo do referido decreto que sublinham a importância dada à higiene social mas também indiciam as condições sanitárias do país:

“ a mais confiada defesa interna dum país é a salubridade das povoações, a boa agua e a boa limpeza. Se, normalmente, esgotos e abastecimento de aguas, installados conforme as prescrições technicas, aumentam o capital da vitalidade publica pela quebra das moléstias e dos obitos, na quadra anormal da epidemização, são essas condições de sanidade local as que decidem, em regra, da sorte do povoado quando acommettido da cholera, no tocante á duração e devastação do flagello. Não será de mais repetir-se que a cholera se ceva na má agua e na immundicie, verdade profilática a respeitar, como divisa de salvação, por todos em geral, e por aquelles a quem impende o mandato da saude

⁴¹ Esta preocupação é expressa no decreto publicado no *Diário do Govêrno* nº 37, Serie I de 17 de Novembro de 1910.

*publica. Veiu neste ponto encontrar a Republica um accentuado atraso; a hygiene urbana oferece-se rudimentar ou defeituosa.”*⁴²

Neste mesmo Diário do Governo estabelecem-se medidas de desratização, a executar pelas referidas comissões de saúde e câmaras municipais.

Os primeiros anos da República caracterizaram-se por uma reestruturação dos serviços, que deveriam responder de forma mais adequada aos problemas de saúde do país. Assim criaram-se a Direção-Geral de Saúde (maio de 1911), em substituição da Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública, e o Instituto Central de Higiene, que ficou incorporado na Faculdade de Medicina de Lisboa e que tinha como principal finalidade a estatística vital do movimento demográfico (Ferreira, 1990). Destas duas estruturas deveriam emanar propostas de ação a que o Governo daria forma de lei. Reestruturaram-se o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana⁴³, a Assistência Nacional aos Tuberculosos (constituindo-se uma Comissão Permanente de Profilaxia da Tuberculose, presidida pelo Ministro do Interior)⁴⁴ e os serviços de sanidade escolar⁴⁵. Mas as medidas legislativas não conseguiram inverter as más condições de saúde da população. Colidiam com as dificuldades financeiras, com as constantes alterações políticas que impediam que as reformas se firmassem, com uma população pobre e maioritariamente analfabeta que desconfiava das “novidades” (como era o caso da vacinação) ditadas pela elite médica⁴⁶ (Alves, 2010).

Para além das doenças já “habituais”, Portugal conheceria uma das situações mais dramáticas com a pandemia de influenza em 1918/1919 e que ficaria conhecida como a gripe espanhola. Ricardo Jorge (1919) referia que a sua “*malignidade ultrapassou, as expectativas mais pessimistas, tanto pela sua extensão como pela sua intensidade*” (p.16) calculando o número de mortos em mais de 40 000. A gripe incidiu mais no grupo populacional dos 10 aos 30 anos e nos mais humildes: “*a doença surgiu numa época de penúria geral: escassez de alimentos, medicamentos, transportes e mesmo de médicos*” (p.35), e mobilizou todos os serviços sanitários recorrendo até aos médicos que já tinham abandonado a clínica e aos estudantes de medicina do 5º ano (Jorge, 1919).

⁴² *Idem*

⁴³ Esta reestruturação está expressa no decreto publicado no *Diário do Governo* nº156, Serie I, de 7 de Julho de 1911.

⁴⁴ De igual modo lemos esta reestruturação no decreto publicado no *Diário do Governo* nº165, Serie I, de 18 de Julho de 1911.

⁴⁵ Referido no decreto publicado no *Diário do Governo* nº 124, Serie I, de 29 de Maio de 1911.

⁴⁶ Muitos dos nossos médicos tinham reconhecimento internacional como é o caso de Ricardo Jorge que foi eleito em 1923 membro do Comité Permanente de Higiene da Sociedade das Nações, pelo Office International d’Hygiene Publique com sede em Paris. Esta distinção foi alvo de um artigo publicado no *Diário de Notícias* de 17 de novembro de 1923.

A influência que os médicos procuraram ter na sociedade (“o medico exerce uma grande influencia social todas as vezes que actua sobre as opiniões e sobre a mentalidade dos seus contemporâneos”⁴⁷) ultrapassava os limites dos seus grupos profissionais e “invadia” o quotidiano do cidadão através da imprensa que, com frequência, noticiava congressos⁴⁸, medidas sanitárias ou denunciava a situação de penúria de muitas instituições hospitalares. Neste caso são frequentes, na imprensa, os apelos⁴⁹ à população para contribuir com donativos que pudessem evitar o encerramento de hospitais das Misericórdias que viviam em constantes dificuldades económicas. E até os Hospitais da Universidade de Coimbra foram notícia pela rutura financeira que impedia o pagamento a fornecedores, a continuação de obras de melhoramento e “o beneficio para a Assistencia Publica, para o ensino medico cirúrgico que nas suas enfermarias é feito, e para uma boa administração que não pode dispensar os meios para a pronta aquisição de géneros e artigos em boas condições”⁵⁰. Os hospitais civis de Lisboa eram também notícia pelas dificuldades financeiras que estrangulavam o apetrechamento material e o aperfeiçoamento dos serviços: denunciava-se o facto de não haver hospitalização infantil em Lisboa⁵¹ e de as crianças serem muitas vezes internadas juntamente com os adultos; faziam-se apelos à filantropia dos cidadãos de Lisboa para o hospital escolar de Santa Marta que estava pobre e “precisa de muito dinheiro para obras, para ferros, para enfermarias modelos, para salas de operações modernas. Não haverá por esse mundo de Cristo quem caridosamente queira ajudar uma grande obra?”⁵².

Também a situação da saúde pública no país é, com frequência, exposta nos jornais. No Diário de Notícias em 26 de maio de 1926, o Dr. Cassiano Neves⁵³ resumia assim a situação:

“O problema da profilaxia da tuberculose em Portugal é um dos capítulos tristes da nossa governação e administração publicas. É o problema das estradas,

⁴⁷ Discurso proferido por Costa-Sacadura na Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa em dezembro de 1924.

⁴⁸ Em 1928 o III Congresso Nacional de Medicina foi notícia durante o período em que decorreu (entre 28 de março e 5 de maio) em artigos com descrições detalhadas dos trabalhos realizados e visitas efetuadas.

⁴⁹ Era frequente fazerem-se peditórios onde “as senhoras da nossa primeira sociedade” vendiam flores, como forma de angariar dinheiro para diversas obras.

⁵⁰ Artigo publicado no *Diário de Notícias* de 1 de junho de 1922.

⁵¹ Esta situação foi alvo de dois artigos no *Diário de Notícias* em 12 de novembro de 1924 e em 27 de fevereiro de 1928.

⁵² Os apelos no jornal à caridade pública eram uma constante como era o caso deste artigo publicado no *Diário de Notícias* de 9 de agosto de 1925.

⁵³ António Cassiano Pereira de Sousa Neves (1878-1946), médico, foi provedor da Assistência de Lisboa e secretário da Assembleia-Geral da Assistência Nacional aos Tuberculosos. Foi também governador civil de Lisboa em 1914 ([http:// www.primeirarepublica.org](http://www.primeirarepublica.org)).

que tem resistido a todas as propagandas, a todos os protestos, a todas as reclamações; é o problema vergonhoso da lepra (nós somos hoje o povo da Europa que tem mais leprosos, em numeros absolutos e relativos) sem solução; é o problema do cancro, em se esboçar uma organização de luta anticancerosa; é o problema do desamparo absoluto do nosso caudal de emigrantes, moral e materialmente abandonados, desligados da mãe-Pátria; é o problema da pavorosa mortalidade infantil: “tutti quanti”. É que estes e outros problemas, para serem resolvidos, precisam que encontrem governos que os compreendam.”

De todos os problemas de saúde que o país vivia, a tuberculose era o que piores indicadores apresentava, apesar de, desde 1862⁵⁴, se ter estruturado uma rede de instituições de diagnóstico e tratamento por todo o país. Sem nunca ter decrescido atingiu, em 1930, uma taxa de mortalidade de 200 por 100000 habitantes, correspondendo a 10% de todos os casos de morte, colocando-nos numa situação desfavorável em relação a outros países europeus que tinham conseguido manter uma tendência de declínio na taxa de mortalidade (Ferreira, 1990, p. 381). A progressiva melhoria das condições de vida das populações, a maior eficácia dos serviços e a assumpção plena da tuberculose como doença social, fizeram com que, até 1940, a sua prevalência baixasse 30% (Ferreira, 1990, p. 383). O esforço para debelar o problema é bem visível nas constantes notícias sobre a ação da Assistência Nacional aos Tuberculosos: a inauguração de novos serviços (onde se realçava a luz e a limpeza e amplidão das instalações), as ações de angariação de fundos e as ações de propaganda sobre a profilaxia da doença. São disso exemplo as “*Semana da Tuberculose*” que se iniciaram em 1931⁵⁵ e continuaram nos anos seguintes do período em estudo. Essas “*Semanas*” constituíam um momento em que se realizavam, a nível nacional, não só conferências públicas como se conjugavam várias entidades no esforço de divulgação “*dos preceitos profiláticos da tuberculose*” como os professores “*de todas as escolas do país*” e os párocos nas igrejas⁵⁶. A luta contra a tuberculose tornou-se “*uma cruzada*” contra “*um mal que não destrói apenas o indivíduo, ataca a família, ameaça a Nação*”⁵⁷.

Ao longo dos 16 anos que durou a I República, do ideal republicano “Saúde e Fraternidade” baseado na construção duma democracia constituída por cidadãos

⁵⁴ Em 1862 foi criado o primeiro hospital para tuberculosos no Funchal, por iniciativa da viúva de D. Pedro IV. A partir da criação da Assistência Nacional aos Tuberculosos e da Liga Nacional contra a Tuberculose, em 1899, foram sendo instituídos dispensários e sanatórios por todo o país (Ferreira, 1990).

⁵⁵ Estas iniciativas foram amplamente difundidas no *Diário de Notícias* como pudemos verificar nos jornais de 31 de maio de 1931, de 15 de maio de 1932 e de 1 de maio de 1933.

⁵⁶ Esta divulgação era feita em artigos como o publicado no *Diário de Notícias* de 31 de maio de 1931.

⁵⁷ Discurso na sessão inaugural da “Semana da Tuberculose” presidida pelo Chefe de Estado e publicado no *Diário de Notícias* de 31 de maio de 1931.

saudáveis, instruídos e educados e em que o aperfeiçoamento moral seria indissociável do aperfeiçoamento do corpo, a “Saúde” não se concretizou. Os indicadores sanitários do país agravaram-se e mantiveram-se as doenças que sempre afligiram o país. No dealbar do Estado Novo a saúde pública tornou-se uma questão da Nação e da Raça: Portugal só “*poderia progredir pelo trabalho de cada um, física e moralmente saudável, não alheado dos outros, mas como parte integrante de um grande todo*” que constituía a Nação⁵⁸. A doença e a pobreza eram vistas como algo que corroía não só o corpo mas também o espírito e a alma e que conduziria à debilidade da “Raça”. Assim o seu combate integrava-se num ideal mais vasto de engrandecimento da Nação.

Já o ideal “Fraternidade” podemos dizer que teve algum desenvolvimento se considerarmos a criação, em 1919, dum sistema de seguros sociais obrigatório em Portugal. Sendo uma questão em debate desde o princípio do século no nosso país, mas já em vigor em alguns países europeus como a Alemanha e Inglaterra, a criação em maio de 1919 do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios foi consequência da situação criada no pós-guerra com o aumento considerável de feridos, mutilados e de famílias com necessidade de apoio. A ideia dum Estado-Providência visava “*uma sociedade mais equilibrada do ponto de vista social, em que se atendesse a situações de privação de trabalho dos assalariados, por motivos definitivos ou temporários, e se viabilizasse o acesso a diferentes serviços, com destaque para o socorro na doença e assistência médica*” (Pereira, 2000, p. 50). Existia no nosso país, já desde meados do século XIX, uma tradição mutualista, de âmbito privado, organizada em torno dos ofícios⁵⁹, que procurava criar os recursos necessários face a necessidades de doença, desemprego, velhice e invalidez (Pereira, 2000) e também de acesso à educação. A necessidade de intervenção do Estado começa a fazer-se sentir perante as crescentes dificuldades financeiras que as associações enfrentavam para garantir, sobretudo, pensões de velhice e invalidez, por insuficiência das adesões voluntárias. Assim o projeto de seguros obrigatórios começa a desenhar-se e toma forma no pós-guerra. Foi alvo de longos debates sobre as suas formas de financiamento, nível de intervenção do Estado e áreas a abranger. Segundo Pereira, sendo destinada às classes trabalhadoras de menores rendimentos, apenas funcionou efetivamente na área

⁵⁸ Artigo referente à “Semana da Higiene” publicado no *Diário de Notícias* de 13 de Maio de 1931.

⁵⁹ É disto exemplo a “Voz do Operário”: surgindo como jornal da Associação dos Manipuladores de Tabaco em 1879, passa a sociedade cooperativa em 1883. Ao longo do tempo foi diversificando a origem dos seus associados e a sua ação mutualista, acentuando especialmente a educação escolar primária. Em 1932 inaugurou o edifício sede, em Lisboa, na rua com o mesmo nome, cujo projeto foi da responsabilidade do arquiteto Norte Júnior - “Dicionário da História de Lisboa” dirigido por Francisco Santana e Eduardo Sucena.

dos acidentes de trabalho (2000). Mas foi uma estrutura que, depois de implementada, resistiu às várias mudanças políticas que se foram verificando e apenas seria reformulada no Estado Novo.

6. O UNIVERSO FEMININO NO PERÍODO EM ESTUDO

Embora com alguns anos de atraso as mulheres portuguesas acompanharam os movimentos feministas que eclodiram nos Estados Unidos e na Europa e permitiram uma cada vez maior participação das mulheres na vida social e política. Em Portugal é o ideário republicano que lhes traz visibilidade e permite uma intervenção intensa na “*res publica*”. Mas se a República beneficiou da ação das mulheres portuguesas, estas não beneficiaram da República.

6.1. Vivências da mulher na I República

“Feminismo: É ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e de que a maioria das próprias mulheres córam, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que ellas não são responsáveis, louvado Deus!...

E, no entanto, nada mais justo, nada mais razoavel, do que este caminhar seguro, embora lento, do espirito feminino para a sua autonomia.”

Anna de Castro Osorio (1905, p. 11)

Não podemos compreender a visibilidade das mulheres na I República se não tivermos em conta alguns acontecimentos que, na Europa e nos Estados Unidos desde o século XVIII, permitiram que, pouco a pouco, as mulheres fossem tomando consciência de si como indivíduos no seio da sociedade. Em Portugal as mulheres não se alhearam desses acontecimentos, o que facilitou o aparecimento de estruturas feministas que fizeram parte integrante do movimento republicano.

Fraisse e Perrot (1991) apontam alguns aspetos que determinam a eclosão dessa consciência: as ideias que a Revolução Francesa sintetizou na divisa

“Liberdade, Igualdade, Fraternidade” sublinhando a igualdade de direitos para todos, e o aparecimento dum espaço político democrático consubstanciado na República, deu às mulheres a possibilidade de luta por uma posição de liberdade e intervenção na vida política, social e económica da *“coisa pública”*.

O século XIX é o século da irrupção dos movimentos feministas. É neste período que o feminismo nasceu designando tanto mudanças estruturais, como por exemplo o trabalho assalariado e o direito à instrução, como o aparecimento coletivo das mulheres na política (Fraisse e Perrot, 1991). A Europa e os Estados Unidos veem surgir uma realidade nova: as mulheres fundam associações, criam e dirigem jornais e revistas, debatem, reivindicam, realizam conferências onde exprimem as suas ideias. O espírito revolucionário e as novas ideias democráticas, que atravessaram todo o período de transição do século XIX para o século XX, favoreceram a visibilidade das mulheres e a possibilidade de lutar por igualdade de direitos: na instrução (como o acesso ao ensino superior); no trabalho (conquistando a independência económica); no sufrágio (sendo este aliás um dos principais eixos da luta feminista). A troca de experiências conseguida através da imprensa, de visitas e da realização de congressos internacionais fará com que, mesmo se em tempos diferentes, as ideias feministas se espalhem por todo o mundo ocidental (Käppeli, 1991).

Em Portugal, na viragem do século, a vivência feminina organiza-se em torno do modelo familiar. A família é o local de formação dos indivíduos e em especial das raparigas. Estas aprendem os conhecimentos necessários à vivência adulta perpetuando, de geração em geração, o que deve ser a missão da mulher: a maternidade, a gestão doméstica e a fiel conjugalidade (Guinote, 1997). A família é conservadora, encabeçada por um chefe-de-família masculino que deve ter a seu cargo o sustento económico da família.

O universo feminino é analfabeto! O acesso ao ensino era limitado e, quando as raparigas frequentavam a escola, procurava-se sobretudo que a instrução permitisse uma melhor preparação para o que a sociedade espera das mulheres: serem esposas e mães. Mesmo quando alguns setores da sociedade portuguesa, nomeadamente os republicanos e feministas, reivindicam o acesso das mulheres à educação, essa reivindicação sublinha o papel da mulher na formação dos futuros cidadãos, a base para a criação duma nova sociedade. O acesso ao ensino secundário e superior era escasso. Neste último caso o total de raparigas nas instituições de ensino superior de Lisboa, Porto e Coimbra, no princípio do século, não excedia a dezena (Oliveira Marques, 1991). Será a República que, defendendo

a educação como a forma de criar cidadãos esclarecidos e aptos a intervir politicamente, conseguirá alterar um pouco esta situação estabelecendo escolas mistas por todo o país (Guinote, 1997).

Apesar da visão tradicional do papel da mulher ser a de gestão do espaço doméstico, visão essa transversal a todas as classes sociais, as dificuldades económicas em que vivia a maior parte da população portuguesa não permitiam dispensar nenhuma fonte de rendimento. É assim que, à entrada do século, as mulheres constituem já uma parte importante da população ativa: no mundo rural trabalhando lado a lado com os homens e, nos centros urbanos, como operária ou integrando o conjunto de profissões que se tornaram um símbolo da mulher cidadina de origem popular. De entre estas, as mais comuns eram: costureiras, modistas, empregadas de comércio, criadas de servir e amas (Guinote, 1997).

Mas a presença da mulher no mercado de trabalho não se traduzia na sua autonomia ou emancipação na sociedade. Sem quaisquer direitos políticos (não podiam votar nem ser eleitas) estavam sujeitas à tutela dos pais e dos maridos (não podiam dispor dos seus bens sem autorização do marido) e eram remetidas para um plano de inferioridade perante a lei, dado ser da sua natureza “*que a expressão sentimental se sobreponha à capacidade racional*” (Catroga, 1986, p. 7).

É nesta conjuntura que, na transição do século XIX para o XX, tomam forma os ideais feministas debatidos nos salões literários onde uma elite intelectual e urbana, composta por escritoras, médicas e professoras, se reunia procurando assumir um papel de intervenção na mudança da sociedade (Esteves, 2001). Alice Pestana (sob o pseudónimo de Caiel) e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, as pioneiras, e depois Anna de Castro Osório, Adelaide Cabete e Maria Veleda, são algumas das vozes impulsionadoras e mais prestigiadas dum movimento que pretendia chamar a atenção para a situação de inferioridade das mulheres e para a necessidade de, através da educação e valorização, a alterar definitivamente (Silva, 1982). E, de acordo com o seu ideário, só a República poderia alterar o estatuto social da mulher tornando-a um sujeito com direitos e deveres civis iguais aos do homem, possibilitando assim uma sociedade democrática (Catroga, 1986).

À medida que a propaganda republicana crescia já nos primeiros anos do século XX, crescia também a organização de um movimento que congregava essas mulheres de prestígio. A adesão feminina aos ideais republicanos tornou visível a luta pela alteração das condições degradantes em que viviam as mulheres, que recusavam um papel meramente passivo numa sociedade que as minorizava. As mulheres invadiram o palco político, até aí fechado para elas, conduzindo reuniões,

discursando em sessões nos Centros Republicanos, secretariando comícios (Esteves, 2001). Esta ação foi particularmente visível nas zonas urbanas onde crescia uma classe média consciente do seu poder reivindicativo. A maioria das mulheres, analfabetas, trabalhando nos campos ou na indústria estava longe das aspirações das feministas (Torres; Marinho, 2002). Nesta luta foi particularmente ativa a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

Os movimentos feministas em Portugal seguiram um ideário que se desenvolveu ao longo do século XIX, com grande vigor na Europa e nos Estados Unidos. Com um caráter mais moderado procuraram satisfazer as suas reivindicações mais pelo uso da palavra do que pela força das manifestações (Silva, 1982). Assim a imprensa foi uma importante forma de divulgação e doutrinação das ideias feministas. As várias associações existentes além de terem os seus órgãos oficiais mantiveram uma presença assídua na restante imprensa. Em muitos dos periódicos existentes publicaram-se as biografias de mulheres proeminentes na sociedade enaltecendo as suas qualidades e sublinhando que a sua posição social foi alcançada pelo seu mérito e trabalho.

6.1.1. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) foi fundada em 1908. O voto, o direito à instrução, ao trabalho e à administração dos bens, o combate à prostituição e à mendicidade infantil constituíram-se como temas que nortearam a sua ação.

Se a LRMP não foi o primeiro⁶⁰ nem o único movimento que procurou divulgar os ideais feministas, criando as bases para uma nova conceção do papel da mulher na sociedade foi, no entanto, o que conseguiu as estruturas mais sólidas que lhe permitiram ser um expressivo grupo de pressão junto do poder político, designadamente através: do número de associadas que alcançou; da quantidade de núcleos locais que se constituíram; dos órgãos de imprensa própria que manteve; do acesso a outros periódicos onde publicavam artigos e notícias; e da

⁶⁰ Anterior à constituição da Liga Anna de Castro Osório publicou o livro “Às Mulheres Portuguesas” em 1905; constituiu-se a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz em 1906, o comité português de “La Paix et le Désarmement par les Femmes” também em 1906, o Grupo Português de Estudos Feministas em 1907 e uma delegação feminina participou no Congresso Nacional do Livre Pensamento com a tese “Feminismo” em 1908 (Esteves, 2001).

influencia junto dos órgãos decisores republicanos (Esteves, 1991). O próprio Partido Republicano Português apoiou a criação da Liga reconhecendo a importância de congregar num único movimento todas as mulheres que, reconhecidas pelo seu prestígio e valor intelectual, lutaram pelos ideais republicanos. As mulheres viram nos ideais republicanos a possibilidade de modificarem o seu papel na sociedade e, por sua vez, os republicanos evidenciaram a importância das mulheres como educadoras dos futuros cidadãos, ao veicular nos seus filhos a nova ideologia da República, como aliás é expresso nos Estatutos da Liga quando estabelecem a finalidade de *“Orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos a mulher portuguesa, como mãe de família, esposa, filha educadora, tornando-a um indivíduo autónomo e consciente pois que só um novo regimen libertado de preconceitos poderá trazer á sociedade portuguesa a consciência e responsabilidade do povo livre e ativo”*⁶¹;

A Liga utilizou a palavra escrita como o veículo privilegiado de propaganda do seu ideário, seguindo o fenómeno de expansão da imprensa periódica nos finais do século XIX. Deste modo, as principais ativistas da Liga não só escreviam em jornais generalistas, mas, principalmente, na sua própria imprensa periódica oficial, de distribuição nacional: “A Mulher e a Criança”, revista mensal publicada entre 1909 e 1911, e “A Madrugada”, jornal publicado entre 1911 e 1918.

A criação de condições que permitissem a independência económica da mulher em relação ao marido ou à família foi um dos campos privilegiados de atuação da Liga. E essa só seria conseguida através do exercício duma atividade profissional. A Liga será particularmente ativa em fomentar *“a instrução da mulher através do ensino de certas profissões e do estímulo pela aprendizagem de temáticas verdadeiramente úteis, que não meros conhecimentos teóricos veiculados nas escolas, ou em casa, e que para pouco serviam, sobretudo em momentos de maior aflição”* (Esteves, 1991, p. 83).

A educação e instrução da mulher e a independência económica são assim dois dos campos de intervenção mais expressivos desta associação. Só com educação e instrução adequadas as mulheres poderiam evitar a miséria económica e moral: *“...é por haver tão grande descuido na educação da mulher que existem tantos males na sociedade. A maior parte daquelles que nos educam, não pensam que, da educação que nos dão, depende quasi sempre o futuro do paiz”*⁶². Anna de

⁶¹ Texto dos Estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas publicado no jornal “A Mulher e a Criança” em Abril de 1909.

⁶² Artigo de Maria d’Azevedo com o título “A Educação da Mulher” publicado no jornal “A Mulher e a Criança” em Abril de 1909.

Castro Osório (1905), uma das principais e prestigiadas dirigentes da Liga, afirmava: *“uma das nossas maiores vergonhas nacionaes é, por certo, o analfabetismo, mas o que agrava essa vergonha é que, no continente, é a grande maioria das mulheres que eleva pavorosamente a cifra dos analfabetos”* (p. 21). Assim, quer nas escolas oficiais quer nos centros republicanos, a instrução foi um dos campos de ação mais significativos da Liga uma vez que só instruída a mulher se poderia tornar uma cidadã reconhecida, com um novo posicionamento na sociedade. A instrução não teria apenas como objetivo tornar a mulher uma pessoa culta. Pretendia, também, dotá-la de conhecimentos que lhe possibilitassem o exercício de diferentes profissões, criando-se assim as condições que lhe permitissem a independência econômica perante o marido e a família: *“Educar a mulher dando-lhe meios de poder auferir com o seu trabalho o suficiente para a sua sustentação – quando é só - de auxiliar o homem, esgotado pelo trabalho de sobreposse que lhe exige a concorrência e a carestia da vida moderna, - quando casada, - parece-nos a maneira mais pratica de a tornar um ser livre, apta a escolher por motu-proprio o caminho a seguir diretamente na vida.”* (Osorio, 1905, p. 46).

A questão do exercício duma profissão era uma questão premente para as feministas uma vez que, por viuvez ou abandono, muitas mulheres se viam sem qualquer meio de subsistência, caindo na miséria ou na prostituição. A dignificação do trabalho feminino, e por consequência da mulher, é uma constante em artigos da imprensa da Liga. Sublinhando o valor do trabalho (*“o trabalho fortifica a vontade, salubrisa o espirito”*⁶³) utilizam-se por vezes os exemplos internacionais (estatísticas sobre o numero de mulheres em diferentes profissões nos Estados Unidos, por exemplo) para mostrar o avanço civilizacional que representa o trabalho da mulher: *“Recebida a princípio com risos e troças, a mulher que vive do seu trabalho é hoje absolutamente respeitada e querida nos povos que marcham na vanguarda da civilização”*⁶⁴. Contesta-se também o casamento como um meio para alcançar a independência: *“o seu futuro, a sua independência, se não é rica, é ter um modo de vida, uma profissão”*⁶⁵. Mas na Liga estas posições coexistiam com outras que só defendiam o trabalho feminino se este não colidisse com as obrigações domésticas da mulher.

⁶³ Artigo com o título “A Mulher e o Trabalho” publicado na revista “A Madrugada”, em Novembro de 1913.

⁶⁴ *Idem*

⁶⁵ Artigo com o título “A Mulher Independente” publicado na revista “A Madrugada”, em Junho de 1914.

Congregando desde o seu início diferentes orientações quanto ao modo de atingir os seus objetivos, as divergências serão crescentes até à dissolução da Liga em janeiro de 1919 (Esteves, 1991). No espaço de onze anos a Liga conseguiu que fossem introduzidas alterações nas leis do divórcio e da família que deram às mulheres mais igualdade de direitos civis. Mas a grande desilusão foi não ter conseguido o direito ao sufrágio feminino⁶⁶. Tendo sempre lutado por esse direito foi neste campo que mais se acentuou a diferença entre o discurso republicano e a sua prática enquanto poder (Esteves, 1991).

6.2. Da Ditadura ao Estado Novo: de volta ao lar

“Camarada e amigo que me escutas, ouve:

Se tens o culto da tua profissão e pelo trabalho te queres impor, (...) se na tua casa humilde, ao regressares do escritório ou da oficina, te espera um coração de mulher ou o sorriso duma criança, se ao calor amigo do teu lar, naquela paz, naquele verdadeiro sentimento de solidariedade humana que nele se respira encontras o lenitivo para todas as amarguras que na vida te esperam (...).”⁶⁷

Tal como no campo político, também no que respeita à mulher o discurso predominante no período da Ditadura e início do Estado Novo foi combater o que foi considerado o desregramento social dos costumes que a I República tinha possibilitado, nomeadamente com as suas leis a favor do divórcio (Guinote, 1997). Para os setores mais conservadores da sociedade portuguesa a possibilidade de dissolver o vínculo sagrado do matrimónio punha em causa a família e, por consequência, a organização da sociedade (Vaquinhas, 2011). As mulheres portuguesas, sobretudo as mulheres urbanas, adotaram algumas “modas” que,

⁶⁶ A única mulher que votou foi Carolina Beatriz Ângelo nas primeiras eleições constituintes em 1911, invocando a sua condição de chefe de família, ter mais de 21 anos e saber ler e escrever (tinha formação superior em medicina), condições formuladas na Lei Eleitoral da República. Além disso, argumentou que o termo “cidadãos portugueses” incluía tanto homens como mulheres (Samara, 2007).

⁶⁷ Discurso proferido numa sessão sobre as bases sociais do Estado Novo promovida pelas comissões organizadoras dos primeiros sindicatos nacionais e publicado no *Diário de Notícias* de 19 de Novembro de 1933.

vindas do exterior, eram sinais de emancipação feminina: as saias subiram, os cabelos começaram a usar-se curtos (os cortes à “garçonne” ou entre nós os “cabelos à Joãozinho”), invadiram o espaço público para participar na política mas também para fazer compras ou tomar chá.

Inicia-se então, por oposição aos discursos de emancipação feminina, um discurso de valorização da mulher como mãe, tornando-a a salvaguarda da moral na família e sustentáculo da Nação (Pimentel, 2000). No discurso do Estado Novo o indivíduo só existe na família sendo esta a célula base da sociedade, origem e fundamento da organização nacional, local de transmissão dos valores tradicionais que poderão renovar a Nação e acabar com a desordem que a I República tinha trazido, ao sublinhar o primado do indivíduo livre no seio da sociedade (Vaquinhas, 2011). E será à mulher, no seu papel de mãe, que caberá ser a educadora dos filhos tornando-se o garante da transmissão do ideário do Estado Novo. Pimentel (2000) identifica as seguintes ideias de Salazar sobre a mulher:

“a aparente igualdade de valor na diversidade de funções, a distinção entre a mulher solteira e a mulher casada, a divisão de espaços – público/privado – entre homens e mulheres, a defesa da família tradicional da qual a mulher constituía o ‘esteio’, a luta contra o inimigo liberal que a teria atirado para o mercado de trabalho, onde ela entraria em concorrência com o homem, e, finalmente, o propósito do seu retorno ao lar, através da valorização do ‘belo’ papel de mãe e de esposa.” (pp. 27-28)

Salazar considerava que as funções da mulher na família eram tão importantes quanto as do homem, mas enquanto este deveria trabalhar no exterior e garantir o sustento da família, aquela deveria garantir, em casa, a educação dos filhos. A mulher casada não deveria ter necessidade de trabalhar fora de casa, pois isso constituía a origem da desagregação da família, sendo que o trabalho no exterior era aceitável, apenas nas mulheres solteiras sem família ou então com responsabilidades de prover ao sustento familiar. O discurso de valorização do trabalho da mulher no lar procurava *“eliminar a concorrência feminina de um mercado de trabalho onde havia desemprego e no qual algumas empresas competiam desregrada e deslealmente com outras, à custa da mão de obra feminina e infantil, mais barata.”* (Pimentel, 2000, p. 29). Mas as mulheres continuaram a trabalhar fora de casa⁶⁸, particularmente na indústria, o que levou à necessidade da regulação do trabalho feminino, definida no Estatuto do Trabalho Nacional, elaborado após o estabelecimento da Constituição de 1933. Já

⁶⁸ Em 1930 constituíam 27,4% da população ativa total, considerando as que trabalham por conta própria, do Estado ou de empresas particulares (Pimentel, 2000, p. 49).

anteriormente a preocupação pela presença feminina nas fábricas levava à elaboração de leis restritivas do trabalho feminino⁶⁹.

A consciência de que as elites femininas católicas e conservadoras poderiam ser apoiantes da nova ordem fez com que lhes fosse dado espaço de intervenção política pública nas áreas da educação e assistência, agindo como “modelos” na tarefa de eliminar os vícios que a I República tinha introduzido na sociedade portuguesa. Foi durante a Ditadura Nacional (1931) que foi dado o direito de voto às mulheres, mas apenas em algumas circunstâncias: enquanto chefes de família e nas eleições para as juntas de freguesia. O direito de voto foi, mais tarde (1933), alargado às solteiras, maiores e com idoneidade moral para a eleição das juntas de freguesia, e para as câmaras municipais para as mulheres com curso secundário ou superior (Pimentel, 2000, p. 30).

Apesar do enaltecimento do papel da mulher na família no discurso do Estado Novo, em termos de legislação, a mulher mantinha a dependência em relação ao marido devendo-lhe obediência, necessitando da sua autorização escrita para publicar, adquirir ou alienar bens, administrar os seus próprios rendimentos, exercer comércio e viajar para fora do país, por exemplo (Pimentel, 2000, p. 34). A família idealizada pelo Estado Novo baseava as suas relações numa “hierarquia natural”: no topo estava o pai e abaixo deste a mãe e os filhos; o pai era a autoridade, a mãe a sua colaboradora enquanto educadora dos filhos; obediência e respeito guiavam as relações entre todos (Mónica, 1978); a família espelhava, em suma, a sociedade hierarquizada e repressiva que se manteria até 1974.

⁶⁹ Em 1927, durante a Ditadura Militar, foi proibido o trabalho noturno, de pé ou violento durante a gravidez e nas quatro semanas após o parto; em 1932, no governo de Ditadura Nacional, as mulheres não podiam trabalhar mais de onze horas nem fazer horário noturno (Pimentel, 2000, p. 43).

7. A ENFERMAGEM NO PERÍODO EM ESTUDO

Antes da implantação da República coexistia em Portugal enfermagem laica e religiosa. Nos principais hospitais do país os cuidados eram prestados por enfermeiros e enfermeiras laicas. É a República, com a expulsão das ordens religiosas do país, que traz visibilidade a estes enfermeiros, fazendo emergir as suas precárias condições de trabalho e de preparação.

7.1. Antes da República: Enfermeiras laicas ou religiosas?

“É preciso primeiro que tudo assentar muito decisivamente que a dedicação e a coragem não são privativas do zelo religioso. O espirito do homem está organizado de modo que se acorrenta indissoluvelmente á sua profissão e ás obrigações que ella lhe impõe. O dever profissional não é uma phantasia, nem mesmo é uma exceção. É quasi uma segunda natureza do homem, que no momento do perigo impelle á conducta, por mais arriscada que seja, por mais funestas consequencias que importe.”

Miguel Bombarda (1910, p.10)

Uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório da República foi a expulsão dos jesuítas do país, a extinção de quaisquer casas religiosas e a expulsão dos seus membros caso fossem estrangeiros ou naturalizados⁷⁰. Assim foram expulsas de Portugal as religiosas francesas, as Irmãs de Caridade, que prestavam assistência em alguns hospitais e asilos no país. Deste modo a República ponha fim a um longo debate que, desde meados do século XIX, opunha, na sociedade portuguesa, os defensores da enfermagem religiosa e os da

⁷⁰ Artigos 3º e 6º do Decreto com força de lei publicado no *Diário do Govêrno* nº4, Serie I de 10 de Outubro de 1910.

enfermagem laica à semelhança do que ocorria noutros países da Europa como, por exemplo, em França.

Embora as ordens religiosas tivessem sido extintas legalmente em 1834 elas voltaram a instalar-se no país a partir de 1901 depois duma lei que autorizava o seu regresso desde que dedicadas apenas a atividades educacionais ou caritativas (Marques, 1991). Na altura da proclamação da república existiam no país 31 congregações ou associações religiosas que dirigiam centenas de hospitais, sanatórios, asilos e escolas (Oliveira Marques, 1991). Contudo, nos hospitais mais importantes do país (Hospitais da Universidade de Coimbra, Hospital Real de S. José, Hospital Geral de Santo António da Santa Casa da Misericórdia do Porto), locais de aprendizagem médica, a enfermagem era laica, exercida por homens e mulheres, e foi neles que se criaram as primeiras escolas de enfermagem (Soares, 1997).

A existência de enfermeiros e enfermeiras sem vínculo religioso era uma realidade nos hospitais portugueses desde há centenas de anos. No Regimento do Hospital de Todos Os Santos de Lisboa de 1504 a descrição minuciosa do conteúdo funcional das várias categorias de enfermeiros (maior, pequeno, enfermeira e hospitaleiro) não refere tarefas de carácter religioso. Já no Regimento do Hospital Grande de Nossa Senhora da Piedade em Beja de 1511, por exemplo, faz-se referência ao “espiritaleiro”, designando as suas funções, referindo que terá de ser casado e que a sua mulher estará encarregue de fazer o pão para os doentes. As Misericórdias⁷¹ a partir do século XVI, enquanto confrarias laicas, tiveram um papel determinante na prestação de cuidados aos doentes uma vez que lhes foi concedida a administração das instituições assistenciais existentes nos locais da sua implantação, partilhando com as ordens religiosas a assistência aos doentes (Ferreira, 1990), abrangendo todo o país.

O debate entre enfermagem laica e enfermagem religiosa inseriu-se num debate mais amplo entre o clericalismo e anticlericalismo, que atravessou a sociedade portuguesa desde meados do século XIX. Este debate tornou-se mais intenso com a chegada das Irmãs de Caridade⁷². Estas, além das tarefas

⁷¹ Criadas em 1498 pela Rainha D. Leonor com atribuições de carácter essencialmente caritativo, atendendo à situação de pobreza extrema e doença generalizada em que vivia a população portuguesa, as Misericórdias integraram a dimensão assistencial de saúde substituindo-se à responsabilidade régia nesse domínio. A sua ação de proximidade, ajudando as pessoas em condições de pobreza, fome ou incapacidade, administradas por “homens bons” (boa fama, sã consciência, vida honesta e possuidores de bens), tornaram as Misericórdias instituições bem aceites pela população, o que permitiu a sua continuidade ao longo do tempo (Ferreira, 1990).

⁷² Estas religiosas francesas chegaram a Portugal, com autorização do governo, na sequência dum surto epidémico de febre-amarela que atingiu Lisboa em 1856 e 1857. A sua presença foi pedida por

assistenciais, começaram dedicar-se ao ensino de crianças órfãs o que provocou discussões, não só no parlamento, mas também na imprensa criando uma opinião pública (sobretudo nas cidades) contrária à presença de congregações religiosas no país (Neto, 1996). A crescente influência da área mais conservadora da Igreja no ensino e na assistência pública provocou a contestação dos grupos liberais⁷³ que defendiam a continuação da secularização dessas áreas da sociedade. Considerava-se que só a inépcia do Estado na assistência aos mais carenciados permitia a crescente presença das religiosas francesas no país, possibilitando desse modo, a entrada de outras ordens religiosas em Portugal. Em última análise, segundo os liberais, a reintrodução das ordens religiosas significava restaurar o absolutismo no país (Neto, 1996).

No final do século XIX e início do século XX, a oposição entre as duas ideologias – clericalismo e anticlericalismo – tornou-se mais acentuada na medida em que as ideias republicanas, centradas no paradigma positivista e no cientismo, se foram tornando mais presentes na sociedade portuguesa. E foram alguns médicos que introduziram uma vertente científica neste debate e iniciaram a discussão em torno da enfermagem laica. Como referimos anteriormente o final do século XIX foi um momento de grande desenvolvimento da ciência e de importantes descobertas que, no campo da medicina, introduziram novos processos diagnósticos e terapêuticos. Os trabalhos de Pasteur e a descoberta dos agentes bacterianos específicos na etiologia das doenças infecciosas obrigaram a rever as teorias até aí existentes sobre o contágio e, em consequência, conduziram a novas formas de organização do trabalho nos hospitais e a uma maior exigência por parte dos médicos em relação à preparação do pessoal que nele trabalhava. A formação de enfermeiros era assim uma necessidade sentida pelos médicos, decorrente da crescente complexidade dos cuidados de saúde. Na transição do século os enfermeiros que trabalhavam nos principais hospitais aprendiam as bases do seu trabalho na prática, informalmente ensinados pelos médicos. Os que defendiam a enfermagem laica, e sobretudo a necessidade de uma preparação mais científica das enfermeiras, argumentavam com o desinteresse das religiosas pelo trabalho técnico e pela desobediência a regras e ordens necessárias ao bom funcionamento das enfermarias.

algumas senhoras da aristocracia que, integradas em instituições de caridade, pretendiam aumentar a influência do cristianismo entre os mais pobres (Neto, 1996).

⁷³ Alexandre Herculano foi particularmente ativo nesta luta contra “o jesuitismo, o lazarismo, o ultramontanismo e a centralização absolutista do papado.” (Neto, 1996, p. 300).

Médicos como Costa Simões⁷⁴ e Miguel Bombarda defenderam de forma enérgica a existência de enfermagem laica nos hospitais, não só por razões ideológicas, mas também em nome de uma maior eficácia dos serviços hospitalares (Neto, 1996, p. 332). Costa Simões, conhecedor do funcionamento de alguns hospitais estrangeiros e da existência de escolas de enfermagem, nomeadamente em Paris desde 1878 (Soares, 1997, p. 31), em virtude de viagens científicas que realizou, contestava a presença de congregações religiosas nas instituições hospitalares. Referindo-se de forma pouco elogiosa às Irmãs da Caridade num hospital de Paris afirmava “ *há um contraste notável entre o aluno interno e a irmã de caridade: aquela com muito trabalho e quasi de graça; e esta com boa remuneração e quasi sem trabalho. A irmã de caridade guarda ordinariamente a dedicação afamada do seu instituto para os casos raros de moléstias notavelmente ascorosas, e para as épocas philanthropicas de grandes epidemias, ou de guerras salientes. Há com tudo excepções e muito honrosas*” (Simões, 1886, p. 73). Em 1881 viria a criar em Coimbra a primeira escola de enfermagem em Portugal destinada a dar melhor instrução aos enfermeiros e enfermeiras, custeada com o seu próprio dinheiro e que por esse motivo acabou quando Costa Simões saiu da cidade (Soares, 1997, p. 32).

A defesa das enfermeiras laicas foi particularmente evidente na revista “*A Medicina Contemporanea*”, dirigida por Miguel Bombarda, onde este médico publicou vários artigos sobre o assunto, defendendo também a necessidade da formação das enfermeiras. Em 1900, respondendo aos defensores do trabalho das religiosas, Miguel Bombarda⁷⁵, identifica 15 requisitos necessários para que “*a assistencia congreganista fosse aceitavel para um medico*” (Bombarda, 1910, p.35). Valerá a pena transcrevê-los uma vez que nos permitem perceber como os doentes eram tratados e quais os principais problemas que se colocavam no que se refere à higiene hospitalar:

“1.º *Inscrição em cursos de enfermagem sempre que possível, quer no hospital onde fazem serviço quer fóra;*

2.º *Mais perfeitas noções de aceio, sem exclusão de lavagens intimas. N’um sanatorio dos arredores de Lisboa as irmãs inutilizaram os bidets do W.C. para*

⁷⁴ António Augusto da Costa Simões (1819-1903) foi professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e administrador dos hospitais da mesma Universidade entre 1870 e 1885.

⁷⁵ Miguel Bombarda foi médico psiquiatra de grande prestígio internacional e empenhado republicano. Foi diretor do Hospital de Rilhafoles e professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Foi membro do Partido Republicano Português e eleito deputado em agosto de 1910. Foi membro do comité revolucionário que implantaria a República em 5 de Outubro. Seria assassinado por um seu doente dois dias antes da proclamação da República. O seu funeral, juntamente com outro herói da República o almirante Cândido dos Reis, constituiu uma das primeiras grandes manifestações populares de apoio à república logo a seguir à sua proclamação.

que as creanças não pudessem servir-se d'elles; para as irmãs ha com effeito regiões anatomicas em que o contacto da agua é peccaminoso. N'esse mesmo sanatorio as creanças não tomam os banhos que o medico prescreve senão pudicamente enroupadas em camisas e calções;

3.º Uso de vestuários mais simples, menos amplos, com menos mangas, menos pregas e menos véus. Devem lembrar-se de que, se o habito não faz o monge, realisa farta infeção e farto immundismo. O uniforme d'uma unica religiosa bastaria, devidamente cultivado, para infetar cidades inteiras;

4.º Uso de bata de cutim ou brim branco, que é o unico vestuario tecnicamente acceitavel n'uma enfermaria. É garantia de aceio e é a melhor segurança para os doentes ahi reunidos no ponto de vista da transmissão de doenças;

5.º Menos escrupulo em arregaçar as mangas e descobrir de todo os braços no tratamento dos doentes. Só assim se póde fazer um penso sem risco para o padecente. A pudicia das irmãs poderá soffrer, mas que seja tudo por amor de Deus;

6.º Obrigação de serem as proprias irmãs a tratar os doentes e de não darem a incumbencia aos creados da enfermaria;

7.º Menos escrupulos de virtude e de fé religiosa em certos tratamentos especiaes, como parturientes não casadas ou órgãos pudendos da mulher;

8.º Completa subordinação technica aos medicos e estabilidade assegurada das irmãs que o medico tenha selecionado como enfermeiras habeis;

9.º Absoluta obediencia ás prescrições clinicas;

10.º Prohibição de adornarem as enfermarias com altares, santos, quadros, flores artificiaes, vastos receptaculos de toda a especie de microbios;

11.º Prohibição de resas, terços, ladainhas e toda a sorte de cantorias, que se fazem muito bem para o ceu fazem muito mal na terra;

12.º Sacrificio das horas de resas ao serviço dos doentes;

13.º Prohibição de proselytismo na enfermaria e imparcialidade na distribuição de socorros pelos enfermos, quer elles sejam religiosos, verdadeiros ou falsos, quer sejam herejes;

14.º Abandono das preparações de pharmacia aos pharmaceuticos;

15.º Menos exigencias de ordenado.” (Bombarda, 1910, pp. 35-36)

Miguel Bombarda (1910) reconhece o valor das enfermeiras laicas afirmando: *“os hospitaes de Lisboa estão servidos por larga população de enfermeiras, ás quaes nada mais se póde exigir além do que já dão em zelo, dedicação e nítida comprehensão dos seus deveres”* (p. 5). É particularmente elogioso da coragem demonstrada pelas enfermeiras que trabalham com risco permanente de contágio sem nunca recusarem qualquer tarefa: *“a dedicação das enfermeiras dos nossos hospitaes tem chegado a traduzir-se por verdadeiros actos de heroísmo, que se arriscam em nome do dever e fóra de preocupações mysticas, que estão longe de reflectir-se por modo innocente na pratica de enfermagem”* (p. 6). Compara também a violência do serviço, com trabalho noturno e poucas horas de descanso, com a *“remuneração parcimoniosa até á miséria; uma alimentação mesquinha até á meia inanição chronica”* (p. 7). Nos seus artigos Miguel Bombarda utiliza frequentemente a palavra enfermeira, seguindo já a tendência que se desenvolvia em países como a França e a Grã-Bretanha, onde se considerava a enfermagem como uma profissão à qual se adequavam as características femininas. Afirma até que a

mulher portuguesa “*é tão susceptível de se compenetrar dos deveres da sua missão, de viver, diga-se assim, n’elles absorvida, como o póde ser o homem mais illustrado e de melhores dotes d’alma*” (p. 7). As afirmações de Miguel Bombarda permitem-nos inferir das condições de trabalho dos enfermeiros e enfermeiras e também do que se espera deles: coragem, dedicação e compenetração no trabalho.

Uma das preocupações insistentemente referida por Miguel Bombarda (1910) prende-se com a necessidade de formação dos enfermeiros e enfermeiras, uma vez que estes têm de saber agir sem ser por rotina, com “*uma intelligencia clara e bem-educada para que se comprehenda aquillo que se faz e se tem de fazer*” (p.12), e considera que essa formação só será segura e completa se feita numa escola profissional. Afirma que não se pode reduzir a uma questão sentimental “*o que é, fundamentalmente, um producto de séria aprendizagem, de largo e illustrado tirocinio, de technica especial, de saber, n’uma palavra*” (p. 12). Ao analisar as razões do insucesso da escola de enfermeiros do hospital de S. José admite que o ensino aí realizado não se centrou “*nas coisas necessarias e aproveitaveis*” e compara com as escolas de enfermeiros e enfermeiras de Paris onde é ensinada anatomia, fisiologia, farmácia, pensos, cuidados às puérperas e recém-nascidos, “*com grande proveito dos doentes e até da fazenda hospitalar*” (Bombarda, 1900, p. 151) e acrescenta que a instrução técnica que as enfermeiras têm só poderia melhorar “*se entre nós se estabelecessem as escolas de enfermagem, como as que em Paris funcionam*” (Bombarda, 1910, p. 6).

A preocupação pela formação adequada dos enfermeiros e enfermeiras foi também referida por Curry Cabral no relatório que elaborou (Cabral,1915) e onde descreve o trabalho que levou a efeito no Hospital Real de S. José e Anexos⁷⁶, enquanto enfermeiro-mor, no período de 7 janeiro de 1901 a 5 de outubro de 1910. Nele retrata uma situação calamitosa deste conjunto de hospitais no que respeita a instalações (deterioradas e pouco adequadas à função hospitalar, sobrelotadas com doentes), a pessoal (situações de indisciplina por parte dos alunos da Escola médico-cirúrgica, deficiente formação dos enfermeiros), a condições de trabalho (não havia laboratórios, não se realizavam registos adequados sobre os doentes), ao financiamento (deficits constantes que aumentavam de ano para ano). Mas mesmo a situação sendo tão má, os hospitais estavam cheios de pessoas que não necessitavam de internamento hospitalar, garantindo assim, quer o tratamento que

⁷⁶ Este conjunto incluía o Hospital de S. José, Desterro, S. Lázaro, Estefânia, Rainha D. Amélia, Rilhafoles e Odivelas (Cabral, 1915).

fora do hospital não conseguiriam obter, quer a alimentação a que pelos seus próprios meios não teriam acesso⁷⁷ Quanto aos enfermeiros, Curry Cabral refere os seus baixos vencimentos, o seu trabalho duro e excessivo tendo em conta o número de doentes existentes, e a sua falta de preparação (Cabral, 1915, p. 32). Esta situação é também referida por Costa Simões relativamente aos Hospitais da Universidade de Coimbra (Silva, 2008) e pela administração da Misericórdia do Hospital Geral de Santo António, do Porto (Silva, 2010)

No seu relatório Curry Cabral (1915) considerava ser o pessoal de enfermagem *“o mais difficil dos problemas que havia a solucionar no campo da pratica e o que mais se impunha para o aperfeiçoamento dos serviços respectivo.”* (p. 188). Afirmava que a vida profissional *“de enfermeiro official nunca se apresentou com aspecto attrahente e convidativo”* (p. 195) pelo que só concorriam à admissão pessoas com tão poucas habilitações que não lhes permitia outro modo de vida ou que, tendo habilitações, não conseguiam outro emprego. Acentuou a forma displicente como a enfermagem foi considerada até então, na medida em que eram os únicos empregados a quem não eram pedidas provas de competência: *“Só para o serviço d'enfermagem, que é dos mais importantes e dos de maiores e permanentes responsabilidades praticas, se teem admittido e continuarão forçosamente a ser admittidos ainda, mercenarios sem sciencia, nem consciencia dos melindrosos encargos da profissão!”* (Cabral, 1915, p. 200). Sublinhou a deficiente preparação dos enfermeiros e os baixos salários por estes auferidos considerando que, se em geral todos os serviços eram mal remunerados nos hospitais, o problema era mais grave nos enfermeiros uma vez que eles não tinham possibilidade de trabalhar noutros locais, ao contrário dos médicos, em virtude dos horários praticados. Assim, Curry Cabral na sua reorganização do Hospital Real de S. José e no que respeita aos enfermeiros aumentou os vencimentos, criou um novo grupo a que chamou praticantes extraordinários⁷⁸, destinados a suprir faltas ou quando houvesse excesso de doentes e instituiu licenças para descanso, de quinze dias sem perda de vencimento (Cabral, 1915, p. 189). E, tentando colmatar a deficiente preparação dos enfermeiros, criou a Escola Profissional de

⁷⁷ A este respeito Curry Cabral (1915) refere: *“Pediam as requisições extraordinárias, especies alimentares e culinarias tão escolhidas e variadas que, sem erro nem exagero, se deve dizer que a muitos dos pobres recolhidos nos hospitaes se dava qualidade de alimentação como não se encontra em casa dos remediados e nem sempre se vê na meza dos que passam vida mais folgada.”* (p. 35).

⁷⁸ Estes seriam alunos que, sem remuneração, trabalhariam nas enfermarias, quando necessário (Soares, 1997).

Enfermeiros⁷⁹, destinada tanto a pessoal da instituição como de fora. Ainda no referido relatório avaliou a frequência do curso como estando aquém das expectativas criadas: o público não se interessou e o pessoal da instituição tinha dificuldade em frequentar o curso dado que continuava a realizar o serviço nas enfermarias (p. 199). Esperava, por fim, que a persistência da Escola pudesse criar *“um corpo d’enfermagem na altura da sua missão, como a sciencia dos nossos dias exige e até os sentimentos de humanidade reclamam”* (p. 200).

Quando a República foi proclamada a enfermagem no nosso país era exercida, nos principais hospitais, por homens e mulheres laicos, com baixos salários e mal preparados para o trabalho que executavam. A necessidade de uma formação mais moderna e adequada aos progressos científicos da época era premente e defendida por figuras de reconhecido prestígio nacional e internacional.

7.2. As Enfermeiras portuguesas na I Guerra Mundial

*“A Comissão de Enfermagem pesando bem as responsabilidades que assume, não tem duvida de aceitá-las e de se comprometer a organizar esse verdadeiro exercito de salvação, que será o inicio dum belo movimento dignificador para a mulher portuguesa. Todos os sacrifícios, todos os trabalhos lhe serão leves se ao fim de algum tempo de persistente e energico esforço a “Comissão” poder dizer bem alto: ‘que são da sua inteira confiança as mulheres que se dispõem a cumprir nobremente a mais bela das missões, que é a de amparar e cuidar daqueles que á Patria fizeram o sacrificio máximo da sua vida e do seu sangue ‘ ”.*⁸⁰

Poucos meses depois da deflagração da I Guerra Mundial em agosto de 1914 o governo português foi autorizado pelo Congresso a intervir no conflito quando julgasse necessário e tendo em conta os deveres resultantes da nossa aliança com

⁷⁹ Como refere Nunes (2003, p.36) os Estatutos da Escola Profissional de Enfermeiros do Hospital de S. José foram aprovados pelo Decreto nº 240 publicado no *Diário do Govêrno, I serie*, de 12 de Setembro de 1901.

⁸⁰ Do preambulo do artigo que transcreve o decreto que autoriza a Cruzada das Mulheres Portuguesas a criar um curso de enfermagem de guerra e publicado no jornal *“A Semeadora”* em 15 de setembro de 1917.

a Inglaterra (Oliveira Marques, 1991). A declaração de guerra a Portugal por parte da Alemanha aconteceria em março de 1916 e o primeiro contingente do Corpo Expedicionário Português partiria para a Flandres em janeiro de 1917. No dirimir de argumentos entre anti-intervencionistas e intervencionistas sobre a participação de Portugal na frente europeia da guerra, estes últimos fizeram apelo ao heroísmo e invocaram razões morais: a guerra seria o palco onde sobressairiam as grandes virtudes do povo português. É neste contexto que alguma imprensa⁸¹ e algumas organizações feministas iniciaram desde cedo (1915) uma propaganda patriótica, apelando à participação das mulheres no esforço de guerra, um campo até aí exclusivamente masculino: “ (...) *quando em Portugal se pensou a sério na guerra e se começou a falar do envio duma divisão de soldados portugueses para a Europa, logo se constitui uma comissão composta por quatro senhoras, que adotaram o nome Pela Pátria, e que tinha o duplo fim de fazer a propaganda patriótica e ao mesmo tempo cuidar de angariar donativos e metódisar o trabalho feminino para juntar roupas e agasalhos para os nossos soldados.*”⁸²

Por iniciativa de Alzira Dantas Machado, esposa do Presidente da República de então (Bernardino Machado) constituiu-se em março de 1916 “*A Cruzada das Mulheres Portuguesas*” que, de acordo com a sua fundadora, tinha como principal objetivo “*evitar a confusão e perturbação que á sociedade portuguesa traria um estado de guerra, que não tivesse dentro do país uma grande força organizadora e metódica a evitar a rudeza do choque e a adoçar as suas consequencias logicas*”⁸³. A Cruzada era constituída por várias comissões que, trabalhando de forma autónoma, procuravam dar resposta às necessidades resultantes da presença de soldados portugueses na guerra

“o fim da “Cruzada” como o das sub-comissões espalhadas por todo o país é: conhecer das necessidades das famílias dos soldados em campanha, procurar trabalho ás mulheres conforme as suas aptidões, forças e tempo que lhes deixe o seu primacial dever de mães. Dar subsidios ás que não possam trabalhar. Recolher as crianças órfãs. Fundar escolas, creches e cantinas para os que estiverem a cargo das famílias, auxiliar a agricultura e as industrias locais de modo

⁸¹ Está neste caso o jornal mensal “*A Semeadora*”, propriedade da Empresa de propaganda feminista e de defesa dos direitos da mulher. Tinha como secretária da redação Anna de Castro Osório. Publicou-se de julho de 1915 a dezembro de 1918.

⁸² Os artigos apelando à participação das mulheres no esforço de guerra foram uma constante na imprensa feminista de que é exemplo “*As mulheres e a guerra*” publicado no jornal “*A Semeadora*” em 15 de Julho de 1915.

⁸³ A Cruzada das Mulheres Portuguesas manteria uma coluna regular no jornal “*A Semeadora*” divulgando a sua ação como é exemplo este artigo publicado em 15 de maio de 1916.

*a fomentar a riqueza em todo o país sangrado por tantas despesas extraordinárias e pela mobilização, que tantos braços masculinos tira ao trabalho da terra.*⁸⁴

A partir da criação da Cruzada, a Comissão de Hospitalização e Enfermagem trabalhou intensamente junto do poder político no sentido de serem criadas condições para resolver as crescentes necessidades decorrentes da participação de Portugal na frente europeia da guerra e em África. Assim foi cedido à Comissão o edifício do Colégio de Campolide onde deveria ser organizado um serviço de assistência médica e cirúrgica aos soldados mobilizados e suas famílias e também um curso de enfermagem⁸⁵.

Em 21 de agosto de 1917, o governo publicava o decreto nº 3306 autorizando a Comissão de Enfermagem da Cruzada a criar “*um curso de enfermagem destinado a preparar enfermeiras para os hospitais militares do país e dos corpos expedicionários*”⁸⁶. O decreto explicitava as condições para a frequência do curso: ter entre vinte e trinta anos (quarenta enquanto durasse a guerra), robustez física e não sofrer de doença contagiosa, ter a instrução primária ou fazer prova de educação literária equivalente junto da Comissão de Enfermagem, “*ter bom comportamento civil e perfeita dignidade moral*”, ser de nacionalidade portuguesa ou dum país aliado, neste caso com residência em Portugal há bastante tempo (art. 2º). Era dada preferência a mulheres com prática de enfermagem em hospitais, com frequência de cadeiras do curso de medicina e com conhecimento da língua inglesa ou francesa (art. 3º). A obtenção do diploma dependia da aprovação no curso após a realização dum exame perante um júri no qual estaria um médico nomeado pelo Ministério da Guerra e prática com aproveitamento durante um mês num hospital militar (art. 4º). O curso era fiscalizado pelo Ministério da Guerra, e durante o período de prática as enfermeiras recebiam um subsídio diário também da responsabilidade do Ministério. No mesmo Diário do Governo o decreto nº 3307 estabelece as condições de recrutamento de enfermeiras para os serviços de saúde do exército, bem como os direitos (transportes, alojamento, alimentação) e vencimentos (subsídios, reformas) que deviam auferir.

A propaganda patriótica levada a cabo pela Cruzada e pela Comissão de Enfermagem, quer na imprensa quer em sessões públicas por todo o país, conseguiu a adesão das mulheres portuguesas ao curso de enfermagem de guerra:

⁸⁴ À medida que se foi estruturando também os artigos da responsabilidade da Cruzada das Mulheres Portuguesas foram cada vez mais evidenciando a sua ação como neste artigo publicado no jornal “*A Semeadora*” de 15 de outubro de 1916.

⁸⁵ Esta cedência foi publicada no decreto nº 2662 do *Diário do Govêrno* nº 201, serie I de 3 de Outubro de 1916.

⁸⁶ Este decreto foi publicado no *Diário do Govêrno* nº139, serie I de 21 de Agosto de 1917.

“a Comissão recebe todos os dias cartas de todo o país pedindo informações para frequentar os cursos e prestando-se, a maior parte, a seguirem como enfermeiras de guerra para os hospitais portugueses de França”⁸⁷. O apelo aos sentimentos patrióticos, o enaltecimento da missão da enfermeira e a comparação com a Inglaterra cujas enfermeiras de guerra “são consideradas modelares em todo o mundo e conquistaram a posição honrosa que teem á força de inteligencia, de constancia, de dignidade e de trabalho”⁸⁸, permitiu que no primeiro curso se inscrevessem quarenta senhoras.

Durante o período de intervenção de Portugal no conflito outras instituições criaram cursos de enfermagem de guerra: a Cruz Vermelha Portuguesa, o Hospital Militar do Porto e até os Escuteiros de Portugal organizaram cursos de primeiros socorros⁸⁹.

Para lá dos apelos patrióticos, o facto de muitas “senhoras da primeira sociedade”⁹⁰ frequentarem os cursos de enfermagem e estarem envolvidas na sua organização trouxe visibilidade à profissão. A enfermagem “saltou” para as páginas dos jornais. Relatava-se o esforço e os sucessos das alunas, o que era ensinado e o rigor da sua preparação, criando assim uma imagem de credibilidade numa atividade até aí pouco considerada. Associou-se de forma inequívoca a enfermagem à figura feminina: a enfermeira, de moral irrepreensível, estaria ao lado dos soldados feridos e doentes, tratando-os com carinho e abnegação, aliviando o seu sofrimento, estaria a

*“representar as suas mães, as suas mulheres e as suas irmãs; representar, acima de tudo, nobilissimo e honesto character da mulher da nossa terra, dessa mulher abandonada tantas vezes e sempre lembrada, como mãe amantissima e dedicadissima através de todos os perigos e aventuras”*⁹¹.

Afirmou-se que a enfermagem era “uma das mais nobres e mais dignas profissões, que em todos os paises civilizados do mundo está já hoje entregue á competencia excecional das mulheres”⁹².

Se por um lado não questionamos a genuína convicção dos membros da Cruzada das Mulheres Portuguesas ao defender a enfermagem como uma profissão digna de ser exercida pelas mulheres, por outro não podemos deixar de

⁸⁷ A Cruzada das Mulheres Portuguesas manteria uma coluna intitulada Enfermagem de Guerra no jornal “A Semeadora” onde divulgava tudo o que dizia respeito ao Curso de enfermagem de Guerra como neste artigo de 15 de agosto de 1917.

⁸⁸ Palestra ás Senhoras candidatas a enfermeiras de guerra da Cruzada das Mulheres Portuguesas publicada no jornal “A Semeadora” de 15 de novembro de 1917.

⁸⁹ Estes também publicitados no *Diário de Noticias* de 26 de maio de 1916.

⁹⁰ Está neste caso, por exemplo, a filha do Ministro da Guerra, Norton de Matos.

⁹¹ Artigo publicado no jornal “A Semeadora” com o título “Enfermeiras” em 15 de setembro de 1917.

⁹² *Idem*

referir que os vencimentos das enfermeiras eram menores que os dos seus colegas masculinos e que os médicos, que defendiam a enfermagem feminina⁹³, viam a mulher como alguém mais obediente, paciente e capaz de compaixão e por isso mais adequada à profissão (Silva, 2008).

A participação das mulheres portuguesas como enfermeiras na I Guerra Mundial trouxe visibilidade à enfermagem e tornou mais aceitável socialmente a presença feminina na profissão. Apesar de a enfermagem continuar a ser exercida por homens e mulheres nos grandes hospitais do país intensificou-se, a partir deste momento, a discussão em torno da ideia da enfermagem como uma profissão preferencialmente feminina. E este discurso teria a sua consagração quando a ideologia do Estado Novo reserva às mulheres solteiras algumas profissões de carácter social como o professorado e a enfermagem. Pretendendo afirmar na sociedade uma separação dos sexos, criou uma educação especificamente feminina afastando as raparigas do liceu (destinado a criar uma elite masculina) e integrando-as em cursos técnicos ou nas Escolas do Magistério Primário (Pimentel, 2000, p. 403).

7.3. A Caminho da Profissionalização

“É de facto, indispensável que os Hospitais tenham enfermeiros instruídos, educados, verdadeiramente consciêntes do seu papel e missão, bem conhecedores da sua utilíssima profissão, absolutamente idóneos profissional e moralmente...”⁹⁴

O processo de profissionalização, segundo Collière (1999) constrói-se em torno de quatro dimensões: a formação, o reconhecimento jurídico do exercício

⁹³ Costa-Sacadura foi diretor da Escola Profissional de Enfermagem (entre 1918 e 1924 e 1928 e 1930) e da Escola de Enfermagem Artur Ravara (entre 1930 e 1942). Referia que a profissão “é daquelas, sobretudo no sector feminino, que, para ser exercida com superior dedicação, o interesse material pouco representa ...” (Costa-Sacadura, 1942, p. 9).

⁹⁴ Discurso proferido por Lobo Alves na abertura da Escola Profissional de Enfermagem dos Hospitais Cívicos de Lisboa em 15 de fevereiro de 1919.

profissional, a existência de grupos representativos e a existência de publicações (p. 107). São estes aspetos que iremos abordar em seguida.

7.3.1. A formação em enfermagem

A transmissão dos saberes em enfermagem fez-se, ao longo do tempo, através da prática. Pelo treino, pela observação de modelos, normalmente pessoas mais velhas e reconhecidas pela sua arte, iam-se incorporando modos de fazer e também de ser que foram configurando o ser enfermeiro. Mas a transposição para livros desses saberes pressupõe a ideia da necessidade de uma aprendizagem teórica, complementar e indissociável da aprendizagem prática e que pode, pela circulação do livro, abranger um número mais alargado de pessoas. O primeiro manual de enfermagem português conhecido até agora data de 1741 e é da autoria de Frei Diogo de Santiago (da Ordem de S. João de Deus). Na *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros* estão descritos procedimentos de carácter técnico mas também instruções quanto ao comportamento e atitude do enfermeiro perante o doente. A edição do livro denota uma preocupação com a formação dos enfermeiros, neste caso os noviços do Convento de Elvas. Ao referir no título “Arte de enfermeiros” considera haver conhecimentos próprios que definem um determinado perfil desejável para exercer o ofício de enfermeiro.

Nos finais do século XIX e princípio do século XX começam a surgir, em Portugal, escolas de enfermagem, iniciando-se assim “o processo de dissociação do trabalho de Enfermagem da lida doméstica a que estava associada” (Nunes, 2003, p. 26). Como já referimos anteriormente são os médicos que sublinham a necessidade de uma formação mais rigorosa do pessoal de enfermagem como forma de responder às novas necessidades decorrentes do desenvolvimento da medicina. As viagens científicas realizadas e o acesso a publicações médicas permitiram o contacto com a realidade da formação em enfermagem, sobretudo em França. Costa Simões, Miguel Bombarda e Curry Cabral, como temos vindo a referir, nas suas intervenções sublinharam a necessidade de se criar “*um corpo d’ enfermagem convenientemente educado e instruído*” (Cabral, 1915, p. 191), reiterando a exigência de aprendizagem técnica a par da exigência da boa conduta moral.

As primeiras tentativas de criação de escolas de enfermagem são de curta duração. A primeira, em 1881 em Coimbra, pela mão e a expensas do médico Costa Simões terminou quando este saiu da cidade. A segunda, em 1886 no Hospital Real de S. José e Anexos, por proposta do enfermeiro-mor Tomás de Carvalho. Procurava-se dar formação aos “*empregados das enfermarias*” do hospital e disso ficou encarregue o cirurgião Artur Ravara. O curso terminou três anos depois sem sucesso porque, segundo Artur Ravara, os alunos eram analfabetos (Costa-Sacadura, 1950). Curry Cabral, no entanto, identifica a impossibilidade dos alunos cumprirem, ao mesmo tempo, as exigências de frequência do curso e as devidas ao cumprimento das suas obrigações profissionais (Cabral, 1915). No Porto abriria, em 1886, a Escola de Enfermeiros no Hospital de Santo António da Santa Casa da Misericórdia, destinada a dar formação ao pessoal do hospital e também a indivíduos exteriores à instituição (Nunes, 2003).

Após a tentativa gorada de abertura duma escola de enfermagem no Hospital Real de S. José e Anexos Curry Cabral, em 1901, insiste na necessidade da formação de enfermeiros. Enquanto enfermeiro-mor, na sua proposta de reorganização do referido hospital, considera que a criação duma escola de enfermeiros, com novas exigências de habilitações para admissão no curso, permitirá garantir a competência do pessoal de enfermagem (Soares, 1997). A Escola Profissional de Enfermeiros entrou em funcionamento em outubro de 1901, “*cercada pela sympathia de todo o corpo medico, desejada e até pedida pela Associação dos médicos portugueses*” (Cabral, 1915, p. 197). Ciente da dificuldade em atrair candidatos ao curso, Curry Cabral definiu, como um estímulo, a preferência aos diplomados pela escola na admissão e promoção nos quadros do hospital, e fez anúncio público da abertura do curso. No relatório que temos vindo a citar (Cabral, 1915), Curry Cabral lamenta o facto de poucos terem sido os candidatos do exterior e também a dificuldade de compatibilizar a frequência das aulas com o trabalho nas enfermarias, afirmando que dessas “*circunstancias vem a resultar grande diminuição na rapidez do movimento de regeneração profissional a que a Escola se destino*” (p. 199). Mas denota também algum otimismo quando refere os bons resultados alcançados e o facto de alguns alunos se terem distinguido e “*contribuido para a sensível melhoria do serviço tecnico d’enfermagem, apesar do muito que elle deixa ainda a desejar.*” (p. 199).

Do preâmbulo do decreto⁹⁵ que define a reorganização dos Hospitais Civis de Lisboa⁹⁶, em 1918 podemos depreender que a formação dos enfermeiros continuou muito deficiente, ficando aquém das expectativas criadas e que a sua situação profissional também não sofreu melhorias significativas:

“Deixam muito a desejar os serviços de enfermagem e é mau o recrutamento do seu pessoal, porque é menos de miseravelmente retribuído, apesar de ser pesado o encargo e esgotante a missão desta prestante classe. Urgia pôr termo a semelhante situação, absolutamente inadiável, por ser a fome sempre má conselheira, tratar-se dos funcionários do Estado que pior remunerados são e sem sombra de equidade com quaisquer outros, além da sua imediata melhoria ser antiga e constante reclamação do corpo clínico, dos próprios interessados e de todos os que conhecem a sua desgraçada existência. A completa remodelação dos serviços de enfermagem, da Escola Profissional de Enfermagem, e a fixação do critério da competência, idoneidade moral e aptidão para tal modo de vida, no recrutamento do pessoal, constituíram preocupação desta organização como precisam de ser pontos cardiais a orientar as direções hospitalares, se quiserem ter e criar para todo o país serviço de enfermagem e não um nateiro de curandeiros ou enfermeiros clínicos, como os hospitais têm produzido por quasi exclusiva culpa dos seus clínicos.”

A Escola passou a designar-se Escola Profissional de Enfermagem (art.114º); criaram-se os cursos de enfermagem geral (com a duração de dois anos) que permitia o acesso ao quadro de enfermagem dos hospitais e o curso complementar (com a duração de um ano) exigido para a nomeação dos enfermeiros chefes (art.116º e paragrafo único); eram admitidos indivíduos dos dois sexos habilitados com o exame da instrução primária (art. 119º); era garantida vaga no quadro de enfermagem aos praticantes com bom comportamento e comprovada aptidão para o serviço hospitalar após a conclusão do curso (art.120º).

A mudança de designação da escola configura, segundo Nunes (2003), a assumpção da enfermagem como profissão na terminologia oficial. Por outro lado o facto de se passar a exigir o diploma da Escola para nomeação do pessoal definitivo dos quadros dos Hospitais Civis de Lisboa (art. 115º) inicia o processo de reconhecimento do exercício da profissão apenas por detentores de diploma (Nunes, 2003). Se atentarmos que no final do preâmbulo do decreto acima citado se refere a necessidade de eliminar a proliferação de “*curandeiros*” compreendemos o esforço que foi empreendido no sentido da profissionalização da

⁹⁵ Decreto nº4563, *Diário do Govêrno* nº155, serie I, de 12 de Julho de 1918.

⁹⁶ Com a República o Hospital Real de S. José e Anexos passou a designar-se por Hospitais Civis de Lisboa e pela reorganização de 1918 incluíam-se: o Hospital de S. José (policlínico geral); o Hospital de S. Lázaro (escola de enfermagem com serviço clínico anexo); o Hospital do Desterro (urologia, dermatologia, sífiligrafia e venéreo); o Hospital Estefânia (policlínico geral para mulheres e crianças); o Hospital de Arroios (policlínico geral com gafaria anexa, provisória); o Hospital do Rêgo (doenças infetocontagiosas) e o Dispensário Popular de Alcântara (consultas externas).

enfermagem dotando-a dos instrumentos legais para tal: formação em contexto escolar e existência dum diploma para o seu exercício.

A preocupação pela formação dos alunos de Enfermagem é bem patente nas atividades organizadas para além do ensino teórico ministrado: visitas de estudo, conferências e palestras, sessões cinematográficas, são descritas por Costa-Sacadura (1950, pp. 16-18) durante os primeiros anos de funcionamento da escola.

Com uma redação idêntica e idênticas finalidades foi criada em 1919 a Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra, também integrada na reorganização dos serviços dos Hospitais da Universidade de Coimbra⁹⁷.

O regulamento da Escola Profissional de Enfermagem dos Hospitais Civis de Lisboa só será publicado em 1922⁹⁸, localizando a Escola em novo edifício, no Hospital de S. Lázaro. Introduce algumas alterações como a possibilidade de serem criados cursos de enfermagem de especialidades (parágrafo único), elenca as disciplinas que compõem o curso (art. 4º), estabelece as equivalências entre o antigo curso da Escola Profissional de Enfermeiros e o atual (art. 5º), define a duração do ano escolar e os períodos de exames, a existência dum Conselho Escolar com atribuições de carácter pedagógico e define a atribuição de prémios aos alunos com melhor aproveitamento.

Apesar do esforço de regulamentação da Escola e do curso, quando Costa-Sacadura retoma o cargo de diretor da Escola em 1928, após quatro anos de ausência, refere que os alunos aí presentes (cerca de 300) exercem as mais variadas atividades profissionais, não cumprem os requisitos de habilitações e são de moral duvidosa (Costa-Sacadura, 1942, p. 9). A forma como o médico se refere ao assunto mostra que o funcionamento da Escola estava mais dependente da ação do seu diretor do que dos regulamentos existentes. De novo são introduzidas alterações que tornam mais exigente a formação dos alunos: estágio obrigatório, diário das 8h às 20h, com pausa para almoço, admissão sujeita a exame feito pelo Instituto de Orientação Profissional (Costa-Sacadura, 1950).

A Escola de Enfermagem será de novo reorganizada⁹⁹ em 1930 porque se considera não corresponder “às *necessidades de um bom recrutamento do pessoal de enfermagem*”. A leitura do preâmbulo do decreto permite identificar falhas na formação dos alunos nomeadamente nos estágios e, uma vez que o curso de

⁹⁷ Esta reorganização foi publicada no decreto nº 5736 no *Diário do Governo* nº 98, I Serie de 10 de Maio de 1919.

⁹⁸ O regulamento foi publicado no decreto nº 8505 no *Diário do Governo* nº 244, I Serie de 25 de Novembro de 1922.

⁹⁹ Reorganização expressa no decreto nº 19060 no *Diário do Governo* nº 274, I serie de 24 de Novembro de 1930.

enfermagem é essencialmente prático, devia-se exigir uma maior frequência e assiduidade dos alunos aos estágios para garantir um melhor aproveitamento. Também a dispersão pelos serviços dos Hospitais Civis dificultava a necessária fiscalização dos alunos. Assim a Escola de Profissional de Enfermagem passa a denominar-se Escola de Enfermagem de Artur Ravara (art. 114º) e ficará localizada no Hospital de Santo António dos Capuchos (art. 123º) uma vez que este oferece melhores condições (instalações modernas, diversidade de serviços clínicos) para a realização dos estágios. Os alunos, de ambos os sexos, passam a ter matrícula definitiva após exame prévio e passa a haver número limitado de admissões (art. 119º). Mantém-se a possibilidade de contratar enfermeiras estrangeiras para “*coadjuvar a educação profissional e moral dos alunos*” (art. 124º).

A Escola de Enfermagem de Artur Ravara em Lisboa e a Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra serão durante muito tempo as duas escolas de enfermagem oficiais existentes no país (Soares, 1997). Escolas particulares serão também por um longo período duas: a Escola de Enfermeiros no Hospital de Santo António da Santa Casa da Misericórdia do Porto, destinada a dar formação ao pessoal do hospital e também a indivíduos exteriores à instituição que abriu em 1886 e no Hospital de S. Marcos da Santa Casa da Misericórdia de Braga, em 1912, foi criado um curso de enfermagem destinado ao pessoal da instituição (Soares, 1997).

As escolas particulares, sobretudo religiosas, surgirão em maior número nos finais da década de 30, fruto da orientação ideológica do Estado Novo que possibilitou o recrudescimento das ordens religiosas em Portugal.

7.3.2. As associações profissionais e as publicações

Vimos anteriormente como as escolas de enfermagem se constituíram como o local de transmissão de saberes credíveis e de exigência duma rigorosa conduta moral o que permitiu a demarcação entre os “novos” enfermeiros, detentores do conhecimento científico moderno, daqueles que não fizeram essa formação. Ao condicionar-se o exercício profissional à existência dum diploma garante-se a competência para o exercício da profissão e a confiança em quem o possui, afastando do exercício os ignorantes e charlatães. O aparecimento de associações

e periódicos profissionais configura uma consciência de classe e a existência de informação, interesses e problemas comuns que deverão ser divulgados e propostos à reflexão constituindo-se como elementos agregadores do grupo (Nunes, 2003, p. 203).

Data do início do século XX a primeira associação de enfermeiros em Portugal. Silva (2010) identifica a *Associação de Classe dos Enfermeiros de Ambos os Sexos do Porto* como a primeira a ser constituída em 1912, tendo os seus estatutos sido aprovados no ano seguinte (p. 403). Esta associação congregava enfermeiros que fossem detentores de diploma e tinha como principal objetivo a defesa dos interesses económicos dos seus membros. Em 1925 constitui-se a *Associação de Classe dos Enfermeiros e Enfermeiras da Região Sul* que publica a revista *Arquivo do Enfermeiro*. Ambas terminam em 1927 e durante esse período reivindicam a regulamentação da profissão exigindo que esta só fosse exercida por diplomados em escolas de enfermagem profissionais. A defesa da profissão face àqueles que a exercem sem habilitações para tal, as condições de trabalho, e as condições salariais serão temas debatidos e defendidos por aquela associação e outras que por essa altura se constituem: a *Associação de Classe dos Hospitais Cívicos Portugueses*; o *Grémio dos Enfermeiros de Terra e Mar do Norte de Portugal*, que terá como órgão de propaganda *O Enfermeiro Português* (Soares, 1997).

Em 1931 são criados o *Sindicato Profissional dos Enfermeiros da Região Sul* e o *Sindicato Profissional dos Enfermeiros do Centro de Portugal* com sede respetivamente em Lisboa e Coimbra (Silva, 2010). O primeiro publicará *A Voz do Enfermeiro*, onde serão apresentadas reivindicações relacionadas com a profissão, a formação e as condições de trabalho dos enfermeiros (Silva, 2008). Pretenderá ser também “*um agente de cultura geral e elevação moral e espiritual dos enfermeiros diplomados*” (Nunes, 2003, p. 209). O último número sairá em dezembro de 1933.

A Constituição de 1933 consagrará o Estado Novo em Portugal: nesse ano institui-se o Estatuto do Trabalho Nacional, são criadas as primeiras organizações corporativas, proibidos os sindicatos livres e oficializada a censura. O Secretariado de Propaganda Nacional encarregar-se-á de criar a imagem dum Estado que se dedica ao desenvolvimento da Nação e ao bem-estar e segurança do seu povo. O Estado intervém diretamente nos sindicatos aprovando os seus estatutos, autorizando deslocações e participações em congressos internacionais, podendo até dissolvê-los. Nesta conjuntura, embora os sindicatos continuassem a existir, a

sua ação ficou diminuída uma vez que já não havia lugar para ações reivindicativas (Soares, 1997).

7.3.3. Conclusão

Se bem que em Portugal sempre tenha existido enfermagem exercida por enfermeiros, homens e mulheres laicos, a par da enfermagem exercida por religiosos, a enfermagem ganhou maior visibilidade com a progressiva laicidade do Estado e introdução das ideias republicanas em finais do século XIX, princípio do século XX. A discussão em torno da defesa da enfermagem laica versus enfermagem religiosa culminou com a expulsão das ordens religiosas do país logo após a implantação da República. Essa defesa foi tomada a peito por alguns dos mais prestigiados médicos portugueses que, seguindo o desenvolvimento científico da época, procuravam ter nos enfermeiros um grupo profissional, competente e instruído, que pudesse trabalhar segundo os novos conhecimentos que surgiam.

O protagonismo dos movimentos feministas que acompanhou a progressiva disseminação das ideias republicanas no país permitiu, introduzir a ideia da enfermagem como uma das profissões adequadas para ser exercida pelas mulheres. Os movimentos feministas defenderam a dignidade do trabalho feminino como forma de autonomia económica e social, numa época de dependência da mulher face ao homem (pai ou marido) e ausência de direitos sociais. A participação de Portugal na frente europeia da I Guerra Mundial pôs em evidência a enfermagem feminina, ao ser criado o curso de enfermagem de guerra da responsabilidade da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Os apelos feitos por esta organização à participação das mulheres no curso sublinharam algumas características femininas como a abnegação e o carinho não deixando de referir o dever patriótico que todos os cidadãos tinham de participar no esforço de guerra. No entanto, no período em estudo, a enfermagem manteve-se uma profissão exercida por homens e mulheres, e só começará a ser maioritariamente feminina com a concretização do discurso do Estado Novo que, defendendo o papel da mulher na família, fará a distinção entre mulheres casadas e solteiras reservando a estas o trabalho fora de casa.

Será no período em estudo que se inicia o processo de profissionalização da enfermagem. Apesar de existirem tentativas de formação desde 1881, é com a

reorganização dos Hospitais Cívicos de Lisboa em 1918 e consequente reorganização da escola de enfermagem, que passa a denominar-se Escola Profissional de Enfermagem, que esse processo se inicia ao exigir-se o diploma para o exercício da profissão nos hospitais, permitindo assim o reconhecimento jurídico do exercício profissional. A partir desta altura ir-se-ão progressivamente somando as outras dimensões que integram o processo: constituem-se várias associações profissionais, que com os respetivos periódicos, procurarão divulgar e propor à reflexão interesses e problemas comuns, constituindo-se como elementos agregadores dum grupo que já se identifica como classe profissional.

DAS OPÇÕES METODOLÓGICAS

As opções metodológicas tomadas decorrem dos objetivos definidos e de termos como fontes notícias, documentos legislativos e discursos produzidos nos debates parlamentares, constituindo assim uma serie de documentos escritos que formaram o nosso *corpus* de análise. Ao dar uma atenção particular ao discurso produzido sobre as enfermeiras e a enfermagem optámos por considerar as perspetivas da análise do discurso e, mais especificamente, o conceito de repertórios interpretativos como orientadores da análise a realizar ao conjunto de documentos obtidos.

A análise do discurso é uma abordagem que procura investigar a linguagem em uso quotidiano e em contextos sociais. É uma perspetiva da vida social que contém elementos quer metodológicos quer conceptuais ou seja, envolve modos de pensar o discurso mas também modos de tratar o discurso enquanto objeto de análise (Wood & Kroger, 2000). A linguagem não é apenas um código que permite a comunicação, envolve processos de pensamento e compreensão (Potter & Wetherell, 1987). É a forma mais elementar de interação entre as pessoas. Assim procura-se compreender como as pessoas usam a linguagem nas suas interações sociais sendo que ela “*constrói os objectos, os sujeitos, a subjectividade e o self*” (Willig, 1999, citado por Nogueira, 2001, p. 19).

Na análise do discurso o foco não é a linguagem enquanto entidade abstrata com um conjunto de regras gramaticais mas antes como um meio para a interação. Assim a análise do discurso torna-se a análise do que as pessoas fazem. A linguagem não é apenas uma ferramenta de descrição e um meio de comunicação, antes uma característica central e constitutiva da vida social: é o local onde os significados são criados e modificados (Wood & Kroger, 2000).

Potter e Wetherell utilizam o termo discurso de uma forma ampla englobando todas as formas de interação verbal, formal e informal, e textos escritos (1987). Afirmam que os textos sociais não são apenas um reflexo dos objetos ou acontecimentos existentes. Eles constroem ativamente uma versão desses factos. Não descrevem apenas; fazem “coisas”. Assim sendo têm implicações sociais e políticas.

Sendo a atividade discursiva produtora de significados, ao colocá-la na sua relação com um determinado momento cultural e histórico procura-se as condições que permitiram o emergir de um determinado discurso (Nogueira, 2001).

A análise do discurso retira contributos de várias disciplinas. Na filosofia da linguagem Austin, em 1962, desenvolveu a teoria *speech acts* – atos discursivos. Esta teoria enraíza-se no princípio de que as frases afirmam coisas e fazem coisas

constatando que todas têm um sentido e uma força. Assim uma pessoa diz uma frase com um significado específico (por exemplo, fecha a porta), usa-a com uma determinada força (ordem, pedido) e ao dizê-la provoca um efeito num outro (irritação, indiferença). Por isso Austin afirma que as pessoas usam a linguagem como uma ferramenta para conseguir que as coisas se façam e, assim, alerta o investigador para considerar o contexto social que rodeia o uso da linguagem (Potter & Wetherell, 1987).

Outra área de estudo, a etnometodologia, sustenta a ideia de que as pessoas estão sempre a tentar compreender o que se passa e a usar essa compreensão para produzir comportamentos que considerem apropriados na interação social. Durante a conversação as pessoas desenvolvem um trabalho de interpretação constante para alcançar o sentido das frases e usam o conhecimento do contexto para ajudar a encontrar esse sentido (Potter & Wetherell, 1987).

Estas duas disciplinas foram importantes no desenvolvimento da análise do discurso e sublinharam a natureza construtiva da linguagem. Mas, a análise do discurso recebe ainda contributos de outra disciplina: a semiologia. A semiologia considera a distinção entre o conceito (significado) e a respetiva palavra (som) associada (significante). Desta associação resulta o signo. O signo é arbitrário na medida em que nada determina a natureza do significado ou do significante; não existe uma natural relação entre eles. Como consequência desta ideia a linguagem é sempre dependente de um sistema de relações (Potter & Wetherell, 1987).

Existem componentes da análise do discurso que importa considerar. Uma delas é a função: as pessoas usam a linguagem para fazer coisas, o que implica que não podemos analisar frases de forma adequada retirando-as do contexto em que são produzidas (Wood & Kroger, 2000); outra é a variabilidade uma vez que a narrativa varia conforme a sua função ou seja, varia de acordo com o objetivo que uma pessoa tem ao realizar essa narrativa que pode ser diferente em função das audiências e do contexto específico em que é dito (Castro, 2002); e por fim a construção dado que as pessoas usam a linguagem para construir versões do mundo social. O discurso é, por um lado, elaborado em torno de expressões e palavras preexistentes carregadas de significados e por outro, os diferentes significados das palavras e a sua interligação constroem novas versões da realidade (Castro, 2002, p. 99).

Deste modo, um dos princípios da análise do discurso é que a função envolve a construção de versões e isso é demonstrado pela variabilidade da linguagem

(Potter & Wetherell, 1987). Assume-se assim que, na linguagem, os significados são múltiplos e variáveis e não fixos e únicos.

Podemos então colocar a questão: que tipo de conhecimento pode produzir a análise do discurso?

Existem, tradicionalmente, duas abordagens do conhecimento. No positivismo, usando métodos adequados que estão bem definidos, o investigador obtém um conhecimento do mundo e do seu funcionamento considerando as relações causais que se estabelecem. Ao identificar estas relações o investigador pode aplicar os resultados da sua investigação na resolução de problemas reais e, até fazer previsões. O conhecimento obtido é generalizável a outros contextos porque é objetivo, não sofrendo enviesamentos decorrentes dos pontos de vista e valores do investigador. Uma boa investigação produzirá informação neutra que contribui para o desiderato de atingir verdades universais.

A análise do discurso situa-se numa perspectiva epistemológica oposta à anterior e mais associada às ciências sociais: o investigador não persegue a descoberta da verdade da realidade, antes uma interpretação dessa mesma realidade. Esta posição radica na aceitação de várias premissas. Assim, a natureza complexa e dinâmica do mundo social impede que o investigador possa fazer previsões fiáveis, uma vez que existem múltiplos fatores presentes numa situação e as relações estabelecidas entre eles variam. Deste modo o objetivo da investigação é procurar sentido e significado, não prever nem controlar. Por outro lado, uma vez que nas ciências sociais o estudo envolve outras pessoas, com uma enorme diversidade de pontos de vista e experiências, não é possível encontrar uma verdade única e neutra. Por fim, ao aceitar que existem múltiplas realidades, considera-se que existem múltiplas verdades: "*Os termos com que o mundo é compreendido são artefactos sociais, produtos de interacções entre pessoas, historicamente situadas* (Gergen, 1985, citado em Castro, 2002, p. 74). O conhecimento obtido neste tipo de investigação é assim parcial, situado e relativo: refere-se a situações e períodos particulares não sendo generalizável e está sempre relacionado com os valores e pontos de vista do investigador (Wetherell et al, 2001).

Existem diferentes abordagens na análise do discurso. Uma dessas abordagens é designada por repertórios interpretativos. Segundo Potter e Wetherell os repertórios interpretativos são conjuntos organizados de termos e de formas gramaticas e estilísticas, relacionados entre si usados recorrentemente para caracterizar e avaliar ações, acontecimentos (1987). São uma parte do senso

comum de qualquer comunidade e possibilitam uma base para a compreensão social partilhada. Wetherell et al utilizam uma metáfora para mostrar como são utilizados os repertórios interpretativos: *“they can be usefully thought of as books on the shelves of a public library, permanently available for borrowing”* (2001, p. 198). Deste ponto de vista as autoras reiteram a ideia de que, quando as pessoas falam de alguma coisa fazem-no usando um repertório de termos que lhes foi “fornecido” pela história (Wetherell et al, 2001). Muitas vezes organizam-se em torno de metáforas ou figuras de estilo. Procuram-se assim padrões na linguagem que se possam associar a um determinado tema. Esta abordagem *“entende a linguagem situada dentro de um contexto social e cultural e não apenas nas interações”* (Nogueira, 2001, p. 25) e o seu interesse situa-se no uso da linguagem: no modo como as narrativas são construídas em diferentes funções. A linguagem torna-se assim construtiva na medida em que cria aquilo a que se refere. Os repertórios funcionam como um recurso comum a todos os que partilham uma linguagem e uma cultura (Nogueira, 2001) e são utilizados pelas pessoas para justificar as suas próprias versões dos acontecimentos, validar comportamentos, evitar a crítica ou manter uma posição credível numa interação.

Ao utilizar os repertórios interpretativos na análise do discurso Potter e Wetherell (1987, p. 156) sublinham que a finalidade não é encontrar consensos no sentido em que as pessoas usam sempre o mesmo repertório. Antes é necessário identificar as situações em que umas pessoas usam um repertório, outras outro, aceitando que em outras ocasiões as mesmas pessoas usarão um repertório diferente. A atenção centra-se no uso da linguagem, no modo como as narrativas são construídas e nas suas diferentes funções.

A linguagem não surge num vazio social. Estrutura-se num espaço sócio-histórico e emerge numa determinada cultura. Situar a atividade discursiva num contexto mais amplo permite identificar e compreender as condições que facilitaram a emergência dum determinado Discurso. Ao assumir que a linguagem é ação então a análise do discurso é uma forma de ação. Pode contribuir para mudar a linguagem e, por consequência, o modo como a realidade é representada. Ao identificar os modos como certas práticas discursivas permitem perpetuar o que é considerado um dado adquirido ou problemático (por exemplo o discurso sobre o género ou o discurso sobre um grupo profissional), a análise do discurso pode ajudar a encontrar alternativas a essas mesmas práticas, facilitando processos de mudança social.

Os vários autores consultados (Wetherell et al, 2001; Wood & Kroger, 2000; Potter & Wetherell, 1987) sugerem algumas propostas ou etapas conducentes à realização duma análise de discurso. Todos são unânimes em considerar que é mais fácil expor os pressupostos teóricos da análise do discurso do que expor como se realiza essa análise. Das propostas encontradas foram tidos em consideração alguns princípios mais significativos que nos permitiram levar a cabo a análise dos textos numa perspetiva discursiva.

Os autores concordam que a formulação das questões que orientam a investigação deve privilegiar o discurso, ou seja questionarmos como a construção de um determinado excerto discursivo se relaciona com a sua função (Potter & Wetherell, 1987, p. 161). As palavras deixam de ser um simples meio de expressar o pensamento. Têm de ser lidas com atenção à realidade que estão a criar pela sua relação umas com as outras (Castro, 2002, p. 108).

Outro aspeto a ter em conta é a leitura e reflexão em torno do tema em estudo, o que se compreende uma vez que se procura estabelecer a relação entre um momento cultural e histórico e as condições que permitiram o emergir de um determinado discurso (Nogueira, 2001).

A familiaridade com o material em análise é considerada por todos os autores condição fundamental para conseguir realizar uma análise do discurso.

No nosso estudo utilizámos fontes impressas, notícias, documentos legislativos e atas de debates parlamentares, pelo que a sua recolha permitiu, por si, uma primeira familiarização com os textos obtidos. Os autores consideram outra etapa, a transcrição das entrevistas. No nosso caso, e dada a natureza das fontes, esta etapa traduziu-se na sua transcrição e contextualização no momento histórico e social em que foram produzidas. Esta etapa permitiu aprofundar a familiarização com os textos e esboçar uma primeira identificação de padrões de regularidade nas narrativas encontradas.

As sucessivas leituras realizadas e a maior familiarização com os textos conduziram a construção da análise, sustentada no conceito de repertório interpretativo. Wetherell considera que a familiarização com os dados é condição para conseguir a identificação de repertórios interpretativos (2001, p. 198) uma vez que gradualmente se vão reconhecendo padrões de linguagem comuns, ao longo das diferentes narrativas.

Por fim, e tendo em conta o que Potter e Wetherell recomendam, a forma como a análise é apresentada, usando excertos, por vezes longos, dos documentos obtidos, pretende mostrar todo o raciocínio desenvolvido e assim permitir a

confirmação e validação das afirmações produzidas (1987, p. 172). A análise realizada é sempre uma interpretação. Por isso não pode ser dissociada das posições de quem a realiza o que determina a preocupação em tornar claras essas mesmas posições e os pressupostos teóricos em que se baseia (Castro, 2002).

Gostaríamos ainda de referir alguns aspetos que, quanto a nós, configuram as limitações decorrentes da metodologia utilizada e que, como tal, devem ser explicitadas. Foi a primeira vez que utilizámos os pressupostos conceptuais da análise do discurso como orientadores da análise documental e mais especificamente, o conceito de repertórios interpretativos. Utilizar uma metodologia pela primeira vez e o facto de não termos encontrado estudos metodologicamente fundamentados no conceito de repertórios interpretativos foram aspetos que dificultaram a apropriação de nova forma de raciocínio, argumentação e apresentação de dados.

Os estudos encontrados e realizados na área da psicologia social como os de Marques (2011), Castro (2002) e Nogueira (2001) familiarizaram-nos com a nova linguagem mas obrigaram-nos a uma constante atenção para não nos desviarmos da nossa área de interesse: a História.

DO DESCRITIVO DAS FONTES

Do discurso produzido sobre as enfermeiras e a enfermagem no jornal,
nos documentos legais e no Parlamento

Para responder às questões colocadas, utilizámos como fonte primária principal para a colheita de dados o jornal Diário de Noticias. Existindo desde 1865, a criação deste jornal surge num período em que se pode falar de transformação industrial da imprensa. A existência de processos mecânicos mais aperfeiçoados permitiu aumentar as tiragens sem aumentar os custos. As ideias que estiveram na base da criação do jornal foram: ser um jornal popular, acessível a todos quer no preço quer no estilo, ser um jornal sem filiação partidária cujo principal objetivo era a informação (Tengarrinha, 1989). Além do preço acessível o Diário de Noticias contava com outro fator que o tornou um jornal de grande divulgação: foi o primeiro jornal a iniciar a venda ambulante recorrendo a ardinhas que, ao invés de estarem em postos de venda fixos, percorriam os locais mais concorridos das cidades. O baixo custo do jornal era ainda sustentado pela existência de outra fonte de receita: a publicidade¹⁰⁰. Utilizámos também os documentos legislativos e a discussão que suportou a sua produção.

Percorrer vinte e três anos da vida do país através da leitura¹⁰¹ do jornal permite-nos “mergulhar” no dia a dia da sociedade portuguesa, conhecer os seus gostos, a sua sensibilidade e o que pensam as pessoas das várias camadas sociais (Tengarrinha, 1989), uma vez que a escolha das notícias e a forma como são escritas refletem o que ocorre no país: os acontecimentos políticos, os acontecimentos sociais, as dificuldades que existem mas também as realizações conseguidas e... as zaragatas, homicídios, infanticídios, abandonos, acidentes, roubos, pedidos de ajuda, subscrições, a nova coleção que chegou aos Armazéns do Chiado e sempre os anúncios: o que se vende e se compra, as ofertas e pedidos de emprego, os pedidos de empréstimo, o dinheiro que se empresta, os remédios milagrosos!

Ao longo do tempo também a estrutura de apresentação das notícias foi mudando. De uma apresentação seguida, coluna a coluna quase sem individualização dos assuntos tratados, passa-se para uma arrumação dos temas por páginas, mais ou menos constantes, ocupando as notícias do estrangeiro cada vez mais espaço. Surgem também, a partir dos anos vinte, secções especializadas sobre desporto, comércio, indústria e finanças, agricultura, questões coloniais, cinema e teatro, ensino, assuntos femininos e suplementos infantis, que o editorial justifica “*derivado da sua larguíssima tiragem e desejoso de colaborar no estudo*

¹⁰⁰ Segundo Tengarrinha (1989) o jornal chegou a publicar em 1913, num só dia (3 de dezembro), 1395 anúncios (p. 225).

¹⁰¹ Dada a morosidade da leitura do jornal microfilmado optámos por realizar a leitura diária do jornal dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de 1910 a 1933.

*das questões que interessam ao país*¹⁰². Apesar de se definir como um jornal sem filiação partidária cujo principal objetivo era a informação (Tengarrinha, 1989), os assuntos chamados para primeira página (e o espaço noticioso que ocupam) refletem as opções ideológicas em cada momento.

Faremos a descrição dos textos encontrados, respeitando a sintaxe e o grafismo em uso, do mesmo modo que fizemos a sua pesquisa, ano após ano, enquadrando as situações narradas com as circunstâncias políticas e sociais que as rodeiam. Utilizaremos também os documentos legislativos encontrados com referência às palavras enfermeira e/ou enfermagem. Usando as mesmas palavras-chave utilizaremos as discussões parlamentares que suportaram a produção legislativa em Portugal sobre este tema.

¹⁰² Editorial publicado no *Diário de Notícias* de 14 de novembro de 1924.

1. A I REPÚBLICA

1910 (5 de Outubro)

A República é entusiasticamente saudada nas primeiras páginas do jornal. Descrevem-se as movimentações militares ocorridas na cidade de Lisboa, a forma como os revolucionários conduziram as operações (“*com a máxima urbanidade procurando evitar mais derramamento de sangue*”) e também o embarque da família real a caminho do exílio. Faz-se a apresentação dos membros do Governo Provisório. As mortes de Miguel Bombarda e de Cândido dos Reis são lamentadas e repetidamente descritas as circunstâncias em que ocorreram, exaltando o caráter republicano das duas personalidades. Divulgam-se os preparativos para os seus funerais que terão “honras de estado”.

A situação militar que se vive na cidade, com focos de resistência ao novo regime, leva ao estabelecimento de postos de atendimento a feridos nas ruas:

*“o sr. dr. Tovar de Lemos e enfermeiros António dos Santos, Eduardo de Assumpção Ferreira, Miguel d’Aguiar; enfermeiro da Associação dos Empregados no Comércio e Indústria; Júlio dos Santos e Domingos da Cruz e enfermeiras D. Amélia Quelido de Lima e D. Alice Xavier da Fonseca e maqueiros Luis Ferreira e Raul Pereira Pedroso, estabeleceram no Rocio, um bom serviço de Cruz Vermelha. Todos se esforçaram e trabalharam com carinho no tratamento dos feridos.”*¹⁰³

A descrição do movimento nos diferentes hospitais da capital, com a identificação exaustiva dos feridos que neles receberam tratamento ou ficaram internados, assim como o número de mortos (*36 entrados no necrotério*) mostra os custos humanos da revolução. A adesão popular ao movimento revolucionário é descrita como sendo entusiástica e por vezes “excessiva” pelo que se reproduzem os apelos “*á prudencia e moderação, ao respeito com a maior generosidade para com todos.*”¹⁰⁴

Nos dias seguintes dá-se conta das diferentes localidades que, por todo o país, vão saudando a implantação da República.

¹⁰³ *Diário de Notícias*, 6 de outubro de 1910 (p. 1).

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, 6 de outubro de 1910 (p. 1).

O relato da prisão e expulsão dos padres jesuítas e das religiosas do país (com alguns relatos da violência exercida sobre eles) ocupa as primeiras páginas do jornal assumindo, por vezes, um tom jocoso:

“as enfermeiras do hospital de Jesus Christo deixaram de usar as suas habituaes vestes de irmãs da caridade, e passaram a vestir-se á secular. Usam um chinó visto que a colectividade a que pertenciam as obrigavam a usar o cabelo cortado á escovinha. Ficaram agora umas catitinhas.”¹⁰⁵

Ao mesmo tempo que se descreve a fuga das religiosas das instituições onde trabalhavam, relata-se a sua substituição por enfermeiras laicas: *“do hospital de S. José, seguiram hontem para Setúbal, várias enfermeiras, que vão para aquella cidade prestar serviços no sanatório de Outão, que até aqui eram ministrados por irmãs da caridade.”¹⁰⁶*

Logo nos primeiros dias após a revolução noticia-se a exoneração do Dr. Curry Cabral do cargo de enfermeiro-mor e a sua substituição por Augusto de Vasconcellos.

A preocupação dos primeiros governantes republicanos perante as más condições de saúde da população (em novembro noticia-se peste bubónica em Lisboa) determina a constituição de comissões concelhias de saúde¹⁰⁷ que deverão atuar no sentido de identificar as condições sanitárias do concelho, tomar as medidas necessárias para a sua melhoria e definir planos de hospitalização de assistência às pessoas vítimas de epidemias. O decreto dá especial ênfase à necessidade de acabar com os enterramentos nas igrejas, à necessidade de eliminar os ratos enquanto foco e veículo de transmissão de doenças e ao abastecimento de água potável, aos esgotos e remoção de lixo. O preâmbulo do decreto sublinha *“o accentuado atraso”* em que a Republica encontrou o país (*“a hygiene urbana offerece-se rudimentar ou defeituosa”*) e que *“tem de ser um dos desvelos das novas instituições o fomento da salubridade colectiva”*.

Será também uma preocupação do Governo Provisório garantir a transição de determinadas estruturas para a nova ordem estabelecida. O Dispensário da Rainha, instituição destinada à assistência clínica das crianças e de reconhecido valor e aceitação popular, passa a denominar-se Dispensário Popular de Alcântara¹⁰⁸ passando a ser administrado pelo Estado (art. 1º). Os produtos necessários à assistência às crianças serão requisitados ao Hospital de S. José (art.4º). Do seu

¹⁰⁵ *Diário de Notícias*, 13 de outubro de 1910 (p. 2).

¹⁰⁶ *Diário de Notícias*, 15 de outubro de 1910 (p. 3).

¹⁰⁷ Decreto, *Diário do Govêrno* nº 37, I serie de 17 de Novembro de 1910.

¹⁰⁸ Decreto com força de lei, *Diário do Govêrno* nº 41, I serie de 22 de Novembro de 1910.

quadro de pessoal constam “*uma enfermeira-regente, uma enfermeira-ajudante e duas enfermeiras*”. Entre outras disposições define-se que as enfermeiras, criadas e serventes do dispensário terão os mesmos direitos no que respeita à aposentação que os empregados similares do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana (art. 8º).

1911

Ao longo dos meses consultados o jornal relata a consagração da República. As festas que ao longo do país se organizaram para comemorar o primeiro aniversário da República, o reconhecimento do novo regime pelos vários países europeus feito, não só através dos embaixadores credenciados no país, mas também pelas viagens ao estrangeiro que membros do Governo realizam para garantir esse reconhecimento, as sessões e conferências para divulgação dos ideais republicanos, a descrição exaustiva das sessões da Assembleia Constituinte.

A nomeação de Ricardo Jorge para Diretor Geral dos Serviços de Saúde é notícia de primeira página¹⁰⁹. As condições sanitárias (epidemia de varíola em Lisboa, em janeiro) e de miséria e desamparo em que muitas pessoas vivem são amplamente noticiadas, e são constantes os apelos à beneficência. “*Rotos e esfomeados, raquiticos, aleijados, gerações de alcool marcados de vicio, essa Lisboa descamisada que treme de frio e rasteja esmolando pelas esquinas, todos se julgam principes neste momento fugidio em que vivem longas semanas de recordação e chamejam novas esperanças de outra hora azul*”¹¹⁰, lê-se numa notícia sobre uma sessão de cinema oferecida às crianças protegidas pelo jornal. O jornal manterá, ao longo dos anos, constantes subscrições para apoio aos “*nossos pobres*”.

Três meses depois da instauração da República o jornal dá conta da saída do país das últimas irmãs da caridade¹¹¹. Responsáveis pelo recolhimento de Campolide, onde se prestava assistência aos idosos, houve “*com ellas toda a tolerancia em attenção aos serviços que prestavam com o sustento e tratamento de grande numero de velhos que estavam internados no seu asylo*”. A notícia é acompanhada pela fotografia do pessoal que foi substituir as irmãs, e entre eles

¹⁰⁹ *Diário de Notícias*, 4 de março de 1911.

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, 25 de dezembro de 1911 (p. 1).

¹¹¹ *Diário de Notícias*, 20 de janeiro de 1911 (p. 4).

estão identificados uma enfermeira e um enfermeiro. Dias mais tarde¹¹² representantes da imprensa são convidados a visitar o Asilo de modo a constatar a situação em que se encontram “os velhinhos de Campolide”. São relatadas as condições da habitação, as condições de higiene (aspeto onde existem grandes deficiências), a refeição a que assistiram, como vivem os idosos. A notícia refere que “um enfermeiro alimenta a biberon um pobre doente, a quem pouco resta de vida”, e sublinha que todos estão muito contentes com a nova situação que “longe de piorar a sua situação bem a modificou para melhor”. A notícia termina com o apelo à caridade pública para que o asilo continue a funcionar e a cumprir o seu dever de apoio aos idosos.

Nos restantes meses consultados apenas se encontram anúncios a pedir ou a oferecer serviços de enfermagem. O hospital da Misericórdia da Covilhã¹¹³ precisa de uma enfermeira “que saiba ler e escrever. Também se aceita uma mulher para praticar e que a sua idade não seja inferior a 20 annos nem superior a 40”; no hospital da Misericórdia de Alenquer¹¹⁴ pede-se um enfermeiro e uma enfermeira, mas “exige-se que seja marido e mulher”. Os pedidos de enfermeiras também são feitos por particulares: “enfermeira, precisa-se de uma devidamente habilitada, para tratar de uma senhora convalescente de uma doença nervosa”¹¹⁵; “criada-enfermeira, precisa-se para uma senhora entrevada. Deve ser forte e carinhosa. Prefere-se quem tenha pratica”; ou simplesmente “enfermeira precisa-se para tratar de uma doente”¹¹⁶. As ofertas de trabalho sublinham a prática e competências de quem se oferece: “enfermeira, offerece-se com pratica para casa particular ou acompanhar senhora”¹¹⁷; “enfermeira, offerece-se com 9 annos de pratica, trata todas as doenças”¹¹⁸.

Os documentos legislativos encontrados traduzem o esforço reformador iniciado pelo Governo Provisório. Assim, é publicado o regulamento do Instituto Câmara Pestana¹¹⁹ que fica a fazer parte da Faculdade de Medicina de Lisboa (art. 2º); reorganizam-se os serviços de assistência pública¹²⁰ de modo a “iniciar, sobretudo na capital da Republica, a experiencia de um systema de assistencia publica capaz de tornar desnecessaria a quem quer que seja a esmola”.

¹¹² *Diário de Notícias*, 26 de janeiro de 1911 (p. 1).

¹¹³ *Diário de Notícias*, 27 de outubro de 1911.

¹¹⁴ *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1911.

¹¹⁵ *Diário de Notícias*, 13 de setembro de 1911.

¹¹⁶ *Diário de Notícias*, 2 de novembro de 1911.

¹¹⁷ *Diário de Notícias*, 12 de outubro de 1911.

¹¹⁸ *Diário de Notícias*, 19 de novembro de 1911.

¹¹⁹ Decreto, *Diário do Governo* nº 156, I serie de 7 de Julho de 1911.

¹²⁰ Decreto, *Diário do Governo* nº 122, I serie de 26 de Maio de 1911.

Reorganizam-se os serviços da Direção Geral de Saúde¹²¹ que estando “*sob a imediata autoridade e determinação do Ministro do Interior*” (art. 1º) têm a seu cargo a administração dos serviços de saúde pública. No preâmbulo do decreto o governo reconhece que a dotação de pessoal fica aquém das necessidades para o adequado desempenho dos serviços, mas é o possível face às verbas existentes. São ainda enunciadas (art.º 11º) as atribuições do Instituto Central de Higiene (elaborar estatísticas demográficas, vigiar as condições sanitárias dos alimentos, realizar análises bacteriológicas, dirigir o serviço de vacinação, realizar inquéritos epidemiológicos, realizar periodicamente o censo da tuberculose, realizar investigação e organizar missões de estudo). O decreto determina que se organizem cursos especiais de higiene pública que serão ministrados na Faculdade de Medicina (art.º 16º).

Organizam-se também os serviços de sanidade escolar¹²². Estes referem-se a tudo o que diga “*respeito á higyene dos alumnos e professores, bem como ás condições medico-pedagogicas dos edificios escolares e dos meios de ensino, a fim de garantir o normal desenvolvimento physico e mental do alumno*” (art.1º). Os serviços são prestados nas escolas por médicos escolares e estes dependem da Inspeção da Sanidade Escolar. Os médicos escolares são ouvidos sobre horários, programas, construções escolares e escolha de terrenos para a construção de escolas (alínea 6 do art.3º). Têm responsabilidade (art.5º) de inspecionar as escolas, realizar os exames médicos dos alunos e organizar as respetivas fichas de saúde, realizar as vacinações, fazer o ensino da higiene. Os médicos serão dois para os liceus de Lisboa, um para os do Porto e um para o liceu de Coimbra. Nas disposições gerais (art.11º) refere-se que o Governo poderá, sob proposta dos reitores, adotar medidas que afastem “*causas de perversão para os alumnos, que porventura existam nas proximidades das escolas, e ainda de qualquer ramo de industria, commercio ou exploração, que possa prejudicar a saude dos alumnos ou o exercicio do ensino.*”

São definidas as bases de reorganização da Assistência Nacional aos Tuberculosos¹²³, que continua a ser uma instituição de iniciativa privada, destinada à luta contra a tuberculose em todo o país, com sede em Lisboa e núcleos locais (base 7).

¹²¹ Decreto, *Diário do Govêrno* nº 124, I serie de 29 de Maio de 1911.

¹²² Decreto nº 2, *Diário do Govêrno* nº 124, I serie de 29 de Maio de 1911.

¹²³ Decreto, *Diário do Govêrno* nº 165, I serie de 18 de Julho de 1911.

É publicado o regulamento¹²⁴ sobre a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola.

Este conjunto de documentos legais evidencia a preocupação pela melhoria das condições de saúde da população e a necessidade de dar resposta aos problemas mais graves que existiam no país.

Outros documentos legislativos dão conta do início de uma maior atenção em relação aos enfermeiros. No Hospital de S. José os enfermeiros passam a usufruir, em caso de doença, de tratamento no hospital tendo direito ao vencimento por inteiro no primeiro mês de ausência e a metade nos meses seguintes¹²⁵. No hospital da Misericórdia de Castro-Verde¹²⁶ é aumentado o vencimento do enfermeiro e enfermeira. No hospital da Misericórdia de Torres Novas¹²⁷ é aberto concurso para o provimento das vagas de enfermeiro e enfermeira. São atribuídos lugares de enfermeiras (duas) e ajudantes de enfermeira no novo quadro de pessoal do hospital da Misericórdia de Cantanhede¹²⁸.

1912

Logo no mês de fevereiro o jornal relata a forma enérgica como o Governo reagiu aos distúrbios causados pelos trabalhadores em greve geral, que tomaram “*proporções de violência revolucionária*”. O estado de sítio foi proclamado em Lisboa e de acordo com o jornal a reação do Governo “*causou boa impressão na opinião pública*”¹²⁹.

Ao longo dos meses consultados o jornal vai referindo as atividades conspiradoras e conseqüentes reações do Governo, com prisões e julgamentos dos conspiradores. O jornal tem mesmo uma coluna a que chama “*movimento monárquico*” descrevendo pormenorizadamente as ações que ocorrem pelo país e quem as realizou. Mas paralelamente refere como a opinião pública apoia o governo e dá relevo às homenagens realizadas aos “*heróis de Chaves*” pelos atos de coragem realizados nas lutas contra as incursões de Paiva Couceiro no norte do país.

¹²⁴ *Diário do Governo* nº 198, I serie de 25 de Agosto de 1911.

¹²⁵ *Diário do Governo* nº 187, I serie de 12 de Agosto de 1911.

¹²⁶ Decreto, *Diário do Governo* nº 98, I serie de 28 de Março de 1911.

¹²⁷ *Diário do Governo* nº 135, I serie de 12 de Junho de 1911.

¹²⁸ Decreto, *Diário do Governo* nº 104, I serie de 5 de Maio de 1911.

¹²⁹ Nos anos de 1911 e 1912 existiram vários movimentos grevistas que entraram em choque com o poder republicano. A greve geral de 1912 foi reprimida com violência havendo mortos e feridos e centenas de presos entre os grevistas (Samara, 2009).

A atividade do Parlamento é descrita no “*Boletim Parlamentar*”, tanto a do Senado com a da Câmara dos Deputados. As visitas dos membros do Governo e Presidente da República são amplamente noticiadas, sobretudo as visitas a instituições de assistência. A “*vida operária*” dá conta das reivindicações e das sessões das associações de classes sublinhando o número de desempregados existente. O “*Diário mundano*” transmite-nos a faceta social da vida do país: os nascimentos, casamentos, quem parte e quem chega de viagem, as festas que se realizam. E, pelo menos em Lisboa, vai-se ao “*animatógrafo*” e às “*festas artísticas*” no Coliseu dos Recreios. Mas é também em Lisboa que o jornal se refere a uma epidemia de sarna sublinhando a necessidade de hábitos de higiene entre a população.

A instabilidade na região dos Balcãs começa a ser notícia, quase diária, na primeira página.

As notícias que se referem a enfermeiros e enfermeiras não ocupam muito espaço no jornal a menos que se trate de algum episódio relatado de forma anedótica. É assim que se dá conta (“*Um enfermeiro em calças pardas*”) da agressão dum bêbado a um enfermeiro no hospital de S. José enquanto este atendia a companheira que ele tinha espancado: “ (...) o enfermeiro, percebendo logo o estado do recém-chegado, mandou-o sair. Não foi preciso mais nada. O Baptista atirou-se ao Rocha como gato a bofe e, puxando d’uma navalha, tentou agredi-lo (...)”¹³⁰.

Os anúncios mantêm-se uma constante. Enfermeiras que se oferecem “*com bastante pratica, dá boas informações*”¹³¹, “*tem pratica hospitalar e attestado de casa particular*”¹³², “*para tratar de doentes ou dama de companhia e costura, dá informações*”¹³³, ou simplesmente “*para curativo e injeções hypodermicas*”¹³⁴; e enfermeiras que se pedem “*precisa-se de uma no sanatório de Carcavellos, para tratar na Assistencia Nacional aos Tuberculosos*”¹³⁵.

Os documentos legislativos encontrados continuam a referir-se à reformulação de quadros de pessoal, onde surgem os lugares de enfermeiro e enfermeira, e respetivos vencimentos de hospitais da Misericórdia em diferentes pontos do país (Ribeira Grande¹³⁶, Marvão¹³⁷, Fornos de Algodres¹³⁸, Portel¹³⁹).

¹³⁰ *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1912 (p. 1).

¹³¹ *Diário de Notícias*, 3 de fevereiro de 1912.

¹³² *Diário de Notícias*, 7 de fevereiro de 1912.

¹³³ *Diário de Notícias*, 6 de agosto de 1912.

¹³⁴ *Diário de Notícias*, 9 de novembro de 1912.

¹³⁵ *Diário de Notícias*, 21 de maio de 1912.

¹³⁶ Decreto, *Diário do Governo* nº 84, I serie de 10 de Março de 1912.

¹³⁷ Decreto, *Diário do Governo* nº 10, I serie de 12 de Janeiro de 1912.

Outros definem aumentos de vencimento dos enfermeiros e enfermeira como no hospital da Misericórdia de Arruda dos Vinhos¹⁴⁰. Outros ainda criam e autorizam concursos de provimento para lugares de enfermeiro e enfermeira (no hospital da Misericórdia de Castro Verde¹⁴¹) ou só de enfermeira (hospitais da Misericórdia de Estremoz¹⁴² e Sousel¹⁴³). Os vencimentos fixados variam entre os vários hospitais mas os das enfermeiras são, em regra, cerca de metade do dos colegas. No hospital de Arruda dos Vinhos faz-se a distinção entre gratificação (para a enfermeira) e vencimento (enfermeiro). No hospital de Estremoz a contratação inclui refeições (“comedorias”) e residência obrigatória no hospital.

No Parlamento também se fala de enfermagem e enfermeiras. No Senado¹⁴⁴, na discussão¹⁴⁵ sobre o projeto de lei sobre acidentes de trabalho, propõe-se que a enfermagem integre, a par de outras, as atividades de risco de acidentes “*pela manipulação de substâncias virulentas*”.

Na sessão de 9 de dezembro é proposto um voto de simpatia “*pelos que se sacrificam nos hospitais em tratamento de moléstias contagiosas*” a propósito do caso duma enfermeira que faleceu vítima de contágio no hospital do Bonfim no Porto. É ainda pedida a concessão duma pensão para o seu filho que não tem meios de subsistência. Ao apresentar os argumentos para a sua proposta o Senador afirma: “

*“Entendo que a heroicidade dos humildes e dos simples não deve ser esquecida, antes deve ser acarinhada e elogiada pelo Parlamento da República Portuguesa, o Parlamento democrático, o Parlamento do Povo. Parece-me talvez que seja caso único no parlamentarismo português, o Senado lançar na acta das suas sessões um voto de sentimento por este facto, e ao mesmo tempo um voto de simpatia pelos humildes que se sacrificam. É nosso dever exaltar as acções praticadas pelos humildes.”*¹⁴⁶

A moção foi aprovada nessa sessão mas a concessão da pensão só foi decidida onze dias depois.

¹³⁸ Decreto, *Diário do Governo* nº 242, I serie de 15 de Outubro de 1912.

¹³⁹ Decreto, *Diário do Governo* nº 177, I serie de 30 de Julho de 1912.

¹⁴⁰ Decreto, *Diário do Governo* nº 157, I serie de 6 de Julho de 1912.

¹⁴¹ Decreto, *Diário do Governo* nº 31, I serie de 7 de Fevereiro de 1912.

¹⁴² Decreto, *Diário do Governo* nº 260, I serie de 5 de Novembro de 1912.

¹⁴³ Decreto, *Diário do Governo* nº 78, I serie de 3 de Abril de 1912.

¹⁴⁴ O Senado era a 2ª câmara do Congresso da República. Os senadores eram eleitos por listas por distritos e por províncias ultramarinas, para um período de 6 anos. Com as alterações introduzidas em março de 1918, passaram também a ser representativos das categorias profissionais (Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços Públicos, Profissões liberais e Artes e Ciências). Competia aos Senadores, para além do que era comum com os deputados e de acordo com a Constituição, aprovar ou rejeitar, por votação secreta, as propostas de nomeação dos governadores e comissários da República para as Províncias Ultramarinas. A 1ª eleição do Senado foi realizada na sessão de 25 de agosto da Assembleia Nacional Constituinte (<http://debates.parlamento.pt>).

¹⁴⁵ Acta nº 153 da sessão do Senado da República de 27 de Novembro de 1912.

¹⁴⁶ Acta nº 6 da sessão do Senado da República de 9 de Dezembro de 1912.

1913

As atividades conspiradoras contra a República continuam, mas sem sucesso. No princípio do ano (fevereiro) o jornal faz uma ampla cobertura da visita de um grupo de jornalistas ingleses e americanos ao país que não poupam elogios aos locais visitados e à organização da viagem.

A guerra nos Balcãs continua, e pergunta-se se o conflito não poderá originar uma conflagração europeia.

É criada uma nova distribuidora de filmes, a “*Companhia Cinematográfica de Portugal*”, os concertos de Vianna da Mota são notícia, assim como a 10ª exposição na Sociedade das Belas Artes, “*das melhores que se tem realizado em Lisboa*”.

A atividade parlamentar e do Governo continua a ser descrita. Regularmente é feita uma “*Crónica Scientifica*” com assuntos como a higiene alimentar ou a vacina contra a febre tifoide, por exemplo.

Mas o retrato do país também passa pela descrição dos casos passionais e pelas “*Gatunices*” que nos mostram um quotidiano violento, e pela lista de contemplados com as esmolas atribuídas. O mau estado de saúde da população do país continua a ser alvo de atenção e de notícias uma vez que regularmente se dão conta das estatísticas de mortalidade. De uma reunião de subdelegados de saúde sai a recomendação para se insistir na propaganda de medidas profiláticas como “*asseio e limpeza, uso de agua fervida ou filtrada, isolamento de doentes*”¹⁴⁷, como forma de diminuir a alta taxa de mortalidade por febre tifoide que se verifica no país.

Cerca de dois anos depois da expulsão das religiosas de Portugal o jornal noticia a existência de irmãs hospitaleiras no Instituto Oftalmológico de Lisboa e a estranheza por esse facto: “*deixam hoje o serviço do Instituto oftalmológico de Lisboa as onze irmãs hospitaleiras que ali estavam como enfermeiras. Hoje mesmo irá aquele estabelecimento um funcionário do ministério da instrução publica proceder ao inquerito destinado a apurar como é que nele se encontravam aquelas congreganistas*”¹⁴⁸. Durante os restantes dias do mês de agosto não houve mais referências ao assunto.

A apresentação de cumprimentos ao novo diretor do hospital de S. José merece uma notícia na segunda página do jornal: “*o pessoal da enfermagem do*

¹⁴⁷ *Diário de Notícias*, 21 de novembro de 1913 (p. 3).

¹⁴⁸ *Diário de Notícias*, 2 de agosto de 1913 (p. 1).

*hospital de S. José foi, ontem, cumprimentar o seu novo diretor, sr. dr. Francisco Gentil, fazendo a apresentação o enfermeiro Sousa*¹⁴⁹.

Continuam a ser frequentes os anúncios que se referem a enfermeiras. Os anúncios que pedem serviços de enfermeiras: “*enfermeira precisa-se no hospital de Abrantes*”¹⁵⁰ (este referido duas vezes); “*enfermeira, precisa-se d’uma mulher de meia idade para tratar de uma senhora de idade doente*”¹⁵¹; “*criada enfermeira, precisa-se para tratar de uma senhora doente, que saiba bem desempenhar este lugar e não seja fraca; exigem-se abonações*”¹⁵². E também os anúncios que oferecem esses mesmos serviços: “*enfermeira diplomada dos hospitais, oferece-se com pratica de casas particulares, não se importa de ir para fora, dá referencias*”¹⁵³; “*enfermeira, oferece-se para tratar de senhora com longa pratica. Dá referencias*”¹⁵⁴; “*enfermeira, oferece-se para casa particular sendo de todo o respeito, dão-se as abonações que se pedirem*”¹⁵⁵; “*enfermeira ou governante oferece-se, sabe tudo o que pertence a uma casa; está habituada a tratar de doentes, é activa, asseada, carinhosa, dá as melhores referencias e deseja casa respeitavel*”¹⁵⁶; “*enfermeira, oferece-se de 30 annos para casa particular, ou como governante de casa séria, dando abonações. Tem pratica de qualquer dos cargos*”¹⁵⁷.

Os hospitais da Misericórdia do país continuam a aumentar os vencimentos dos seus enfermeiros (hospital de Arraiolos¹⁵⁸), a reorganizar o seu quadro de pessoal (hospital de Santo António do Porto¹⁵⁹, de Portel¹⁶⁰, de Borba¹⁶¹, de Portalegre¹⁶²), e a criar lugares de enfermeiras. Nalguns casos, como no hospital de Tomar¹⁶³, torna-se necessário aumentar o vencimento proposto uma vez que o concurso para o provimento dum lugar de enfermeira ficou deserto, “*pela exiguidade do vencimento, ficando a corporação autorizada a abrir novo concurso.*”

No Parlamento continua a discussão sobre a lei dos accidentes de trabalho e pede-se a “*aclaração*” do artigo que se refere a accidentes ocorridos por infeção,

¹⁴⁹ *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1913 (p. 2).

¹⁵⁰ *Diário de Notícias*, 1 e 2 de maio de 1913.

¹⁵¹ *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1913.

¹⁵² *Diário de Notícias*, 6 de agosto de 1913.

¹⁵³ *Diário de Notícias*, 6 de maio 1913.

¹⁵⁴ *Diário de Notícias*, 6 de maio de 1913.

¹⁵⁵ *Diário de Notícias*, 5 de agosto de 1913.

¹⁵⁶ *Diário de Notícias*, 9 de agosto de 1913.

¹⁵⁷ *Diário de Notícias*, 21 de agosto de 1913.

¹⁵⁸ Decreto, *Diário do Governo* nº 104, I serie de 6 de Maio de 1913.

¹⁵⁹ Decreto, *Diário do Governo* nº 148, I serie de 27 de Junho de 1913.

¹⁶⁰ Decreto nº 37, *Diário do Governo* nº 163, I serie de 15 de Julho de 1913.

¹⁶¹ Decreto nº 40, *Diário do Governo* nº 164, I serie de 16 de Julho de 1913.

¹⁶² Decreto, *Diário do Governo* nº 288, I serie de 10 de Dezembro de 1913.

¹⁶³ Decreto, *Diário do Governo* nº 261, I serie de 7 de Novembro de 1913.

sublinhando que *“fique bem expresso que a indemnização só será devida com aplicação ao pessoal de enfermagem”*¹⁶⁴. Esta discussão¹⁶⁵ irá estender-se, mais tarde, à atribuição de subsídios para os familiares de médicos e pessoal menor dos hospitais que *“falecerem por efeito de moléstia infecciosa conhecida em serviços públicos de assistência e defesa sanitária de epidemias”*. O problema da atribuição do subsídio prende-se, não com a sua justeza, mas antes com a escassez de verbas para tal, como argumenta a comissão de finanças. Os argumentos favoráveis referem o facto de existir uma lei análoga que concede subsídios às famílias dos militares mortos em combate: *“ora o combate contra as epidemias, contra as multidões em número infinito de bacilos, desses terríveis infinitamente pequenos, não é menos perigoso e é mil vezes mais aborrecido do que o combate contra inimigos que vemos, ou pelo menos, ouvimos pelo troar dos seus canhões”*.

Logo no princípio do ano, e considerando a necessidade de se construir um hospital policlínica no Porto para tratamento de 200 doentes e ensino dos alunos da Faculdade de Medicina, o Senado discute que fontes de financiamento encontrar uma vez que o Tesouro não tem dinheiro para tal. No esboço de regulamento desse hospital estipula-se que uma comissão se encarregará de propor os vencimentos *“do pessoal da fiscalização, alfaiaria, de enfermagem e serviço externo.”*¹⁶⁶

1914

As notícias do mês de fevereiro deixam perceber a instabilidade política que se vive no país. Bernardino Machado é chamado do seu cargo de embaixador no Brasil para resolver a crise ministerial, consequência da demissão do gabinete de Afonso Costa *“e é muito aclamado à sua chegada ao país”*.

Os ferroviários estão em greve tomando esta luta um carácter violento com atos de sabotagem e colocação de bombas que destroem linhas ferroviárias. A classe dos caixeiros promove comícios em Lisboa e Porto para reivindicar as dez horas de trabalho diário. Mas, para lá das questões políticas e operárias, também se divulgam os preparativos e as vantagens da participação de Portugal na Exposição Mundial de S. Francisco e a inauguração de uma carreira marítima, que ligará Lisboa a Nova Iorque em sete dias e meio!

¹⁶⁴ Acta nº 44 da sessão do Senado da República de 17 de Fevereiro de 1913.

¹⁶⁵ Acta nº 55 da sessão do Senado da República de 4 de Março de 1913.

¹⁶⁶ Acta nº 28 da sessão do Senado da República de 20 de Janeiro de 1913.

A situação da saúde no país continua a ser alvo de chamadas de atenção: 47 pessoas atacadas por cães raivosos que são internadas no Instituto Bacteriológico de Lisboa e nova epidemia de febre tifoide em Aveiro e Lisboa. Aliás, diz o articulista “*a febre tifoide pode considerar-se endémica em Lisboa*”.

Este ano verá nascer na Europa o primeiro conflito de carácter global. O Diário de Notícias relataria a 29 de junho o assassinato, na Sérvia, do príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro. A 3 de agosto o jornal proclama “A Europa em Guerra”. A partir daqui as notícias sobre a guerra ocupam as primeiras páginas do jornal. Começam a surgir artigos onde se discute as consequências da guerra em Portugal e as medidas económicas e financeiras a tomar. Os aumentos de preços e falta de géneros alimentares são noticiados, assim como as medidas que o governo toma para garantir o abastecimento ao país.

Cedo se fazem sentir as consequências do conflito no nosso país, tanto mais que a Alemanha tinha pretensões aos territórios portugueses em África. O jornal noticia as lutas que se vão travando em território europeu, mas também o envio de tropas portuguesas para África, uma vez que se declaram conflitos com os alemães no sul de Angola. Invoca-se “a mais velha aliança do mundo”, entre Portugal e a Grã-Bretanha, criando um discurso favorável à nossa participação no conflito, referindo a autorização legislativa¹⁶⁷ dada ao governo para intervir no conflito¹⁶⁸, notícia esta que ocupa toda a primeira página do jornal. Ao mesmo tempo várias estruturas, entre as quais a Cruz Vermelha, os Hospitais Civis e a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, ou apenas grupos de senhoras que se organizam para fazer abafos para os soldados, publicitam ações tendentes a preparar uma participação do nosso país no conflito. A Liga iniciará uma intensa campanha a favor da participação de Portugal na frente europeia da guerra com a realização de “sessões *patrióticas*” noticiadas na primeira página do jornal, onde se frisa o interesse dessa participação e o papel da mulher “*nessa propaganda pela influência que tem na sociedade e na família*”.

Mas também são notícia os constantes tumultos que ocorrem sobretudo em Lisboa em reação à alta dos preços e à dificuldade em obter géneros alimentares. O jornal publica diariamente uma coluna a que chama “*A questão das subsistências*” onde dá conta dos alimentos que faltam e também do que o governo faz para colmatar o problema. As greves são relatadas e as reivindicações operárias enumeradas.

¹⁶⁷ Lei nº 283, *Diário do Governo* nº 221, I serie de 25 de Novembro de 1914.

¹⁶⁸ *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1914 (p. 1).

Em fevereiro é notícia a apresentação duma proposta de melhoria do pessoal de enfermagem dos hospitais civis de Lisboa: *“a comissão medica dos hospitais civis de Lisboa apresentou ao sr. ministro do Interior as bases, por ela elaborada para a melhoria do pessoal de enfermagem, bases que o sr. dr. Rodrigo Rodrigues estudou atentamente, aprovando-as.”*¹⁶⁹

Com o deflagrar da I Grande Guerra em agosto a Cruz Vermelha inicia o recrutamento de enfermeiros e enfermeiras:

*“esta Sociedade pede a todos os enfermeiros e enfermeiras diplomados, que não tenham compromisso hospitalar e desejem fazer parte do pessoal dum depósito de feridos que eventualmente será criado em Lisboa, o favor de apresentarem os seus diplomas no escritório da Sociedade (praça do Comércio) com indicação das moradas.”*¹⁷⁰

E nos hospitais civis de Lisboa já se pensa na participação do país na frente europeia: *“o curso de francês que a associação de classe do pessoal dos hospitais, organizou para a eventualidade de serem utilizados os seus serviços profissionais em qualquer ambulância que parta para o teatro de guerra, tem sido muito concorrido e com entusiasmo por muitos empregados hospitalares.”*¹⁷¹

Os anúncios continuam a pedir enfermeiras *“para acompanhar carinhosamente uma senhora enquanto não recolhe a uma casa de saude para tratamento de doença mental”*¹⁷², ou então para provimento dum lugar vago que se encontra a concurso no Instituto Feminino de Educação e Trabalho: *“as concorrentes deverão apresentar documento comprovativo da habilitação para o exercicio do seu mister e juntar-lhe certificado de idade, os atestados de serviços que tenham prestado em Casa de Saude ou Hospitais e o que para seu interesse julgar útil. Ordenado 12\$00 mensais”*¹⁷³. E as enfermeiras continuam a oferecer os seus serviços: *“enfermeira, oferece-se para casa particular, consultorio medico ou casa de saude”*¹⁷⁴; ou simplesmente: *“enfermeira, oferece-se com pratica”*¹⁷⁵.

Os documentos legislativos identificados neste ano continuam a mostrar a reorganização das instituições hospitalares pertencentes às Misericórdias por todo o país (Mora, Chaves, Ponte de Lima, Ovar, Mourão). Referem-se à reestruturação de quadros de pessoal ou especificamente a aumentos de vencimentos de enfermeiras.

¹⁶⁹ *Diário de Notícias*, 8 de fevereiro de 1914 (p. 4).

¹⁷⁰ *Diário de Notícias*, 15 de agosto de 1914 (p. 1).

¹⁷¹ *Diário de Notícias*, 25 de outubro de 1914 (p.4).

¹⁷² *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1914.

¹⁷³ *Diário de Notícias*, 25 de novembro 1914.

¹⁷⁴ *Diário de Notícias*, 3 de fevereiro de 1914.

¹⁷⁵ *Diário de Notícias*, 8 e 18 de novembro de 1914.

Data do final do ano a publicação do decreto que organiza os Hospitais Cívicos de Lisboa¹⁷⁶, designação que substituiu o nome de Hospital de S. José e Anexos, tornando-os uma entidade técnica e administrativamente autónoma sob dependência do Ministério do Interior. A proposta feita pelo Governo ao Parlamento foi aprovada na Câmara dos Deputados¹⁷⁷ mas não foi votada no Senado, como se lê no preâmbulo. Mas atendendo “à ameaça de intrusão colérica” e à necessidade de combater eficazmente as epidemias, e à situação internacional que “*por diversos modos virá a demandar recursos seguros de hospitalização na capital do país*”, o Governo viu-se obrigado à publicação do decreto de modo a colmatar as deficiências técnicas e administrativas do Hospital de S. José e Anexos. O projeto de lei sobre a organização e administração dos Hospitais Cívicos de Lisboa foi apresentado¹⁷⁸ na Câmara dos Deputados em junho, ou seja, antes de ser oficialmente declarada a guerra. Nessa apresentação, evoca-se a deficiente articulação entre a administração técnica e económica que dificultou o desenvolvimento científico e apetrechamento material necessário a uma instituição que se dedica à assistência e ao ensino. O proponente refere que a proposta “*procura gratificar melhor e mais dignamente, dentro dos recursos existentes, o trabalho que era pessimamente recompensado dos enfermeiros e pessoal menor dos hospitais*”¹⁷⁹. Considera que o projeto de lei procura reintegrar “*a obra hospitalar portuguesa na sua ideia geradora, no seu primitivo escopo, aproveitando o que de bom, belo, útil e grande houve na concepção e acção das tam lididamente portuguesas como generosas instituições – as misericórdias.*”¹⁸⁰

Também na Câmara dos Deputados é apresentado para discussão um projeto de lei para a criação do Instituto de Ensino Profissional e Doméstico destinado à educação feminina e a preparar a “*mulher para a sua função suprema e principal – a maternidade; instruí-la para a sua ocupação mais nobre – ser boa dona de casa; colocá-la em condições de ganhar a vida nas ocupações mais próprias do seu sexo – quando abandonada na vida, não consiga formar o seu lar*”¹⁸¹. A apresentação deste projeto assenta no pressuposto de que a educação da mulher

¹⁷⁶ Decreto nº 1137, *Diário do Governo* nº 226, I serie de 3 de Dezembro de 1914.

¹⁷⁷ A Câmara dos Deputados da República regia-se pelo Regimento da Assembleia Constituinte, sendo os seus membros eleitos por 3 anos, por sufrágio direto dos cidadãos. De acordo com a Constituição, competia à Câmara dos Deputados as iniciativas sobre impostos, sobre a organização das forças de terra e mar, sobre a discussão das propostas feitas pelo Poder Executivo, sobre a revisão da Constituição, sobre a prorrogação e o adiamento da sessão legislativa (<http://debates.parlamento.pt>).

¹⁷⁸ Acta nº 133 da sessão da Câmara dos Deputados de 28 de Junho de 1914

¹⁷⁹ Acta nº 133 da sessão da Câmara dos Deputados de 28 de Junho de 1914, p. 23.

¹⁸⁰ *Idem*.

¹⁸¹ Acta nº 61 da sessão da Câmara dos Deputados de 26 de Março de 1914, p. 5.

“é a base fundamental para o progresso e para a regeneração dos povos”¹⁸². Dos diferentes temas a ser ensinados na “*sciencia que se ocupa da administração da casa, propriamente dita, e de tudo o que diz respeito á existência particular da família*”¹⁸³, a prestação de cuidados na doença é um dos mais importantes, dado que a mulher na família é a primeira a fazê-lo: “*deve, portanto, aprender a ser boa enfermeira, com conhecimentos, embora ligeiros, dos socorros a prestar nos acidentes ou nas doenças mais vulgares*”¹⁸⁴ e, por isso, das matérias a ser ensinadas (como arte da cozinha, vestidos e roupas brancas, agricultura prática, por exemplo) consta a “*Higiene e medicina prática – Enfermagem*”. São bastantes os temas a incluir: primeiros socorros nas doenças mais conhecidas, insolações, mordeduras venenosas, higiene da boca, do aparelho respiratório, exercícios físicos, modo de tratar os doentes, preceitos para uma boa enfermeira, farmácia doméstica e remédios mais usados.

1915

A frente europeia da I Guerra Mundial ocupa a primeira página do jornal. As movimentações das tropas, os avanços dos aliados, as batalhas que se desenrolam são noticiadas com pormenor ao mesmo tempo que se descrevem as atrocidades do inimigo. As notícias sobre as lutas em África, no sul de Angola, são evidentes. Sublinha-se o esforço do governo em apetrechar convenientemente as ambulâncias que envia para o socorro aos feridos. Organizam-se, por todo o país, “*bandos precatórios*” e subscrições para recolha de dinheiro que é depois entregue à Cruz Vermelha.

Um ano depois do início da guerra esta já não ocupa toda a primeira página. A situação de instabilidade do país é suficientemente grave para também ela ser notícia de primeira página: a escassez de alimentos provoca tumultos na cidade de Lisboa; há falta de farinha para se fazer pão e o governo não consegue regularizar a situação; realizam-se comícios contra a carestia de vida e o preço dos bens essenciais, contra o açambarcamento e venda de géneros já deteriorados.

Noticia-se que a tosse convulsa tem matado muitas crianças no país.

Neste ano a luta mais violenta foi a revolta contra a ditadura do general Pimenta de Castro. A reposição da ordem democrática no país saldou-se em

¹⁸² Acta nº 61 da sessão da Câmara dos Deputados de 26 de Março de 1914, p.13.

¹⁸³ *Idem*, p. 6.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 6.

centenas de mortos e feridos. E esta situação origina várias notícias sobre o socorro aos feridos que acorreram aos hospitais de S. José e Santa Marta realçando o esforço e dedicação demonstrado pelo pessoal médico e de enfermagem:

“como é de calcular o serviço nos hospitais tem sido extraordinário, sendo todos, os médicos e enfermeiros de uma enorme solicitude (...). Desde o início do movimento revolucionário que o pessoal da repartição da aceitação de doentes do hospital de S. José se encontra a postos, não tendo abandonado o serviço durante o dia e noite (...). No hospital de Santa Martha o movimento foi também grande, trabalhando todo o pessoal sem excepção de categoria, com todo o amor e carinho”¹⁸⁵.

Mesmo num período conturbado como esse emergem as reivindicações, por parte de alguns médicos, de trabalhar apenas com enfermeiras. Tendo sido construído e apetrechado um novo posto no hospital de S. José, este encontrava-se fechado porque *“alguns médicos queriam que só trabalhassem no posto apenas enfermeiras, contra o que protestavam os enfermeiros”¹⁸⁶*. A grande quantidade de feridos resultantes das lutas na cidade tornava necessário que esse posto entrasse em funcionamento, o que acabou por acontecer, mesmo contra a vontade do próprio diretor do hospital, uma vez que *“o sr. João Florêncio¹⁸⁷ acabou por fazer ver, com toda a delicadeza, que o posto tinha de começar a funcionar, e imediatamente, e que as razões apresentadas não podiam ser aceites”¹⁸⁸*. Alguns dias mais tarde o jornal reproduz uma ordem de serviço do diretor dos Hospitais Civis de Lisboa louvando o pessoal envolvido no tratamento dos feridos durante o movimento revolucionário:

“tendo verificado pessoalmente o inexcelsível interesse e dedicação com que, por parte dos facultativos e mais pessoal de enfermagem, foram tratados os feridos do recente movimento revolucionário que se acolheram aos hospitais civis de Lisboa, e bem assim a muita solicitude com que afluíu ao Banco do de S. José, não só o pessoal das diversas categorias que regulamentarmente a isso era obrigado, mas também muito outro, movido apenas por estímulos do seu brio profissional e dos seus sentimentos humanitários (...) resolvo louvar todo o pessoal que interveio no tratamento e hospitalização dos feridos dos dias 14, 15 e 16 do corrente, procurando rivalizar em extremos de carinho e de abnegação para que aos mesmos feridos não faltassem os socorros de que careciam. Na impossibilidade de mencionar nomes a direcção engloba no seu louvor e no seu

¹⁸⁵ *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1915 (p. 2).

¹⁸⁶ *Idem*

¹⁸⁷ De acordo com a notícia do jornal este senhor dirigia um grupo de revolucionários civis. Os civis participaram, juntamente com o exército e a marinha, na revolta preparada e liderada pela Junta Revolucionária de que fazia parte, entre outros, o general Norton de Matos. Iniciada a 14 de maio a revolta tinha como objetivo “restituir a República aos republicanos” (Oliveira Marques, 1991, p. 711).

¹⁸⁸ *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1915 (p. 2).

*reconhecimento todos quantos a essa obra altruísta consagraram os seus melhores esforços facto que dignifica a honra e bom nome dos hospitais.*¹⁸⁹

O interesse pela enfermagem continua a estar presente nas atividades que as feministas desenvolvem. Assim, numa conferência “*com extraordinária concorrência*” que “*a ilustre escritora*” Anna de Castro Osorio deu, esta aborda o tema da enfermagem laica e:

*“lembrou com viva saudade a obra grandiosa do dr. Miguel Bombarda, os trabalhos preparatórios para uma escola de enfermagem laica ainda no tempo da monarquia os quais não se puderam levar a cabo com a proclamação da república, em consequência do crime que arrebatou o grande apóstolo da liberdade e do pensamento. Frisou que era agora ocasião oportuna para a criação dessa escola, a fim de tirar o pretexto de chamar mulheres congreganistas para fazerem o serviço dos nossos hospitais.”*¹⁹⁰

Ainda de acordo com a notícia a conferencista foi muito aplaudida e saudada por muitas das senhoras e cavalheiros que assistiram a sessão.

Mas a enfermagem também é referida por questões graves como assinala o título da notícia: “*Um caso grave no hospital de S. José*”. Assim relata-se que foi instaurado um rigoroso inquérito ao facto de ter falecido uma doente a quem “*duas praticantes da mesma enfermaria ministraram determinado medicamento em dose superior aquela que pelo respectivo clínico fora prescrita*”¹⁹¹. Apesar de não estar apurado se a morte ocorreu em resultado desse erro, o inquérito deveria apurar responsabilidades e seria feita participação ao poder judicial se tal se justificasse. Imediatamente por baixo desta notícia, outra dava conta do suicídio de uma das envolvidas no caso, para quem os colegas pediram dispensa de autópsia mas respondeu o “*director interino do hospital que só a poderia conceder o sr. juiz de investigação criminal*”¹⁹².

Os anúncios continuam a aparecer! As enfermeiras que se oferecem são: “*diplomada, para qualquer serviço de enfermagem, menos de noite*”¹⁹³; “*nova e educada oferece-se para particular, prestando mais algum serviço*”¹⁹⁴; “*menina com pratica para hospital, consultório ou particular*”¹⁹⁵. Também se oferecem para “*tratar de pessoas ou creanças, preço módico*”¹⁹⁶ e “*não se importa de ir para fora ou para*

¹⁸⁹ *Diário de Notícias*, 26 de maio de 1915 (p. 1).

¹⁹⁰ *Diário de Notícias*, 1 de maio de 1915 (p. 2).

¹⁹¹ *Diário de Notícias*, 26 de fevereiro de 1915 (p. 3).

¹⁹² *Idem*

¹⁹³ *Diário de Notícias*, 2 de fevereiro de 1915.

¹⁹⁴ *Diário de Notícias*, 25 de fevereiro de 1915.

¹⁹⁵ *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1915.

¹⁹⁶ *Diário de Notícias*, 4 de fevereiro de 1915.

*cavalheiro ou senhora*¹⁹⁷. Ainda se pede “*uma irmã da caridade, enfermeira, para tratar d’ uma senhora doente*”¹⁹⁸ e numa casa de saúde “*enfermeira, precisa-se com algumas habilitações*”¹⁹⁹.

Os decretos identificados neste período referem-se aos novos quadros de pessoal de vários hospitais da misericórdia do país (Cantanhede, Torres Novas, Vouzela, Figueira da Foz) onde são admitidos enfermeiros e enfermeiras e estabelecidos os seus vencimentos.

Na Câmara dos Deputados as questões relativas a pessoal e organização dos hospitais desenrolam-se em várias sessões. Na sessão de 28 de julho²⁰⁰, na discussão sobre o orçamento do ministério do Interior e no capítulo que diz respeito à Assistência Pública, um deputado interpela o ministro chamando a atenção para os maus serviços da assistência pública e para a necessidade de dotar os hospitais de bons equipamentos e de aumentar os vencimentos do seu pessoal, em especial o menor, uma vez que são os baixos salários destes últimos, a causa do hábito das gorjetas. Na sua resposta o ministro reconhece a necessidade de se continuar a reorganização iniciada e de dotar os hospitais de uma dotação fixa e permanente, mas sublinha que guerra provocou um aumento do preço dos alimentos e dos medicamentos o que, juntamente com o aumento da afluência de pessoas aos hospitais, originou um *deficit* significativo nas contas dos hospitais. A discussão sobre este capítulo termina com a proposta, aceite sem discussão, duma verba especialmente destinada aos serviços de enfermagem, para além do reforço orçamental já proposto.

A necessidade de se dotar os Hospitais da Universidade de Coimbra com um quadro de pessoal auxiliar definitivo, em virtude do aumento da procura dos serviços, origina a proposta de “*um pequeno aumento*” da dotação orçamental que, na sua maior parte “*é destinado a melhorar os vencimentos das enfermeiras e respectivas ajudantes e praticantes, e ainda aos praticantes de enfermeiros, vencimentos estes que estavam ao presente misérrimamente dotados e em nada correspondem, quer ás necessidades mais essenciais da vida, quer aos fatigantes e perigosos serviços que aqueles empregados prestam.*”²⁰¹

¹⁹⁷ *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1915.

¹⁹⁸ *Diário de Notícias*, 9 de fevereiro de 1915.

¹⁹⁹ *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 1915.

²⁰⁰ Acta nº 27 da sessão da Câmara dos Deputados de 28 de Julho de 1915 (p. 59-60)

²⁰¹ Acta nº 50 da sessão da Câmara dos Deputados de 19 de Agosto de 1915 (p. 10-11).

O ano é marcado, em março, pela declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Esta situação originou todo um discurso patriótico, de exaltação das virtudes do povo português, que agregaria as pessoas em torno da necessidade (mal explicada e mal compreendida) da entrada de Portugal na frente europeia da guerra. As primeiras páginas do jornal continuavam a focar o que se passava na frente e são descritos atos de barbárie por parte dos alemães. Os apelos à inscrição de senhoras em cursos de enfermagem são constantes e ocupam também as primeiras páginas. Estes apelos são feitos tanto pela Cruz Vermelha como pela Cruzada das Mulheres Portuguesas (que envia, a todas as Câmaras do país, uma circular divulgando a sua ação), duas das estruturas que mais trabalharam pela organização desses cursos e pelo apoio aos soldados que partiriam para a frente.

Mas no seu interior o jornal continua a relatar os motins que se sucedem por causa do preço dos alimentos e a denúncia de casos de açambarcamento e posterior venda de alimentos impróprios para consumo por parte de comerciantes pouco escrupulosos.

A Sociedade da Cruz Vermelha Portuguesa divulga o seu curso de enfermagem: *“continua aberta a inscrição de senhoras para completar o quarto curso, dirigido pela sr^a D. Maria do Carmo Lopes. Esta inscrição é perfeitamente gratuita, bastando para a inscrição que a apresentação seja feita por duas damas ou socios que façam parte da Cruz Vermelha desde data anterior a janeiro do ano corrente”*²⁰². E reforça esta divulgação, dias mais tarde, numa extensa notícia²⁰³, referindo *“que continua aberta a inscrição para estes cursos, estando-se a organizar o quinto curso, contendo cada um vinte senhoras”*. Para além do elogio aos organizadores dos cursos *“incansáveis nos serviços que têm tomado a seu cargo”*, a notícia realça os valores que regem a Sociedade: *“é destes esforços e destes grandes serviços que vive a cruz vermelha, a qual é constituída por um grupo de pessoas que só pensam no bem da humanidade e no modo mais pratico de o por em execução”*. A notícia continua a chamar a atenção para a gratuidade da inscrição e para o facto de não ser necessário tornar-se sócio da Cruz Vermelha.

²⁰² *Diário de Notícias*, 1 de maio de 1916 (p. 1).

²⁰³ *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1916 (p. 1).

Termina com a apologia do heroísmo dos nossos soldados:

“esta sociedade tem a porta sempre aberta para receber com a mesma satisfação toda e qualquer pessoa, seja de que categoria for, que nela desejem colaborar ou instruir-se de forma a por em execução o ideal, que no momento actual deve preocupar quem pensar na vida dos soldados e marinheiros que a peito descoberto, teem de manter o prestígio e integridade de Portugal”.

Dois dias depois nova notícia da Cruz Vermelha sobre os cursos de enfermagem *“frequentados por inumeras senhoras que com uma dedicação extraordinária e um entusiasmo digno do maior apreço, teem assistido sempre ás lições. Em breves dias, a Cruz Vermelha cercada por tanta boa vontade, pode contar com inumero pessoal habilitado para montar os hospitais que forem necessários”*²⁰⁴. E a instalação de um hospital português nos Pirenéus, que pudesse receber os soldados que viriam a ser feridos na frente francesa, seria o assunto duma conferência entre os ministros da Guerra e das Finanças e o Dr. Francisco Gentil, em novembro²⁰⁵ desse ano.

Outras estruturas, como os Escuteiros de Portugal²⁰⁶, iniciam também cursos, a que chamam de enfermagem. Mas o teor da notícia refere-se a um *“curso de socorros médicos urgentes de primeira necessidade”* e lembra aos inscritos a aula semanal, às 21 h, com a recomendação de não faltarem *“visto o momento actual exigir que todos mais ou menos tenham os conhecimentos necessários para na devida oportunidade empregarem o seu trabalho”*.

A Cruzada das Mulheres Portuguesas abre as inscrições para os cursos de enfermagem e de administração hospitalar²⁰⁷. Este último será *“duma grande utilidade a sua frequência a todas as senhoras, mesmo as medicas e as que tenham o seu curso de enfermeiras, pois numa ocasião destas não se sabe onde chegará o cumprimento do dever que a Pátria reclama.”*²⁰⁸

Quanto aos anúncios, o hospital de Jesus Cristo de Santarém precisa de uma enfermeira *“com bastante pratica devidamente comprovada”*²⁰⁹.

Os documentos legislativos identificados neste ano continuam a referir-se ao aumento de vencimentos e à reorganização de quadros de pessoal dos hospitais da Misericórdia (Alcáçovas, Peso da Régua, Tavira e S. Pedro do Sul).

²⁰⁴ *Diário de Notícias*, 17 de maio de 1916 (p. 1).

²⁰⁵ *Diário de Notícias*, 18 de novembro de 1916 (p. 1).

²⁰⁶ *Diário de Notícias*, 26 de maio de 1916 (p. 2).

²⁰⁷ *Diário de Notícias*, 4 de maio de 1916 (p. 2).

²⁰⁸ *Diário de Notícias*, 6 de maio de 1916 (p. 1).

²⁰⁹ *Diário de Notícias*, 25 de maio de 1916.

No Parlamento, a Câmara dos Deputados²¹⁰ tem pronto para ser submetido a admissão no “*Diário do Govêrno*” um projeto de lei de reorganização da Tutoria Central da Infância do Porto onde é criada a “*Escola Central de Reforma do Pôrto*” destinada a receber e a educar crianças menores de ambos os sexos consideradas “*desamparadas ou delinquentes*”. Na escola será ministrado ensino profissional que, no caso feminino, inclui “*costura-lavores, levandaria e engomadoria, enfermagem, ajuntadeira de calçado, confecção de vestidos e chapéus e avicultura*”. No quadro de pessoal proposto apenas se faz referência à contratação de pessoal extraordinário sem ser especificado a qualificação desse pessoal.

A declaração de guerra da Alemanha a Portugal não obsta a que, no Parlamento, se continuem a dirimir argumentos a favor ou contra os aliados. Na sessão de 20 de março da Câmara dos Deputados, e a propósito dum telegrama de apoio à entrada de Portugal na guerra enviado pela Câmara dos Deputados da República Francesa, um deputado invoca “o vilíssimo assassínio de miss Cavell²¹¹, a enfermeira que levava o seu carinho e a sua ternura aos próprios alemães, que a fuzilaram” para sublinhar que o país “*não podia nunca estar com a Alemanha do pan germanismo*”²¹².

Mais uma vez é pedida²¹³ ao Ministério das Finanças, pelo Ministro do Interior, a abertura dum crédito para resolver o *deficit* dos Hospitais Civis de Lisboa. Desta vez considera-se que “*um tam grande auxilio*” se deve às circunstâncias do momento, mas recomenda-se que a administração dos hospitais deveria esforçar-se por não aumentar as despesas “*atendendo à grave situação económica e financeira do Estado*”. O debate que se segue incide sobretudo em dois aspetos: a má gestão dos hospitais civis em comparação com outras estruturas hospitalares que não apresentam *deficits* tão altos e os baixos salários dos seus funcionários em especial do “*seu pessoal de enfermagem*”. E argumenta o deputado: “*como se pode exigir espirito de economia ao pessoal, dando-se-lhe uma jorna – como se diz na minha terra – miserável? Se há empregados que merecem uma remuneração condigna são exatamente os dos hospitais, porque V. Ex.^{as} sabem muito bem os perigos a que eles estão sujeitos.*” Os participantes no debate insistem na urgência duma efetiva reforma dos Hospitais Civis de Lisboa, uma vez que os diplomas anteriormente publicados têm “*aumentado o caos nos serviços hospitalares*”.

²¹⁰ Acta nº 36 da sessão da Câmara dos Deputados de 8 de Fevereiro de 1916.

²¹¹ Edith Cavell foi uma enfermeira inglesa que fundou e dirigiu a primeira escola de enfermagem em Bruxelas em 1909. Quando começou a guerra permaneceu na escola onde cuidava dos soldados feridos fosse qual fosse a sua origem. Foi condenada pelos alemães por traição e fuzilada em 12 de outubro de 1915.

²¹² Acta nº 54 da sessão da Câmara dos Deputados de 20 de Março de 1916.

²¹³ Acta nº 56 da sessão da Câmara dos Deputados de 22 de Março de 1916.

Apesar de se considerar que o aumento das despesas se deve, em parte, ao aumento do preço dos “*medicamentos, apósitos e dietas*”, ele não se reflete na situação económica do pessoal menor dos hospitais:

“É lamentável, Sr. Presidente: o abandono, o desprezo a que o estado tem votado o pessoal de enfermagem que bem mais complacência devia merecer dos poderes públicos. Eu pergunto a V. Ex.^a e à Câmara que independência moral, que carinho, que abnegação, junto dos que sofrem pode o pessoal menor dos hospitais mostrar conservar, quando o Estado lhe dá apenas a irrisória quantia de \$40 por dia?!. Onde está o estímulo dêsse pessoal para que êle possa dedicar-se, com amor e carinho, à sua profissão?!”

A situação do pessoal de enfermagem é ainda sublinhada pela má alimentação fornecida: “*o pessoal feminino passa fome, e tem uma péssima alimentação, apesar do violentíssimo serviço que desempenha e da miserável remuneração que lhe é dada.*” A concessão do crédito foi votada favoravelmente e o debate foi encerrado com a recomendação ao ministro do Interior de ser “*indispensável remodelar os serviços de maneira a que seja possível, dentro dos seus créditos, realizar a obra que está projectada*”.

1917

O ano inicia-se com o envio do primeiro contingente de tropas portuguesas para França, começando assim a nossa participação efetiva na frente europeia da I Grande Guerra. Logo no dia 18 o jornal transcreve na primeira página um relatório da responsabilidade do Governo que “*é peça de convicção com que o governo entendeu dever esclarecer o país acerca das razões que levaram Portugal a entrar na guerra ao lado do seu aliado secular*”²¹⁴, tentando justificar, junto da opinião pública, o que para muitos era injustificável.

As notícias sobre os cursos de enfermagem abundam ao longo deste ano. A Cruz Vermelha noticia²¹⁵, logo na primeira página, os resultados dos exames das primeiras senhoras que terminaram o curso de enfermagem iniciado no ano anterior. Exames “*que teem sido feitos com grande brilho, caprichando estas senhoras em demonstrar plenamente um grande conhecimento desta especialidade*”. As senhoras são identificadas e elogiadas visto que foram aprovadas e “*algumas até com altas classificações*”, contribuindo para a obra

²¹⁴ *Diário de Notícias*, 18 de janeiro de 1917 (p. 1).

²¹⁵ *Diário de Notícias*, 11 e 13 de fevereiro de 1917 (p. 1).

humanitária da Cruz Vermelha e *“tornando-a apta a trabalhar ao lado das principais sociedades suas irmãs”*. A publicitação dos nomes das senhoras aprovadas continua²¹⁶ evidenciando assim um grupo grande de *“senhoras habilitadas a prestar socorros de enfermagem com pleno conhecimento de tao humanitária missão”*.

A Cruzada das Mulheres Portuguesas fará, também, uma constante propaganda ao seu curso de enfermagem²¹⁷ descrevendo, quase diariamente, o teor das lições dadas e os respetivos professores. As aulas eram ministradas no hospital de S. José, às terças, quintas e sábados, e englobavam ensino teórico (com noções de anatomia) e *“ensino prático e demonstrativo, para o que não faltam competência e método aos seus ilustres instrutores”*. Assim, a Comissão de Enfermagem da Cruzada esperava ter, num curto espaço de tempo, *“apta para marchar para os hospitais de França a primeira brigada de senhoras. Abençoada e patriótica obra!”*²¹⁸. No dia seguinte, para além da descrição do teor da segunda lição do curso, a notícia destaca o facto de estarem presentes *“todas as senhoras primitivamente inscritas e de mais algumas que espontaneamente acorreram a inscrever-se, elevando-se já a 40 o numero de futuras enfermeiras da 1ª turma”*²¹⁹. A preocupação em demonstrar a qualidade e seriedade do trabalho desenvolvido no curso de enfermagem é visível quando se refere que *“as senhoras que constituem o curso recebem de médicos ilustres os ensinamentos teóricos e completam depois os conhecimentos adquiridos, nos bancos dos hospitais ou nas enfermarias, praticando o seu nobre mister, a fim de ficarem habilitadas a prestar aos portugueses feridos todo o auxilio que a sua condição favorece”*²²⁰. A notícia continua descrevendo o teor das lições: *“estas recebem assim noções gerais de fisiologia e anatomia, adestram-se na colocação de pensos, ligações e outros idênticos serviços, estudam praticamente temperaturas, pulsações, habitua-se ao contacto da dor, reforçando a moral indispensável”*. E sublinha-se ainda que o curso não terá apenas um efeito no presente *“mas essencialmente no futuro, visto que entre nós não havia devidamente estabelecida a profissão de enfermagem”*. A notícia termina exaltando o facto de haver

“senhoras que se oferecem para seguir para França, com uma dedicação que só tem comparação com os oferecimentos voluntários dos soldados que partem para o combate. De facto, e brevemente, logo que estejam habilitadas com o seu

²¹⁶ *Diário de Notícias*, 21 de fevereiro de 1917 (p. 1).

²¹⁷ Iniciado em maio o curso de enfermagem de guerra seria oficialmente autorizado pelo decreto nº 3306, publicado no *Diário do Governo* nº 139, I serie de 21 de Agosto de 1917

²¹⁸ *Diário de Notícias*, 5 de maio de 1917 (p. 2).

²¹⁹ *Diário de Notícias*, 6 de maio de 1917 (p.2).

²²⁰ *Diário de Notícias*, 21 de maio de 1917 (p. 1).

curso, devem começar a preparar-se os primeiros núcleos de senhoras que para França irão levar o carinho e abnegação do seu sexo”.

Ainda na mesma notícia faz-se referência à venda, com bastante sucesso, de opúsculos sobre a vida de “Miss Cawell”.

A Cruzada, através da Comissão Executiva de Enfermagem de Guerra, manterá quase diariamente uma coluna, na primeira página do jornal, com o título “*Portugal na Guerra*” onde fará os apelos à inscrição no curso de enfermagem ao mesmo tempo que sublinha o número crescente de senhoras que se inscrevem no curso:

“a comissão tem recebido muitas cartas de senhoras que desejam inscrever-se para frequentarem os cursos que muito brevemente vão ser abertos e organizados pela Cruzada. Isto só prova como as mulheres portuguesas estão prontas a cumprir a nobre missão que ás mulheres de todo o mundo está entregue, tendo somente faltado em Portugal um forte e bem orientado impulso que dê garantias ás senhoras que procuram essa nobre profissão”²²¹.

A publicitação dos requisitos para a frequência do curso é frequente. Além de declarem, no requerimento que apresentam à Comissão Executiva de Enfermagem de Guerra, que desejam prestar os seus serviços em Portugal ou fora do país, as candidatas deverão apresentar uma certidão de idade (uma vez que o limite mínimo é de 21 anos) e “*dois atestados passados com toda a consciência por pessoas idóneas, que abonem o comportamento moral das candidatas*”²²². Nesta notícia reitera-se o facto de muitas senhoras se estarem a inscrever no curso e, entre elas, a filha do Ministro da Guerra (Rita Norton de Matos), mas de muitas mais serem necessárias: “*a hora é solene e todas as mulheres portuguesas devem compreender que é doloroso para o brio nacional que os nossos soldados estejam feridos e doentes e não tenham junto de si uma senhora que seja a enfermeira irmã pela raça e pelo sentimento falando a mesma língua*”.

Aparentemente o esforço de propaganda realizado pela Cruzada, abrangendo todo o país, foi bem sucedido uma vez que em várias notícias é referida a quantidade de pedidos de informação sobre o curso de enfermagem e o trabalho de análise de documentos que a Comissão tem tido. A necessidade de se criar um grupo de enfermeiras portuguesas é sublinhada visto que “*os nossos soldados feridos estão sob a guarda de senhoras estrangeiras, como se no nosso país não houvesse mulheres que soubessem qual é o seu dever de honra nesta hora de*

²²¹ *Diário de Notícias*, 1 de agosto de 1917 (p. 1).

²²² *Diário de Notícias*, 7 de agosto de 1917 (p. 1).

*sofrimento geral (...)*²²³. A Comissão não deixa de chamar a atenção para a saúde das candidatas (exigência de robustez física) uma vez que “*é espinhosa a linda missão que se propõem desempenhar*”. Mas esta notícia deixa ainda adivinhar alguma contestação às exigências definidas pela Comissão Executiva de Enfermagem de Guerra:

*“se algumas pessoas acharem excessivas as garantias exigidas, esta comissão lembra o dever de honra que assumiu perante a Pátria ao encarregar-se de pôr ao serviço do Estado um corpo de enfermagem feminino que honra o país e a mulher portuguesa perante os estrangeiros, como os nossos soldados nos honram e dignificam entre os soldados beligerantes.”*²²⁴

Apesar disto a Cruzada continua a realçar o número crescente de senhoras que se voluntariam para “*servir a pátria*” sublinhando a presença “*de muitas senhoras das famílias de oficiais do exercito de terra e mar*” destacando em especial as filhas dos ministros da guerra e da marinha²²⁵. Alguns meses mais tarde a Cruzada noticia²²⁶ os exames do primeiro curso de enfermagem em que ficaram todas as senhoras aprovadas, sendo dez com distinção. Após o exame as alunas iniciarão o estágio e ficarão aptas a cumprir “*a mais nobre missão que a mulher pode hoje cumprir, para secundar o magnifico esforço dos homens, que é servir nos nossos hospitais de guerra em França*”.

A par da preparação de enfermeiras de guerra a cargo da Cruzada das Mulheres Portuguesas, também a Cruz Vermelha Portuguesa se empenhou tanto na preparação de enfermeiras como na organização de hospitais em Portugal e em França. A Cruz Vermelha instalou um hospital temporário, em Lisboa, na Junqueira, destinado aos militares de todas as patentes, que foi bastante elogiado pelo Presidente da República, numa visita efetuada em agosto²²⁷. Nessa visita, o Ministro da Guerra compromete-se junto da Dama enfermeira chefe (Maria Antónia Pinto Bastos) a organizar a formação de enfermeiras militares, que julga ser importante para a boa organização dos serviços de saúde do exército português, “*e organizá-la-ei segundo o sistema inglês já hoje de comprovada utilidade*”. E recebe da Cruz Vermelha a certeza que o pessoal do hospital em França “*será conscientemente educado com plenos conhecimentos de causa*”.

²²³ *Diário de Notícias*, 11 de agosto de 1917 (p. 2).

²²⁴ *Diário de Notícias*, 11 de agosto de 1917 (p. 2).

²²⁵ *Diário de Notícias*, 16 de agosto de 1917 (p. 1).

²²⁶ *Diário de Notícias*, 4 de novembro de 1917 (p. 1).

²²⁷ *Diário de Notícias*, 24 de agosto de 1917 (p. 1).

No princípio de novembro partem para França as primeiras enfermeiras portuguesas formadas pela Cruz Vermelha²²⁸. A notícia exalta o altruísmo e o patriotismo da Cruz Vermelha que em tão pouco tempo conseguiu montar o hospital temporário da Junqueira e formar as enfermeiras que partem para levar “*á frente da grande batalha o carinho e o conforto conjugado com todos os socorros que a moderna sciencia recomenda para o tratamento dos feridos e doentes de guerra*”. O tom de exaltação continua: “*a mais linda página da já brilhante historia da Sociedade da Cruz Vermelha, vai ser escrita pelas enfermeiras que partiram ontem e continuarão a partir por estes dias*”. E nos dias subsequentes o jornal noticia a partida do segundo²²⁹ e do terceiro²³⁰ grupos de enfermeiras, assim como a chegada a França das primeiras enfermeiras portuguesas enviadas pela Cruz Vermelha: “*os soldados portugueses que nas trincheiras do norte de França, mantem o prestígio da Pátria, já teem a seu lado os carinhos das suas patrícias*”²³¹. Ao mesmo tempo noticia-se a abertura do Hospital de Campolide que se destina ao tratamento e reeducação dos soldados mutilados²³².

Apesar de as notícias sobre a guerra ocuparem bastante espaço no jornal, a preocupação pela situação nos hospitais do país também origina notícias de primeira página. Assim dá-se conta duma proposta de lei que o ministro do Interior apresenta para remodelação dos serviços hospitalares²³³ e de uma reunião de médicos no hospital de S. José para discutir a reorganização dos serviços hospitalares onde se destacou a necessidade de melhoria do pessoal de enfermagem quer no que respeita a vencimentos quer na sua preparação. De acordo com a notícia esta necessidade é sentida por todo o corpo clínico²³⁴.

Os documentos legislativos produzidos neste período refletem as repercussões do estado de guerra no nosso país. Reconhecendo as difíceis condições em que vive o pessoal dos Hospitais Civis de Lisboa originadas pela crise económica que a guerra provocou, com salários insuficientes para fazer face às necessidades, o Governo decreta²³⁵ uma subvenção extraordinária “*por indemnização por carestia de vida*” em percentagem proporcional ao vencimento auferido, sendo maior nos salários mais baixos. Esta subvenção não abrangia o pessoal clínico e deveria durar enquanto durasse o estado de guerra.

²²⁸ *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1917 (p. 2).

²²⁹ *Diário de Notícias*, 15 de novembro de 1917 (p. 1).

²³⁰ *Diário de Notícias*, 18 de novembro de 1917 (p. 1).

²³¹ *Idem*

²³² *Diário de Notícias*, 16 de novembro de 1917 (p. 1).

²³³ *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1917 (p. 1).

²³⁴ *Diário de Notícias*, 12 de agosto de 1917 (p. 3).

²³⁵ Decreto nº 3389, *Diário do Govêrno* nº 168, I serie de 28 de Setembro de 1917.

Após alguns meses de funcionamento o Governo autoriza²³⁶, por fim, a Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas a criar “*um curso de enfermagem destinado a preparar enfermeiras para os hospitais militares do país e dos corpos expedicionários*” (art.º 1º), reconhecendo a necessidade de dar a sanção legal do Estado a esses cursos e de aproveitar as enfermeiras formadas para os serviços de saúde do exército. De entre as condições essenciais para frequentar o curso (como o limite de idade, a robustez física e a nacionalidade portuguesa ou estrangeira de país aliado) ressalta “*ter bom comportamento civil e perfeita dignidade moral*” e ter o exame da instrução primária ou uma educação literária considerada equivalente pela Comissão (art.º 2º). O decreto define também as condições de preferência para admissão no curso (prática de enfermagem em hospitais militares ou civis, frequência de cadeiras do curso de medicina, conhecimento da língua francesa ou inglesa) e as condições para obtenção do diploma. Estipula ainda o direito a um subsídio diário durante o período de prática, de um mês, em hospitais militares, necessário para a obtenção do diploma do curso.

No mesmo Diário do Governo é publicado um decreto²³⁷ que regulamenta as regras do concurso para recrutamento, pelo Ministro da Guerra, de enfermeiras, para o serviço de saúde do exército, reconhecendo “*a vantagem e a conveniência de encarregar mulheres portuguesas dos serviços de enfermagem nos hospitais militares*”. O decreto define (art.º 4º) que as enfermeiras em serviço nos hospitais de campanha terão direito a transportes, alojamento e alimentação correspondentes aos oficiais do exército, e a vencimentos, subsídios, pensões e reformas correspondentes aos de alferes do quadro auxiliar do serviço de saúde. No caso das enfermeiras em serviço nos hospitais militares no país, os vencimentos, subsídios, pensões e reformas seriam iguais a dois terços dos que auferiam, em tempo de paz, os alferes do mesmo quadro (art.º 5º). No caso das enfermeiras chefes as remunerações eram iguais às de tenente (art.º 7º). É ainda estipulado que as enfermeiras não poderão trabalhar em hospitais de campanha situados a menos de dez quilómetros da frente de batalha (art.º 6º).

O programa do curso de enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas foi aprovado, por portaria, dois meses mais tarde, em outubro²³⁸. O programa é constituído por nove partes que incluem anatomia; fisiologia; higiene geral, da enfermaria, do doente e da enfermeira; cuidados e vigilância dos doentes; registos

²³⁶ Decreto nº 3306, *Diário do Governo* nº 139, I serie de 21 de Agosto de 1917.

²³⁷ Decreto nº 3307, *Diário do Governo* nº 139, I serie de 21 de Agosto de 1917.

²³⁸ Portaria nº 1124, *Diário do Governo* nº 186, I serie de 27 de Outubro de 1917.

de enfermagem; colheita de espécimes para análise; execução das prescrições médicas; feridas; fraturas; primeiros socorros; massagens e hidroterapia e ainda uma parte destinada aos cuidados aos mutilados de guerra. A parte VIII refere-se aos “*Deveres gerais da enfermeira. Relações das enfermeiras com os doentes, com os parentes dos doentes, com os médicos, com as colegas e com os ministros das religiões. Crenças religiosas. Segrêdo profissional*”. Incluía ainda aspetos como educação cívica, regulamento disciplinar, hierarquias militares e conhecimento das Convenções de Genebra e de Haia. São também especificados no programa e assinalados a itálico quais os aspetos “*que nunca deverão ser confiados exclusivamente às enfermeiras que nesses casos se limitam a ser auxiliares do clínico*”. E estavam nesses casos a execução de medicação externa (galvanocautério e termocautério, sangria geral), injeções intramusculares, intravenosas e intrarraquidianas, realização de aparelhos gessados e anestesia local e geral.

Também por iniciativa da Cruzada das Mulheres Portuguesas foi criado o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra, cujo regulamento foi publicado em Diário do Governo²³⁹. Nele especifica-se que o pessoal de enfermagem é feminino e recrutado nas escolas de enfermagem da Cruzada ou da Cruz Vermelha (art.º 22º) e que deve ter frequência dum curso que as habilite “*no tratamento de mutilados e estropiados*” (parágrafo único). Em termos funcionais as enfermeiras ocupam um lugar imediatamente a seguir aos médicos, todo o outro pessoal do Instituto é-lhes subordinado e “*terão direito à obediência e respeito devido à sua posição*” (art.º 24º). Dos deveres das enfermeiras faz parte, entre outros “*regular todos os seus actos pela mais escrupulosa moralidade e honestidade, de modo a darem no Instituto constante exemplo da ordem e seriedade que devem presidir a todos os serviços hospitalares*” (art.º 27º).

Foi ainda publicada, em novembro, uma portaria²⁴⁰ regulamentando o Hospital de Hendaia, organizado e mantido pela Comissão de Hospitalização da Cruzada as Mulheres Portuguesas e destinado a receber os oficiais e soldados feridos e doentes do Corpo Expedicionário Português. O pessoal de assistência clínica deveria ser constituído por médicos, médicas e enfermeiras.

Em junho, cinco meses após a entrada de Portugal na frente europeia da guerra, o parlamento discute uma proposta de mobilização de todo o pessoal de saúde e veterinário, quer para prestar serviço às forças em campanha quer aos

²³⁹ Portaria nº 1113, *Diário do Governo* nº 175, I serie de 11 de Outubro de 1917.

²⁴⁰ Portaria nº 1141, *Diário do Governo* nº 197, I serie de 13 de Novembro de 1917.

cidadãos não mobilizados²⁴¹. Na longa discussão em torno das patentes que devem ser atribuídas aos diferentes profissionais, em função da sua formação e da sua antiguidade, um deputado insurge-se com as patentes que a comissão de guerra entendeu atribuir aos mecânicos-dentistas que têm habilitações inferiores às dos enfermeiros dos hospitais civis: “o pessoal de enfermagem, cujo serviço não tem paridade com o que desempenham os mecânicos de dentistas, ficaram num plano inferior. Em meu entender, a comissão foi pouco generosa e injusta para com os enfermeiros.” Em resposta, o representante da comissão de guerra argumenta que a comissão “não teve intenção de tratar menos primorosamente os enfermeiros civis. A comissão entende que é uma classe indispensável e que se encontra numa situação que não é evidentemente aquela que devia ser.” O mesmo deputado, aquando da discussão da proposta de orçamento do Ministério da Guerra²⁴², chama a atenção para o facto de estarem a prestar serviço nas enfermarias do Hospital Militar da Estrela militares (praças) sem preparação para tal. E argumenta:

“o serviço de enfermagem demanda, pelo menos dois anos de estudo, porque os enfermeiros são os auxiliares dos médicos e são por vezes encarregados de serviços duma alta responsabilidade. Não se pode, portanto, fazer enfermeiro duma criatura qualquer que apareça, só porque sabe ler e escrever! Fazendo-se isso, corre-se o risco de fazer perigar o tratamento dos doentes, e mesmo a sua vida. (Apoiados). De maneira que me parece necessário ampliar-se o quadro de sargentos e colocá-los nas enfermarias, não só porque à sua graduação corresponde uma maior responsabilidade, como porque a sua instrução deve ser mais desenvolvida.”

1918

O ano de 1917 termina, em dezembro, com o golpe de estado que colocou Sidónio Pais no poder. O clima de agitação social e a contestação à participação de Portugal na guerra, mesmo por parte dos militares, favoreceu a eclosão do golpe.

O ano de 1918 inicia-se assim com uma situação política de ditadura militar, com o poder concentrado na pessoa de Sidónio Pais. Este criou uma imagem de líder, capaz de repor a ordem social e resolver os problemas do país. E essa imagem surgia no jornal, onde as notícias sobre a guerra, mesmo as que diziam respeito ao país, deixaram de ocupar a primeira página. Esta era agora ocupada com as atividades de “*Sua Excelência*”, que viajava pelo país, visitava instituições de assistência, interessava-se pelos doentes e desprotegidos. A censura

²⁴¹ Acta nº 87 da sessão da Câmara dos Deputados de 21 de Junho de 1917 (p. 29).

²⁴² Acta nº 111 da sessão da Câmara dos Deputados de 1 de Agosto de 1917 (p. 17).

estabelecida primeiro para os assuntos da guerra e, mais tarde em abril, para assuntos não militares, é visível no jornal com espaços em branco e notícias truncadas.

Será um ano fértil em acontecimentos: surtos epidémicos de tifo, varíola e gripe, a batalha do Lys, início de novas incursões monárquicas no norte do país e por fim, em dezembro, o assassinato de Sidónio Pais. Mas estes acontecimentos não tiveram, no jornal, a dimensão que tomaram na realidade. A censura “suavizou” um dos anos de maior agitação social do país.

Em fevereiro, na secção “*Portugal na Guerra*”, a Cruzada das Mulheres Portuguesas divulga um ofício que o diretor do Hospital da Estrela enviou à sua Comissão de Enfermagem, elogiando o estágio ali realizado por três senhoras:

*“aproveito a ocasião para manifestar a V. Ex^a a minha grande consideração e respeito pelo trabalho da Cruzada das Mulheres Portuguesas e de lhe afirmar que é uma grande obra para o tratamento de doentes a criação de enfermeiras que se apliquem a tratar os doentes de ambos os sexos e que sejam pessoas de certa instrução e educação. A presença de enfermeiras que estejam nestas condições, nos hospitais militares, adoça o convívio dos soldados, melhora os trabalhos de limpeza, dá um certo tom de carinho e conforto moral, aproximando a enfermaria da casa do doente, onde ordinariamente ele é tratado pela mão da mulher na sua atuação de mãe, esposa ou irmã. Faço votos, para que os trabalhos da Comissão de Enfermagem tenham os melhores resultados, e tudo que em tal sentido eu possa fazer como director do hospital da Estrêla o farei com a melhor vontade e satisfação.”*²⁴³

A epidemia de tifo²⁴⁴ levou Sidónio Pais ao Porto. O jornal relata “*Uma visita piedosa aos hospitais dos tifosos*”²⁴⁵. Aí dá-se conta do interesse que o Sr. Presidente da República manifesta pelos doentes com “*palavras de carinho para os doentes e de louvor para médicos e enfermeiros*”. Ao perguntar se eram bem tratados, os doentes responderam “*que nada lhes faltava e salientando-lhe a solicitude dos médicos e enfermeiros*”. Por fim Sidónio Pais “*elogiou o director pelo asseio, ordem e condições higiénicas em que tudo se encontrava, tendo palavras de deferência para com os médicos, pessoal de enfermagem damas da Cruz Vermelha pelos seus cuidados e grande carinho que teem dispensado aos pobres infelizes.*”

A situação dos Hospitais Civis de Lisboa e do seu pessoal continua a merecer ser noticiada. Assim, é referido, sob o título “*Reforma nos hospitais civis*”, que o diretor dos Hospitais Civis foi entregar ao Ministro do Interior o projeto de

²⁴³ *Diário de Notícias*, 3 de fevereiro de 1918 (p. 1).

²⁴⁴ Teria sido uma das mais violentas. Tendo-se manifestado no Porto, abrangeu todo o norte do país, causando 1725 mortes (Oliveira Marques, 1919, p. 20).

²⁴⁵ *Diário de Notícias*, 25 de fevereiro de 1918 (p. 1).

reorganização dos referidos hospitais, “trabalho de larga envergadura e tão complexo e extenso que consta de 175 artigos e é precedido de um lúcido e também desenvolvido relatório expositivo da orientação seguida”²⁴⁶. Alguns dias depois é a situação do pessoal dos hospitais que é noticiada²⁴⁷. Com o título “Lutando pela vida: o pessoal dos hospitais pede melhoria de situação”, a notícia refere-se à luta por melhores salários e pela realização da reforma hospitalar. Sem nunca mencionar explicitamente os enfermeiros podemos inferir que estariam incluídos no grupo dos empregados hospitalares:

“uma das classes que, sem duvida mais serviços prestam é a dos empregados hospitalares. A sua tarefa é árdua e insana. Os perigos que correm são grandes. Pois é esta classe de servidores que, há cerca de vinte anos se nega uma melhoria de situação, recebendo apenas uns fracos cobres que não lhes chega para viver, deixando á mingua de pão os filhos, enquanto para o hospital vão salvar a vida dos que sofrem.”

Neste ano há ainda uma referência a enfermeiras integrada numa notícia sobre o regresso de militares portugueses onde se refere que “também prestaram apreciáveis serviços as enfermeiras da Cruz Vermelha que ostentavam os seus novos uniformes”²⁴⁸, e a notícia da abertura do Curso de Enfermagem do Hospital Militar de Campolide destinado a “preparar enfermeiras para os hospitais militares do país e dos corpos expedicionários”²⁴⁹.

A morte da enfermeira chefe do Manicómio Bombarda (Elvira de Sousa Machado) é assinalada numa curta noticia onde apenas é referido o facto²⁵⁰.

Portugal vive, a partir de agosto e até junho de 1919, um violento surto de “gripe pneumónica” que causará cerca de 50 000 mortes. O jornal refere a organização dos socorros às vítimas, as comissões de socorros que se constituíram e as subscrições que abriu para ajudar quem mais necessitava. Mas nestas notícias não há referência a enfermeiras.

Os anúncios voltam a ter alguma expressão. As enfermeiras oferecem-se: “não se importa de ir para fora”²⁵¹; “diplomada para companhia de pessoa doente, fora de Lisboa. Sabe tocar piano”²⁵²; “para injeções e mais tratamentos”²⁵³; “diplomada com pratica, não se importa de ir para fora”²⁵⁴. Também são precisas

²⁴⁶ *Diário de Notícias*, 3 de maio de 1918 (p. 2).

²⁴⁷ *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1918 (p. 2).

²⁴⁸ *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1918 (p. 1).

²⁴⁹ *Diário de Notícias*, 13 de agosto de 1918 (p. 1).

²⁵⁰ *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1918 (p. 3).

²⁵¹ *Diário de Notícias*, 12 de maio de 1918.

²⁵² *Diário de Notícias*, 10 de agosto de 1918.

²⁵³ *Diário de Notícias*, 5 de novembro de 1918

²⁵⁴ *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 1918

enfermeiras: “no hospital de Santarém. Habilitada”²⁵⁵; “portuguesa, falando inglês, para senhora estrangeira no Monte Estoril. Ordenado dez escudos”²⁵⁶; “no hospital de Abrantes precisa-se mulher que saiba lê e escrever, com alguma pratica de enfermeira”²⁵⁷.

Neste ano de 1918 é publicado o decreto²⁵⁸ que reorganiza os Hospitais Civis de Lisboa. O preâmbulo deste decreto é uma longa explanação das razões subjacentes a essa reorganização. Reconhece-se a necessidade de tornar os Hospitais Civis autónomos dentro das estruturas da Assistência Pública e face à Faculdade de Medicina de Lisboa. Identificam-se três áreas onde é preciso intervir: a económica, dado que é preciso “saber gastar bem” o dinheiro de modo a que os hospitais mantenham a sua capacidade de tratar quem os procura; a disciplinar, uma vez que sem “uma boa disciplina geral” a organização não cumpre a sua missão; e a clínica da qual todas as outras dependem. São criadas especialidades e serviços de agentes físicos, de análises clínicas e anatomia patológica. O pessoal é aumentado e estabelece-se a admissão por concurso de provas e as promoções por antiguidade e competência. Quanto aos serviços de enfermagem reconhece-se que não são os desejáveis e “é mau o recrutamento do seu pessoal, porque é menos de miseravelmente retribuído, apesar de ser pesado o encargo e esgotante a missão desta prestante classe”. A urgência da resolução desta situação imponha-se “por ser a fome sempre má conselheira, tratar-se dos funcionários do Estado que pior remunerados são e sem sombra de equidade com quaisquer outros, além da sua imediata melhoria ser antiga e constante reclamação do corpo clínico, dos próprios interessados e de todos os que conhecem a sua desgraçada existência”. A referência à reorganização dos serviços de enfermagem termina com a necessidade de também se remodelar a Escola Profissional de Enfermagem, de se criarem critérios de competência, idoneidade moral e aptidão no recrutamento do pessoal que orientem as direções hospitalares “se quiserem ter e criar para todo o país serviço de enfermagem e não um nateiro de curandeiros ou enfermeiros clínicos, como os hospitais têm produzido por quási exclusiva culpa dos seus clínicos”. Os artigos 105º a 111º dizem respeito aos serviços de enfermagem. Neles se define que o pessoal de enfermagem é constituído por elementos de ambos os sexos (art.º 105º), dividido em pessoal definitivo (enfermeiros chefes, subchefes, enfermeiros de 1ª e 2ª classe) e temporário (praticantes no período escolar e pós-

²⁵⁵ *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1918

²⁵⁶ *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 1918.

²⁵⁷ *Diário de Notícias*, 29 de novembro de 1918.

²⁵⁸ Decreto nº 4563, *Diário do Governo* nº 155, I serie de 12 de Julho de 1918

escolar). Entre outras disposições define-se que as promoções serão feitas por antiguidade e concurso de provas práticas tendo-se em conta, também, os serviços prestados, a idoneidade moral e as habilitações especiais de cada concorrente (art.º 108º). Como já referimos, neste decreto é reorganizada a Escola Profissional de Enfermagem (art.º 114º), nome que substitui a anterior designação de Escola Profissional de Enfermeiros. Para a nomeação definitiva nos quadros dos Hospitais Civis passa a ser exigido ser detentor do diploma desta escola (art.º 115º). O curso de enfermagem passa a ser de três anos: dois anos para o curso geral, e um ano para o curso complementar. Este último permite a habilitação para enfermeiro chefe (art.º 116º). À escola podem candidatar-se indivíduos dos dois sexos, com o exame de instrução primária (art.º 119º). São ainda definidas a Direção da Escola, a cargo do diretor do serviço clínico que lhe fica anexo, e o corpo docente constituído por três ou mais professores (conforme as necessidades) que serão clínicos dos Hospitais Civis. Por fim (art.º 124º) o decreto prevê a possibilidade de ser contratada, no estrangeiro, uma enfermeira com idoneidade e competência “*para coadjuvar a educação profissional e moral dos alunos*” e ajudar na vigilância dos serviços e pessoal não docente da escola. O decreto especifica ainda o direito de todos os funcionários à aposentação de modo “*a garantir o futuro na velhice, pondo os servidores dos hospitais ao abrigo da miséria*” e define a nova tabela salarial cujos aumentos, sendo ainda insuficientes, “*representam a profilaxia da fome e miséria que o Estado tem obrigação de fazer para os seus funcionários poderem e deverem trabalhar.*”

Durante este ano foram ainda promulgados outros decretos onde as enfermeiras e/ou a enfermagem são referidas. Um refere-se à regulamentação do funcionamento do Hospital Militar de Hendaia²⁵⁹ onde se especifica que o pessoal de enfermagem é constituído por 12 enfermeiras de guerra. Outro cria as escolas de enfermeiras militares, destinadas ao exército, nos hospitais militares de Lisboa e Porto²⁶⁰, uma vez que se reconhece “*a necessidade de preparar a mulher para desempenhar condignamente o papel de enfermeira militar e de criar a enfermagem feminina nos hospitais do país, nos campos de batalha e noutros estabelecimentos congêneres*”. Neste decreto, além de se sublinhar a necessária robustez física que o exercício do cargo exige, é feita referência, em diferentes itens, ao bom comportamento moral e civil das alunas. Assim, é condição de admissão ao curso (art.º 2º); durante a sua frequência, as alunas eram vigiadas por uma enfermeira

²⁵⁹ Decreto nº 4059, *Diário do Governo* nº 73, I serie de 10 de Abril de 1918.

²⁶⁰ Decreto nº 4756, *Diário do Governo* nº 18, I serie de 31 de Agosto de 1918.

cuja função era somente vigiar o seu comportamento moral (art.º 11º); de cada aluna era feito, pelos professores, relatório escrito mensal sobre o seu aproveitamento, aptidão, zelo e comportamento moral, de modo a poder formular-se um juízo seguro sobre os seus progressos e comportamento (art.º 15).

Continuaram ainda a promulgar-se decretos que definem os quadros de pessoal de vários hospitais no país, como o Hospital da Misericórdia de Guimarães e o Hospital Escolar de Santa Marta.

Durante este ano de 1918, nos debates ocorridos, na Câmara dos Deputados não houve referências a enfermeiras ou enfermagem. Já no Senado, na primeira sessão após o fim das hostilidades e inteiramente dedicada à comemoração da vitória dos aliados, ao fazer-se o elogio dos diferentes países vencedores é feita uma referência especial ao povo britânico *“aquele em que o espirito do sacrifício voluntário tem o condão de conduzir, desde o começo da guerra aos pontos mais arriscados das linhas da batalha e dos serviços de enfermagem nos hospitais e ambulâncias, alta finança britânica e a, fina flor da nobreza sem distinção de sexos.”*²⁶¹

1919

As primeiras páginas do jornal dão conta das lutas para repor a República em consequência da instauração da “Monarquia do Norte”, e refletem a constante agitação social que se vive no país e, em particular, em Lisboa. As referências a tumultos, greves e atentados são seguidas das medidas que o governo toma para manter a ordem pública. Também é dado particular relevo às exigências do governo para obter as reparações de guerra que considera serem devidas ao país pela sua participação na guerra, e que seriam fundamentais para o equilíbrio orçamental.

As carências que a população sofre em resultado da guerra e dos aumentos generalizados de preços originam notícias que dão conta do considerável aumento dos casos de tuberculose em Lisboa e do *“aumento dos alienados”* que vivem em situação degradante nos calabouços do Governo Civil de Lisboa, por falta de espaço no Hospital Miguel Bombarda. Também em maio o jornal refere um recrudescimento dos casos de gripe no país.

²⁶¹ Acta nº 1 da sessão do Senado da República de 13 de Dezembro de 1918 (p. 16).

Em matéria de notícias relacionadas com a enfermagem o ano inicia-se com a abertura da Escola Profissional de Enfermeiros²⁶². É feito um relato circunstanciado do modo como decorreu a sessão, sob a presidência do Diretor Geral dos Hospitais (Dr. Lobo Alves), sendo diretor da Escola o Dr. Costa-Sacadura. É referida a presença de várias personalidades: professores da Escola, diretores dos vários serviços dos hospitais e da Inspeção Geral de Higiene. O discurso do Dr. Lobo Alves é apresentado como *“longo e brilhante, terminando por incitar o pessoal de enfermagem a frequentar a escola com interesse e assiduidade para o prestígio e bom nome dos hospitais”*. Outros oradores usaram da palavra e *“foram todos muito ovacionados”*.

No final do ano será feita nova referência²⁶³ à Escola Profissional de Enfermagem aquando da abertura do ano letivo de 1919-1920: sessão repleta de assistentes e *“que revestiu do maior brilhantismo”*. É dado destaque aos discursos que foram proferidos. O Dr. Costa-Sacadura, agora na posição de professor da Escola:

“elogia a missão do enfermeiro, que, com o seu esforço e abnegação, dedica parte da sua existência aos doentes que lhe são confiados, prodigalizando-lhes não só os medicamentos que o médico receita, mas ainda o seu carinho, glorificando e valorizando assim a sua bela missão. Nenhuma carreira exige tanta consciência e abnegação como a de enfermagem, dependendo muitas vezes a cura e o bem estar dos doentes, do carinho e dessa abnegação que existe no enfermeiro. A discrição e a disciplina devem encontrar nele um elemento de triunfo”.

Termina a sua intervenção agradecendo um presente que lhe ofereceram os alunos do ano letivo anterior e *“que conserva carinhosamente na sua banca de trabalho”* ao mesmo tempo que lembra *“a boa camaradagem entre alunos e professores”*. Outro professor da Escola (Dr. Mattos Chaves), vindo da guerra em França, refere-se ao *“excelente e magnífico serviço de enfermagem que ali teve ocasião de observar, recordando os atos dignos dos maiores louvores praticados pelas enfermeiras e enfermeiros da Cruz Vermelha”*. Durante a sessão houve distribuição de prémios aos melhores alunos (que são nomeados) do curso do ano letivo anterior. O último discurso é feito pelo Diretor Interino dos Hospitais Cívicos de Lisboa (tenente coronel Patacho) que *“afirma ser mais fácil ser herói como soldado do que herói em face de tanta desventura que há por vezes numa enfermaria, onde o enfermeiro, enxugando por vezes uma lágrima íntima, procura incutir*

²⁶² *Diário de Notícias*, 16 de fevereiro de 1919 (p. 2).

²⁶³ *Diário de Notícias*, 30 de novembro de 1919 (p. 4).

coragem e esperança de melhores dias, a quem por vezes os já não póde experimentar.”

As restantes notícias encontradas refletem ainda a ocorrência da guerra. O Diário de Notícias noticia²⁶⁴ a condecoração, em Paris, de Miss Cavell: *“o presidente da república concedeu a grã-cruz da Legião de Honra a miss Cavell, heroica enfermeira assassinada pelos alemães na Bélgica e cujo corpo foi transportado e inhumado pela Inglaterra”*. São também referidas as enfermeiras que foram louvadas por ordem de serviço do Corpo Expedicionário Português *“porque no desempenho da sua missão, em meio muito diferente daquele em que viviam mostraram sempre, a par das mais excelentes qualidades de carácter, a maior dedicação pelos doentes a que prestaram com zelo e carinho a mais cuidadosa assistência com muita competência profissional, tornando-se assim um vivo exemplo das elevadas virtudes cívicas e morais da Mulher Portuguesa.”*²⁶⁵

As restantes referências a enfermeiras surgem nos anúncios de trabalho. As enfermeiras continuam a oferecer-se *“para casa particular ou consultório”, “para tratar de pessoa doente, cá ou fora”, para acompanhar “senhora doente que se vá restabelecer para fora, desejando ganhar como tal”, ou para “ir a casa, massagens e qualquer tratamento”*; e continuam a ser precisas *“interna, pratica de cirurgia. Boa apresentação e referencias”, “habilitada para tratar senhora”, “boa apresentação, referencias, pratica de cirurgia, para interna”*.

Durante este ano, não houve no Parlamento discussões que dissessem respeito à enfermagem.

Identificaram-se neste ano dois decretos relacionados com a enfermagem. Um atribuindo o grau de grande oficial da Ordem da Torre Espada, do Valor, Lealdade e Mérito à Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, *“pelos relevantíssimos serviços por ela prestados durante o período de guerra”*. O preâmbulo do decreto justifica esta atribuição ao facto de a Cruz Vermelha ter mantido, em Ambleteuse, um hospital modelo *“onde médicos e cirurgiões competentíssimos, auxiliados por um pessoal de enfermagem e de administração cuidadosamente educado pela mesma sociedade, prestaram extraordinários serviços a oficiais e soldados do nosso exército, feridos gravemente em diferentes combates”*²⁶⁶. O outro decreto reorganiza²⁶⁷ os Hospitais da Universidade de

²⁶⁴ *Diário de Notícias*, 17 de maio de 1919 (p. 2).

²⁶⁵ *Diário de Notícias*, 7 de agosto de 1919 (p. 3).

²⁶⁶ Decreto nº 5295, *Diário do Governo* nº 60, I serie de 24 de Março de 1919.

²⁶⁷ Decreto nº 5736, *Diário do Governo* nº 98, I serie de 10 de Maio de 1919.

Coimbra e, a exemplo dos Hospitais Civis de Lisboa, organiza uma Escola de Enfermagem, nos mesmos moldes da de Lisboa (art.º 64º a 67º).

1920

O tempo que passou depois do final a guerra não fez diminuir a agitação social no país: mantém-se o problema de falta de alimentos e venda de géneros em mau estado de conservação devido ao açambarcamento. A crise alimentar é tão premente que o Diário de Notícias inicia uma campanha que pretende demonstrar que as “colónias” podem alimentar o país evitando a compra de alimentos no estrangeiro. De cada uma das colónias é referido o seu valor agrícola, o que produzem ou poderiam produzir, realçando o grande potencial de trabalho nelas existente.

O jornal reflete as lutas operárias por melhores condições de trabalho. As reivindicações de classe são amplamente noticiadas, sobretudo as que se referem à adoção da jornada de 8 horas. Neste ano, a festa internacional do trabalho e as comemorações na Voz do Operário em Lisboa, no primeiro de maio, são alvo de um longo artigo na primeira página. Mas, paralelamente, também surgem editoriais defendendo, para o país, uma política de ordem, trabalho e disciplina, num novo movimento moral que se desenha na sociedade. As festas em honra de Nun’ Alvares Pereira, o herói santo, têm a presença do Presidente da República que profere um discurso repleto de fé e afirmações patrióticas.

Neste ano apenas foi identificada uma notícia referindo-se à enfermagem. Nela especifica-se a tabela de subvenções, publicada em Diário do Governo para o pessoal dos Hospitais Civis e discrimina as referentes ao pessoal de enfermagem. O título desta notícia é muito sugestivo das dificuldades que as pessoas viviam: “Ajuda de custo de vida”²⁶⁸.

As restantes referências continuam a ser anúncios de trabalho. Os que requerem os serviços duma enfermeira: para “*menina que vive completamente só*”; “*para um consultório, preferindo-se reformada dos hospitais, que não tenha parentes nem aderentes. Tem casa, agua, luz e ordenado a combinar*”; “*interna, com pratica de cirurgia, boa apresentação e referencias*”. Os que oferecem serviços de enfermagem: “*diplomada e pratica oferece-se para injecções, pensos e*

²⁶⁸ Diário de Notícias, 16 de novembro de 1920 (p. 2).

tratamentos"; *"para consultório ou casa particular, com pratica dos hospitais, dá referencias"*; *"para consultório, tem pratica e diploma"*.

Os diplomas identificados neste ano referem-se à organização das Escolas de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra e do Hospital Colonial de Lisboa. O Regulamento da Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra²⁶⁹ segue a mesma orientação do Regulamento da Escola Profissional de Enfermagem dos Hospitais Civis de Lisboa. A Escola destina-se à habilitação do pessoal de enfermagem (de ambos os sexos) e em especial aos que desejem ingressar nos quadros do pessoal de enfermagem dos Hospitais Universitários (art.º1º). As condições de ingresso são as mesmas, como a idade (entre 17 e 25 anos), as habilitações académicas (exame de instrução primária), atestado de bom comportamento moral e civil e registo criminal. O curso também se divide em geral (dois anos) e complementar (um ano). Neste regulamento é expresso que a Direção dos Hospitais pode aproveitar os serviços dos alunos como auxiliares dos serviços de enfermagem que são designados praticantes do período escolar (art.º 20º). Caso dessem provas de aptidão e bom comportamento teriam garantia de entrar nos quadros de enfermagem dos referidos hospitais (art.º 21º). No conjunto de artigos que compõem o regulamento é feita referência à obrigatoriedade de frequência das aulas e ao modo de estar nas aulas: *"obrigados ao maior silêncio, atenção e respeito durante o tempo da lição dentro da aula"* (art.º 27º).

A Escola de Enfermagem do Hospital Colonial de Lisboa²⁷⁰ tinha como objetivo formar enfermeiros, de ambos os sexos, que se destinassem aos quadros de saúde coloniais, dado que *"a patologia e assistência nos países tropicais diferem bastante das dos climas temperados"*. No Regulamento consta o programa do curso, o regime de frequência, as propinas a pagar e as condições e admissão. Neste caso diferem em alguns aspetos das consideradas nas outras escolas. Assim os candidatos podem ser mais jovens (ter entre 16 e 25 anos) e são exigidas habilitações académicas superiores (exame do 2º grau). Mas continua a ser exigido bom comportamento moral e civil e o registo criminal (art.º 8º).

Neste ano de 1920 apenas foi encontrada uma referência à enfermagem nas sessões da Câmara dos Deputados: o Ministro da Guerra apresenta uma proposta de lei *"mandando cessar a admissão do pessoal feminino de enfermagem no*

²⁶⁹ Decreto nº 6943, *Diário do Governo* nº 183, I serie de 16 de Setembro de 1920.

²⁷⁰ Decreto nº 2544, *Diário do Governo* nº 260, I serie de 21 de Dezembro de 1920.

*exército, e mantendo às actuais enfermeiras militares designados direitos e deveres*²⁷¹.

1921

O Diário de Notícias dá relevo, nas suas páginas, à agitação política que o país vive. As crises ministeriais sucedem-se, são frequentes os atentados bombistas e os problemas económicos mantêm-se. Esta situação origina uma referência do jornal aos comentários na imprensa francesa que questionam se, em Portugal não terá ocorrido um golpe de estado.

O Diário de Notícias apela ao relançamento da economia nacional, referindo as potencialidades da nossa agricultura e indústria. E também chama a atenção para o estado de abandono dos monumentos nacionais, muitos deles em ruínas por falta de verba para a sua manutenção.

Os apelos para donativos começam agora a estender-se aos hospitais da Misericórdia que vivem situações dramáticas, sem dinheiro até para receber doentes (caso dos hospitais da Ericeira, Cascais e Castelo Branco).

Para lá da situação política e financeira do país, noticiam-se as cerimónias da chegada do Soldado Desconhecido a Portugal e a sua trasladação para o mosteiro da Batalha; a saída do segundo número da Seara Nova (*“que tão lisonjeiro acolhimento tem encontrado no espírito público”*²⁷²) e o início da construção dos estúdios da Portugalia Films, para desenvolvimento da indústria cinematográfica no país.

As notícias do estrangeiro ocupam mais espaço do que antes da guerra, e mostram que a agitação e as lutas se mantiveram apesar de ter sido assinada a Paz. Em março são referidas manifestações anti judaicas em Viena, e em agosto o jornal publica um editorial onde expõe a missão, diretrizes e ideias *“do que se chama fascismo italiano”*, identificado como um movimento anti bolchevista.

Madame Curie recebe, de presente das mulheres norte americanas, 1 grama de rádio, sublinhando a notícia que *“é assim que o povo que chegou ao mais alto grau de civilização, se prostra admiravelmente perante uma criatura que não*

²⁷¹ Acta nº 71 da sessão da Câmara dos Deputados de 28 de Abril de 1920 (p. 58).

²⁷² *Diário de Notícias*, 5 de novembro de 1921 (p. 2).

dominou, não tiranizou, não guerreou, mas fez apenas esta coisa simples: descobriu um elemento que permite aliviar muitas dores."²⁷³

Em maio faz-se referência à abertura de dois hospitais: o Hospital de Campolide em Lisboa, que pode comportar 1000 doentes, uma vez que os existentes na cidade já não têm capacidade para receber mais doentes e o Hospital D. Leonor nas Caldas da Rainha. Neste último o ministro do Trabalho "*elogiou o estado de asseio em que se encontrava*".

Ao longo deste ano, nos meses consultados, não existem referências diretas à enfermagem e/ou a enfermeiras. Em novembro²⁷⁴, numa notícia com o título Hospitais Civis, dá-se conta da acusação de indisciplina feita ao pessoal desses hospitais (sem nunca referir qualquer categoria profissional) originando a ingovernabilidade dos mesmos. Através da notícia, a associação de classe do pessoal dos Hospitais Civis torna público que

"nos relatórios apresentados pelos diversos clínicos que dirigiram aqueles estabelecimentos, quando da gripe pneumónica todos foram unânimes em elogiar o pessoal, que nessa, como em outras doenças graves e contagiosas, nunca se esquivou ao cumprimento do seu dever. Refere ainda o documento que temos presente aos sacrifícios e dedicação dos mesmos funcionários, quando dos grandes desastres e das revoluções afirmando ainda a sua inculpabilidade na desorganização dos serviços".

Neste ano até os anúncios escasseiam. Encontraram-se dois anúncios de enfermeiras a oferecer trabalho e três a pedir os serviços de enfermeiras. Nestes anúncios não são referidas nenhuma características em especial.

Também não foram identificados documentos legais nem referências à enfermagem e/ou às enfermeiras nas sessões parlamentares.

1922

A agitação política continua no país. Os sucessivos governos que se formam e caem são referidos, sempre na expectativa duma próxima solução para os problemas do país. O grupo Seara Nova alerta²⁷⁵ para a gravidade da situação política e para a possibilidade de uma conspiração com ingerência estrangeira. Esta notícia é assinada, entre outros, por Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Raúl Brandão e Raúl Proença. Os conflitos e incidentes com os movimentos operários

²⁷³ *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1921 (p. 3).

²⁷⁴ *Diário de Notícias*, 15 de novembro de 1921 (p. 3).

²⁷⁵ *Diário de Notícias*, 18 de fevereiro de 1922 (p. 2).

levam ao encerramento da sede da Confederação Geral do Trabalho. Em agosto é decretado o estado de sítio em Lisboa e o recolher obrigatório entre as 21 horas e as 6 horas da manhã.

Enquanto o governo reclama as indenizações de guerra a que considera ter direito, as notícias espelham a frágil situação económica que se vive. O diretor dos Hospitais da Universidade de Coimbra dirige²⁷⁶ uma exposição ao ministro do Trabalho sobre o *deficit* “*apavorante*” destes estabelecimentos que correm o risco de fechar e pede que se tomem providências. Esta questão será de novo apresentada²⁷⁷ num extenso artigo onde se refere o enorme *deficit* orçamental e a degradação que o edifício apresenta por não se ter dado continuidade às obras iniciadas. Insiste-se na dotação “*irrisória*” que impossibilita qualquer boa gestão dos hospitais. Esta situação de “*míngua de recursos*” é referida em relação a várias instituições de saúde. Muitos hospitais das Misericórdias pedem subsídios para poderem continuar “*a dispensar a indigentes os benefícios que carecem*”; organiza-se uma “*Festa da Flor*”²⁷⁸ para angariar dinheiro para a Cruz Vermelha, instituição fundamental “*num país onde a Assistencia Publica deixa morrer octogenárias enfermas nos calabouços da polícia*”²⁷⁹; fazem-se subscrições para a construção de sanatórios para tuberculosos.

O país é assolado por varíola e tuberculose. Para a primeira há vacinação gratuita no Instituto Central de Higiene. Em relação à segunda, o jornal assinala²⁸⁰ uma situação de calamidade em Sacavém que “*com as suas industrias progressivas e prosperas é talvez a terra portuguesa com maior percentagem de tuberculosos*”. A notícia refere que a doença “*alastra pavorosamente, mercê da falta de respeito pelas leis reguladoras e protectoras de trabalho e da insalubridade da quase totalidade das habitações, a que faltam higiene, ar e luz*”. A situação no país é tão grave que o Governo decide criar²⁸¹ uma Comissão Permanente de Profilaxia da Tuberculose com o objetivo de “*estudar e propor medidas de defesa a tomar contra a tuberculose*” (art.º 1º). No preâmbulo do decreto reconhece-se a necessidade de criar laboratórios de análises junto dos hospitais de província, para

²⁷⁶ *Diário de Notícias*, 23 de fevereiro de 1922 (p. 4).

²⁷⁷ *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1922 (p. 3).

²⁷⁸ As “*Festas da Flor*” consistiam na venda de flores para angariação de fundos. Eram organizadas por senhoras “*da distinta sociedade*” e elas próprias vendiam as flores pelas ruas das cidades. Foram muito frequentes no período da guerra como forma de conseguir dinheiro para apoio aos soldados e suas famílias.

²⁷⁹ Esta observação diz respeito a uma situação que suscitou grande controvérsia, consequência da lei contra a mendicidade. O rigor com que a polícia aplicou a lei levou à prisão de idosos que não tinham quaisquer outros meios de subsistência, senão a mendicidade.

²⁸⁰ *Diário de Notícias*, 28 de novembro de 1922 (p. 2).

²⁸¹ Decreto nº 8369, *Diário do Governo* nº 187, I serie de 11 de Setembro de 1922.

que “ao menos, racionalmente se comece fazendo a profilaxia individual e na família.”

No Hospital Escolar de Santa Marta, em Lisboa, inaugura-se²⁸² um serviço de urgência assinalado como um “*melhoramento importantíssimo para a população da capital*” e consequência da ação do Dr. Egas Moniz na sua qualidade de diretor do Hospital Escolar. No mesmo jornal noticia-se que o ministro do Trabalho fez uma visita inesperada ao hospital de S. José e “ao que parece ficou muito mal impressionado com o que viu”.

Mas a vida do país também é feita de “alegrias” e o jornal faz uma ampla cobertura das viagens aéreas de Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

No estrangeiro, a evolução do fascismo em Itália é noticiada dando relevo à forma como os fascistas “se têm oposto eficazmente aos manejos bolchevistas”.

A única notícia explícita sobre enfermagem diz respeito à realização duma sessão solene de atribuição de prémios e diplomas “aos alunos que melhor classificação obtiveram”, da Escola Profissional de Enfermagem em Lisboa²⁸³. A sessão foi presidida pelo ministro do Trabalho que pediu que lhe apresentassem um projeto para a criação duma caixa de beneficência para viúvas e órfãos “o que lhe valeu uma carinhosa manifestação de simpatia”. Para além do elogio ao diretor da Escola, Dr. Costa-Sacadura, “ao velho e conhecido enfermeiro José Bernardo, que conta 59 anos de efectivo, foi entregue um diploma ‘honoris causa’”.

Outra notícia²⁸⁴ diz respeito às reclamações dos empregados dos Hospitais civis sobre as suas “deficientíssimas remunerações”. Não se fazendo referência a qualquer categoria profissional, não é de excluir que também se refira aos enfermeiros. O autor da notícia refere que os empregados dos hospitais estão

“*sujeitos a todas as infecções e entregues a um trabalho exaustivo, que facilmente os pode lançar nas doenças mais terríveis. Estes funcionários merecem por todos os motivos uma remuneração condigna, pois que além do trabalho diurno, têm ainda noites de inteira vigília a que são obrigados e a que ninguém, infelizmente, dá o devido valor.*”

Continuam a aparecer alguns anúncios. A oferecer trabalho: “*enfermeira, com bastante pratica hospitalar oferece-se para dar injeções em casa dos doentes*”; “*enfermeira, com bastante pratica, para qualquer ponto de África*”. E a requerer os serviços de enfermeiras: “*para cuidar de uma doente em Beja, estando-lhe*

²⁸² *Diário de Notícias*, 2 de novembro de 1922 (p. 1).

²⁸³ *Diário de Notícias*, 10 de agosto 1922 (p. 3).

²⁸⁴ *Diário de Notícias*, 4 de agosto de 1922 (p. 3).

entregue tudo o que diz respeito á mesma”; ou apenas “*enfermeira, precisa-se no hospital de Santarém*”.

Encontraram-se, neste período, dois diplomas legais. Um²⁸⁵ refere-se à admissão de pessoal de enfermagem não diplomado no Hospital Escolar, dada a urgência suscitada pela saída dos “*empregados*” que optaram pela transferência para os Hospitais Civis. O decreto determina que essa admissão seja feita pelas categorias inferiores, “*praticante no período escolar*”, e que só após tirocínio se possa passar para categorias superiores.

O outro diploma diz respeito ao *Regulamento da Escola Profissional de Enfermagem dos Hospitais Civis de Lisboa*²⁸⁶. Este Regulamento, mais pormenorizado que o anterior datado de 1918 e integrado no Regulamento dos Hospitais Civis, mantém a finalidade de habilitar pessoal de enfermagem preferencialmente o que se destina aos Hospitais Civis (art.º 1º). É agora definido o seu local de funcionamento, o antigo Hospital de S. Lázaro, com secção pedagógica, clínica e internato (art.º 2º). Mantem-se a divisão do Curso em geral (dois anos) e complementar (mais um ano), podendo agora serem criados cursos de enfermagem de especialidades (art.º 3º). São definidas as disciplinas que integram os cursos: anatomia e fisiologia; higiene; enfermagem geral (com noções de dietética e farmácia; enfermagem médica e seus socorros de urgência; enfermagem cirúrgica e seus socorros de urgência; história de enfermagem; serviços operatórios; organização dos serviços hospitalares e legislação e deontologia profissional. O curso geral integra todas as disciplinas menos a de serviços operatórios e organização dos serviços hospitalares. O curso complementar retoma enfermagem médica, enfermagem cirúrgica, serviços operatórios e organização dos serviços hospitalares e é completado com estágio em serviços de especialidades (art.º 4º). São descritas as competências da Direção, a forma de nomeação do Diretor da Escola (art.º 7º) e a constituição e competências do Conselho Escolar (art.º 14º). Mantêm-se as exigências na admissão dos candidatos com exceção das habilitações que passam para o exame de instrução primária do 2º grau (art.º 17º). São também definidos os critérios de exclusão da frequência do curso (art.º 21º). Neste Regulamento são definidos prémios (um diploma especial e dinheiro) para os melhores alunos que concluem o curso geral (art.º 26º). É ainda instituído um prémio, com o nome do Dr. Costa-Sacadura, com um valor pecuniário substancialmente superior aos outros, para

²⁸⁵ Decreto nº 8411, *Diário do Governo* nº 210, I serie de 7 de Outubro de 1922.

²⁸⁶ Decreto nº 8505, *Diário do Governo* nº 244, I serie de 25 de Novembro de 1922.

atribuir à enfermeira que obtivesse a maior classificação no curso especial de puérperas e recém-nascidos (art.º 27º). É definida a organização das escalas para a realização dos estágios, durante os quais os alunos eram considerados como auxiliares do pessoal de enfermagem, ficando a este subordinados; as regras de nomeação dos praticantes no período escolar e, por fim, as regras de nomeação dos enfermeiros chefes. Há ainda um artigo que expressamente proíbe que as aulas sejam públicas (art.º 31º).

Na Câmara dos Deputados²⁸⁷ é apresentado um projeto de lei no sentido de resolver a difícil situação financeira das Misericórdias do país. O proponente elogia a obra e a finalidade das Misericórdias e evoca as razões da sua ruína financeira. Entre elas refere as despesas com pessoal. Sublinha que as Misericórdias “*que praticam o desacato de terem enfermagem religiosa, porque também há uma lei que a proíbe*” são a exceção em termos económicos. E continua na defesa da enfermagem religiosa:

“será crime pedir aqui, nesta hora, bem públicamente, liberdade para a virtude, quando o vício goza por toda a parte de todas as liberdades? Eu pergunto se será crime fazer aqui solenemente a apologia dessas mulheres sublimes, que, abandonando o conforto do lar ou as facilidades da vida mundana, gastam a sua vida heróicamente à cabeceira dos enfermos? Será crime preferir estas mulheres às mercenárias, que, ganhando centenas de escudos por mês, acumulam ainda por cima, muitas num espectáculo indecoroso, o ofício de enfermeiras ao de comborças dos próprios médicos?”

O deputado apela, por fim, à consciência dos restantes deputados, face à ruína económica das instituições, considerando que a falta de enfermagem para isso muito contribui. Pede ainda que a questão da enfermagem religiosa seja encarada sob o aspeto “*dos benefícios sociais que da religião podem derivar para a sociedade e para a Pátria*”. A questão da atribuição de verbas às Misericórdias continuaria a ser vivamente discutida defendendo, alguns deputados, a obra assistencial que elas cumprem: “*não há o direito de impedir que se prestem benefícios à sociedade seja qual for a filosofia ou crença em nome da qual êles efectivamente se realizem*”²⁸⁸, e afirmam que “*se não fôsse a dedicação cristã na enfermagem, por exemplo, teriam (algumas Misericórdias) de fechar imediatamente as suas portas*”²⁸⁹. Alguns meses mais tarde, na discussão do Orçamento Geral, referindo-se à forma como os serviços do Estado se têm expandido, um deputado afirma que os serviços da assistência da responsabilidade do Estado “*deram numa*

²⁸⁷ Acta nº 14 da sessão da Câmara dos Deputados de 17 de Março de 1922 (pp.6-7).

²⁸⁸ Acta nº 46 da sessão da Câmara dos Deputados de 17 de Maio de 1922 (p. 11).

²⁸⁹ *Idem*

formidável bancarrota". E apresenta, entre outras causas: "*laicizou-se a enfermagem, afugentando dos hospitais a maior parte dos desgraçados, com o horror do abandono, dos maus tratos e da falta de dedicação (...)*"²⁹⁰, mostrando deste modo o seu desacordo com a existência das enfermeiras laicas.

As questões financeiras serão também o motivo para uma discussão em torno da permanência das enfermeiras militares no exército. Na discussão do orçamento do Ministério da Guerra defende-se a exclusão de funcionários civis ao serviço do exército, assim como o fim das enfermeiras militares uma vez que o serviço de enfermagem "*é da competência das tropas de saúde*"²⁹¹. A troca de argumentos gira em torno dos benefícios, ou não, da presença feminina nos serviços de enfermagem. Assim, um deputado afirma não concordar com a eliminação das enfermeiras "*visto que as julgo mais próprias para a enfermagem do que os homens*"²⁹². Considerando que essa eliminação não seria benéfica propõe "*que se mantenham as enfermeiras. Os soldados que desempenham esses serviços desempenham-no muito pior que as mulheres; para desejar é que sigamos os bons exemplos dos outros países, mantendo o pessoal de enfermagem feminino*". Em oposição a estes argumentos outro deputado afirma que o decreto que criou, em 1915, as enfermeiras militares, previa a dispensa dos seus serviços, logo que a guerra terminasse. Afirma ainda que outro decreto criou tais condições para a reforma dessas enfermeiras, que "*o facto de essas enfermeiras ainda se encontrarem ao serviço resulta não do amor que tenham à sua profissão, mas do interesse material que daí lhes advém*"²⁹³. E continua a sua argumentação:

"tenho tido sob as minhas ordens várias enfermeiras militares e até hoje posso dizer que era melhor que para lá não tivessem ido; têm indisciplinado todos os serviços e até como enfermeiras não têm demonstrado aquele cuidado e carinho que são sempre necessários. Julgo, portanto, que é de inteira justiça que se acabe com essa classe, que para nada serve, e que até hoje, se para alguma coisa tem servido, é para prejudicar os serviços e indisciplinar o exército."

O dirimir de razões continua, com o primeiro deputado a insistir na convicção de que

"as mulheres são mais próprias para os serviços de enfermagem do que os homens. (...) eu provaria que as enfermeiras podem prestar os serviços de enfermagem com maior competência e carinho que os homens, e da sua manutenção nos hospitais não pode advir maior despesa para o orçamento do

²⁹⁰ Acta nº 121 da sessão da Câmara dos Deputados de 1 de Agosto de 1922 (p.11).

²⁹¹ Acta nº 48 da sessão da Câmara dos Deputados de 19 de Maio de 1922 (p. 9).

²⁹² *Idem* (p. 10).

²⁹³ *Idem* (p. 11).

Ministério da Guerra, e só resultariam vantagens para aqueles que têm de recorrer aos hospitais.”²⁹⁴

Também no Senado se discutiu²⁹⁵ o orçamento do Ministério da Guerra e a manutenção ou não das enfermeiras de guerra. A troca de argumentos envolve dois senadores com posições opostas. Assim, apresentando as suas razões a favor, um senador, invocando a sua condição de professor de um dos cursos de enfermagem de guerra, lembra que o próprio Ministro da Guerra da altura “*desejando dar um claro exemplo de patriotismo e de autoridade moral, inscreveu a própria filha (no curso)*”. E continua fazendo a apologia dessas enfermeiras perante o seu opositor que considera que o melhor seria reformar essas enfermeiras e “*mandá-las para casa*”, continua a defender a sua presença:

“Ninguém tem o direito (...) de querer que se lancem à margem essas mulheres. (...) Essas criaturas merecem a nossa gratidão. Se a missão da mulher é fazer o bem e espalhar a bondade, ninguém melhor do que elas soube tratar um doente. Eu (...) nunca encontrei legião mais sublime de sacrifício e de abnegação do que a legião formada por essas mulheres (...). A mulher, quando é preciso, sabe ser grande, e não há médico que seja capaz de tratar de um doente como uma boa enfermeira. Sou de opinião que a mulher não deve invadir terrenos que pertencem exclusivamente ao homem. Certo é, porém, que, quando o homem deixa a mulher tratar daquilo em que existe bondade e o coração manda, ninguém melhor do que a mulher o faz. Posso garantir que essas mulheres (...) foram, realmente, não só dedicadas mas dignas enfermeiras. Reformá-las para quê?”

A resposta do opositor centra-se na permanência das enfermeiras no exército:

“Não ponho em dúvida os relevantes serviços prestados nas fileiras do exército durante a guerra. Mas pelo facto de ter prestado bons serviços e de a mulher ser mais adaptável ao delicado tratamento dos doentes, não quero dizer que se justifique a sua permanência no exército durante a paz. (...) As mulheres têm, é certo, uma certa agilidade nas mãos e possuidoras de maravilhosas qualidades, adaptando-se muito bem ao serviço de enfermagem, mas não me parece aceitável que andem por aí vestidas de saias, com galões, provocando a hilariedade e o desrespeito, que se não conjugam com o carinho e o amor que o povo português vota ao exército nacional.”

Este senador propõe que “*as 28 enfermeiras que herdámos da Grande Guerra*” sejam transferidas para os hospitais, ou lhes seja dada preferência no provimento das vagas que ocorressem nos hospitais civis.

Mas se alguns querem acabar com algumas classes de enfermeiras, outros propõem o aparecimento de novas áreas de atuação²⁹⁶. Assim um deputado refere-se ao interesse em se instituírem serviços de medicina escolar, constituídos por

²⁹⁴ Acta nº 48 da sessão da Câmara dos Deputados de 19 de Maio de 1922 (p12).

²⁹⁵ Acta nº 57 da sessão do Senado de 15 de Julho de 1922 (pp. 12-15).

²⁹⁶ Acta nº 60 da sessão da Câmara dos Deputados de 31 de Maio de 1922 (pp. 8-9).

médico escolar, enfermeira escolar e professor, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos. Considera que a medicina escolar tem de passar da simples fiscalização dos locais escolares, para a deteção e correção precoces de problemas orgânicos das crianças. Afirmando que não seria particularmente oneroso para o país a criação de “clínicas escolares”, defende que as enfermeiras escolares poderiam ser recrutadas

“entre as funcionárias que excedem os quadros dos diferentes serviços públicos, e que, depois da frequência dum curso adequado poderiam ser colocadas como enfermeiras escolares (...). A enfermeira escolar exerce hoje, nos países que possuem já a clínica e enfermagem escolares, um papel importantíssimo, não só como agente de valiosa ligação entre a escola e o lar, mas, ainda, como poderoso auxiliar dos médicos, pelos trabalhos preparatórios que pode realizar antes da sua intervenção, trabalhos que sensivelmente influem, em muitos casos, no número preciso dêsses mesmos médicos.”²⁹⁷

O deputado termina afirmando que “é preciso corrigir a inversão das qualidades da raça que uma errada pedagogia, seguida durante séculos, logrou realizar.”

1923

A ação governativa continua a não resolver os problemas do país. E o Diário de Notícias sublinha isso mesmo ao denunciar situações daí resultantes: os monumentos nacionais estão ao abandono; as estradas intransitáveis; na rubrica “Cruzada de Bem-fazer” anunciam-se subscrições destinadas à realização de melhoramentos em diferentes localidades; as condições sanitárias são más, sendo a raiva uma constante. A pneumónica volta a matar no norte do país, em Vila Real, e reconhece-se a insuficiência dos recursos hospitalares aí existentes. Apela-se a que o Dr. Ricardo Jorge (Diretor Geral de Saúde) tome conta do assunto²⁹⁸. A situação sanitária do país justifica um extenso artigo²⁹⁹ com o título “A arte de ter saúde”. O subtítulo é também elucidativo: “Devemos ensinar o povo a ser asseado e forte”. Este artigo refere-se a uma Escola Primária Superior³⁰⁰ em Lisboa que na sua “secção técnica” ministra conhecimentos sobre higiene popular e puericultura, e também realiza palestras para a população em geral (a única, segundo o artigo, e

²⁹⁷ Acta nº 60 da sessão da Câmara dos Deputados de 31 de Maio de 1922 (p. 9).

²⁹⁸ *Diário de Notícias*, 8 de fevereiro de 1923 (p. 2).

²⁹⁹ *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 1923 (p. 2).

³⁰⁰ De acordo com o artigo as Escolas Primárias Superiores deveriam ter uma “secção técnica” destinada a ministrar conhecimentos de carácter comercial, não só aos seus alunos mas também aos jovens pobres que quisessem frequentar esses cursos. Como também é referido no artigo os diplomas passados nesses cursos não tinham qualquer validade.

que deveria ser exemplo para o país). Estes conhecimentos seriam necessários para ensinar “as classes menos afortunadas” a prevenir certas doenças:

“Ensinar o povo a ser asseado, no melhor sentido do termo, a alimentar-se, tanto quanto possível, higienicamente, a vestir, a ter hábitos profiláticos, a evitar desastres, a aplicar os primeiros socorros, enquanto, em casos que requerem a intervenção do médico ou do cirurgião, o clínico não chega – ensinar ao povo tudo isto, quer dizer, as regras elementares da arte de ter saúde, é uma obra humanitária, patriótica, de elevada orientação.”

O articulista refere o teor das palestras já realizadas e a importância de se divulgarem, junto das mães, os cuidados de higiene às crianças para diminuir “a hecatombe infantil” que as estatísticas demonstram.

Em fevereiro o jornal lança uma campanha a que chama “Ressurgimento de Portugal”, visando a reconstrução económica do país. De cada município são identificadas, em extensos artigos (por vezes duas ou três páginas), as necessidades, as realizações de sucesso, os bens produzidos localmente. Apela-se constantemente aos donativos para a realização de obras.

O tom de exaltação patriótica é dado nas notícias de primeira página sobre o herói da aviação civil, Sacadura Cabral. A nomeação do Dr. Ricardo Jorge para membro do “Comité Permanente da Higiene da Sociedade da Nações”, a organizar-se em Genebra, é mencionada como “uma das maiores homenagens que têm sido prestadas a um português, visto estar fora de todas as influências políticas”³⁰¹. Essa escolha representa “uma justa homenagem ao seu admirável talento, á sua vasta erudição e aos serviços relevantíssimos que tem prestado á sciencia”. Também a realização da *Festa Nacional da Educação Física* retoma a ideia da educação física como parte indispensável da educação integral da juventude, sendo que “os desportos que robustecem e disciplinam são alicerces sólidos duma nacionalidade”.

No interior do jornal noticiam-se os atentados bombistas, as crises governamentais, os acidentes, os homicídios! E da Alemanha começam a aparecer notícias sobre Hitler e as suas ideias.

Mas, ... Lisboa vai ao cinema e à revista, ouve música no Jardim da Estrela e começa a ser necessário que os polícias sinaleiros regulem o trânsito na cidade.

As notícias sobre enfermagem são poucas. Numa notícia sobre uma criança de três meses, internada no hospital de Santarém após ter sido abandonada, no campo, pela mãe, faz-se referência à enfermeira que cuida dela nos seguintes termos: “está entregue aos cuidados da enfermeira sr^a Júlia C. que lhe dispensa os

³⁰¹ *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1923 (p. 1).

*melhores carinhos e cuidados*³⁰². Outra notícia³⁰³ refere-se à homenagem prestada ao enfermeiro José Bernardo, dos Hospitais Civis de Lisboa, ao completar cinquenta anos de serviço. A festa “*constituiu uma comovida manifestação de respeito pelo antigo funcionario*” e teve a presença de todos os enfermeiros disponíveis, médicos e outro pessoal dos Hospitais. Os discursos proferidos enalteceram as suas qualidades incitando os enfermeiros a seguir-lhe o exemplo. A fotografia que ilustra a notícia mostra o enfermeiro rodeado pelo diretor dos Hospitais Civis de Lisboa e por vários médicos do seu corpo clínico.

Os anúncios pedem: “*enfermeiras, apresentáveis e optimamente habilitadas*” para o consultório de um cirurgião nos Açores; “*dama de companhia ou enfermeira para menina de 17 anos em casa de família respeitável*”; “*enfermeira, senhora com pratica, em hospital duma vila, perto de Coimbra*”. As enfermeiras oferecem: “*carinhosa, especializada em massagens, toma conta de doentes durante o dia, falando francês correctamente, italiano, espanhol e português*”.

Durante este ano os Deputados discutem³⁰⁴ a urgência da reorganização do exército, pela necessidade de se diminuir a despesa do Ministério da Guerra. De entre as várias propostas apresentadas uma diz respeito aos hospitais militares. Segundo o deputado proponente existem demasiados hospitais militares (que deveriam ser reduzidos) e neles trabalham “*758 praças e 28 enfermeiras*”. Se os primeiros fossem substituídos pelas datilógrafas que existem nos diferentes ministérios poderiam existir muito mais enfermeiras:

“Isto é apenas um alvitre, porque sei as dificuldades que haveria, mas aqueles que tiveram a infelicidade, mas ao mesmo tempo a honra, de serem tratados pelas enfermeiras, conhecem que uma mulher tem as qualidades próprias para o desempenho do serviço de enfermagem, a que os homens dificilmente se adaptam. Sr. Presidente: é absolutamente indispensável fazer economias que garantam uma conveniente distribuição de verbas e o melhor funcionamento do organismo militar.”

As questões orçamentais são uma preocupação constante nas discussões da Câmara dos Deputados. Os diferentes ministérios procuram, com os seus reduzidos orçamentos, fazer face às necessidades do país e os deputados procuram defender dotações orçamentais mais elevadas para aspetos que consideram prioritários. Na discussão³⁰⁵ sobre o orçamento do Ministério do Trabalho, um deputado (médico rural) questiona a verba atribuída à assistência

³⁰² *Diário de Notícias*, 12 de agosto de 1923 (p. 4).

³⁰³ *Diário de Notícias*, 9 de novembro de 1923 (p. 2).

³⁰⁴ Acta nº 4751 da sessão da Câmara dos Deputados de 8 de Março de 1923 (p. 20).

³⁰⁵ Acta nº 79 da sessão da Câmara dos Deputados de 10 de Maio de 1923 (pp. 28-29).

pública. Segundo ele os números da mortalidade infantil devem-se tanto “às *taras do alcoolismo e sífilis*” de que as crianças são vítimas como à falta de cuidados e assistência. Questiona a qualidade das instituições existentes no país, que recebem verbas diminutas e, por isso, recusam doentes por falta de recursos. E aponta também o caso de instituições hospitalares que, sendo subsidiadas pelo Estado, recusam tratar certos doentes: “*E sabem V. Ex.ªs porquê? É porque as criaturas que lá fazem serviços têm os seus votos religiosos e eles impedem-nas de prestar serviços de enfermagem às pessoas portadoras desta espécie de doença*”.

A situação dos serviços hospitalares de Lisboa é também alvo de atenção da Câmara dos Deputados pela denúncia de irregularidades graves praticadas pelos seus funcionários. Numa interpelação³⁰⁶ feita por um deputado ao Ministro do Trabalho são apontadas desvios de dinheiro, roubo de roupa hospitalar, neste caso feito por duas enfermeiras, admissão ou recusa de doentes sem ser por razões clínicas. O orador termina pedindo ao Governo “*a sua enérgica e urgente intervenção no assunto de forma a pôr termo a todos os escândalos, dos quais cito dois à Câmara para que ela veja quão justificados são os brados daqueles que de há muito vêm reclamando providências.*”

1924

Durante este ano o jornal, “*derivado da sua larguíssima tiragem e desejoso de colaborar no estudo de questões que interessam o país*”, introduz novas secções na sua paginação habitual. Surgem o “*Notícias Cinematográfico*”, “*Notícias Musical*”, “*Notícias Agrícola*” e o “*Notícias Comercial, Industrial e Financeiro*”. Estas novas rubricas mostram uma diversidade de interesses que começam a fazer eco nos leitores do jornal. Este continua a mostrar a agitação constante que se vive no país: em maio a União dos Sindicatos Operários protesta contra uma pretendida ditadura no país, há frequentes atentados bombistas, greves, relatos dos desentendimentos no governo.

A precariedade das condições económicas de grande parte da população continua a merecer a atenção do jornal e os donativos atingem um montante que leva o Diário de Notícias a criar uma caixa de beneficência para gerir os donativos que recebe e a sua distribuição.

³⁰⁶ Acta nº 129 da sessão da Câmara dos Deputados de 17 de Julho de 1923 (pp. 5-6).

A situação da assistência de saúde no país merece constantes notícias. Se algumas mostram alguma capacidade de ação, como a abertura do primeiro posto antivenéreo da responsabilidade da Câmara de Lisboa³⁰⁷, outras mostram as dificuldades das instituições ou a inexistência de serviços. À beira da rutura financeira, estão os Hospitais da Universidade de Coimbra que ameaçam fechar por falta de verba³⁰⁸. Apesar de terem reduzido o número de doentes admitidos e o pessoal, o facto de o Estado não pagar as devidas contribuições não lhes permite pagar aos seus fornecedores. Em agosto o jornal lança uma campanha nacional de angariação de fundos com o título “*Salvemos as nossas Misericórdias*”.

A questão da tuberculose infantil é abordada numa conferência organizada pela “*Sociedade das Ciências Médicas*” onde “*se encara o problema por um aspecto novo, que é prevenir em vez de remediar*”³⁰⁹. O conferencista considera que a Escola, pelas suas condições higiénicas, pela carência de cantinas e de balneários, contribui para o aparecimento da tuberculose nas crianças. Assim a Escola deve ser “*o principal centro da profilaxia da tuberculose, preservando os infantes e os adolescentes em vez de tentar mais tarde, hipoteticamente, curar os adultos*”. O seu plano de luta anti tuberculosa teria como agentes o médico e o enfermeiro ou enfermeira escolar e o professor. O enfermeiro teria “*a missão de visitador para indagar de todas as condições em que a criança vive no seio da família*”. O plano incluía ainda a criação de escolas com condições higiénicas de ar, luz e água, cantinas e colónias de férias na praia ou na montanha.

Com o título “*Assuntos do Momento*” é noticiada³¹⁰ uma entrevista dada pelo ministro do Trabalho onde este se refere ao modo como pensa resolver o problema da assistência em Portugal. Segundo ele a obra do Estado tem sido prejudicada pela inconstância política e pelo facto de se copiarem soluções do estrangeiro. A solução seria “*a individualização do socorro, levando-o até ao domicilio e fazendo-o variar na sua intensidade, na sua forma e na sua duração*”. Considera também importante o contributo da assistência religiosa, em conjugação com a assistência laica, para a solução do problema.

Problema é também a assistência infantil na cidade de Lisboa. A denúncia³¹¹ de “*Uma Triste Situação*” refere que apenas existem duas enfermarias para crianças em Lisboa, sendo que muitas crianças são hospitalizadas nas enfermarias de adultos “*numa promiscuidade, que a todo o custo se devia evitar*”. E o

³⁰⁷ *Diário de Notícias*, 1 de maio de 1924 (p. 4).

³⁰⁸ *Diário de Notícias*, 10 de agosto de 1924 (p. 2).

³⁰⁹ *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1924 (p. 2).

³¹⁰ *Diário de Notícias*, 30 de maio de 1924 (p. 1).

³¹¹ *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1924 (p. 1).

entrevistado refere ainda, como um dos principais problemas, a ausência duma cozinha de leite privativa das enfermarias infantis, "*absolutamente necessária para a medicação lactea de doenças gastro-intestinais.*"

Durante este ano a única notícia³¹² referente à enfermagem diz respeito à criação da Associação de Classe dos Enfermeiros Civis. Na reunião efetuada foram aprovados os estatutos e "*uma saudação ao pessoal de enfermagem dos diversos hospitais*". A notícia refere ainda que "*entre as reclamações que aquela classe vai apresentar ao governo e ao Parlamento contam-se a regulamentação do exercício profissional e a unificação do respectivo ensino*". Na descrição da sessão apenas são referidos homens e sempre tratados por "senhor".

Os anúncios identificados neste período são de enfermeiras que se oferecem: "*diplomada, com pratica de cirurgia*" e "*educada e carinhosa, pede e dá informações*".

O Regulamento da Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra é alterado, por decreto³¹³, no seu artigo 17º. Neste artigo, que trata das condições de admissão, onde antes era exigido o exame de instrução primária, passa a ser exigido o exame de admissão aos liceus para os candidatos à frequência da Escola.

No Parlamento não há registo de nenhuma discussão específica sobre enfermagem ou enfermeiras.

1925

O jornal continua a acrescentar rubricas às suas páginas habituais. Surgem, assim, o "*Notícias Literário*", "*Notícias Pedagógico*" e o "*Notícias Miudinho*", este último dedicado ao público infantil.

As notícias da agitação política e social "escondem-se" no interior do jornal, mas não é possível esconder o estado de sítio declarado em Lisboa em maio. Na primeira página aparecem críticas à ação governativa ou a questões nacionais que carecem de resolução, em geral referidas num tom calamitoso: as estradas cheias de buracos, os monumentos em ruína, os hospitais sem verba para tratarem os doentes que a eles recorrem. A este respeito divulga-se³¹⁴, em maio, uma festa de caridade a favor do Hospital de Vila Franca de Xira: "*o hospital desta vila vem de há*

³¹² *Diário de Notícias*, 21 de novembro de 1924 (p. 6).

³¹³ Decreto nº 9926, *Diário do Governo* nº162, I serie de 21 de Julho de 1925.

³¹⁴ *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1925 (p. 4).

muito lutando com enormes dificuldades, sendo verdadeiramente lastimável a sua situação que, a continuar, forçará a fechar as suas portas aos inúmeros doentes que nele procuram abrigo e tratamento para as suas enfermidades.”

O Hospital Escolar, a funcionar no Hospital de Santa Marta, é notícia³¹⁵ de primeira página pelo estado de degradação das suas instalações: sobrados e tetos podres, cozinhas a cair, canos rotos... O artigo, ilustrado com várias fotografias, contrapõe a esta situação a excelência dos seus médicos e o trabalho por eles realizado, quer no ensino quer no tratamento dos doentes. Por fim, apela-se à iniciativa e caridade particular (tal como em Inglaterra, França e Estados Unidos), como forma de resolver os problemas do Hospital. Aliás o Diário de Notícias iniciará uma campanha de angariação de fundos para os diversos hospitais de Lisboa através da divulgação das condições em que esses hospitais se encontram. Um dos artigos refere-se ao “*Dia de Visita nos Hospitais*”³¹⁶ relatando a multidão que se dirige, aos domingos, aos vários hospitais de Lisboa para visitar os seus doentes, deixando no final uma recomendação: “*leitor amigo, pensa um pouco no teu obulo para que neles (hospitais) seja melhor e mais suave a sorte do teu irmão que lá está*”. Noutro artigo³¹⁷ é a descrição do Hospital do Rego (o principal hospital de isolamento do país) que ilustra a serie de problemas que o hospital tem: “*faltam pavilhões para tuberculosos incipientes, um posto de desinfecção moderno, um balneario modelo, uma estufa de formol e, pelo menos, quatro anexos na cozinha, assim como uma casa com autoclaves para a desinfecção e esterilização das escarradeiras*”. É ainda chamada a atenção “*para a precaria situação do pessoal de enfermagem deste hospital, que está longe de auferir os proventos concernentes com a sua abnegação e sacrifício da própria vida*”. Nesta sequência de artigos é também descrita³¹⁸ a situação do Hospital do Desterro, a sua lista de necessidades para os 315 doentes que alberga, mas onde “*apesar da natureza da população hospitalar e das doenças a disciplina e o asseio são modelares.*”

Os aspetos mais mundanos da vida do país também têm lugar no jornal: nos anúncios aos Armazéns do Chiado as saias já estão um pouco abaixo do joelho e as “*elegantes*” de Lisboa assistem ao concurso hípico no hipódromo do Campo Grande.

³¹⁵ *Diário de Notícias*, 9 de agosto de 1925 (p.1).

³¹⁶ *Diário de Notícias*, 23 de agosto de 1925 (p. 1).

³¹⁷ *Diário de Notícias*, 1 de novembro de 1925 (p. 2).

³¹⁸ *Diário de Notícias*, 21 de novembro de 1925 (p. 4).

A homenagem prestada ao enfermeiro José Bernardo, enfermeiro-chefe do banco do Hospital de S. José, é noticiada durante três dias. A primeira notícia³¹⁹ anuncia que se realizará “*no próximo domingo*” uma sessão de homenagem onde lhe serão entregues as insígnias da Ordem de Cristo com a qual foi agraciado; a segunda³²⁰, no próprio dia da cerimónia, especificando que o grau de cavaleiro da Ordem Militar de Cristo lhe foi concedido pelo governo da República e afirmando que “*é uma justa homenagem ao mais antigo e distinto enfermeiro do banco daquele hospital, que há mais de trinta anos tem dedicado todo o seu saber e carinho, prodigalizando os socorros com uma solicitude e proficiência a todos que passaram pelo banco daquele hospital*”; a terceira³²¹ relata pormenorizadamente a forma como decorreu a sessão. Os vários discursos sublinham “*as nobres qualidades de José Bernardo, enfermeiro carinhoso, conhecido e respeitado por toda a gente*” e o Dr. Costa-Sacadura salienta que “*o enfermeiro é sempre o mais íntimo colaborador do médico*”. O representante da Cruz de Malta, saudando em José Bernardo todos os enfermeiros portugueses, sublinha que considera “*justo que o Estado olhe com carinho para aqueles que nos hospitais trabalham e estão em verdadeiro contacto com o povo.*”

A Escola Profissional de Enfermagem anuncia a realização da inspeção dos candidatos à matrícula do 1º ano³²².

Em novembro realiza-se o I Congresso Nacional dos Serviços de Saúde³²³. A notícia, relatando os trabalhos dos três dias de congresso, faz referências à enfermagem e à presença de representantes de várias associações de classe como a Associação dos Enfermeiros do Norte. O representante desta, na sua intervenção, contesta a ideia difundida por um jornal de que a enfermagem hospitalar deve ser entregue às irmãs de caridade. É apresentada uma comunicação com o título “*Ensino, exercício e regulamentação da profissão do enfermeiro*”. A notícia faz ainda referência aos enfermeiros da marinha mercante dum modo que sugere a existência de um grupo organizado.

As enfermeiras continuam a colocar anúncios a oferecer o seu trabalho: “*injecções, massagens e mais tratamentos*”; “*enfermeira deseja empregar-se em casa particular*”; “*não diplomada mas bem habilitada, dando as melhores referencias*”. Também há quem precise de uma enfermeira “*não diplomada que auxilie em trabalhos de costura*”.

³¹⁹ *Diário de Notícias*, 13 de fevereiro de 1925 (p. 6).

³²⁰ *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1925 (p. 1).

³²¹ *Diário de Notícias*, 16 de fevereiro de 1925 (p. 1).

³²² *Diário de Notícias*, 21 de novembro de 1925 (p. 3).

³²³ *Diário de Notícias*, 30 de novembro de 1925 (p. 2).

É publicado³²⁴ o regulamento dos serviços de enfermagem dos Hospitais Civis de Lisboa, onde se definem as condições de admissão e promoção do pessoal de enfermagem dos referidos hospitais.

No Parlamento é apresentado um projeto de lei “*determinando que a profissão de enfermeiro seja apenas exercida por indivíduos diplomados pelas escolas profissionais de enfermagem*”³²⁵. A Câmara dos Deputados discute³²⁶ um parecer sobre a autonomia do Hospital Escolar. Esta proposta surge da necessidade de libertar o Hospital Escolar da tutela da Direção Geral dos Hospitais Civis de modo a haver consenso entre administração e direção técnica. Esta proposta será também discutida no Senado. Em ambas as propostas o artigo 5º refere: “*o Hospital escolar manterá um internato para alunas enfermeiras e organizará um curso de enfermagem para os dois sexos.*”³²⁷

Na sessão da Câmara dos Deputados de 22 de dezembro vários deputados usam da palavra para cumprimentar o novo governo de António Maria da Silva e analisar as declarações por este proferidas na sua apresentação à Câmara. Um dos deputados, falando em nome da minoria católica, sublinha a ausência de referência à questão religiosa “*ofendendo assim os católicos, que são a maioria do país*”. Das várias observações feitas em que aponta casos de desrespeito da consciência religiosa, sublinha que a falta de recursos dos estabelecimentos de beneficência se deve á legislação sobre liberdade religiosa:

*“Os hospitais, Sr. Presidente, causam horror, pelas condições da sua enfermagem. E, no entanto, todos os anos, por causa da legislação em vigor sôbre as liberdades religiosas, dezenas, centenas, milhares de cidadãos portugueses, por um sentimento de abnegação e de espírito de sacrifício que só a Fé religiosa sabe criar, saem do país para os hospitais em Espanha e em França, quer como irmãozinhos de S. João, quer como irmãzinhas de caridade.”*³²⁸

1926

O ano de 1926 marca o fim da I República. A turbulência política e social culminará com o golpe de Estado que colocará os militares no poder em 28 de maio. Ao longo destes primeiros meses, a agitação política tem pouca evidência nas páginas do jornal. Este continua a apelar à caridade e a dar conta das

³²⁴ Decreto nº 10915, *Diário do Govêrno* nº 148, I serie de 6 de Julho de 1925.

³²⁵ Acta nº 14 da sessão do Senado de 4 de Fevereiro de 1925 (p.2).

³²⁶ Acta nº 74 da sessão da Câmara dos Deputados de 4 de Junho de 1925.

³²⁷ Acta nº 45 da sessão do Senado de 17 de Junho de 1925 (p. 5).

³²⁸ Acta nº 9 da sessão da Câmara dos Deputados de 22 de Dezembro de 1925 (p. 29).

necessidades que o país enfrenta. O Governador Civil de Lisboa reconhece a situação de penúria em que vivem as instituições de beneficência da cidade por falta de apoio do Estado, mas também por falta de donativos dos particulares.

As questões de saúde continuam a merecer a atenção do jornal. O Ministro da Instrução visita o Hospital de Santa Marta e reconhece a exiguidade das instalações prometendo todo o apoio à proposta de aquisição de alguns prédios contíguos para ampliação do Hospital. A febre tifoide toma tais proporções que a Direção Geral de Saúde pede que se faça a declaração de todos os casos para “se conhecer a extensão da epidemia e poder combatê-la em Lisboa”³²⁹. A tuberculose “difunde-se assustadoramente”! A este respeito o Dr. Cassiano Neves³³⁰ assina dois artigos onde apresenta a situação em Portugal comparando-a com outros países da Europa e apontando soluções para a diminuição da incidência da doença. Escreve³³¹ ele que nada se faz para combater a doença e que o aumento do número de tuberculosos em Lisboa se deve à falta de higiene na cidade, à deficiente higiene individual e ao deficiente abastecimento de água à cidade. Enumera os recursos (em camas de internamento e dispensários) para tratamento dos tuberculosos considerando-os “bem escassos, infelizmente, em face da grandeza do mal a combater”. E apresenta como solução para a cidade de Lisboa a criação de uma rede de dispensários “com um grupo de enfermeiras visitadoras, mandando vir de Lyon ou dos Estados Unidos um grupo de enfermeiras para fazerem escola”. No segundo artigo que publica³³² elenca as soluções que considera necessárias para combater a tuberculose, criticando a exiguidade dos orçamentos para a área da saúde pública. De novo sublinha a necessidade de se criar, em Lisboa, uma escola de enfermeiras visitadoras. Por fim afirma que a profilaxia da tuberculose é um “dos capitulos tristes da nossa governação e administração publicas”, exigindo para a sua resolução políticos que os compreendam.

O jornal de 28 de maio refere a existência de perturbações da ordem em vários pontos do país e “acontecimentos graves de ordem militar”. No dia seguinte refere-se que a ordem pública foi alterada mas “em Lisboa e no Porto o sossego é absoluto”. Por fim, a 30 de maio, o pronunciamento militar considera-se vitorioso em todo o país. No dia seguinte (31 de maio) o jornal declara que a ordem é absoluta

³²⁹ *Diário de Notícias*, 16 de fevereiro de 1926 (p. 1).

³³⁰ António Cassiano Pereira de Sousa Neves (1878-1946), médico, foi provedor da Assistência de Lisboa e secretário da Assembleia-Geral da Assistência Nacional aos Tuberculosos. Foi também governador civil de Lisboa em 1914 ([http:// www.primeirarepublica.org](http://www.primeirarepublica.org)).

³³¹ *Diário de Notícias*, 25 de maio de 1926 (p. 1).

³³² *Diário de Notícias*, 26 de maio de 1926 (p. 1).

em todo o país e que este “recebeu com viva simpatia a vitória do movimento militar”. A partir desta data o jornal passará a ser visado pela Comissão de Censura, o que faz com que as notícias não deixem transparecer qualquer perturbação política existente. Os desastres, crimes, burlas continuam a ser notícia; dá-se grande relevo a obras de melhoria na cidade de Lisboa como a demolição de velhos mercados e instalação em novos locais com melhores condições e higiene, e às obras de requalificação do Rossio que permitirão “a circulação de 2000 automóveis por hora”.

O jornal continua a dar relevo aos problemas de saúde do país. Numa entrevista³³³ ao Dr. José Gentil este declara a necessidade de se construir “*um verdadeiro hospital*” em Lisboa, a exemplo dos que existem por toda a Europa, uma vez que os velhos hospitais da cidade não se adequam à sua função. Para conseguir os fundos necessários propõe a participação da “Liga dos Amigos dos Hospitais”, na organização de festas, angariação de donativos e de novos sócios. Alguns dias mais tarde é o problema da lepra que é alvo de atenção no jornal³³⁴. O médico entrevistado declara que os casos de lepra são muito numerosos e as condições de internamento destes doentes, nos hospitais de Lisboa, deploráveis: “*repelidos pelo seu asqueroso aspecto, do convívio das gentes, só enxergam a lamuriente mendicidade das feiras e romarias ou um catre hospitalar naquelas pessimas condições higiénicas (...)*”. Relata constantes casos de fuga de doentes para pedir esmola nas ruas da cidade sendo que o pessoal de enfermagem nada pode fazer porque:

“o seu recrutamento é difícil, e com toda a razão, pelo perigo que representa para a sua saúde. O que lá existe, sendo pouco, é sobrecarregado com um trabalho exagerado, como não podia deixar de ser. Fui professor da Escola Profissional de Enfermagem, conheço bem a enfermagem dos hospitais e sei também que da classe anda arredado o justo conhecimento do publico, porque é uma classe em que primam os sacrifícios para outrem ignorados. Oh! Quantos têm experimentado o amargor do sofrimento e recebido como penhor de gratidão da sociedade que serviram aqueles palmos de terra estéril que lhes cobre os ossos! Não há, pois, direito de exigir sacrifícios extremos a quem de tão boa vontade se mostra sempre pronto para todos os heroismos!”

O médico termina a entrevista apelando “a alguma alma caridosa” para que doe uma quinta, nos arredores de Lisboa, onde se possa construir uma gafaria modelo.

³³³ *Diário de Notícias*, 7 de agosto de 1926 (p. 1).

³³⁴ *Diário de Notícias*, 13 de agosto de 1926 (pp. 1-2).

Num Natal antecipado, o jornal dá conta³³⁵ de uma distribuição de roupas e brinquedos às crianças internadas nos hospitais de Lisboa: *“As enfermeiras, numa justa compreensão do seu papel, da sua amável missão, foram incansáveis. Souberam encontrar, na distribuição dos balões e dos pacotes, os gestos mais enternecedores, e as expressões mais comoventes.”*

As condições de internamento de doentes em outros países também são objeto de notícia no jornal³³⁶ e servem de comparação para o que se passa em Portugal. O autor do artigo, de visita a um hospital em Berna (*“um hospital dos pobres”*), acompanhado por dois médicos, descreve o número de doentes internados, o pessoal existente, a sua organização (*“onde tudo e tudo se faz, de tudo e tudo se cuida, para que a saúde torne e floresça de novo nos corações desesperançados”*) e a sua forma de financiamento. Neste aspeto o articulista chama a atenção para as diferenças com Portugal e para o facto de ser necessário administrar o dinheiro de forma sábia. No final faz uma longa referência *“aos serviços primorosos de enfermagem na Suíça”*. De tudo quanto viu no hospital o autor do artigo destaca o pessoal de enfermagem: *“foi sem dúvida o seu colegio de enfermeiras aquilo que mais fundamentalmente impressionou e tocou de ternura o meu coração”*. E afirma a impressão que lhe causaram *“aquelas figuras simplíssimas e discretas de mulheres piedosas, movendo-se entre as camas dos enfermos, pelos corredores, pelos refeitórios brancos, serenas e cautas, e com um tão fino e tão espontâneo sorriso de bondade á flor de seus lábios palidos (...)”*. E sobre as enfermeiras portuguesas um dos médicos afirma:

“o que nos falta em Portugal (...) é conseguir um pessoal de enfermagem como este, disciplinadíssimo, cheio de competências, modelar. Os enfermeiros retratam e definem sempre, mais do que os próprios médicos até, dentro e fora dos hospitais, a sua fisionomia, a sua vida, sua alma. As funções especialíssimas que têm, exigem a par das maiores virtudes humanas - altruísmo, compaixão nata, sentimentos de altíssima piedade e paciência, todo um carácter de eleição – os mais profundos conhecimentos profissionais, cultura, técnica perfeita, um grande respeito por si mesmos, um fundo sentimento de suas responsabilidades. Têm de ser dignos, fieis inteiramente á sua profissão de Fé humanitária, tudo sacrificando em prol dos seus doentes.”

O médico continua:

“Há, que eu sei e conheço, enfermeiras e enfermeiros dedicados e competentes nos hospitais portugueses. Muitos mesmo. Contudo, em regra, faltam-lhes bastante educação profissional, uma forte disciplina corporativa, por vezes

³³⁵ *Diário de Notícias*, 1 de novembro de 1926 (p. 1).

³³⁶ *Diário de Notícias*, 9 de novembro de 1926 (pp. 1-2).

esmero de apresentação e atitudes na vida hospitalar e fora dela. Aqui uma enfermeira é sempre, sempre uma pessoa corretíssima, quer junto da cabeceira dum doente, quer em sociedade, nas ruas, nos passeios, por toda a parte, enfim. Precisam, em Portugal, de se formar a valer em cursos difíceis; serem apuradas convenientemente; conseguirem o seu diploma á custa de exames e provas meticolosas, e organizarem-se, formarem-se finalmente estas corporações de enfermagem, que são o orgulho e honra da Suíça.”

O artigo refere ainda a existência de enfermeiras religiosas e laicas a trabalhar lado a lado, em igualdade de circunstâncias e formadas em diferentes escolas do país.

As notícias referentes à enfermagem terminam³³⁷, neste ano, com um apelo da Associação dos Enfermeiros e Enfermeiras ao Dr. Ricardo Jorge para sustentar a criação do curso de enfermagem no Hospital Escolar (Santa Marta) e unificar o ensino de enfermagem criando uma única escola anexa à Faculdade de Medicina.

Neste ano não foram encontrados documentos legais que se referissem à enfermagem.

No Senado é feita uma interpelação ao ministro da Guerra acerca do caso de uma enfermeira a quem diminuíram a pensão de invalidez, que lhe fora atribuída por ser enfermeira do exército e ter contraído tuberculose durante o exercício das suas funções. No preâmbulo³³⁸ da sua exposição o senador (médico) lembra que, na abertura do primeiro hospital, em Lisboa, para tratamento e recuperação dos feridos de guerra se apelou “*para fazer uma obra de ternura, pediu-se a colaboração das mulheres portuguesas, em geral boas, carinhosas, compassivas e pacientes*”. Do grupo de cerca de 90 mulheres que se candidataram, e depois de seleccionadas, foi constituído um grupo de cinco enfermeiras que receberam os primeiros feridos “*com o enternecimento próprio da mulher portuguesa, e trataram-nos com toda a dedicação, que correspondia aos cuidados dispensados pelos médicos na obra de reeducação feita quási por milagre*”. Esse serviço encerrou e as enfermeiras “*umas regressaram ao seu labor doméstico, outras entraram para o quadro de enfermeiras do exército, porque precisavam de ter uma profissão honesta*”. E foi pela “*sua dedicação extrema*” que a enfermeira adoeceu e foi dispensada do serviço, pelo que o senador considera injusta a sua situação e pede a atenção do ministro para o caso.

³³⁷ *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1926 (p. 2).

³³⁸ Acta nº 15 da sessão do Senado de 15 de Janeiro de 1926 (p. 6).

2. DA DITADURA MILITAR AO ESTADO NOVO

Tal como referimos anteriormente o período que decorreu entre o movimento militar de 28 de maio de 1926 e a consolidação do Estado Novo entre 1933 e 1934 “é um dos mais agitados e politicamente complexos da nossa história do século XX” (Rosas, 1994, p. 151). O período de sete anos desde o golpe militar até à institucionalização do Estado Novo (tomando como referência promulgação da Constituição em 11 de abril de 1933), será um tempo de luta pela hegemonia do Estado, um tempo de quase guerra civil, com várias tentativas de golpe de Estado³³⁹ (quer de extrema direita quer de oposição pró-democrática), centenas de mortos, milhares de presos e deportados (1994, p. 152).

A ditadura militar encerrou o Parlamento. Serão precisos sete anos para que, de novo, haja atividade no edifício da Assembleia, agora já com o regime do Estado Novo instituído. A primeira sessão da Assembleia Nacional será a 12 de janeiro de 1935, após as eleições realizadas em 16 de dezembro de 1934.

1927

O princípio do ano vê acontecer o primeiro movimento revolucionário deste período que eclode no Porto a 4 de fevereiro. Os revolucionários chegam a declarar terminada a ditadura (“o povo português não aceita passivamente o regime das ditaduras”)³⁴⁰ e o Diário de Notícias publica um suplemento com um “Viva a República” a toda a largura do jornal³⁴¹. Nos dias seguintes (8, 9 e 10) o jornal não se publica. Reaparece a 11 de fevereiro com uma nota que refere que o governo assegura a publicação do jornal sob a sua fiscalização. As lutas serão violentas em Lisboa e no Porto mas o governo manterá o controlo da situação. Integrada na descrição dos acontecimentos descreve-se³⁴² a forma como no hospital de S. José (“onde o serviço foi exaustivo”) se organizou o atendimento aos feridos:

³³⁹ Entre 1926 e 1933 desencadearam-se cinco movimentos revolucionários de resistência à Ditadura: fevereiro de 1927, julho de 1928, abril e agosto de 1931 e setembro de 1932. Estes movimentos ocorreram principalmente em Lisboa, Porto e Madeira (Rosas, 1994, p. 207).

³⁴⁰ *Diário de Notícias*, 7 de fevereiro de 1927 (p. 1).

³⁴¹ Na sequência do movimento revolucionário, os tipógrafos do Diário de Notícias ocupam o jornal e fazem sair uma edição de apoio à revolta em curso (Rosas, 1994, p. 215).

³⁴² *Diário de Notícias*, 13 de fevereiro de 1927 (p. 2).

“apresentou-se logo ao seu início, todo o pessoal que se encontrava de folga, quer de enfermagem, quer das varias repartições e secções, tendo todos concorrido para o bom desempenho dos serviços, que foram realmente dignos dos maiores louvores”. Alguns dias mais tarde, e sublinhando que tudo se encontra a caminho da normalidade, o jornal faz de novo referência³⁴³ à forma como todo o pessoal desempenhou “o extenuante serviço, com a maior solícitude, durante dias e noites (...) o pessoal de enfermagem, conforme já assinalamos, foi também duma abnegação digna de registo.”

Durante o mês de fevereiro são publicados vários artigos sobre a obra de Mussolini: o fascismo italiano é apresentado, não como um partido, mas sim como um sistema, “*enraizado no coração do povo italiano*”, de combate ao comunismo.

O verão traz as notícias sobre as festas e romarias pelo país mas também artigos sobre Sacco e Vanzetti³⁴⁴ que serão executados no final de agosto.

Os hospitais de Setúbal e Faro estão na eminência de fechar por falta de verbas.

Aparentemente o país está calmo, dá-se ênfase às notícias desportivas, à inauguração da primeira linha aérea entre Portugal e Espanha e, no final do ano a descrição exaustiva das sessões do julgamento do crime de Maria Alves³⁴⁵ ocupa páginas inteiras do jornal.

A sede da Confederação Geral do Trabalho será encerrada em novembro deste ano.

Numa tentativa de moralizar as condições de trabalho das crianças e das mulheres é publicado um decreto que regulamenta o trabalho de menores e mulheres³⁴⁶. Neste decreto dá-se ênfase à vigilância de saúde e vacinação, sobretudo, no caso das mulheres, durante a gravidez, puerpério e amamentação. Neste caso prevê-se dois períodos de 30 minutos, de manhã e de tarde, em que a mulher se ausenta para amamentar, sem redução de salário. São especificadas condições de trabalho para a grávida (trabalhar sentada, proibição de estar de pé e muito tempo imóvel, proibição de trabalhos que ponham em risco a gestação, por exemplo) e indicados os trabalhos que estão interditos às mulheres e aos menores.

³⁴³ *Diário de Notícias*, 17 de fevereiro de 1927 (p. 5).

³⁴⁴ Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, imigrantes italianos nos Estados Unidos da América, foram condenados e executados a 23 de agosto pelo homicídio de dois homens numa fábrica. Houve sempre muitas dúvidas em relação à sua culpa, tendo o caso, aparentemente, contornos políticos, uma vez que ambos eram anarquistas.

³⁴⁵ Maria Alves foi uma atriz de revista assassinada, em Lisboa, a 31 de março de 1926. O crime foi cometido pelo amante, um empresário teatral. Os contornos do crime e o carácter das pessoas envolvidas apaixonaram a opinião pública e até no Parlamento se falou do caso (Samara, 2007).

³⁴⁶ Decreto nº 14535, *Diário do Governo* nº 245, I serie de 5 de Novembro de 1927.

A situação sanitária do país continua a ser uma preocupação do governo. O preâmbulo do decreto³⁴⁷ que cria os dispensários de higiene social e os postos de proteção à infância refere-se à “*situação deprimente para a saúde do povo e para o brio da Nação*” em que se encontra o país. Os números da morbilidade e mortalidade infantil, das doenças venéreas e da malária “*atingem entre nós cifras desmarcadas*”, por comparação com outros países, e obrigam à tomada de medidas que possam inverter a situação. Com a criação destas duas estruturas pensa o governo conseguir obter os resultados “*tam animadores*” que se obtiveram em outros países que já as possuem há mais anos.

O jornal volta a chamar a atenção³⁴⁸ do estado precário dos hospitais de Lisboa que, instalados em “*edifícios velhos e tristíssimos*”, não são dignos duma capital europeia. Reconhecendo que a Liga dos Amigos dos Hospitais não tem recursos suficientes para “*cumprir a sua humanitária missão*”, o Diário de Notícias propõe a organização dum ciclo de festas em Lisboa e assegura todo o apoio para a sua concretização. Por outro lado anuncia-se³⁴⁹ o início da construção do Instituto Português do Cancro considerada como prioritária porque “*o que actualmente se passa com o tratamento do terrível flagelo é simplesmente confrangedor*”

Por vezes surgem notícias pouco abonatórias relativas a enfermeiras. Assim dá-se conta³⁵⁰ duma enfermeira profissional do hospital de S. José que, servindo-se do cargo que ocupa, alicia os doentes para a prática de “*bruxarias*”, desacreditando a medicina e a cirurgia. A notícia chama a atenção para “*aqueles sob cujas ordens se encontra a sr^a E (...)*”, a quem o caso deve interessar.

As situações epidémicas continuam a ter uma expressão significativa no país. Em finais de maio declara-se³⁵¹ controlada uma epidemia de tifo exantemático numa aldeia do concelho de Seia. As medidas tomadas (“*desinfecções domiciliarias, despiolhamento e balneação*”) bem como a assistência médica permanente garantem o controlo da situação, “*merecendo ainda louvores o pessoal de enfermagem e desinfecção.*”

No Sanatório Marítimo de Carcavelos, pertencente à Assistência Nacional aos Tuberculosos, realizou-se³⁵² uma cerimónia de homenagem ao seu fundador, Dr. José de Almeida. No discurso proferido o Dr. Cassiano Neves sublinhou o carácter exemplar do referido médico e terminou “*agradecendo às enfermeiras a dedicação*

³⁴⁷ Decreto nº 14803, *Diário do Governo* nº 290, I serie de 30 de Dezembro de 1927.

³⁴⁸ *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1927 (p. 1).

³⁴⁹ *Diário de Notícias*, 10 de agosto de 1927 (p. 1).

³⁵⁰ *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1927 (p. 3).

³⁵¹ *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1927 (p. 4).

³⁵² *Diário de Notícias*, 25 de agosto de 1927 (p. 5).

com que se desempenham da sua difícil tarefa". A notícia refere ainda que estão lá internadas 62 crianças.

O governo mostra que se preocupa com a situação dos hospitais em Lisboa. O ministro do Interior faz uma visita surpresa³⁵³ ao Hospital de S. José, sozinho e *"trajando á paisana"*. Visitou todas as enfermarias, o Banco, consultas, assistiu a tratamentos e às refeições dos doentes e por fim *"expressou ao pessoal medico e de enfermagem a excelente impressão que lhe produziu quanto pode observar"*. No jornal deste dia publicita-se a abertura das matrículas, durante 30 dias, para indivíduos de ambos os sexos na Escola Profissional de Enfermagem dos Hospitais Civis de Lisboa e na Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra³⁵⁴.

Em novembro o início do ano letivo na Escola Profissional de Enfermagem é anunciado³⁵⁵ para daí a três dias e a 28 de novembro faz-se³⁵⁶ o relato da sessão, que incluiu a distribuição de prémios aos melhores alunos. A notícia, acompanhada de fotografia onde estão o enfermeiro-mor dos hospitais civis, os professores da Escola e os alunos premiados, descreve a cerimónia e identifica os alunos premiados (8 alunos, entre os quais duas alunas). O diretor iniciou os discursos sublinhando o aumento progressivo do número de alunos o que mostra a utilidade da Escola e, fazendo alusão a casos de curandeirismo, afirmou

"que a instrução profissional ministrada na escola que dirige leva os que a frequentam a afastar-se desse trilho perigoso, devido á noção consciente, que nela adquirem, dos verdadeiros fins da enfermagem. O enfermeiro já não é apenas o colaborador do medico ou do cirurgião, mas também do higienista, e o seu campo de acção, em vez de se circunscrever ao hospital, abrange as maternidades, as creches, as escolas, os asilos, os sanatórios, os campos de batalha e os navios."

Um dos professores, no seu discurso, recusou as acusações dirigidas à Escola de *"inútil, insuficiente e até pernicioso por contribuir para o exercicio ilegal da medicina permitindo o alastramento do curandeirismo"*. E afirmou que *" a educação profissional é sempre insuficiente quando não é acompanhada da educação civica e moral capaz de dar aos enfermeiros a consciência de abnegação e de humanidade que a sua função requiere"*. Na sua conclusão estabeleceu um paralelo entre o papel do médico e o do enfermeiro *"acentuando que, quanto maior fôr a*

³⁵³ *Diário de Notícias*, 31 de agosto de 1927 (p. 1).

³⁵⁴ *Diário de Notícias*, 31 de agosto de 1927 (p. 2).

³⁵⁵ *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1927 (p. 2).

³⁵⁶ *Diário de Notícias*, 28 de novembro de 1927 (p.4).

cultura profissional deste ultimo, mais facil se torna a função orientadora do primeiro.”

Ainda neste ano surgem textos de agradecimento aos profissionais de saúde pela forma como, os próprios ou familiares, foram tratados em situação de internamento hospitalar. Em geral dirigidos aos médicos reconhecendo-lhes competência e saber, alguns são extensivos aos enfermeiros³⁵⁷: *“ao pessoal da enfermaria Lourenço da Luz, do nosso Hospital de S. José, estendemos o nosso agradecimento, bem merecido pelo seu muito cuidado e carinho dispensados á operada da cama nº 15 em 11 de outubro ppº.”*

1928

O jornal, no princípio do ano, apresenta os planos para a construção da gare marítima de Lisboa e para o aeroporto. Ao longo dos meses são várias as notícias que mostram o desenvolvimento do país e o esforço que o governo faz para a concretização de obras necessárias. Em maio, por exemplo, Lisboa começa a falar ao telefone com Madrid.

No final de fevereiro surgem rumores sobre alterações da ordem pública mas o governo, atento, toma medidas de precaução.

No dia 28 de abril o jornal, na primeira página, relata a cerimónia de posse (no dia anterior) do novo ministro das Finanças, evidenciando as *“importantes afirmações do ministro das Finanças na tomada de posse ontem ‘sei muito bem o que quero e para onde vou’ declarou Oliveira Salazar ao tomar posse da sua pasta”*³⁵⁸. Logo duas semanas depois é o próprio ministro das Finanças a convocar todos os diretores dos jornais de Lisboa e Porto para os elucidar sobre o decreto de reforma orçamental e sublinhar que *“a imprensa pode concorrer para o equilíbrio orçamental criando uma atmosfera calma de confiança, optimista e até de espírito de sacrifício”*³⁵⁹. Ao longo do ano serão frequentes os artigos enaltecendo a obra do ministro das Finanças e mostrando como várias individualidades e associações apoiam o seu trabalho. No final do ano, em novembro, é constituído um novo governo, que mantém Oliveira Salazar na pasta das Finanças. De novo, nos dias seguintes, surge um artigo relatando a entrevista concedida ao Diário de Notícias³⁶⁰

³⁵⁷ *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 1927 (p. 5).

³⁵⁸ *Diário de Notícias* 28 de abril de 1928 (p. 1).

³⁵⁹ *Diário de Notícias* 10 de maio de 1928 (p. 1).

³⁶⁰ *Diário de Notícias* 11 de novembro de 1928 (p. 1).

onde o ministro afirma que o problema financeiro depende da paz e da ordem e que “os sacrifícios pedidos ao país diminuirão a breve trecho, começando pelo imposto de Salvação Nacional.”³⁶¹

Ao lado da vida política, há um país que participa nos jogos olímpicos que decorrerão em Amsterdão e há uma Lisboa que vai às récitas de ópera, a preços populares, no Coliseu. Sinal dos tempos, inicia-se a sinalização nas ruas da cidade para resolver o problema do trânsito. Ao lado desta cidade aparentemente despreocupada, as notícias sobre os crimes, infanticídios, mortes sem assistência, burlas e pobreza continuam a encher o jornal. E Portugal emigra para o Brasil, “em massa”.

A ação governativa continua a procurar colmatar os problemas de saúde do país. Neste ano é criada a Comissão de Profilaxia da Tuberculose³⁶² “à qual caberá proceder ao estudo da organização em geral, da divulgação científica e propaganda popular no que respeita à profilaxia da tuberculose”. Existindo já uma Comissão de Hospitalização, o documento considera estarem assim reunidas as condições para que, no combate à tuberculose, “se atinja uma realização que enobreça a Nação com o máximo proveito para o povo”. É também criado o Hospital de Santo António dos Capuchos, integrado nos Hospitais Cíveis de Lisboa³⁶³.

As questões de saúde continuam a merecer grande destaque no jornal. Pela primeira vez é possível apresentar dados estatísticos sobre as doenças infecciosas “graças à reorganização dos serviços de saúde, dotados de meios de acção e de recursos embora modestos”³⁶⁴. Fica-se a saber que a febre tifoide é a que apresenta a taxa de mortalidade mais elevada, quer no país quer em Lisboa. A varíola é a segunda doença com maior taxa de mortalidade. No final do artigo não deixa de se sublinhar que estas doenças estão em regressão “em todos os países onde se opera o esforço da salubridade e da vacinação” e refere-se que o ministro do Interior mandou reforçar a divulgação das medidas de salubridade e de propaganda da vacinação.

³⁶¹ Este imposto foi uma das primeiras medidas tomadas por Oliveira Salazar para reequilibrar as finanças públicas. Taxava o consumo do açúcar, da gasolina e dos óleos minerais leves que fossem importados do exterior. Este e outros impostos, como o imposto sobre o rendimento dos funcionários públicos, juntamente com medidas de austeridade financeira, permitiram que o país tivesse saldos positivos nas contas públicas nos anos de 28 e 29 (Oliveira Marques, 1992).

³⁶² Decreto nº 15497, *Diário do Governo* nº 116, I série de 23 de Maio de 1928.

³⁶³ Decreto nº 15743, *Diário do Governo* nº 164, I série de 19 de Julho de 1928.

³⁶⁴ *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1928 (p. 1).

Em maio³⁶⁵ o Presidente da República inaugura a Maternidade Abraão Bensaude, em Lisboa, instituição de beneficência particular mantida por religiosas. A par dos elogios à forma como as mães são ali acolhidas e tratadas (“*sem qualquer documento que possa prejudicar o anonimato*”) o artigo termina referindo as palavras do seu diretor clínico: “*para se avaliar da dolorosa crise social que atravessamos, basta dizer, que a primeira das nossas protegidas contava apenas 13 anos quando para aqui entrou!*”.

A situação da hospitalização infantil em Lisboa (“*uma verdadeira vergonha nacional*”) é denunciada num artigo³⁶⁶ onde se expõem as condições em que são hospitalizadas as crianças. O hospital D. Estefânia (que deveria ser pediátrico) está ocupado por mulheres e as crianças são internadas “*em duas imundas e miseráveis barracas de campanha que vieram da guerra*”. Nos outros hospitais da capital as crianças são internadas em conjunto com os adultos: “*este facto vexa-nos, pois, quando vamos ao estrangeiro, ou ocultamos a verdade ou temos de confessar esta vergonha.*”

O III Congresso Nacional de Medicina, que se realizou em maio, é amplamente publicitado durante os dias em que decorreu (uma semana). São nomeados os médicos presentes (“*selectissima assistencia*”), portugueses e estrangeiros, é feito o historial dos congressos anteriores, são descritos os trabalhos, as comunicações feitas e também as atividades sociais, ocupando as notícias, páginas inteiras. Algumas comunicações fazem referência a enfermeiras. O Dr. José Gentil, na sua comunicação sobre a organização do Banco do Hospital de S. José, referindo-se ao circuito que o doente segue após a entrada no serviço e aos registos feitos, sublinha que “*a influencia que as enfermeiras têm tido sobre a estatística é bastante notável*”³⁶⁷. Revelador do ambiente da cidade é a chamada de atenção que o médico faz ao facto da eficiência da organização do Banco se demonstrar durante os tumultos nas ruas, descrevendo os procedimentos que nessas ocasiões se realizam. Noutra apresentação, integrada na secção de higiene e medicina preventiva, o Dr. Almeida Garrett, professor de Pediatria na Faculdade de Medicina do Porto, apresenta um relatório sobre a mortalidade infantil no nosso país. A taxa, que “*em Portugal nunca desceu abaixo dos 130%_o no primeiro ano de vida*”, deve-se, segundo o médico, sobretudo à ignorância e pobreza das mães. Aponta como uma das soluções para o problema a existência dos dispensários de higiene infantil chamados em Portugal “Lactários”. Estes têm o papel fundamental

³⁶⁵ *Diário de Notícias*, 25 de maio de 1928 (p. 1).

³⁶⁶ *Diário de Notícias*, 27 de fevereiro de 1928 (p. 1).

³⁶⁷ *Diário de Notícias*, 1 de maio de 1928 (p. 5).

de prevenir doenças e

“a ação do medico que dirigir cada instituição desta ordem carece, de ser secundada pela actividade de enfermeiras-visitadoras, instruídas e devotadas, que vão aos domicílios das mães inquirir das suas necessidades, ensiná-las a bem criar os filhos, incitá-las a não deixar a amamentação. O exito das instituições que funcionam por esta forma está tão sobejamente provado, que é desnecessario citar exemplos para o demonstrar.”³⁶⁸

A primeira fase da luta contra a mortalidade infantil seria a criação de escolas de puericultura, começando por Lisboa e Porto, para *“preparar as enfermeiras de higiene infantil”*. O congresso encerrou com *“uma notavel conferencia do sr.dr. Egas Moniz.”*

Mas também existem motivos de satisfação no meio de tantas notícias negativas. O jornal relata³⁶⁹ uma visita ao Dispensário Popular de Alcântara. Como refere o artigo *“aqui, são as crianças doentes dos pobres a quem ha que dispensar protecção e cuidados. E não se calcula com que proficiencia e com que gentileza eles são fornecidos”*. No meio da multidão de mulheres e crianças que esperam ser atendidas *“movem-se, por aqui e por além, os vultos brancos de três ou quatro enfermeiras. Ha silencio, o silencio da gente preocupada.”*

A abertura de aulas em escolas de enfermagem é noticiada: primeiro no Porto, a sessão solene de abertura do novo ano letivo na Escola de Enfermagem do Hospital da Misericórdia³⁷⁰ e depois, na Escola Profissional de Enfermagem, em Lisboa, o encerramento do período de matrículas dos novos alunos, pelo que *“a reabertura das aulas far-se-á brevemente.”³⁷¹*

Continuam a aparecer anúncios que pedem enfermeiras: no hospital de Alcanena *“enfermeira ou ajudanta”*; no hospital em Ferreira do Alentejo *“enfermeiro e enfermeira, casados”*; enfermeira *“habilitada para tratar senhora doente durante o dia”*. E anúncios a oferecer o trabalho de enfermeiras: enfermeira *“oferece-se, diplomada, para tratamento ou efectiva”*; *“diplomada, vai a casa para injecções e tratamentos”*; enfermeira *“dá injecções e mais tratamentos”*.

Neste ano é publicado um decreto que altera o Regulamento dos Serviços de Enfermagem dos Hospitais Civis de Lisboa³⁷². No decreto refere-se que a dificuldade em prover as vagas de praticante de enfermeiros devido à exigência de

³⁶⁸ *Diário de Notícias*, 1 de maio de 1928 (p. 5).

³⁶⁹ *Diário de Notícias*, 24 de maio de 1928 (p. 1).

³⁷⁰ *Diário de Notícias*, 6 de novembro de 1928 (p. 4).

³⁷¹ *Diário de Notícias*, 27 de novembro de 1928 (p. 2).

³⁷² Decreto nº 15964, *Diário do Governo* nº 216, I serie de 19 de Setembro de 1928.

idade máxima de 30 anos, leva a que se altere esta exigência para os trinta e cinco anos.

1929

O jornal, visado pela censura, não deixa transparecer nenhum problema político. São frequentes as notícias e artigos sobre a ação do ministro das Finanças, com referências elogiosas e expressões de apoio.

Em agosto noticia-se a visita a Portugal dum grupo de mil jovens fascistas italianos que viajam sob o patrocínio do ministro italiano em Lisboa. Esta visita será acompanhada pelo jornal que irá relatando as impressões do grupo sobre o nosso país. As declarações de Mussolini continuam a ser noticiadas pelo jornal.

A situação de extrema pobreza e carência dos hospitais da Misericórdia é frequentemente denunciada e fazem-se constantes apelos “*aos ricos, por humanidade*” para fazerem os seus donativos. Mas outros existem que, sem problemas financeiros, são referidos como exemplo de instalações (“*do mais esmerado asseio*”) e de tratamento dos doentes, como é o caso do Hospital de Santarém³⁷³ e do hospital da Chamusca³⁷⁴. Em ambas as notícias é sublinhada a competência técnica e o carinho com que os doentes são tratados tanto pelo pessoal médico como de enfermagem.

As notícias relacionadas com questões de saúde continuam a merecer relevo no jornal. Em consequência da disseminação dos “*postos anti-rábicos*” a incidência da raiva decresceu em Portugal, sendo que “*eram tratadas no Instituto Câmara Pestana 250 pessoas em 1926 e em 1928 pouco mais de 40*”³⁷⁵. Este Instituto será alvo duma extensa notícia onde se descreve a sua ação e o facto de ser “*um estabelecimento que honra sobremaneira a sciencia portuguesa perante nacionais e estrangeiros.*”³⁷⁶

As questões de higiene pública e privada merecem destaque e sobre elas publicam-se extensos artigos. Numa entrevista³⁷⁷ realizada ao subdelegado de saúde das Caldas da Rainha este destaca a competência científica dos médicos

³⁷³ *Diário de Notícias*, 5 de fevereiro de 1929 (p. 11).

³⁷⁴ *Diário de Notícias*, 2 de agosto de 1929 (p. 11).

³⁷⁵ *Diário de Notícias*, 19 de fevereiro de 1929 (p. 1).

³⁷⁶ *Diário de Notícias*, 3 de agosto de 1929 (p. 1).

³⁷⁷ *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1929 (pp. 1-2).

portugueses que trabalham nesta área, e considera que

“as intrigas locais políticas ou não políticas, têm sido o maior entrave á acção dos sub-delegados de saude. Só com uma ofensiva geral! (permita-me o termo) em que todos os medicos, todos os medicos-veterinarios, todos os farmaceuticos, todos os enfermeiros e todas as pessoas cultas colaborem, é possivel levantar o nivel de higiene no nosso país.”

E o entrevistado sublinha ainda o papel da imprensa no “*progresso higienico*” do país, uma vez que pode ensinar “*ao povo o que é que lhe faz bem á saude, como o que é que lha prejudica*”. E nesta sequência são publicados no jornal, emanados da Direção Geral de Saúde, uma serie de princípios que se referem à higiene pública e privada³⁷⁸; às causas das doenças³⁷⁹ e aos micróbios e infeções³⁸⁰. Num desses princípios afirma-se “*os hospitais são as melhores casas para tratamento de doentes. É mais facil educar uma enfermeira do que educar uma família.*”

As visitas que os membros do governo fazem a diversos estabelecimentos de saúde na cidade de Lisboa são motivo para referir as suas carências, mas também para elogiar o seu trabalho. Aos Hospitais Civis de Lisboa foram atribuídas a insígnias da Ordem Militar da Torre e Espada e a festa, que contou com a presença do Presidente da República e do Chefe do Governo, é pormenorizadamente relatada no jornal³⁸¹. No discurso de agradecimento “*documento valioso que ficará arquivado entre o pessoal hospitalar, a quem nobilita e engrandece*”, é evidenciado o trabalho que ali se realiza:

“não são apenas os medicos e cirurgiões que dia a dia dão prova eloquente da sua dedicação, valor e merito. Dão-na todos que na faina hospitalar colaboram, por mais elevada ou modesta que seja a sua situação. Assim, por exemplo, é digna de especial registo a devoção do pessoal de enfermagem, cujo trabalho é penoso, espinhosissimo, de dia e de noite, sujeitando-o a mil infecções, de que não raro é vitima. Sem me referir a quantas de varia natureza, o podem atingir e matar, quero acentuar todavia, a grande mortalidade pela tuberculose que frequentemente o dizima – como impiedosamente tem levado também alguns dos nossos.”

Mais adiante o orador faz especial menção ao enfermeiro José Bernardo:

“no tocante ao nosso pessoal de enfermagem, foi celebrado, e justamente, há poucos anos, como simbolo dos serviços relevantissimos que presta – José Bernardo – estimado carinhosamente por todos nós e que a morte já levou, deixando-nos as mais saudosas recordações. Lembro-me, parece ter sido ontem,

³⁷⁸ *Diário de Notícias*, 1 de março de 1929 (p. 1).

³⁷⁹ *Diário de Notícias*, 5 de março de 1929 (p. 1).

³⁸⁰ *Diário de Notícias*, 13 de março de 1929 (p. 1).

³⁸¹ *Diário de Notícias*, 31 de janeiro de 1929 (p. 1).

e já lá vão dezenas de anos, lembro-me da sua acrisolada actividade, no banco deste hospital, da habilidade evidenciada, especialmente no tratamento de fraturas e luxações, da alegria que ia exteriorizando para distrair o pobre paciente, que muito lhe ficava querendo...Estes nossos meios hospitalares são campo vasto de trabalho util e de dedicação humanitária.”

O discurso termina desejando que, reequilibradas as finanças, os hospitais possam ter os orçamentos devidos para poderem “*estarem á altura do que impõem a sciencia moderna e os deveres para, com a colectividade, a sua acção benemerente.*”

Algumas notícias, no entanto, são menos elogiosas para os enfermeiros. Assim dá-se conta duma sindicância a duas enfermeiras do manicómio Bombarda acusadas “*do desvio de artigos pertencentes aos Hospitais Civis de Lisboa.*”³⁸²

Outras visitas são relatadas: os hospitais de S. José e Santo António dos Capuchos são visitados pelo chefe do Governo que percorre demoradamente todas as instalações e no final elogia “*a forma como tudo se encontra*”³⁸³; o Sanatório do Lumiar da Assistência Nacional aos Tuberculosos é visitado pelo ministro do Interior que, considerando-o um estabelecimento modelar, o julga “*digno da protecção do Estado*”. Esta notícia termina com um elogio a todos os que procuram “*com tão sublime entusiasmo, debelar o terrível flagelo da tuberculose, que tantas vitimas vem causando em Lisboa, em especial entre as classes trabalhadoras.*”³⁸⁴

O jornal noticia³⁸⁵ também o resultado do concurso para enfermeiros, realizado nos Hospitais Civis de Lisboa. A notícia refere os nomes dos enfermeiros e as classificações que obtiveram no concurso. Ficaram aprovados oito homens no concurso para enfermeiro chefe e onze mulheres para enfermeiras de 1ª classe.

Os anúncios continuam a aparecer: “*enfermeira, habilitada para injeções e outros serviços da sua arte, oferece-se para consultório*”; “*enfermeira, estrangeira, precisa-se para uma senhora, referencias*”; “*Enfermeira precisa-se diplomada, de familia distinta, para senhora*”. E de novo um texto de agradecimento aos profissionais de saúde pela forma como um familiar foi tratado no hospital de S. José. Além dos médicos agradece-se “*também á enfermeira chefe e suas empregadas, consulando-a com a sua colaboração dedicada.*”³⁸⁶

Neste ano de 1929 são publicados 61 decretos que aprovam o quadro e autorizam o aumento de vencimento do pessoal de hospitais da Misericórdia no país. Tanto o quadro de pessoal como os vencimentos são muito díspares entre si,

³⁸² *Diário de Notícias*, 7 de maio de 1929 (p. 4).

³⁸³ *Diário de Notícias*, 14 de novembro de 1929 (p. 1).

³⁸⁴ *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1929 (p. 1).

³⁸⁵ *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1929 (p. 6).

³⁸⁶ *Diário de Notícias*, 1 de maio de 1929 (p. 7).

mas têm sempre pessoal médico e de enfermagem. É ainda criada³⁸⁷ a Escola Profissional de Enfermagem Naval, no Hospital da Marinha, destinada à habilitação do pessoal de enfermagem da Armada. No preâmbulo do decreto refere-se a necessidade de unificar os vários programas existentes e criar um só curso de modo que os enfermeiros “*satisfaçam cabalmente às exigências actuais do serviço de enfermagem.*”

1930

Este ano é marcado pela formalização, em agosto, da União Nacional, e o jornal faz uma ampla cobertura dos trabalhos que levam à constituição duma “*organização política e civil para auxiliar a obra da Ditadura e preparar o terreno para a futura normalidade constitucional*”. Desde essa data faz uma constante divulgação dos princípios que irão reger o novo Estado corporativo. Estas notícias de primeira página são acompanhadas, no interior do jornal, pelos habituais desastres, roubos, desordens e outros incidentes que ocupam rubricas como “*Horas aziagas*”, “*A cidade*”, “*Casos de rua*”, “*Desordens e agressões*” e “*Pelo hospital*”.

António Ferro³⁸⁸ consegue realizar uma entrevista a Hitler, em Munique, na qual é autorizado a fazer apenas três perguntas. A viagem e as *démarches* feitas são descritas³⁸⁹ em pormenor, realçando a dificuldade em conseguir a entrevista. António Ferro apresenta Hitler como uma ameaça à paz na Europa.

Os assuntos relacionados com a saúde continuam a ter destaque no jornal. São noticiadas as conferências realizadas por Egas Moniz e Ricardo Jorge; as visitas que o Cardeal Patriarca de Lisboa realiza aos hospitais da cidade, referindo a boa impressão que deles vai tendo; os melhoramentos que se vão conseguindo efetuar, como os novos e “*mais aperfeiçoados aparelhos*” para o serviço de radiologia do hospital de S. José e a abertura de novas enfermarias nas instalações que serviam para a maternidade uma vez que esta vai ter local próprio e passará a chamar-se Maternidade Magalhães Coutinho.

³⁸⁷ Decreto nº 16507, *Diário do Governo* nº 42, I serie de 21 de Fevereiro de 1929.

³⁸⁸ António Ferro foi jornalista no Diário de Notícias. Em 1933 foi nomeado, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, mais tarde (em 1944) Secretariado Nacional de Informação. Foi demitido em 1949. Estes foram órgãos de propaganda dos princípios organizadores do novo regime que procura regenerar e formar o povo (Rosas, 1994).

³⁸⁹ *Diário de Notícias*, 23 de novembro de 1930 (p. 1).

Mas também se dá conta³⁹⁰ do que funciona mal exigindo-se ações de melhoria, como é o caso do Hospital da Cidade no Porto que não dá resposta às necessidades da população que a ele acorre. A notícia refere que a solução seria o Estado fornecer ao Hospital da Misericórdia do Porto os recursos necessários para este aumentar a sua capacidade de internamento e assim “*beneficiando milhares de doentes pobres, que necessitam tratamento e auxilio para não morrerem á mingua de assistência.*”

A luta contra a tuberculose é uma constante, nas notícias: a abertura do novo Hospital Sanatório da Ajuda em Lisboa, as festas para angariação de fundos em vários pontos do país, a publicidade aos selos antituberculosos para auxiliar a obra da Assistência Nacional aos Tuberculosos.

O Dispensário Popular de Alcântara é de novo referido numa notícia³⁹¹ onde se dá a conhecer a reabertura do serviço de refeições de leite às crianças, interrompido desde a implantação da República. Mais uma vez é sublinhada a “*obra de solidariedade, um grande exemplo de amor ao proximo*” pondo em relevo o trabalho do seu diretor.

A ação do Dispensário de Higiene Social é descrita numa notícia³⁹² fruto duma entrevista realizada ao Diretor Geral da Saúde, uma vez que é importante dar a conhecer o trabalho que se tem realizado e os seus resultados, bem como o que se conseguiu com a criação do serviço das enfermeiras visitadoras. Nesta entrevista, o Diretor Geral da Saúde faz uma referência pormenorizada às características que essas enfermeiras devem ter de acordo com o trabalho que lhes é pedido:

“A Direcção Geral de Saúde ha já alguns meses instituiu em Lisboa e no Porto dispensarios de Higiene Social e postos de protecção á infância servidos por enfermeiras visitadoras que, nesses estabelecimentos, recebem uma instrução especial. Para que esses serviços atinjam, eficazmente, o objectivo para que foram criados, vamos abrir novo concurso para enfermeiras sanitarias, escolhendo, depois, as que melhores provas derem sob o ponto de vista da tecnica que aprenderam, desde que as suas condições de educação e de character nos satisfaçam. Compreende que, por prontas que sejam as qualidades reveladas quanto á aprendizagem, não pode interessar para essa profissão quem seja impaciente, impulsiva, conflituosa ou de qualquer maneira exagerada nos sentimentos e atitudes. É um mister de devoção, que só poderá ser bem exercido por aquelas senhoras que possuam ou adquiram uma compreensão ampla do papel que se lhes pede, junto de pessoas mais cultas, menos cultas, mais educadas, menos educadas, mas todas sob certa tensão e desconfiança perante uma pessoa estranha que vai á sua intimidade indagar dos seus males, corrigir as suas faltas á higiene e dar-lhes os correspondentes conselhos. E estas

³⁹⁰ *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1930 (p. 6).

³⁹¹ *Diário de Notícias*, 2 de novembro de 1930 (p. 1).

³⁹² *Diário de Notícias*, 19 de fevereiro de 1930 (p. 1).

recomendações só poderão surtir efeito quando, fundadas em competência, sim, mas, principalmente, quando apresentadas sob um ar de austeridade e suavidade incompatíveis com o feitio de pessoas que olhem como uma carga de que se têm de desembaraçar para ganhar o dinheiro no final do mês. Felizmente no nosso meio não é difícil encontrar senhoras que mereçam, pelas suas qualidades e preparação que adquiram, a necessária confiança para se lhes entregar o desempenho desse lugar. E nesta cidade, um tanto agitada, um tanto irritável, em que a Direcção Geral de Saúde, rompendo contra duvidas levantadas de todos os lados sobre o sucesso desse trabalho, lançou desde 1 de Junho passado as enfermeiras visitadoras, por todos os bairros, por todas as casas, não tem surgido a mais pequena queixa ou reparo, quer do meio contra as enfermeiras, quer das enfermeiras contra o meio.”

Segue-se uma descrição do trabalho das enfermeiras no seguimento e vigilância das crianças desde o nascimento até à idade escolar: visita ao recém-nascido, ensino sobre alimentação e higiene, vigilância do peso e vacinação. Na continuação da entrevista o Diretor Geral nomeia os médicos que ministram o curso de enfermeiras visitadoras e enaltece o seu espirito de sacrifício e perseverança, que possibilita o êxito do trabalho em curso. E continua³⁹³ referindo-se às enfermeiras:

“deve expandir-se a instituição de dispensarios de higiene social e postos de protecção á infancia pelo País, e é, portanto, facil de presumir, que sejam essas senhoras quem deverão caminhar a fazer a pratica da higiene que se lhes ensinou duma maneira mais fixa, mais ambulatoria, mas espalhando os bons princípios da defesa da saude. Pensamos mesmo que, dada a aceitação que o publico revela a respeito das incumbencias das visitadoras, a formação de equipas de duas enfermeiras dirigidas pelos sub-inspectores de saude locais, hoje num concelho, amanhã noutro, fazendo a pratica e difundindo os seus conhecimentos, estimulará em cada concelho, a preparação de senhoras ali residentes e, portanto, a instituição de dispensarios concelhios. De resto, com isso apenas, se irá dar orientação pratica e sentimentos de piedade e de colectivismo que ás vezes nem se perscrutam, por andarem desordenados.”

O artigo menciona ainda a existência, ligada ao Dispensario, duma lavandaria destinada a lavar e engomar a “roupa de todos os pobres de Lisboa que ali a queiram deixar” uma vez que “não é legitimo querer fazer higiene e profilaxia sem facilitar a limpeza”.

Poucos dias depois noticia-se³⁹⁴ a abertura do curso de visitadoras sanitárias da Direcção Geral de Saúde. A notícia refere os prazos para entrega dos requerimentos para a frequência do curso e considera que, assim, “se facilita o ensejo de muitas senhoras virem a dar ao serviço de sanidade pública o concurso da sua vocação e da sua preparação para esse difícil e elevado mister, integrando-se numa profissão que poderá constituir o seu ganha-pão.”

³⁹³ *Diário de Notícias*, 19 de fevereiro de 1930 (p. 2).

³⁹⁴ *Diário de Notícias*, 27 de fevereiro de 1930 (p. 5).

A realização do concurso para enfermeiros chefes e sub-chefes e os resultados obtidos são mencionados em duas notícias do jornal³⁹⁵, assim como a abertura de concurso para admissão de enfermeiras na Associação de Socorros Mútuos dos Empregados de Comércio de Lisboa³⁹⁶.

As referências aos hospitais das Misericórdias espalhados pelo país continuam a surgir regularmente no jornal. Desta vez³⁹⁷ enaltecendo o trabalho no hospital da Santa Casa de Alpedrinha. Depois do relato da visita efetuada por um “*Conselho de Inspeção*” (o teor da notícia não permite identificar o que é este organismo) reproduzem-se as palavras registadas no livro de atas do hospital:

“é consolador olhar para o asseio irrepreensível deste Hospital, para as roupas pobrezinhas e tão lavadas, para os doentes tão acarinhados, todos velhinhos e novos, tão limpinhos, tão arranjadinhos, tão sorridentes e tão bem educados! E tudo isto traduz o trabalho das boas irmãs enfermeiras, tão dedicadas á Obra do Bem, tão calmas e tão modestas ante a sua acção que a todos encanta e todos respeitam e elogiam. De notar é também a completa ausência de propensão política, tão iguais e tão desinteressados são os benefícios desta Santa Casa para todos os que a ela recorrem. Muitos e muitos louvores merecem todos os que a esta instituição dão o seu esforço e trabalho, por tão bela e cristã orientação.”

As obras de assistência de carácter particular são enaltecidas, no jornal. É assim que se refere³⁹⁸ o trabalho realizado no Hospital de Nossa Senhora da Saúde, gerido e mantido por um grupo de senhoras tendo à frente desta obra a condessa de Rilvas³⁹⁹. Neste hospital acolhem-se crianças doentes (“*as Florinhas da Rua*”) e com histórias de delinquência ou abandono. O teor da notícia destaca o trabalho que ali se realiza ao enfatizar os percursos individuais de algumas crianças: “*a historia de cada uma delas dava um conto, umas quarenta paginas das mais assombrosas de Dostoiawsky*”. E o articulista realça:

“tudo quanto ali vimos nos encantou. E nos deixou suspensos de enlevo. Tudo claro, tudo limpinho, tudo escoreito. Desde o soalho esfregado, aos muros e portas das camaratas, ás almas ternas das enfermeiras. Solicitude. Paixão de ensinar, de curar. Senhoras da Saude, todas as senhoras dessa linda casa, lindo jardim de flores doentes e cuidadas”.

³⁹⁵ *Diário de Notícias*, 13 e 15 de agosto de 1930 (pp. 3 e 4).

³⁹⁶ *Diário de Notícias*, 2 de agosto de 1930 (p. 6).

³⁹⁷ *Diário de Notícias*, 9 de novembro de 1930 (p. 12).

³⁹⁸ *Diário de Notícias*, 15 de novembro de 1930 (p. 1).

³⁹⁹ Nascida em França em 1871 casou com o conde de Rilvas, secretário da Legação de Portugal em Paris. Dedicou-se a obras de assistência infantil como a Associação Protetora Florinhas da Rua criada em 1917. Já durante o Estado Novo foi uma das principais dirigentes da Obra das Mães pela Educação Nacional, criada em 1936 e cuja finalidade era “*estimular a ação educativa da família e preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais*” (Pimentel, 2000, p. 123).

Neste período apenas foram encontrados dois anúncios: um que pede “*Criada Enfermeira: precisa-se que dê boas informações*”, e outro em que uma enfermeira “*com longa pratica oferece-se ou para dama de companhia*”.

Neste ano a Escola Profissional de Enfermagem passa a denominar-se Escola de Enfermagem Artur Ravares⁴⁰⁰, ficando a funcionar no Hospital de Santo António dos Capuchos. Nos considerandos que integram o preâmbulo deste decreto afirma-se que a anterior Escola “*não corresponde às necessidades de um bom recrutamento do pessoal de enfermagem*” uma vez que o edifício onde estava instalada não possibilitava que os estágios fossem organizados de molde a se obterem “*os devidos resultados, porquanto os alunos, divididos por todos os serviços dos Hospitais Civis de Lisboa, não podiam ser devidamente fiscalizados*”. Assim, e porque “*o curso de enfermagem deve ser essencialmente prático*”, a mudança para o novo hospital permitirá que “*a Escola Profissional de Enfermagem possa proficuamente exercer o seu papel.*”

1931

O jornal, com as notícias e artigos que apresenta, vai demonstrando o apoio da população ao governo e à sua orientação política. Põe-se em destaque a “*ordem pública que se mantém no país*”, sobretudo em comparação com outros países como Espanha, onde há constantes e violentos tumultos⁴⁰¹, e na Alemanha onde são descritas as movimentações dos grupos fascistas.

Em maio realiza-se uma homenagem ao Presidente da República, General Carmona, que “*marcou pela rara imponência, pelo impressionante número de participantes, pela ordem com que decorreram todos os números do programa*”. A descrição do acontecimento e o relato dos discursos realizados, em especial o do ministro das Finanças, ocupará toda a primeira página do jornal no dia seguinte⁴⁰². Será uma grande manifestação de apoio à orientação política do Governo e a expressão duma ideologia que vai tomando forma.

Mas apesar de toda a aparência de calma há várias tentativas⁴⁰³ de derrube da Ditadura. A última, no final de agosto teria como consequência, de acordo com o

⁴⁰⁰ Decreto nº 19060, *Diário do Governo* nº 274, I serie de 24 de Março de 1930.

⁴⁰¹ Estes conduzirão à proclamação da República em 14 de abril (Rosas, 1994).

⁴⁰² *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1931 (p. 1).

⁴⁰³ De acordo com Rosas, a deterioração da vida social, consequência da crise internacional de 1929, e as disputas políticas à liderança de Salazar, criaram um clima de agitação que teve, neste ano, a sua primeira expressão com a chamada revolta da Madeira, em abril, e mais tarde, em agosto,

jornal, 35 mortos e 3000 feridos⁴⁰⁴. Daí que, reposta a ordem se faça o elogio da atuação do pessoal do Banco de S. José onde “*médicos, enfermeiros e todo o pessoal prestaram os mais relevantes serviços, demonstrando grande dedicação e espírito de sacrifício.*”⁴⁰⁵

Em outubro o jornal inicia uma campanha contra o analfabetismo. A chamada de atenção para a dimensão do problema no país, as iniciativas de angariação de fundos, o início de construção de escolas e a constituição de “*comissões pró-instrução*”, são notícias com uma presença constante no jornal. No mês seguinte será “*A Semana do Trabalho Nacional*”. Procurando contribuir para o desenvolvimento da economia o jornal apela para que se comprem apenas produtos nacionais e faz a publicidade a vários desses produtos.

As ideias do Sr. Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, são mais uma vez referidas por ocasião de uma entrevista⁴⁰⁶ que concede a um jornalista francês. Nessa entrevista afirma: “*estamos em face de um Governo a que faltam dois elementos comuns ás ditaduras: um ditador e um regime de violência. Nada disto existe em Portugal. Apenas um grupo de homens de boa vontade que realizam uma obra nacional com o consenso do Exército*”. Também o *Times* publica um editorial, reproduzido no Diário de Notícias, elogiando a Ditadura portuguesa e os êxitos financeiros do Dr. Oliveira Salazar, afirmando ser este o governo mais capaz que o país teve em muitas gerações⁴⁰⁷.

O jornal também é capaz de mostrar a outra face de Lisboa, numa sequência de artigos (seis) a que chamou “*A cidade negra*”. A descrição (sempre na primeira página), ilustrada com desenhos de Stuart de Carvalhais⁴⁰⁸, das condições em que vivem e trabalham as classes mais pobres da cidade, algumas vezes paredes meias com zonas elegantes, muitas vezes paredes meias com caneiros onde os esgotos correm a céu aberto, mostra de uma forma muito crua a pobreza, a desnutrição, a falta de higiene em que vive muita da população de Lisboa. E também destaca o problema do desemprego que atinge cada vez mais pessoas: de acordo com uma notícia⁴⁰⁹ do jornal, em dois dias, inscreveram-se na “*Circunscrição da Previdência Social*” de Lisboa 1806 pessoas. E a situação é de tal

com uma tentativa revolucionária em Lisboa. Só 43 anos depois ocorreria uma nova revolta militar na capital, em abril de 1974 (Rosas, 1994).

⁴⁰⁴ Rosas apresenta um número de feridos substancialmente diferente, 200 (Rosas, 1994).

⁴⁰⁵ *Diário de Notícias*, 29 de agosto de 1931 (p. 5).

⁴⁰⁶ *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1931 (p. 1).

⁴⁰⁷ *Diário de Notícias*, 29 de agosto de 1931 (p. 5).

⁴⁰⁸ Stuart de Carvalhais (1887-1961) foi pintor e é considerado o pai da banda desenhada em Portugal. Trabalhou também como cenógrafo e figurinista no teatro. Os seus trabalhos foram publicados em jornais como o Diário de Notícias e o Século.

⁴⁰⁹ *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1931 (p. 1).

forma grave que é criada, por um particular, uma cozinha social para os desempregados do comércio⁴¹⁰.

Os assuntos relacionados com a saúde continuam a ter uma expressão significativa no jornal. Quer seja pela referência a congressos médicos ou participação de médicos de reconhecida notoriedade em reuniões científicas, ou então pela chamada de atenção para a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, no momento de mais um surto epidémico em Lisboa. Neste caso a notícia sublinha que ninguém pode admitir pessoas para trabalhar sem estarem vacinadas e que o provem com um atestado: “*Não é mister esperar avisos ou intimidações, trata-se da defesa da saúde pública e todos devem cumprir o seu dever*”⁴¹¹. A dimensão da tuberculose no país é referida⁴¹² num editorial que reproduz uma conferência dada por um médico: “*há doenças evitáveis que abundam em Portugal por uma forma assustadora. “Numa raça que está assim doente, a tuberculose faz os seus estragos por uma forma aterradora (...). 20000 portugueses morrem, por ano, vítimas da tuberculose – um tuberculoso em cada 26 minutos*”. E no final do artigo mais uma vez se afirma a falta de camas hospitalares, que existe no país para tratar os doentes em condições corretas de isolamento.

Em maio inicia-se “*A Semana da Higiene*” publicitada⁴¹³ pelo jornal como uma iniciativa de grande interesse por tratar “*um dos nossos mais urgentes e mais importantes problemas*”. As conferências, feitas “*por médicos e pedagogos eminentes*” são públicas e o organizador espera que muita gente acorra porque está em causa “*o futuro da Raça Portuguesa*”. O programa pormenorizado é descrito três dias mais tarde, e mais uma vez se sublinha o interesse da iniciativa porque “*Portugal está doente. Física e moralmente, Portugal atravessa uma das crises mais graves da sua História*”. Durante o período em que decorre a “*Semana*” (de 16 a 25 de maio) o jornal relata diariamente os trabalhos apresentados, fazendo referência aos cuidados que as pessoas devem ter para melhorar e cuidar da sua saúde.

Poucos dias mais tarde, a 30 de maio, inicia-se a “*Semana da Tuberculose*”, esta organizada por uma comissão de senhoras da Assistência Nacional aos Tuberculosos, e tendo como principal objetivo angariar donativos por todo o país. De novo se descrevem as atividades desenvolvidas durante essa “*Semana*” e se

⁴¹⁰ *Diário de Notícias*, 7 de novembro de 1931 (p. 1).

⁴¹¹ *Diário de Notícias*, 11 de fevereiro de 1931 (p.5)

⁴¹² *Diário de Notícias*, 25 de fevereiro de 1931 (p. 1).

⁴¹³ *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1931 (p. 1).

reproduzem as intervenções de várias personalidades sobre o tema. É sublinhada a extensão do problema e o que se pode fazer em termos de prevenção e tratamento.

A maternidade Magalhães Coutinho é inaugurada a 5 de fevereiro e a notícia⁴¹⁴ descreve com pormenor as condições em que vai funcionar o atendimento às grávidas. A maternidade fica instalada no edifício onde funcionava a Escola Profissional de Enfermagem uma vez que esta foi transferida para o Hospital de Santo António dos Capuchos.

Publica-se a “*abertura, na próxima terça-feira, das aulas do 1º ano da Escola de Enfermagem de Artur Ravara*”⁴¹⁵. Alguns dias mais tarde⁴¹⁶ chama-se a atenção para os candidatos à matrícula do 1º ano da Escola que não compareceram” às *inspeções anunciadas*”, que terão mais um dia para as realizar na Escola.

A inauguração da nova sede do Sindicato Profissional dos Enfermeiros da Região Sul é anunciada⁴¹⁷ e no dia seguinte⁴¹⁸ é descrita a cerimónia. Na sessão solene foi feita uma conferência (por um médico) com o tema “O valor social da profissão de enfermagem”. O conferencista referiu-se a “*Florence Gray*”⁴¹⁹, descrevendo a sua vida e acentuando que a ela se devia a reforma hospitalar efetuada em Inglaterra. Acrescentou também que estava a surgir “*uma nova modalidade de enfermagem: a enfermagem ofensiva, que tem por objectivo procurar impedir o desenvolvimento de determinadas doenças*”. A sessão terminou com um “Porto de Honra” durante o qual “*se trocaram afectuosos brindes*”.

Também em agosto é noticiada⁴²⁰ a abertura de concurso, na Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa, para admissão de enfermeiras diplomadas pelas Escolas Profissionais de Enfermagem de Lisboa, Porto e Coimbra.

Em novembro⁴²¹ dá-se conta duma reivindicação apresentada ao enfermeiro-mor dos Hospitais Civis de Lisboa “*por cerca de 302 candidatos á matrícula do 1º ano da Escola de Enfermagem Artur Ravara*”. Estes solicitam a revogação da ordem de não serem admitidos à matrícula sublinhando “*o prejuízo de importantes quantias gastas em documentação, além dos advindos do corte duma carreira*”. De acordo com o artigo, o enfermeiro-mor afirmou nada poder fazer visto a ordem “*ter sido dada de harmonia com a lei, que limita o numero de alunos da referida Escola*”.

⁴¹⁴ *Diário de Notícias*, 6 de fevereiro de 1931 (p. 1).

⁴¹⁵ *Diário de Notícias*, 8 de fevereiro de 1931 (p. 6).

⁴¹⁶ *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1931 (p. 4).

⁴¹⁷ *Diário de Notícias*, 2 de agosto de 1931 (p. 4).

⁴¹⁸ *Diário de Notícias*, 3 de agosto de 1931 (p. 4).

⁴¹⁹ Pelo teor da notícia parece-nos não poder deixar de ser Florence Nightingale.

⁴²⁰ *Diário de Notícias* 30 de agosto de 1931 (p. 9).

⁴²¹ *Diário de Notícias* 18 de novembro de 1931 (p. 5).

O senhor enfermeiro-mor declarou mais: que sendo a Escola privativa dos hospitais só admitia alunos que pudessem vir a ser empregados hospitalares.”

Os anúncios continuam a aparecer nas páginas do jornal. Assim oferecem-se: *“enfermeira diplomada: para tratamentos e injeções”*; *“enfermeira: sabendo bem inglês e francês, para tratar senhora ou crianças, casa particular, de respeitabilidade. Dá referencias”*; *“enfermeira com pratica de cirurgia e injeções, oferece-se”*. Os pedidos de enfermeiras são mais escassos. Neste ano encontramos dois: *“enfermeira: precisa-se, nova, para dar injeções e mais algum serviço, como interna em casa particular”*; *“enfermeira COMPETENTE, para sanatório, com comida”*.

Neste ano é publicado um decreto⁴²² que autoriza as faculdades de Medicina das três universidades portuguesas a criar cursos para *“enfermeiras visitadoras de higiene”*. A criação destes cursos justifica-se, de acordo com o preâmbulo, pelos bons resultados obtidos pelas visitadoras sanitárias (curso da responsabilidade da Direção Geral de Saúde) na defesa da saúde pública e a boa aceitação que estas profissionais têm por parte da população, e ainda para dar cumprimento ao voto expresso pela secção de higiene do Congresso Nacional de Medicina realizado em Lisboa em 1928. O preâmbulo não deixa de referir que, *“após a guerra europeia os serviços de higiene social tomaram em todos os países civilizados um enorme desenvolvimento, reclamado pela extensão dos males chamados sociais, e entre êles, particularmente, a tuberculose, a sífilis e a mortalidade infantil”*. A referência que é feita aos países anglo-saxónicos evidencia o papel das *“health visitors, agentes indispensáveis nos serviços sanitários”* e cuja *“preparação está muito cuidada nesses países e o exemplo que dão vai sendo seguido em toda a parte”*. O preâmbulo assinala ainda que *“sob o impulso de Florence Nithingale, a habilitação profissional da enfermagem foi organizada e aperfeiçoada, e nasceu então uma nova profissão, a de enfermeira visitadora, destinada a cuidar dos doentes pobres no domicílio”*. O curso, com a duração de um ano escolar, devia ter as disciplinas de puericultura; enfermagem e higiene doméstica e profilaxia das doenças transmissíveis, e um período de estágio de seis meses realizado em dispensários de puericultura e de luta contra a tuberculose e a sífilis.

Foram identificados mais três decretos que se referem à enfermagem. Um⁴²³, regulamentando os serviços clínicos e de enfermagem dos asilos dependentes da Direção Geral de Assistência, elenca as competências dos respetivos profissionais

⁴²² Decreto nº 19460, *Diário do Governo* nº 60, I serie de 13 de Março de 1931.

⁴²³ Decreto nº 19579, *Diário do Governo* nº 85, I serie de 13 de Abril de 1931.

e no que diz respeito aos enfermeiros refere (art.º 6º):

- “1.º Assistir às visitas clínicas, tomando nota de todas as prescrições médicas;
- 2.º Ministrando os remédios aos doentes;
- 3.º Fazer os necessários curativos e as aplicações que forem indicadas pelos médicos;
- 4.º Requisitar e distribuir as dietas às horas marcadas, assistindo às refeições e provando-as, para o caso de participarem superiormente quaisquer irregularidades;
- 5.º Vigiar que o arranjo das camas se faça com a necessária regularidade e asseio e de modo que os doentes não sejam incomodados;
- 6.º Ser rigorosamente pontuais e escrupulosos no cumprimento dos deveres e carinhosamente solícitos e afáveis com os doentes;
- 7.º Vigiar cuidadosamente pelo asseio dos doentes, fazendo-lhes mudar a roupa sempre que se torne necessário;
- 8.º Evitar todos os desperdícios e extravios de objetos pertencentes às enfermarias ou para uso dos doentes;
- 9.º Manter nas enfermarias o devido silêncio e boa ordem;
- 10.º Avisar sempre que qualquer doente apresente sinais de gravidade, a fim de ser chamado o respetivo médico;
- 11.º Não consentir que nas visitas das famílias aos doentes se demorem mais de meia hora ou o tempo que o médico indicar.”

O segundo decreto⁴²⁴ é um “aperfeiçoamento” do anterior. Acrescenta no artigo 6º, às competências dos enfermeiros, o seguinte parágrafo: “Os enfermeiros e enfermeiras dos asilos de educação devem auxiliar, sempre que seja necessário, quaisquer outros serviços dos respetivos estabelecimentos, designadamente os de vigilância, sem prejuízo dos da sua especialidade”.

O último decreto identificado⁴²⁵ autoriza a Direção Geral dos Hospitais Civis de Lisboa a conceder residência e alimentação gratuitas às praticantes voluntárias de enfermagem admitidas nos pavilhões de isolamento do Hospital Curry Cabral, e apenas alimentação ao pessoal masculino em idêntica situação. Estes praticantes voluntários frequentam a Escola de Enfermagem Artur Ravara e, como é sublinhado no preâmbulo do decreto, do seu trabalho “*resulta grande vantagem, por ser nessa prestímoza classe que é recrutado o pessoal de enfermagem, depois de verificadas as suas qualidades profissionais e morais, redundando a utilização dos seus serviços numa sensível diminuição de pessoal do respectivo quadro e portanto numa apreciável economia para o cofre hospitalar*”. Pelo teor do referido preâmbulo esta *benesse* já era dada a esses praticantes mas a situação carecia de ser legalizada.

⁴²⁴ Decreto nº 19740, *Diário do Governo* nº 111, I série de 14 de Maio de 1931.

⁴²⁵ Decreto nº 20278, *Diário do Governo* nº 204, I série de 4 de Setembro de 1931.

Ainda neste ano será publicado o decreto⁴²⁶ que institui a Maternidade Alfredo da Costa em Lisboa e, como refere o preâmbulo, “*com a sua inauguração continua o Governo a realizar com método e segurança a sua obra de organização nacional, integrando-se na redentora orientação de melhorar a raça pela assistência dispensada às mãis.*”

É também regulamentado o curso de visitadoras sanitárias da Direção Geral de Saúde⁴²⁷.

1932

É patente no jornal, ao longo dos meses consultados, nos artigos, editoriais e notícias, a expressão das linhas programáticas e ideológicas do Estado Novo. Logo em fevereiro⁴²⁸ são expostas as bases da futura Constituição do país, num discurso proferido pelo ministro do Interior onde declara que “*os partidos são o pior inimigo do Estado Novo*”. Os elogios à ação do ministro das Finanças são frequentes realçando o facto de se viver, finalmente, uma situação de desafogo financeiro. É dado relevo às intervenções públicas do Dr. Oliveira Salazar que constituem uma expressão das ideias constituintes do Estado Novo. Na comemoração⁴²⁹ do 28 de maio, Salazar é condecorado e no seu discurso de agradecimento não deixa de sublinhar que o Estado Novo, forte e resistente, será o garante da unidade nacional e da ordem face às correntes revolucionárias que persistem. É também a 28 de maio que o jornal transcreve na íntegra o projeto da nova Constituição política do Estado⁴³⁰. A ideia de ordem, necessária ao desenvolvimento do país, é realçada pelas notícias que transmitem a agitação política e social que vivem países como a Alemanha, Espanha e Brasil, entre outros. E o desenvolvimento do país é mostrado na “*Grande Exposição Industrial Portuguesa*”⁴³¹ realizada em novembro onde se realça que “*as grandes qualidades da nossa raça souberam poupar a nação aos efeitos da grave crise mundial*” e se apela ao consumo dos produtos nacionais.

⁴²⁶ Decreto nº 20395, *Diário do Governo* nº 240, I serie de 17 de Outubro de 1931.

⁴²⁷ Decreto nº 20376, *Diário do Governo* nº 235, I serie de 12 de Outubro de 1931.

⁴²⁸ *Diário de Notícias*, 26 de fevereiro de 1932 (p. 1).

⁴²⁹ *Diário de Notícias*, 29 de maio de 1932 (p. 1).

⁴³⁰ *Diário de Notícias*, 28 de maio de 1932 (p. 7).

⁴³¹ *Diário de Notícias*, 8 de novembro de 1932 (p. 1).

Mas este clima de otimismo contrasta com outras notícias que mostram a dimensão da fome⁴³² e da miséria no país e, por consequência a dimensão que a tuberculose – “a peste branca” – assume. Este problema será uma constante no jornal ao longo dos meses consultados e os artigos procuram demonstrar o que se faz para o combater.

Em maio⁴³³ iniciou-se de novo “A Semana da Tuberculose”. É feita uma ampla divulgação das atividades que se vão realizar (peditórios e, festas para angariar fundos, conferências públicas, propaganda antituberculosa nas missas, na rádio, nos cinemas e teatros) e do que se tem conseguido fazer (abertura de novos pavilhões e distribuição de medicamentos aos doentes). Em cada artigo é também feita referência aos cuidados de prevenção que cada um deve ter. O tema continuará a ser debatido nas páginas do jornal ao longo do mês apresentando entrevistas ao Dr. Bissaia Barreto e ao trabalho por ele desenvolvido no distrito de Coimbra.

A maternidade Alfredo da Costa é finalmente inaugurada⁴³⁴ sendo “*um dos mais perfeitos estabelecimentos de assistência da especialidade que existem na Península, podendo mesmo rivalizar com os melhores do resto da Europa*”.

No III Congresso das Misericórdias reconhece-se a necessidade de apoio do Estado uma vez que estas instituições são o garante da hospitalização e da assistência na quase totalidade do país⁴³⁵, com exceção de Coimbra e Lisboa. E precisamente em Lisboa o jornal denuncia⁴³⁶ uma situação que se verifica no hospital de S. José: a recusa de internamento aos doentes que chegam à urgência. A primeira notícia apresenta a situação e a justificação de falta de verba, apresentada pelos responsáveis do hospital. No dia seguinte o jornal apresenta uma pequena nota insistindo que “*os doentes continuam a ser mandados embora*”. E no terceiro dia⁴³⁷ já é publicada uma nota oficiosa da Direção Geral dos Hospitais Civis afirmando que todos os doentes urgentes são internados mas, dado o grande afluxo de doentes próprio da época, os que não são urgentes têm de esperar. Esta nota termina sublinhando o trabalho do Governo da Ditadura que, dispensando “*um especial carinho*” ao assunto, aumentou em 1047, o número de camas de internamento, desde 1927.

⁴³² No jornal de 17 de fevereiro uma notícia refere que um homem desfaleceu de cansaço e fome ao fazer, a pé, a viagem de Beja a Serpa, por não ter dinheiro para o transporte. A notícia terminava chamando a atenção para a grave situação de fome que se vivia na região por falta de trabalho.

⁴³³ *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1932 (p. 1).

⁴³⁴ *Diário de Notícias*, 1 de junho de 1932 (p. 1).

⁴³⁵ *Diário de Notícias*, 23 de maio de 1932 (p. 1).

⁴³⁶ *Diário de Notícias*, 9 de novembro de 1932 (p. 1).

⁴³⁷ *Diário de Notícias*, 11 de novembro de 1932 (p. 1).

Neste ano identificámos três notícias referentes à enfermagem. Uma dá conta da exigência de diploma para os enfermeiros da marinha mercante e das condições e prazos para que os atuais enfermeiros possam regularizar a sua situação de acordo com a nova exigência⁴³⁸. Outra noticia a realização da assembleia geral do Sindicato Profissional dos Enfermeiros da Região Sul onde foram aprovadas as contas da direção do ano anterior, e foi eleito o novo administrador da revista “*A Voz do Enfermeiro*”. A notícia refere ainda a petição que o Sindicato fez ao Governo para que a reforma dos enfermeiros seja dada aos 25 anos de serviço, aguardando o Sindicato resposta do ministro do Interior⁴³⁹. A terceira notícia⁴⁴⁰ refere as horas e o dia em que se iniciam as aulas do 1º e 2º ano, da Escola de Enfermagem Dr. Artur Ravara.

Os anúncios continuam a aparecer no jornal mas desta vez apenas os que pedem enfermeiras: “*Enfermeira precisa-se, devidamente habilitada, no hospital da Misericórdia de Tomar. Ordenado 450 escudos por mês, quarto, agua e luz, podendo fazer a comida na cozinha do hospital*”; “*Enfermeira precisa-se permanentemente, para viver com senhoras em casa de família de tratamento, que saiba do seu ofício, tratável e que dê boas referencias*”; “*habilitada, precisa-se para acompanhar senhora de idade*”; “*enfermeira precisa-se com habilitações de enfermagem. Entrada ás 8 horas, sair ás 9 da noite*”.

Neste ano surgem de novo notas de agradecimento por tratamentos recebidos. Em geral dirigidas aos médicos incluem na expressão dos agradecimentos o pessoal de enfermagem: “*(...) e o zeloso pessoal da enfermaria, que carinhosamente me tratou, salientando-se a bondosa enfermeira chefe D. Henriqueta (...) e ajudante D. Berta*”; “*venho por este meio agradecer a forma carinhosa e proficiente como fui tratado por (...) e bem assim os srs. chefe e sub chefe de enfermaria e ao enfermeiro (...), a quem apresento a minha maior gratidão pelo cuidado e proficiência com que fui tratado*”. Destas notas, uma é apenas dirigida aos enfermeiros do Hospital de Santa Marta: “*João (...) vem por este meio patentear o seu reconhecimento aos distintos enfermeiros srs.(...) pela forma carinhosa, proficiente e desinteressada como o trataram durante o tempo que esteve internado duma enfermidade pulmonar, e cujos esforços como, aliás os têm para todos os doentes, são dignos dos maiores elogios*”.

⁴³⁸ *Diário de Notícias*, 21 de maio de 1932 (p. 6).

⁴³⁹ *Diário de Notícias*, 3 de agosto de 1932 (p. 5).

⁴⁴⁰ *Diário de Notícias*, 15 de novembro de 1932 (p. 5).

Neste período foi identificado um decreto⁴⁴¹ que regulamenta a prestação de serviços dos enfermeiros habilitados com o curso da Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra que, após concluído o curso, pretendam continuar a fazer estágio (tirocínio) nos mesmos hospitais. O decreto especifica as regras de funcionamento desse período e, caso o “*tirocinante*” demonstre “*zelo, aptidão e assiduidade*” terá preferência aquando da admissão ao quadro dos respetivos hospitais. Acrescenta ainda que “*cada seis meses de bom e efectivo serviço*” contará, para o candidato, como mais um valor a acrescentar à informação final do curso de enfermagem.

1933

O ano de 1933 verá consagrados os princípios do Estado Novo e a sua plena institucionalização com a promulgação da Constituição a 11 de abril. Nos meses anteriores o jornal fez uma ampla publicitação dos trabalhos que conduziram a essa promulgação: a construção da redação final, a publicação do texto para consulta, os preparativos para o plebiscito. A 20 de março o jornal proclama a aprovação da Constituição por 95% dos eleitores. No final do ano será publicado o Estatuto Nacional do Trabalho⁴⁴² onde se define o Sindicato como o elemento fundamental da organização corporativa e que será “*pela força da sua coesão, como pela disciplina dos seus elementos, um baluarte da ordem, sem a qual não há progresso possível*”. Esta ideia de ordem manter-se-á uma constante nas notícias do jornal contrastando com a cada vez maior desordem na Europa, sobretudo na Alemanha onde o parlamento foi dissolvido e Hitler subiu ao poder⁴⁴³.

Ao longo dos meses consultados podemos assistir a uma maior projeção de algumas das figuras mais emblemáticas do regime. António Ferro escreve quase diariamente o editorial do jornal e surgem com muita frequência artigos destacando o seu último livro “*Salazar – O homem e a sua obra*”. É também António Ferro que fará uma extensa entrevista a Salazar (“*a quem a imprensa estrangeira começa a referir-se, colocando-o ao lado dos grandes condutores de povos*”), realizada em Santa Comba Dão, sua terra de origem, e publicada em 20 de agosto. Nela, Salazar expõe o seu pensamento sobre a condução política e económica do país.

⁴⁴¹ Decreto nº 21647, *Diário do Governo* nº 209, I serie de 6 de Setembro de 1932.

⁴⁴² *Diário de Notícias*, 19 de novembro de 1933 (p. 4).

⁴⁴³ *Diário de Notícias*, 2 de fevereiro de 1933 (p. 1).

Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas, será também entrevistado⁴⁴⁴ e declara a intenção de modernizar o país com o seu plano de obras, o que permitirá acabar com o desemprego, pelo menos no setor da construção civil.

O jornal dedica, de novo, uma grande atenção à “*Semana da Tuberculose*”. A tuberculose continua a ser um problema grave no país e, desta vez o jornal⁴⁴⁵ sublinha o custo económico dos cerca de 60 mil tuberculosos existentes, uma vez que a doença ataca preferencialmente quando “*os indivíduos são uteis à sociedade, não só pelo trabalho que produzem, como pela contribuição que naturalmente prestam à colectividade, constituindo família e concorrendo, conseqüentemente, para o acréscimo da natalidade*”. Ao longo do ano surgirão outras notícias dando conta do trabalho realizado em diferentes sanatórios ou da entrada em funcionamento de novos dispensários. Neste caso é dada relevância à inauguração de três novos dispensários em Lisboa. Na entrevista⁴⁴⁶ a um dos responsáveis da Assistência Nacional aos Tuberculosos este realça a ação dos Dispensários. Não sendo meros consultórios têm uma função educativa: “*a sua acção estende-se às próprias casa dos doentes, que são visitadas frequentes vezes pelas chamadas enfermeiras-visitadoras, encarregadas da propaganda educativa, ensinando a maneira de desinfecar as louças, os escarradores, etc., dando, enfim, todos os conselhos para evitar a propagação do mal.*”

O Sindicato dos Enfermeiros do Sul comemorou o seu segundo aniversário, com uma sessão solene onde se destacou o “*esforço até agora levado a cabo pelo Sindicato em prol dos interesses da classe*”.⁴⁴⁷

A notícia⁴⁴⁸ dum “*notável*” conferência efetuada pelo Dr. Francisco Gentil, na Maternidade Alfredo da Costa, destaca o papel da enfermeira e da parteira na luta contra o cancro. O articulista, “*depois de ouvir aquele distinto oncologista*”, sublinha que “*se houver enfermeiras ou parteiras bastante inteligentes e suficientemente educadas para em dado momento, darem o grito de alarme*”, muitos cancros se poderão evitar. Na conferência o Dr. Francisco Gentil aludiu ao professor Costa Sacadura que considerava ser importante “*promover a ilustração e educação das parteiras e enfermeiras, no sentido de serem aproveitadas para a profilaxia de certas doenças*”. No final do artigo é ainda referido que o Dr. Francisco Gentil considera que “*o papel da enfermeira e parteira é da máxima utilidade na profilaxia do cancro, devendo-se por isso, educá-las nesse sentido.*”

⁴⁴⁴ *Diário de Notícias*, 25 de fevereiro de 1933 (p. 1).

⁴⁴⁵ *Diário de Notícias*, 1 de maio de 1933 (pp. 1-2).

⁴⁴⁶ *Diário de Notícias*, 16 de novembro de 1933 (pp.1-2).

⁴⁴⁷ *Diário de Notícias*, 22 de fevereiro de 1933 (p. 5).

⁴⁴⁸ *Diário de Notícias*, 1 de agosto de 1933 (p. 2).

Num artigo intitulado “*O banho da Maternidade*”⁴⁴⁹ o leitor é convidado a “ir assistir”, na Maternidade Alfredo da Costa, ao banho dos bebés, “*prémio certo dum dos raros prazeres que se sorvem com coração e olhos em acção de graças*”. Na Maternidade prestam-se cuidados “*dantes só possíveis aos eleitos dos berços de renda*”. Todos os bebés são

“assistidos por cuidados e agasalhos de muitas enfermeiras – a bem dizer as operárias que acabam de moldar, em suas mãos de maternal engenho, o plasma maleavel da criação. São elas, as enfermeiras – requerida vénia, claro, ao senhor Director – que vão oferecer-nos este espectáculo unico e salutar. Batas brancas, alvas cabeças sob as toucas flutuantes, ao abrir da manhã entram nas enfermarias com o seu tabuleiro rodado. Enchem o tabuleiro de ‘bébés’ recém-nascidos (...)”.

O artigo continua com a descrição do banho e depois, transferidos das banheiras para a mesa “*as mãos ageis das enfermeiras os enxugam, os pulverizam, os enfaixam, os vestem*” para os reconduzir às mães.

As visitas ministeriais aos hospitais merecem algum relevo no jornal. Estas traduzem-se, em geral, no elogio ao esforço realizado em prol da assistência no país. Numa, realizada⁴⁵⁰ pelo ministro do Interior ao hospital de Santo António dos Capuchos, o Dr. Costa Sacadura “*frisou a necessidade de se estabelecer, em boas condições a Escola de Enfermagem, ao contrário do que presentemente acontece. Pediu que se concluísse o edifício da entrada do hospital, onde se poderia instalar a escola de Enfermagem Artur Ravara. O sr. ministro prometeu interessar-se pelo assunto.*”

Neste ano não foram identificados anúncios a pedir ou a oferecer serviços de enfermeiras nem documentos legais que se referissem a enfermeiras e/ou enfermagem.

⁴⁴⁹ *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1933 (p. 1).

⁴⁵⁰ *Diário de Notícias*, 16 de novembro de 1933 (p. 2).

**AS REPRESENTAÇÕES ASSOCIADAS À ENFERMEIRA E À
ENFERMAGEM**

Repertórios interpretativos usados para descrever a enfermeira e a
enfermagem no período em estudo

Contextualizado o período em estudo nas suas dimensões política, social, cultural e sanitária, o que foi realizado na Parte I; constituído o *corpus* de análise pela transcrição das fontes (notícias, documentos legais e debates parlamentares), realizado na Parte III, iremos, nesta fase do percurso de investigação, identificar as representações sociais associadas à enfermeira e à enfermagem no período de 1910 até à instauração do Estado Novo em 1933.

A fase de transcrição e as sucessivas leituras realizadas posteriormente permitiram encontrar padrões de linguagem (palavras, descrições, lugares comuns) que configuram cinco repertórios interpretativos dominantes, usados para descrever as enfermeiras e a enfermagem ao longo do período em estudo: a enfermeira doméstica e da enfermagem como atividade feminina; a valorização da enfermeira e da enfermagem no contexto das lutas revolucionárias e da I Grande Guerra; valorização da enfermeira no contexto da sua intervenção; a valorização da enfermagem no contexto legislativo e a valorização da enfermagem no contexto da formação.

O recurso a extratos, por vezes longos, do texto original permite apoiar a análise feita, ancorando-a nas nossas fontes. Ao mesmo tempo mostra-se o percurso feito, através dos sublinhados e da escolha de afirmações consideradas particularmente informativas, uma vez que a análise de discurso não faz desaparecer o autor da análise, ao contrário pressupõe a explicitação clara das opções tomadas.

1. A ENFERMEIRA DOMÉSTICA E A ENFERMAGEM ATIVIDADE FEMININA

Ao considerarmos a enfermeira como doméstica incluímos, neste repertório, uma serie de palavras como “criada”, “governante”, “dama de companhia” e expressões como “exigem-se abonações” e “sabe tudo o que pertence a uma casa”. É sobretudo nos anúncios publicados no jornal, a pedir ou a oferecer serviços de enfermagem, que encontramos este conjunto de palavras e expressões. O modo como os anúncios são redigidos e o tipo de competências que neles são exigidas permite-nos verificar a associação do trabalho da enfermeira ao serviço da casa, doméstico⁴⁵¹:

*DN - “**Criada-enfermeira** precisa-se para tratar de uma senhora doente, que saiba bem desempenhar este logar e não seja fraca. Exigem-se **abonações**” (1913-08-06).*

*DN - “Precisa-se **dama de companhia** ou enfermeira” (1923-08-22).*

*DN - “Precisa-se enfermeira não diplomada que **auxilie em trabalhos de costura**” (1925-11-06).*

*DN - “Enfermeira precisa-se, nova, para dar injeções e **mais algum serviço, como interna** em casa particular” (1931-11-16).*

Estes quatro excertos abrangem a quase totalidade do período em estudo mostrando, que mesmo com os projetos de reorganização dos hospitais e o pleno funcionamento de escolas de enfermagem no país, a imagem da enfermeira associada ao serviço doméstico manteve-se.

Pedem-se informações (*abonações*) como em qualquer ofício sem habilitações que não sejam as adquiridas pela prática e que apenas podem ser

⁴⁵¹ Os extratos utilizados são identificados por duas letras que indicam a sua origem. Assim DN será Diário de Notícias, DL, documento legal e DP, debate parlamentar. Entre parêntesis estará a data em que a transcrição foi produzida. A negrito destacam-se as afirmações que nos parecem mais relevantes para a análise realizada.

aferidas pelas informações de anteriores empregadores, informações que, atendendo ao significado do termo abonar⁴⁵² (ser fiador de, responder por), dizem respeito não só às competências técnicas mas também ao caráter da pessoa.

Os próprios hospitais são por vezes pouco exigentes em relação ao pessoal que contratam:

*DN - “Precisa-se **mulher que saiba ler e escrever, com alguma prática de enfermeira**” (anúncio do hospital de Abrantes, 1918-11-29).*

*DN - “Precisa-se uma enfermeira que **saiba ler e escrever**” (anúncio do hospital da Covilhã, 1911-10-27).*

E as enfermeiras ao oferecerem o seu trabalho fazem também essa associação:

*DN - “Enfermeira oferece-se para tratar de doentes ou **dama de companhia e costura, dá informações**” (1912-08-06).*

*DN - “Enfermeira ou **governante** oferece-se, **sabe tudo o que pertence a uma casa. É activa, carinhosa e asseada**” (1913-08-09).*

*DN - “Enfermeira nova e educada oferece-se para casa particular, **prestando mais algum serviço**” (1915-02-25).*

*DN - “Oferece-se enfermeira diplomada para **companhia de pessoa doente. Sabe tocar piano**” (1918-08-10).*

Nestes excertos discursivos evidenciam-se também algumas características associadas à figura feminina no lar, como ser carinhosa, saber tocar piano, e ao seu papel enquanto dona de casa: ser asseada, saber costura e saber organizar a casa. Ao mesmo tempo, ao pedir-se que as candidatas aos lugares de enfermeiras saibam ler e escrever, permite-nos inferir da falta de habilitações que seria habitual entre as enfermeiras uma vez que, no seu trabalho, não lhes era exigido mais do

⁴⁵² Consultado no Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora

que tarefas manuais para as quais não necessitavam de quaisquer conhecimentos, apenas treino.

Não são só as pessoas que requerem os serviços de uma enfermeira que veem a enfermagem associada ao trabalho doméstico e ao papel da mulher no lar, associando-a assim a uma atividade feminina. No Parlamento, e mais concretamente na Câmara dos Deputados, a apresentação de alguns projetos de lei evidenciam essa associação. O projeto de criação (1914) do Instituto de Ensino Profissional e Doméstico, destinado à educação feminina, propõe preparar:

*DP - “a mulher para a sua função suprema e principal – a maternidade; instrui-la para a sua ocupação mais nobre – ser boa dona de casa; colocá-la em condições de **ganhar a vida nas ocupações mais próprias do seu sexo** – quando abandonada na vida, não consiga formar o seu lar” (1914-03-26).*

E para conseguir este desiderato as alunas desse Instituto devem:

*DP - “aprender tudo o que diz respeito á **existência particular da família**”.*

*DP - “deve, portanto, aprender a **ser boa enfermeira**, com conhecimentos, embora ligeiros, dos socorros a prestar nos acidentes ou nas doenças mais vulgares” (1914-03-26).*

Se tivermos ainda em conta alguns dos temas inseridos no programa de aprendizagem, como “*arte da cozinha, vestidos e roupas brancas e agricultura prática*”, vemos que o tema “*Higiene e medicina prática – Enfermagem*” se insere no rol de qualidades exigidas à mulher no seio da família e enquanto boa dona de casa.

Alguns anos mais tarde (1916), e de novo na Câmara dos Deputados, a apresentação de um projeto de reorganização da *Tutoria Central da Infância* no Porto inclui a criação de uma escola de ensino profissional para crianças “*desamparadas e delinquentes*”. No que respeita ao ensino feminino, as meninas

devem aprender:

DP - “costura-lavores, levandaria e engomadoria, enfermagem, ajuntadeira de calçado, confecção de vestidos e chapéus e avicultura” (1916-02-08).

Neste excerto vemos a associação da enfermagem a atividades de carácter doméstico e, tendo em conta que se trata de uma escola de ensino profissional, surge também como um ofício, a par de outros que necessitam de um saber manual e próprios para serem exercidos pelas mulheres. Estas duas instituições destinavam-se à instrução e educação de crianças pobres, cumprindo um dos desideratos mais caros ao espírito republicano: a escola como local de formação das mentalidades, de aperfeiçoamento moral do cidadão. E tratando-se de ensino feminino, este sublinha o papel da mulher na família e as competências a desenvolver quer enquanto dona de casa quer enquanto trabalhadora por conta de outrem.

Estes dois excertos sublinham a visão que a sociedade portuguesa tem sobre o papel da mulher nessa mesma sociedade: a gestão do espaço doméstico. E para o qual não é necessária muita instrução. Apesar do trabalho intenso das organizações feministas portuguesas, quer antes quer depois da implantação da República, o universo feminino mantém-se longe da formação escolar, privilegiando-se uma ideologia da domesticidade e perpetuando uma ordem social que reserva aos mais humildes os trabalhos manuais que não requerem preparação escolar.

A enfermagem surge assim como uma ocupação feminina, passível de ser exercida por pessoas humildes e com pouca instrução.

Mesmo quando se elogia a ação de enfermeiras habilitadas com o curso de Enfermagem de Guerra organizado pela Cruzada das Mulheres Portuguesas, elogio esse feito pelo Diretor do Hospital Militar da Estrela e publicado no jornal (1918), o que se sublinha são qualidades femininas e associa-se a enfermagem ao trabalho doméstico e ao papel da mulher no seio da família:

*DN - “A presença de enfermeiras que estejam nestas condições, nos hospitais militares, **adoça** o convívio dos soldados, **melhora os trabalhos de limpeza, dá um certo tom de carinho e conforto moral**, aproximando a enfermaria da casa do doente, onde*

*ordinariamente ele é tratado **pela mão da mulher na sua atuação de mãe, esposa ou irmã***” (1918-02-03).

Poderemos compreender estas representações associadas à enfermeira e à enfermagem presentes na população e em alguns políticos se tivermos em conta a situação da profissão nos primeiros anos após a proclamação da República.

Na transição do século XIX para o século XX o pessoal de enfermagem que trabalhava sobretudo nos hospitais e asilos é um grupo indiferenciado (Nunes, 2003), constituído por pessoas com baixos salários. De tal modo baixos que, por exemplo, no hospital da Misericórdia de Tomar o concurso para um lugar de enfermeira ficou deserto precisamente por essa razão, como se lê no decreto nº 261 de 7 de Novembro de 1913:

DL - “Atendendo ao que representou a mesa administrativa da Misericórdia de Tomar,

*Hei por bem, sôbre proposta do Ministro do Interior, elevar de 108\$00 para 150\$00 a dotação do lugar de enfermeira do seu hospital, por ter ficado deserto o concurso últimamente aberto para o provimento do referido lugar, **pela exiguidade do vencimento**, ficando a corporação autorizada a abrir novo concurso.*

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar” (1913-11-07).

É também um pessoal sem nenhuma preparação específica. As bases do seu trabalho eram aprendidas na prática, informalmente ensinadas pelos médicos. Não tinham qualquer espécie de ensino teórico ou treino sistematizado. Por outro lado os hospitais viviam com permanentes dificuldades financeiras, estavam instalados em edifícios deteriorados, sem condições de higiene e salubridade, sobrelotados de doentes. Nestas condições os hospitais destinavam-se às pessoas mais pobres que não tinham capacidade financeira para se tratar em casa (Silva, 2008). A existência de anúncios a pedir enfermeiras para trabalhar em casas particulares permite-nos inferir essa situação ou seja, as pessoas com mais posses tratavam-se em casa contratando enfermeiras, muitas vezes como internas. Nestas circunstâncias podemos compreender que o trabalho de enfermagem dificilmente seria atrativo para alguém, como afirmava Curry Cabral (1915) no seu relatório, pelo que a ele só concorriam pessoas com tão poucas habilitações que não lhes permitiam outro

modo de vida ou que, tendo habilitações, não conseguiam outro emprego. O pouco valor dado ao trabalho de enfermagem permitia, ainda segundo Curry Cabral, que os enfermeiros fossem os únicos profissionais a quem não eram pedidas provas de competência na sua admissão. E eram também profissionais que não tinham qualquer tipo de proteção social em caso de doença, invalidez e velhice.

Mesmo com a criação de escolas de enfermagem nos principais hospitais do país (Lisboa, Porto e Coimbra) a preparação dos enfermeiros não melhorou uma vez que, sendo frequentadas maioritariamente por pessoal que já trabalhava nos hospitais, os alunos tinham dificuldade em assistir às aulas, por incompatibilidade de horários.

São sobretudo os baixos salários oferecidos e um trabalho duro e perigoso que tornam difícil um recrutamento criterioso do pessoal de enfermagem, sempre necessário dado o excesso de doentes internados nos hospitais, e desse modo questiona-se o carácter dos candidatos a enfermeiros (Silva, 2008). No decreto que reorganiza os Hospitais Civis de Lisboa (1918) é sublinhada a importância de se criarem critérios de admissão do pessoal de enfermagem sendo um deles a idoneidade moral. Este será também um dos critérios definidos no mesmo decreto para a promoção dos enfermeiros. E nos artigos que se referem à remodelação da Escola Profissional de Enfermagem é prevista a possibilidade de se contratar, no estrangeiro, uma enfermeira “*com competência e idoneidade*” para ajudar na educação profissional e moral dos alunos. Esta insistência na idoneidade moral dos enfermeiros e candidatos a enfermeiros poderá confirmar a ideia de ser esta uma faceta em falta em muitos dos profissionais de então.

A imagem das enfermeiras como pessoas de pouco carácter está presente em alguns debates realizados no Parlamento. Assim num debate realizado em 1922, em defesa do regresso das enfermeiras religiosas aos hospitais da Misericórdia, invoca-se as despesas feitas com os salários das enfermeiras laicas como causa da ruína financeira desses hospitais e ainda se sublinha o comportamento indecoroso das enfermeiras por oposição às virtudes do pessoal religioso:

*DP - “será crime pedir aqui, nesta hora, bem públicamente, liberdade para a virtude, quando **o vício goza por toda a parte de todas as liberdades**? Eu pergunto se será crime fazer aqui solenemente a apologia dessas mulheres sublimes, que, abandonando o conforto do lar ou as facilidades da vida mundana, gastam a sua vida heróicamente à cabeceira dos enfermos? Será*

crime preferir estas mulheres às mercenárias, que, ganhando centenas de escudos por mês, acumulam ainda por cima, muitas num espectáculo indecoroso, o ofício de enfermeiras ao de comborças dos próprios médicos?” (1922-03-17).

É ainda o carácter das enfermeiras que se evidencia em debates parlamentares e em notícias sobre o roubo de roupa e outros artigos feito por enfermeiras dos Hospitais Civis de Lisboa como se pode ler nos excertos seguintes:

DP - “Havia uma enfermeira que era obrigada a passar as guias da roupa suja, para o que tinha de indicar a tinta encarnada o numero de peças que iam para lavar. Um dia foi apanhada a falsificar essas guias” (1923-07-17).

DN - “foi publicada no Diário do Governo a portaria que nomeia o tenente-coronel sr. João Benjamim Baptista, para proceder a uma sindicância por motivo do desvio de artigos pertencentes aos Hospitais Civis de Lisboa, facto atribuído às enfermeiras chefe (...) e (...) e ao porteiro (...), que faziam serviço no Manicomio Bombarda” (1929-05-07).

Também o trabalho das enfermeiras laicas é considerado mau e as suas atitudes pouco próprias de uma enfermeira, como é evidente noutro debate parlamentar, este sobre o orçamento de Estado e as verbas atribuídas à assistência pública, onde se afirma:

DP - “laicizou-se a enfermagem, afugentando dos hospitais a maior parte dos desgraçados, com o horror do abandono, dos maus tratos e da falta de dedicação” (1922-08-01).

Mesmo as enfermeiras militares, que continuaram em serviço no exército após o fim da guerra, não escapam a esta imagem. No mesmo debate sobre o orçamento de Estado e desta vez na discussão sobre as verbas atribuídas ao ministério da Guerra, a presença das enfermeiras militares é considerada dispensável até porque:

DP - “O facto de essas enfermeiras ainda se encontrarem ao serviço resulta não do amor que tenham à sua profissão, mas do interesse material que daí lhes advém. (...) Tenho tido sob as minhas ordens várias enfermeiras militares e até hoje posso dizer que era melhor que para lá não tivessem ido; **têm indisciplinado todos os serviços** e até como enfermeiras **não têm demonstrado aquele cuidado e carinho que são sempre necessários**. Julgo, portanto, que é de inteira justiça que se acabe com essa classe, que para nada serve, e que até hoje, se para algum cousa tem servido, é **para prejudicar** os serviços e **indisciplinar** o exército” (1922-05-19).

A contra argumentação realizada defendendo a permanência dessas enfermeiras no exército suscita discursos onde sobressai a ideia, que a mulher é, pelas suas características, a pessoa mais indicada para realizar o trabalho de enfermagem:

DP - “**se a missão da mulher é fazer o bem e espalhar a bondade, ninguém melhor do que elas soube tratar um doente**. Eu (...) nunca encontrei **legião mais sublime de sacrifício e de abnegação do que a legião formada por essas mulheres** (...). A mulher, quando é preciso, sabe ser grande, e **não há médico que seja capaz de tratar de um doente como uma boa enfermeira**. Sou de opinião que a mulher não deve invadir terrenos que pertencem exclusivamente ao homem. Certo é, porém, que, **quando o homem deixa a mulher tratar daquilo em que existe bondade e o coração manda, ninguém melhor do que a mulher o faz**. Posso garantir que **essas mulheres (...) foram, realmente, não só dedicadas mas dignas enfermeiras**” (1922-05-19).

Mas na resposta são precisamente as qualidades femininas presentes no trabalho de enfermagem que justificam a exclusão das enfermeiras do exército:

DP - “**não ponho em dúvida os relevantes serviços prestados nas fileiras do exército durante a guerra**. Mas pelo facto de ter prestado bons serviços e de **a mulher ser mais adaptável ao delicado tratamento dos doentes**, não quero dizer que se justifique

*a sua permanência no exército durante a paz. (...) **As mulheres têm, é certo, uma certa agilidade nas mãos e possuidoras de maravilhosas qualidades, adaptando-se muito bem ao serviço de enfermagem, mas não me parece aceitável que andem por aí vestidas de saias, com galões, provocando a hilariedade e o desrespeito, que se não conjugam com o carinho e o amor que o povo português vota ao exército nacional***” (1922-05-19).

Nestes excertos podemos ver o contraste entre as qualidades femininas – delicadeza, bondade e afeto – neste caso próprias do trabalho de uma enfermeira, e o que é próprio dos homens, neste caso o serviço militar.

Ainda que de uma forma mais elegante é o desejo de que as enfermeiras em Portugal tenham um comportamento modelar que está expresso noutra excerto duma notícia do jornal, em que um médico compara as enfermeiras portuguesas às enfermeiras na Suíça:

*DN - “Há, que eu sei e conheço, enfermeiras e enfermeiros dedicados e competentes nos hospitais portugueses. Muitos mesmo. Contudo, em regra, **falta-lhes bastante educação profissional, uma forte disciplina corporativa, por vezes esmero de apresentação e atitudes na vida hospitalar e fora dela.** Aqui uma enfermeira é sempre, sempre uma **pessoa corretíssima, quer junto da cabeceira dum doente, quer em sociedade, nas ruas, nos passeios, por toda a parte, enfim. Precisam, em Portugal, de se formar a valer em cursos difíceis; serem apuradas convenientemente; conseguirem o seu diploma á custa de exames e provas meticolosas, e organizarem-se, formarem-se finalmente estas corporações de enfermagem, que são o orgulho e honra da Suíça**”* (1926-11-09).

Estes vários excertos denotam um discurso de desvalorização das enfermeiras considerando-as pessoas de pouca educação e pouco carácter, capazes de roubo, libertinas, mais preocupadas com o dinheiro que ganham do que com a qualidade do seu trabalho. E sem os atributos que devem estar presentes numa boa enfermeira: saber, disciplina, carinho e dedicação.

A esta imagem de desvalorização da enfermeira contrapõe-se um discurso, produzido por algum poder político e pelos médicos, que procura, precisamente,

valorizar o empenhamento das enfermeiras e enfermeiros num trabalho realizado em condições difíceis, por vezes desumanas.

Logo nos primeiros anos da República e assumindo a preocupação pelas questões sociais que caracterizava o seu ideário, é atribuído, por decreto, ao pessoal de enfermagem do Hospital de S. José o direito a serem tratados no hospital em caso de doença e a receberem o seu salário, por inteiro no primeiro mês de ausência e a metade nos meses seguintes. Na Câmara do Senado propõe-se que a enfermagem seja considerada atividade de risco de acidentes de trabalho pelo facto de os enfermeiros manipularem “*substâncias virulentas*”. É também no Senado que se aprova um voto de simpatia “*pelos que se sacrificam nos hospitais em tratamento de moléstias contagiosas*” e, como referimos, este voto surge na sequência da morte duma enfermeira por contágio no exercício das suas funções:

*DP - “Entendo que a **heroicidade dos humildes e dos simples** não deve ser esquecida, antes **deve ser acarinhada e elogiada** pelo Parlamento da República Portuguesa, o Parlamento democrático, o Parlamento do Povo.*

*Parece-me talvez que seja caso único no parlamentarismo português, o Senado lançar na acta das suas sessões um voto de sentimento por este facto, e ao mesmo tempo um voto de simpatia pelos **humildes que se sacrificam**.*

*É nosso dever exaltar as acções praticadas pelos **humildes**” (1912-12-09).*

A República define-se assim, por oposição ao anterior regime elitista, defensora do reconhecimento da dignidade de todos os cidadãos mesmo dos mais humildes reconhecendo e protegendo o seu trabalho heroico, neste caso o trabalho das enfermeiras e dos enfermeiros.

O reconhecimento da pouca atenção que foi dada às enfermeiras e aos enfermeiros é visível em vários excertos:

*DP - (a proposta de organização dos Hospitais Civis de Lisboa) “procura gratificar melhor e mais dignamente, dentro dos recursos existentes, o trabalho que era **pessimamente recompensado** dos enfermeiros e pessoal menor dos hospitais” (1914-06-28).*

DP - (o aumento da dotação orçamental dos Hospitais da Universidade de Coimbra) “*é destinado a melhorar os vencimentos das enfermeiras e respectivas ajudantes e praticantes, e ainda aos praticantes de enfermeiros, vencimentos estes que estavam ao presente **misérrimamente** dotados e **em nada correspondem, quer ás necessidades mais essenciais da vida, quer aos fatigantes e perigosos serviços que aqueles empregados prestam***” (1915-08-19).

DP - (pedido de abertura dum crédito para resolver o deficit dos Hospitais Civis de Lisboa) “*É lamentável, Sr. Presidente: **o abandono, o desprêzo a que o estado tem votado o pessoal de enfermagem** que bem mais complacência devia merecer dos poderes públicos. Eu pergunto a V. Ex.^a e à Câmara que **independência moral**, que **carinho**, que **abnegação**, junto dos que sofrem pode o pessoal menor dos hospitais mostrar conservar, quando o Estado lhe dá apenas a irrisória quantia de \$40 por dia?!. Onde está o estímulo dêsse pessoal para que êle possa dedicar-se, com **amor e carinho**, à sua profissão?!*” (1916-03-22).

DP - “*o pessoal feminino passa fome e tem uma péssima alimentação, apesar do violentíssimo serviço que desempenha e da miserável remuneração que lhe é dada*” (1916-03-22).

Destes excertos, retirados de debates realizados na Câmara dos Deputados, podemos inferir não só as condições de trabalho dos enfermeiros como a preocupação em valorizar o seu trabalho através do aumento dos salários, conferindo desse modo dignidade à profissão. E a referência concreta a enfermeiras nalguns destes excertos permite-nos inferir que o trabalho feminino era ainda mais desvalorizado, com salários inferiores aos dos enfermeiros, de tal modo que merecem uma referência especial.

Essa mesma preocupação está presente no preâmbulo de alguns documentos legislativos produzidos no período em estudo.

Para justificar a atribuição de uma “*indeminização por carestia de vida*” lê-se no preâmbulo do decreto nº3389 de 28 de Setembro de 1917:

*DL - “As difíceis condições de vida, criadas pela crise económica resultante da guerra, fazem-se sentir pesadamente sobre o pessoal dos Hospitais Civis de Lisboa e das Caldas da Rainha. No de Lisboa os vencimentos de 9\$ a 20\$ mensais, no das Caldas os de 6\$ a 12\$ mensais, constituem a remuneração normal de grande parte do pessoal, e isso representa quantias **claramente insuficientes para ocorrer às necessidades do mais modesto viver**” (1917-09-28).*

Esta subvenção não era extensível ao pessoal clínico e era inversamente proporcional ao valor do salário.

O preâmbulo do decreto que reorganiza os Hospitais Civis de Lisboa (nº4563 de 12 de Julho de 1918) é bem explícito quanto às condições de trabalho dos enfermeiros e ao nível dos seus salários:

*DL - “é mau o recrutamento do seu pessoal, porque é **menos de miseravelmente retribuído**, apesar de **ser pesado o encargo e esgotante a missão desta prestante classe**” (1918-07-12).*

*DL - (urgia pôr termo à situação) “**por ser a fome sempre má conselheira, tratar-se dos funcionários do Estado que pior remunerados são e sem sombra de equidade com quaisquer outros**, além da sua imediata melhoria ser antiga e constante reclamação do corpo clínico, dos próprios interessados e de todos os que conhecem a **sua desgraçada existência**” (1918-07-12).*

Há assim uma preocupação em valorizar os enfermeiros reconhecendo a necessidade de relacionar o valor do salário ao trabalho esforçado e difícil que realizam. E como se pode ler no excerto anterior a necessidade de valorizar os enfermeiros é uma preocupação dos médicos que reclamam pessoal melhor preparado e formado para os coadjuvar. E esta preocupação é noticiada no jornal:

*DN - “a comissão medica dos hospitais civis de Lisboa apresentou ao sr. ministro do Interior as bases, por ela elaborada para a **melhoria do pessoal de enfermagem**, bases que o sr. dr.*

Rodrigo Rodrigues estudou atentamente, aprovando-as” (1914-02-08).

*DN - (importante reunião de médicos do hospital de S. José) “para tratar da reorganização dos serviços hospitalares realizou-se ontem uma importante reunião a que assistiram os srs. Drs. (...) Ao projecto de reorganização dos hospitais, a qual tinha disposições que feriam e **outras bastante simpáticas**, sendo estas **a melhoria do de enfermagem**, a qual **todo o corpo clínico perfilha**, assim como **todas as medidas em seu benefício**. O assunto deve ser cuidadosamente estudado, não na parte financeira, mas sim na parte clínica, sendo a primeira secundária nas suas apreciações. No projecto refere-se a necessidade do **aumento de vencimentos do pessoal de enfermagem**, aumento que se deve tornar efectivo com toda urgência” (1917-08-12).*

Esta preocupação manifestada pelos médicos é compreensível se atentarmos no desenvolvimento que a medicina teve, desde meados do século XIX. Os novos conhecimentos científicos permitiam melhores processos de diagnóstico e tratamento e permitiram a eclosão do conceito de prevenção das doenças e da influência das condições sociais na saúde dos indivíduos. Assim é particularmente valorizada uma perspectiva social e higienista da medicina que, corrigindo “os erros”, não só do indivíduo como da sociedade, permitiria atingir a prosperidade e o progresso públicos (Pereira & Pita, 1994). No nosso país os médicos integraram, desde logo, o grupo dos intelectuais que, acreditando no valor da ciência e na ideia de progresso, assumiram os ideais republicanos como a via para uma sociedade laica, mais justa e solidária (Neto, 1996). “Assim como a monarquia fora o império dos bacharéis em Direito, a República representava o advento do império dos médicos” (Ramos, 1994, p. 415). A Assembleia Constituinte, em 1912, contava com 48 médicos como deputados, sendo a categoria socioprofissional com maior número de representantes no conjunto de profissões representadas nesse órgão⁴⁵³. Na Câmara dos Deputados, entre 1911 e 1924 estiveram presentes 53 médicos. Deste modo podemos compreender que os médicos quisessem ter, para trabalhar sob a sua orientação, enfermeiros mais competentes, com melhor formação

⁴⁵³ Consultado no jornal “O Constituinte” comemorativo do centenário da República e disponível em <http://www.parlamento.pt>

científica, o que só seria conseguido se a profissão fosse mais aliciante economicamente.

O próprio jornal, numa serie de artigos sobre os hospitais de Lisboa, denunciará a situação do pessoal de enfermagem do Hospital do Rego, na altura o mais importante hospital para doenças infetocontagiosas, de novo relacionando o salário com o tipo de trabalho realizado pelos enfermeiros:

*DN - (o artigo chama a atenção) “para a precaria situação do pessoal de enfermagem deste hospital, **que está longe de auferir os proventos concernentes com a sua abnegação e sacrifício da própria vida**” (1925-11-01).*

Deste conjunto de excertos vemos que a enfermagem é uma profissão que presta “*fatigantes e perigosos serviços*”, e que os enfermeiros no seu “*violentíssimo serviço*” têm “*uma desgraçada existência*”, um “*pesado encargo e esgotante missão*”, que devem realizar com “*amor e carinho*” e para o qual necessitam de “*independência moral, abnegação e sacrifício*”. Há portanto o reconhecimento de que o serviço de enfermagem é um trabalho duro e que exige uma dedicação que advém de qualidades intrínsecas e que configuram um determinado perfil que se associa à pessoa do enfermeiro.

Coexistem então duas imagens em relação à profissão de enfermagem, que podemos considerar antagónicas. Por um lado é uma atividade pouco valorizada, sem exigência de preparação específica, exercida por pessoas pouco instruídas e pouco qualificadas. Por outro lado há o reconhecimento de um trabalho necessário, difícil, exercido em condições precárias e só quem possui determinadas qualidades morais o consegue exercer.

No que respeita às enfermeiras, e a partir duma imagem de mulheres humildes, pouco instruídas, associada ao trabalho doméstico, emergem duas imagens, também elas antagónicas. São, por um lado, pessoas pouco escrupulosas, que trabalham por dinheiro e pouco dedicadas e, por outro, pessoas abnegadas, com espirito de sacrifício, carinhosas e delicadas.

2. A VALORIZAÇÃO DA ENFERMEIRA E DA ENFERMAGEM NO CONTEXTO DAS LUTAS REVOLUCIONÁRIAS E DA I GRANDE GUERRA

Considerámos neste repertório todas as referências às enfermeiras e à enfermagem que encontrámos nos períodos de lutas que ocorreram no país e durante a I Guerra Mundial.

No período em estudo a agitação política e social foi uma constante. Tanto na I República como no período da Ditadura Militar essa agitação traduziu-se muitas vezes em violentos confrontos na rua (movimentos revolucionários, levantamentos populares) que tiveram como consequência um número considerável de mortos e feridos.

Rosas refere-se ao período que decorre entre o golpe militar -1926- e a consolidação do Estado Novo - 1933/1934 - como um tempo de quase guerra civil, enfatizando assim a constante agitação que se vivia (1994). E nestes períodos tumultuosos, o jornal evidencia a resposta competente que os hospitais (em particular os Hospitais Civis de Lisboa), e os seus profissionais, médicos e enfermeiros, dão no tratamento dos feridos que a eles acorrem:

*DN – “o sr. dr. Tovar de Lemos e enfermeiros António dos Santos, Eduardo de Assumpção Ferreira, Miguel d’Aguar; enfermeiro da Associação dos Empregados no Comércio e Indústria; Júlio dos Santos e Domingos da Cruz e enfermeiras D. Amélia Quelido de Lima e D. Alice Xavier da Fonseca e maqueiros Luis Ferreira e Raul Pereira Pedroso, estabeleceram no Rocio, **um bom serviço de Cruz Vermelha. Todos se esforçaram e trabalharam com carinho no tratamento dos feridos**” (1910-10-06).*

*DN – (movimento contra a ditadura de Pimenta de Castro) “como é de calcular o serviço nos hospitais tem sido extraordinário, sendo todos, os médicos e **enfermeiros de uma enorme solicitude** (...). Desde o início do movimento revolucionário que o pessoal da repartição da aceitação de doentes do hospital de S. José se*

encontra a postos, não tendo abandonado o serviço durante o dia e noite (...). No hospital de Santa Martha o movimento foi também grande, trabalhando todo o pessoal sem excepção de categoria, com todo o amor e carinho” (1915-05-16).

*DN – (louvor do director dos Hospitais Civis de Lisboa) “tendo verificado pessoalmente o **inexcedível interesse e dedicação** com que, por parte dos facultativos e **mais pessoal de enfermagem**, foram tratados os feridos do recente movimento revolucionário que se acolheram aos hospitais civis de Lisboa, e bem assim a **muita solicitude com que afluíu** ao Banco do de S. José, não só o pessoal das diversas categorias que regulamentarmente a isso era obrigado, mas também muito outro, movido apenas **por estímulos do seu brio profissional e dos seus sentimentos humanitários** (...) resolvo louvar todo o pessoal que interveio no tratamento e hospitalização dos feridos dos dias 14, 15 e 16 do corrente, **procurando rivalizar em extremos de carinho e de abnegação para que aos mesmos feridos não faltassem os socorros de que careciam**. Na impossibilidade de mencionar nomes a direcção engloba no seu louvor e no seu reconhecimento todos quantos a **essa obra altruísta** consagraram os seus melhores esforços facto que dignifica a honra e bom nome dos hospitais”* (1915-05-26).

*DN – (movimento revolucionário contra a Ditadura Militar) “apresentou-se logo ao seu inicio, todo o pessoal que se encontrava de folga, quer de **enfermagem**, quer das varias repartições e secções, tendo todos concorrido para o **bom desempenho dos serviços, que foram realmente dignos dos maiores louvores**”* (1927-02-13).

*DN – (relativo ao movimento citado anteriormente, o pessoal desempenhou) “o extenuante serviço, com a **maior***

solicitude, durante dias e noites (...) o pessoal de enfermagem, conforme já assinalamos, foi também duma abnegação digna de registo” (1927-02-17).

DN – (elogio ao pessoal do Banco de S. José aquando de nova tentativa de derrube da Ditadura Militar) “*médicos, enfermeiros e todo o pessoal prestaram os mais relevantes serviços, demonstrando grande dedicação e espírito de sacrifício*” (1931-08-29).

Em todos estes excertos retirados de notícias do jornal e que abrangem a quase totalidade do período em estudo é constante o sublinhar das qualidades humanitárias dos diferentes profissionais. Em todos eles se faz referência aos enfermeiros sublinhando *o esforço, a solicitude, o espírito de sacrifício, a abnegação* perante um trabalho que se revelava enorme e que não abandonaram, como é referido em dois dos excertos, dando a ideia por um lado da dimensão da carga de trabalho, por outro do sentido de responsabilidade dos enfermeiros. Dois dos excertos evidenciam que até os enfermeiros que estavam de folga acorreram, com rapidez, a ajudar no tratamento dos feridos, devido aos seus sentimentos humanitários e à sua consciência profissional. Dada a dimensão e a centralidade do Hospital de S. José na cidade de Lisboa, é fácil de compreender que era ali que se concentravam os socorros aos feridos resultantes dos frequentes tumultos que ocorriam na cidade. E seriam tão frequentes que no Congresso Nacional de Medicina realizado em 1928, uma das comunicações realizadas pelo médico José Gentil sobre a organização do Banco do Hospital de S. José, refere-se à sua eficiência na resposta a esses problemas.

Nestas notícias realçam-se as qualidades humanas do pessoal de enfermagem nas suas intervenções: os feridos são tratados com *amor e carinho*, com *dedicação*, durante dias e noites mostrando *espírito de sacrifício* perante um serviço *extenuante*. Apresentam-se como um louvor à atuação dum grupo profissional em momentos que seriam caóticos (e frequentes) na vida da cidade. Enaltecem as qualidades daqueles que, com a sua intervenção, aliviam o sofrimento e, de algum modo, repõem a calma e trazem uma dimensão humana às situações de desordem e confronto.

Apenas no primeiro excerto, que se refere ao dia seguinte à implantação da República, se nomeiam e assim se identifica a presença de enfermeiras nos postos de socorro que se organizaram na rua, para tratamento dos feridos resultantes do movimento revolucionário. Em todos os outros excertos utiliza-se o termo enfermeiros, e pensamos poder afirmar que o termo abrange todos os profissionais, masculinos e femininos, uma vez que sempre trabalharam enfermeiras e enfermeiros nos principais hospitais do país.

Mas é a deflagração da I Guerra Mundial e as providências que, na área da enfermagem, se tomam desde o seu início pensando numa eventual participação de Portugal na frente europeia da guerra, que destaca a figura da enfermeira.

A guerra surgia como um retrocesso do processo civilizacional, pondo em causa os valores de justiça e liberdade defendidos pela República. Desde cedo as mulheres republicanas, através das suas organizações, assumiram a defesa da participação na guerra para “*honrar a aliança com a Inglaterra, elevar o prestígio da República, preservar os direitos históricos às colónias africanas e garantir o reconhecimento internacional do país no concerto das nações*” (Monteiro, 2010, p. 69).

Ana de Castro Osório, destacada dirigente feminista, considerava que a guerra podia ser a oportunidade para as mulheres se afirmarem no mundo do trabalho e adquirirem os direitos sociais e políticos que tanto reivindicavam. As organizações femininas que se criaram, primeiro a Comissão “*Pela Pátria*” em 1914 e mais tarde a *Cruzada das Mulheres Portuguesas* em 1916, desenvolveram um trabalho de mobilização das mulheres para recolha e envio de donativos, confeção de agasalhos e também de criação e manutenção de estruturas de apoio quer aos soldados feridos e mutilados quer às suas famílias.

É neste sentido que tanto a *Cruz Vermelha Portuguesa* como a *Cruzada das Mulheres Portuguesas* desenvolveram um intenso trabalho de propaganda, recrutamento e preparação de enfermeiras, especialmente destinadas ao cuidado dos soldados feridos na guerra. Os primeiros apelos surgem logo após a deflagração da guerra, em agosto de 1914, e ainda sem a declaração oficial de guerra da Alemanha a Portugal, o que só acontecerá em 1916.

*DN – (anúncio da Cruz Vermelha) “esta Sociedade pede a todos os enfermeiros e enfermeiras diplomados, que não tenham compromisso hospitalar e **desejem** fazer parte do pessoal dum depósito de feridos que **eventualmente será criado** em Lisboa, o*

favor de apresentarem os seus diplomas no escritório da Sociedade (praça do Comércio) com indicação das moradas” (1914-08-15).

*DN - “o curso de francês que a associação de classe do pessoal dos hospitais, organizou para **a eventualidade de serem utilizados os seus serviços profissionais** em qualquer ambulância que parta para o teatro de guerra, tem sido muito concorrido e com entusiasmo por muitos empregados hospitalares” (1914-10-25).*

O primeiro anúncio data de agosto e o segundo de outubro. Não denotam uma urgência de recrutamento, uma vez que o primeiro apenas apela aos enfermeiros e enfermeiras, já diplomados, que desejem trabalhar num hospital que poderá vir a ser criado, em Lisboa, e o segundo pretende acautelar a preparação linguística necessária numa eventual participação na guerra. A guerra é ainda um acontecimento longínquo e apenas se pensa na intervenção portuguesa como uma possibilidade.

É a partir da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em março de 1916, que se inicia todo um esforço de propaganda dos cursos de enfermagem e de apelo à inscrição de senhoras nesses cursos. E estes apelos centram-se na dimensão patriótica e na exaltação da contribuição de todos e de cada um no esforço de guerra. Os anúncios, no jornal, das condições de acesso aos cursos de enfermagem são constantes. A Cruz Vermelha sublinha a gratuidade da inscrição e o facto de não ser necessário tornar-se sócio da Sociedade para aceder aos cursos:

*DN – “continua aberta a inscrição de senhoras para completar o quarto curso, dirigido pela sr^a D. Maria do Carmo Lopes. Esta inscrição é **perfeitamente gratuita**, bastando para a inscrição que a apresentação seja feita por duas damas ou socios que façam parte da Cruz Vermelha desde data anterior a Janeiro do ano corrente” (1916-05-01).*

*DN – “continua aberta a inscrição para estes cursos, estando-se a organizar o quinto curso, **contendo cada um vinte senhoras**” (1916-05-15).*

A necessidade de preparar, com rapidez, o maior número possível de senhoras para o trabalho de enfermagem faz com a Cruz Vermelha facilite a entrada nos cursos de senhoras que não são sócias, atenuando assim o caráter tradicionalmente elitista da Sociedade. Mas se se facilita a entrada isso não significa que não continue a afirmar os seus valores filantrópicos:

*DN - “é destes esforços e destes grandes serviços que vive a cruz vermelha, a qual é constituída **por um grupo de pessoas que só pensam no bem da humanidade** e no modo mais pratico de o por em execução” (1916-05-15).*

*DN - “esta sociedade **tem a porta sempre aberta para receber com a mesma satisfação toda e qualquer pessoa, seja de que categoria for**, que nela desejem colaborar ou instruir-se de forma a **por em execução o ideal**, que no momento actual deve preocupar quem pensar na vida dos soldados e marinheiros que **a peito descoberto, teem de manter o prestígio e integridade de Portugal**” (1916-05-15).*

Nestes dois excertos, retirados duma mesma notícia de divulgação dos cursos de enfermagem, vemos a profissão associada a valores humanitários e ao patriotismo, ou seja, do mesmo modo que os soldados lutam pela defesa do país, as mulheres portuguesas, enquanto enfermeiras, revelam o seu patriotismo dispondo-se a cuidar dos soldados feridos.

Como já referimos, o pessoal de enfermagem que trabalhava nos hospitais públicos em Portugal era pouco considerado. O trabalho duro e perigoso e os baixos salários não faziam da enfermagem uma profissão atrativa o que tornava difícil um recrutamento criterioso do pessoal de enfermagem. Deste modo compreende-se a necessidade de sublinhar, perante a opinião pública, a seriedade dos cursos ministrados pela Cruz Vermelha e das alunas que os frequentam:

*DN – (os cursos) “frequentados por inumeras senhoras que com uma **dedicação extraordinária e um entusiasmo digno do maior apreço, teem assistido sempre ás lições**. Em breves dias, a Cruz Vermelha **cercada por tanta boa vontade**, pode contar com*

*inumero pessoal **habilitado** para montar os hospitais que forem necessários*” (1916-05-17).

*DN – (os exames na Cruz vermelha) “que teem sido feitos **com grande brilho, caprichando estas senhoras em demonstrar plenamente um grande conhecimento desta especialidade.**”*

*(As senhoras foram aprovadas) “algumas até com **altas classificações**”,*

*(constitui-se assim um grupo de) “senhoras habilitadas a prestar socorros de enfermagem **com pleno conhecimento de tao humanitária missão**” (1917-02-21).*

As alunas são submetidas a exames no final do curso para aferir as suas competências e garantir que estão aptas a realizar o seu trabalho com qualidade e com conhecimentos; demonstram dedicação, entusiasmo e perseverança nas aulas e conseguem resultados finais muito satisfatórios, mesmo brilhantes. Também a Cruzada das Mulheres Portuguesas sublinha a qualidade da preparação que as futuras enfermeiras têm. Não só são ensinadas por médicos reconhecidos como têm, no curso, uma componente teórica seguida de um período de prática hospitalar que garantirá a sua competência.

*DN - “as senhoras que constituem o curso recebem de **médicos ilustres os ensinamentos teóricos e completam depois os conhecimentos adquiridos, nos bancos dos hospitais ou nas enfermarias, praticando o seu nobre mister, a fim de ficarem habilitadas a prestar aos portugueses feridos todo o auxilio que a sua condição favorece**” (1917-05-21).*

A Cruzada não deixará também de referir o número crescente de senhoras que se inscrevem no curso e de enquadrar esta adesão na exaltação patriótica da defesa do país. Utilizará termos de cariz militar para se referir à finalidade destes

cursos:

*DN – “a comissão tem recebido **muitas cartas** de senhoras que desejam inscrever-se para frequentarem os cursos que muito brevemente vão ser abertos e organizados pela Cruzada. Isto só prova como **as mulheres portuguesas estão prontas a cumprir a nobre missão que ás mulheres de todo o mundo está entregue,** tendo somente faltado em Portugal um forte e bem orientado impulso que dê garantias ás senhoras que procuram essa nobre profissão” (1917-08-01).*

*DN – (a comissão espera, em breve, ter) “apta para **marchar** para os hospitais de França a primeira **brigada** de senhoras. **Abençoada e patriótica obra** ” (1917-05-05).*

*DN - “senhoras que se oferecem para seguir para França, **com uma dedicação que só tem comparação com os oferecimentos voluntários dos soldados que partem para o combate.** De facto, e brevemente, logo que estejam habilitadas com o seu curso, devem começar a preparar-se os primeiros núcleos de senhoras que para França irão levar **o carinho e abnegação do seu sexo** ” (1917-05-21).*

À sua maneira também as enfermeiras se enquadravam no ambiente de exaltação patriótica que se vivia no país. Este, veiculado sobretudo pelas instituições que temos vindo a mencionar e amplamente difundido no jornal (a Cruzada manterá uma coluna diária na primeira página do jornal com o título *Portugal na Guerra*), poderá ser compreendido se tivermos em conta que a participação de Portugal na frente europeia na guerra não era aceite por todos os setores da sociedade portuguesa. Eram muitos, inclusive militares, os que consideravam que Portugal deveria concentrar os seus esforços na defesa das colónias em África, abstendo-se de intervir na frente europeia. Mesmo sem uma intervenção direta, as consequências da guerra já se faziam sentir no país com escassez de alimentos e falhas na sua distribuição e com uma subida generalizada de preços, que tornava difícil ao cidadão comum aceitar a ideia de participar na guerra. A situação social, económica e financeira era já suficientemente difícil e os

portugueses não compreendiam as razões apresentadas para a justificar a nossa entrada na guerra. A contestação social nas ruas trazia a desordem e a insegurança constantes. Era por isso necessário que os defensores da intervenção na guerra sublinhassem junto da opinião pública o valor humanitário de tal missão, o patriotismo e a heroicidade do povo português, criando assim um clima favorável à participação de Portugal na guerra. E esse patriotismo e heroicidade foram tanto mais sublinhados porquanto as mulheres, tradicionalmente protegidas, porque afastadas da participação direta na guerra, se ofereciam, também elas, para participar, cuidando dos soldados feridos.

O caráter de missão, de defesa dos valores de justiça e democracia, tão caros à República, emergem numa invocação feita na Câmara dos Deputados ao assassinato de Edith Cavell. O exemplo da enfermeira inglesa que, no exercício das suas funções na Bélgica ocupada pelos alemães, cuidava de todos os soldados feridos, fossem eles alemães ou aliados, e que por isso foi acusada em tribunal marcial alemão de crime de traição e fuzilada, é invocado para definir a atitude expansionista alemã em contraponto à nobreza de espírito da enfermeira inglesa, e assim justificar a nossa entrada na guerra:

DP - “o vilíssimo assassinio de miss Cavell, a enfermeira que levava o seu carinho e a sua ternura aos próprios alemães, que a fuzilaram (e por isso Portugal) não podia nunca estar com a Alemanha do pan germanismo” (1916-03-20).

Edith Cavell terá servido de inspiração a algumas candidatas a enfermeiras uma vez que no jornal se refere a venda “com muito sucesso” de opúsculos sobre a sua vida.

Os apelos à inscrição nos cursos de enfermagem usam também o exemplo de senhoras da sociedade, familiares dos oficiais do exército. Entre estas dá-se particular relevo às filhas do Ministro da Guerra e da Marinha, que já frequentavam os cursos, como forma atrair novas candidatas. Todos deviam participar no esforço de guerra e as mulheres portuguesas eram chamadas a fazê-lo invocando o orgulho nacional para cumprir um dos papéis atribuídos à mulher: o alívio do sofrimento:

DN - “a hora é solene e todas as mulheres portuguesas devem compreender que é doloroso para o brio nacional que os

*nossos soldados estejam feridos e doentes e não tenham **junto de si uma senhora que seja a enfermeira irmã pela raça e pelo sentimento falando a mesma língua***” (1917-08-07).

*DN - “os nossos soldados feridos estão sob a guarda de senhoras estrangeiras, **como se no nosso país não houvesse mulheres que soubessem qual é o seu dever de honra nesta hora de sofrimento geral***” (1917-08-11).

O esforço de preparação de enfermeiras de guerra foi desencadeado com a entrada de Portugal na frente europeia da guerra. A enfermagem militar tinha sido até esse momento desempenhada exclusivamente por homens (Silva, 2008). O início das hostilidades em África, na defesa dos territórios ultramarinos portugueses contra as pretensões alemãs, terá “deslocado” para esse teatro de guerra os enfermeiros militares e também os enfermeiros da Cruz Vermelha, uma vez que desde cedo as notícias dão conta da constituição e envio de ambulâncias para esses territórios.

O facto de, logo após o início da nossa intervenção na frente europeia, não ter sido possível constituir um corpo de enfermeiras para cuidar dos nossos soldados mostra como os enfermeiros em Portugal tinham uma preparação deficiente e não seriam em número suficiente para poderem ser “deslocados” para outro local.

A preparação das enfermeiras para a guerra teve de ser feita a partir do zero, com a criação de cursos especialmente desenhados para tal, atraindo mais pessoas para a profissão.

Foi um esforço grande de mobilização tal como aconteceu no Reino Unido e em França (Silva, 2008) mas, estando estes países envolvidos na guerra desde o seu início e tendo, como era o caso do Reino Unido a participação de enfermeiras no exército desde meados do século XIX (Silva, 2008), mais depressa organizaram a sua prestação de cuidados aos soldados.

A propaganda ao curso de enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas também é feita descrevendo o teor das aulas:

*DN - “estas recebem assim **noções gerais de fisiologia e anatomia, adestram-se na colocação de pensos, ligações e outros idênticos serviços, estudam praticamente temperaturas,***

pulsões, habituem-se ao contacto da dor, reforçando a moral indispensável (1917-05-21).

Esta explicitação feita no jornal, não só permitia às candidatas saber o que as esperava mas também informava o público do que as futuras enfermeiras de guerra estavam aptas a fazer. Estas notícias e as que davam conta do resultado dos exames (“*todas as senhoras aprovadas sendo dez com distinção*”) mostravam, perante a opinião pública, a competência e o valor do trabalho desenvolvido no Curso de Enfermagem de Guerra da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

A partida das primeiras enfermeiras da Cruz Vermelha para França é noticiada enaltecendo não só a missão patriótica destas enfermeiras mas também a sua preparação científica. De novo se sublinham as qualidades femininas que tornarão mais suave o sofrimento dos soldados:

DN – (as enfermeiras levam) “á frente da grande batalha o carinho e o conforto conjugado com todos os socorros que a moderna sciencia recomenda para o tratamento dos feridos e doentes de guerra” (1917-11-12).

DN – “a mais linda página da já brilhante historia da Sociedade da Cruz Vermelha, vai ser escrita pelas enfermeiras que partiram ontem e continuarão a partir por estes dias” (1917-11-12).

DN - “os soldados portugueses que nas trincheiras do norte de França, mantem o prestígio da Pátria, já teem a seu lado os carinhos das suas patrícias” (1917-11-18).

A necessidade e a urgência de formar enfermeiras aptas para trabalhar quer na frente quer nos hospitais militares em Portugal não obsta a que a sua seleção tenha critérios rigorosos. E também eles são amplamente divulgados:

DN – (as candidatas têm de apresentar) “dois atestados passados com toda a consciência por pessoas idóneas, que abonem o comportamento moral das candidatas” (1917-08-11).

Além da idade ter um limite mínimo de 21 anos e se exigir robustez física porque “*é espinhosa a linda missão que se propõem desempenhar*”, pretende-se garantir que o comportamento das enfermeiras seja exemplar. Elas irão trabalhar num meio essencialmente masculino, longe de casa, sob condições de trabalho exigentes. Deveriam ser um espelho do país, honrar a República e igualar as qualidades dos soldados portugueses:

DN - “se algumas pessoas acharem excessivas as garantias exigidas, esta comissão lembra o dever de honra que assumiu perante a Pátria ao encarregar-se de pôr ao serviço do Estado um corpo de enfermagem feminino que honra o país e a mulher portuguesa perante os estrangeiros, como os nossos soldados nos honram e dignificam entre os soldados beligerantes” (1917-08-11).

É importante lembrar que a República, enquanto regime, tinha poucos anos e era olhada com alguma desconfiança numa Europa de cabeças coroadas. Portugal, na imprensa estrangeira, era pintado como um reino do terror, com as prisões cheias, as igrejas fechadas e a “canalha” à solta (Ramos, 1994, p. 495). A entrada na guerra ao lado dos aliados poderia garantir o reconhecimento internacional e o prestígio do regime junto dos países europeus (Oliveira Marques, 1991). A República também precisava do reconhecimento externo para combater a sua fragilidade interna, uma vez que continuava a ser hostilizada por uma grande parte da população rural e por católicos e monárquicos (Menezes, 2009). Assim sendo, esperava-se que o discurso patriótico congregasse a população em torno do apoio ao governo. Os que partiam para a frente deviam ser o exemplo, perante os países estrangeiros, das qualidades republicanas e da capacidade da República em cumprir os seus compromissos.

O reconhecimento do valor e importância do Curso de Enfermagem de Guerra da Cruzada das Mulheres Portuguesas fez com que, três meses depois de ter sido iniciado, o Governo autorizasse, por decreto⁴⁵⁴, a criação dum “*curso de enfermagem destinado a preparar enfermeiras para os hospitais militares do país e dos corpos expedicionários*” dando assim sanção legal ao curso e podendo, deste modo, aproveitar as enfermeiras formadas para os serviços de saúde do exército. O

⁴⁵⁴ Decreto nº 3306, *Diário do Governo* nº 139, I serie de 21 de Agosto de 1917.

artigo 2º refere-se às condições necessárias para frequentar o curso:

DL – “a) Ter mais de vinte anos e não mais de trinta anos de idade;

b) Ter robustez suficiente para o serviço de enfermagem em campanha e não sofrer de moléstia contagiosa;

*c) **Ter exame de instrução primária, 2.º grau, ou uma educação literária que pela Comissão de Enfermagem da Cruzada seja reputada pelo menos equivalente à exigida para aprovação naquele exame;***

*d) **Ter bom comportamento civil e perfeita dignidade moral;***

e) Ser de nacionalidade portuguesa ou estrangeira de país aliado, devendo neste último caso ter tido uma longa residência em Portugal.”

De novo encontramos a necessidade de definir um perfil que garantisse a educação e o caráter das candidatas sublinhando o bom comportamento civil e a dignidade moral. O rigor na formação das futuras enfermeiras e a garantia da sua qualidade é também expresso no decreto:

DL - “Art: 4.º Para obter o diploma de enfermeira da Cruzada das Mulheres Portuguesas é necessário:

*a) **Aprovação num exame de enfermagem, feito perante um júri de que faça parte um médico nomeado pelo Ministério da Guerra;***

*b) **Praticar com aproveitamento, durante pelo menos um mês, após a conclusão do curso, num estabelecimento destinado a hospitalização militar.***

Art. 5.º Os a que se refere o artigo antecedente serão passados pela Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas e visados no Ministério da Guerra.

*Art. 6.º **O ensino teórico e prático das enfermeiras será fiscalizado por delegados do Ministro da Guerra, que deverão informar no processo respectivo, e antes de visados os diplomas a que se refere o artigo antecedente, se as enfermeiras reúnem***

todos os requisitos para bem desempenharem missão de enfermagem.”

É visível neste excerto a exigência que rodeava este curso, não só nos aspetos científicos, evidente nos sucessivos momentos de avaliação a que as alunas eram submetidas, como também nos aspetos que diziam respeito ao seu comportamento pela observação/fiscalização de todo o processo de formação.

Em torno do Curso de Enfermagem de Guerra, além do decreto da sua criação, constituíram-se uma série de outros documentos legais que mostram o reconhecimento do valor destas enfermeiras e das suas funções na prestação de cuidados aos soldados feridos na guerra.

Assim no decreto⁴⁵⁵ que regulamentou as regras do concurso para recrutamento, pelo Ministério da Guerra, de enfermeiras, para o serviço de saúde do exército reconhece-se “*a vantagem e a conveniência de encarregar mulheres portuguesas dos serviços de enfermagem nos hospitais militares*”. São-lhes reconhecidos direitos correspondentes aos de oficiais do exército como podemos ver no excerto seguinte:

*DL - “Art. 4.º As enfermeiras em serviço nos hospitais de campanha terão direito aos transportes, alojamento e alimentação que **correspondem aos oficiais do exército**, e a vencimentos, subsídios, subvenções e pensões e reformas **iguais aos que competirem em serviço de campanha aos alferes do quadro auxiliar** do serviço de saúde.*

*Art. 5.º as enfermeiras em serviço nos hospitais militares do país terão direito a transportes, nos termos do artigo antecedente, e a vencimentos, subsídios, pensões e reformas **iguais a dois terços dos que competem em tempo de paz aos alferes do quadro auxiliar** do serviço de saúde.”*

O decreto definiu também os direitos relativos às enfermeiras chefes (que ficam equiparadas a tenente) e as regras referentes à reforma após dez anos de serviço: as enfermeiras com direitos equiparados a tenente e as enfermeiras chefe equiparadas a capitão.

⁴⁵⁵ Decreto nº 3307, *Diário do Governo* nº 139, I série de 21 de Agosto de 1917.

O programa do Curso foi aprovado por portaria⁴⁵⁶ do Ministro da Guerra. É um programa extenso, constituído por nove partes. A primeira aborda temas como anatomia, fisiologia, higiene, onde se incluía a higiene pessoal da enfermeira, profilaxia de doenças evitáveis e assépsia e antisepsia; a segunda debruça-se sobre cuidados aos doentes, alimentação, vigilância dos doentes, colheita de espécimes para análise e registos (*escrituração*) de enfermagem, formulários de medicamentos, dietas e indicações clínicas; a terceira diz respeito a execução de prescrições clínicas, como medicação e diferentes vias de administração e modos de administrar os medicamentos; a quarta refere-se a feridas, fraturas, técnica de penso, ligaduras, e papel da enfermeira na área da cirurgia; na quinta parte as alunas aprendiam procedimentos urgentes (*enquanto o médico não chega*); as sexta e sétima partes referem-se às massagens e hidroterapia; a oitava dedica-se às questões deontológicas e educação cívica; a nona parte era destinada em especial às enfermeiras que desejassem trabalhar nos Institutos de Reeducação dos Mutilados de Guerra. Estas linhas gerais permitem-nos ver a abrangência do programa definido e os conhecimentos e habilidades exigidos às enfermeiras de guerra.

Nesta Portaria vale a pena sublinhar uma observação, feita no final do documento, que define quais as intervenções que "*nunca deverão ser confiadas exclusivamente às enfermeiras que nesses casos se limitam a ser auxiliares do clínico*". Estavam neste caso medicação externa (*termocautério e galvanocautério*), a execução de sangria geral, a administração de injeções intramusculares, endovenosas e intratequidias, soro e punções, realização de aparelhos gessados, anestesia geral e local. Parece-nos que esta nota final poderá configurar a aceitação de alguma autonomia no trabalho da enfermeira, uma vez que se torna necessário explicitar claramente aquilo que ela não pode, nunca, fazer sózinha. Talvez possamos compreender essa "autonomia" num quadro de prestação de cuidados onde por vezes era necessário atuar com rapidez e demonstrar capacidade de decisão sem esperar pelo médico. E também nos podemos questionar quanto à existência de médicos em número suficiente para as necessidades dum cenário de guerra.

O último documento enquadrador do "*Curso de Enfermagem das Mulheres Portuguesas*"⁴⁵⁷ regulamentou o estágio das enfermeiras habilitadas com esse

⁴⁵⁶ Portaria nº 1124, *Diário do Governo* nº 186, I serie de 27 de Outubro de 1917.

⁴⁵⁷ Portaria nº 1180, *Diário do Governo* nº 225, I serie de 26 de Dezembro de 1917.

curso e foi, de novo, assinado pelo Ministro da Guerra. O estágio destina-se a possibilitar às enfermeiras a prática necessária ao seu aperfeiçoamento e:

*DL - “Art. 4.º A provarem à direcção do hospital e aos directores das enfermarias **a sua competência profissional e a posse das qualidades morais absolutamente indispensáveis numa enfermaria.**”*

Mais uma vez se evidencia que as enfermeiras têm de demonstrar competência profissional e qualidades morais. A preocupação em garantir a idoneidade moral das enfermeiras de guerra é sublinhada pelo facto de as estagiárias serem vigiadas por colegas que assumindo o papel de chefe informam sobre o seu comportamento e denunciam qualquer irregularidade que, a acontecer, determinaria a sua expulsão dos serviços hospitalares:

*DL - “Art. 9.º Uma ou mais das estagiárias, escolhidas pelo director, desempenharão as funções de chefes das estagiárias e **vigiarão constante e assiduamente o comportamento moral** das estagiárias, **a fim de poderem informar a direcção** do hospital de qualquer irregularidade, e terminado o período do estágio **darem a respeito de cada estagiária as informações** que, juntamente com as dos clínicos das enfermarias, habilitarão a direcção do hospital a escolher de entre as enfermeiras estagiárias as que podem sentar praça como enfermeiras militares.”*

Além das colegas, também os médicos informavam sobre o comportamento das enfermeiras estagiárias. Os termos “*constante*” e “*assiduamente*” deixam adivinhar que o dia a dia destas estagiárias não devia ser fácil, estando sempre a ser observadas e avaliadas e ainda sujeitas a uma escolha final.

A Portaria define ainda a hierarquia funcional das enfermeiras militares e das estagiárias:

*DL - “Art. 11.º Em tudo o que diz respeito a serviços médicos ou sanitários ou outros de conexão com os doentes, as enfermeiras militares **ocupam um lugar imediatamente a seguir aos médicos, sendo-lhes subordinado todo o outro pessoal***

hospitalar, e terão direito à obediência e respeito devido à sua posição.

§ único. Em quanto forem estagiárias, terão por subordinados os cabos e soldados, e terão igualmente direito ao respeito devido à sua posição.”

Podemos inferir que a presença de mulheres num meio tradicionalmente masculino, com regras e hierarquias bem definidas e rígidas, poderia ser encarada com estranheza e até como algo ameaçador da ordem estabelecida. E não nos é difícil imaginar que pudessem ser alvo de desrespeito e desobediência se tivermos em conta a forma como, à época, a mulher e as enfermeiras eram vistas socialmente. Relembremos⁴⁵⁸ o debate, em 1922, em torno da permanência das enfermeiras militares no exército, alguns anos depois do fim da guerra, onde um dos deputados insiste que a presença das enfermeiras indisciplinou o exército e causam hilaridade e desrespeito ao exército nacional, por não ser aceitável a presença de mulheres no exército, vestidas de saias e com galões. Assim compreendemos a necessidade de expressar, na lei, a posição hierárquica das enfermeiras militares e estagiárias e de acentuar o respeito e obediência que lhes era devido.

Neste conjunto de documentos legais produzidos entre maio e dezembro de 1917, em torno do Curso de Enfermagem de Guerra da Cruzada das Mulheres Portuguesas, constatamos a preocupação em garantir a constituição dum corpo de enfermeiras dotadas de conhecimentos científicos, profissionalmente competentes e íntegras quanto ao seu comportamento moral e cívico.

Não encontramos em documentos legais ou debates parlamentares a mesma preocupação em sublinhar a idoneidade moral das candidatas aos cursos de enfermagem da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha. Talvez que o facto de as candidatas ao curso de enfermagem, na sua inscrição, terem de ser apresentadas por dois sócios ou duas Damas da Sociedade, fosse por si só o garante da idoneidade moral das candidatas. A Cruz Vermelha, pelo seu carácter filantrópico e humanista, sempre contou nos seus membros com pessoas de estratos sociais mais elevados, e até a designação de Damas Enfermeiras permite inferir esse facto.

Será também da responsabilidade da Cruzada das Mulheres Portuguesas a criação do Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra. Tal como o seu nome indica destinava-se à recuperação dos soldados com mutilações resultantes de

⁴⁵⁸ Confronte página 135 deste documento

ferimentos ocorridos em ações de preparação para ou em campanha. No Instituto, que ficou instalado no antigo convento de Arroios, os soldados podiam ser internados ou fazer a sua recuperação em ambulatório se a sua condição o permitisse. A portaria⁴⁵⁹ que regulamenta a criação do Instituto especifica que o pessoal de enfermagem deve ser feminino e recrutado nas escolas de enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas ou da Sociedade da Cruz Vermelha. Deveriam frequentar um curso especial destinado à sua preparação para a especificidade do trabalho que se propunham realizar. É um documento que pormenoriza as atribuições de cada categoria funcional que trabalha no Instituto. Nele encontramos a preocupação em expressar a posição hierárquica das enfermeiras em relação aos médicos e restante pessoal, clarificando o campo de atuação de cada uma das categorias profissionais. De novo se refere o respeito e obediência devido às enfermeiras:

*DL - “Art. 24.º Em tudo o que diz respeito a serviços médicos ou sanitários ou a outros em conexão com os doentes, **as enfermeiras ocupam um lugar imediatamente a seguir aos médicos, sendo-lhes subordinado todo o outro pessoal do Instituto, e terão direito à obediência e respeito devidos à sua posição.**”*

Através da referência às responsabilidades da enfermeira-chefe podemos traçar o perfil esperado destas enfermeiras: disciplinadas, eficientes e com bom comportamento.

*DL - “Art. 25.º A enfermeira-chefe será responsável por todo o serviço de enfermagem do Instituto, pelo exacto cumprimento dos seus deveres por parte das enfermeiras, pela **manutenção da boa conduta, eficiência e disciplina entre todo o pessoal de enfermagem e pessoal menor**, e bem assim pela boa ordem e asseio das enfermarias sob sua responsabilidade.”*

E do elencar dos deveres das enfermeiras (artigo 27.º) sobressai, de novo, a

⁴⁵⁹ Portaria nº 1113, *Diário do Governo* nº 175, I serie de 11 de Outubro de 1917.

referência à conduta moral:

*DL - (a enfermeira deve) “Regular todos os seus actos pela **mais escrupulosa moralidade e honestidade**, de modo a darem no Instituto **constante exemplo da ordem e seriedade que devem presidir a todos os serviços hospitalares.**”*

Neste excerto vemos atribuída à enfermeira a responsabilidade de ser um exemplo de conduta, sendo que esse exemplo, estendendo-se a todos os outros profissionais, deveria configurar o que se esperava dos serviços hospitalares: ordem e seriedade.

Neste conjunto de excertos constatamos que se estabelece um princípio de direção vertical e de diferenciação das várias categorias funcionais, onde os médicos ocupam o topo, seguindo-se as enfermeiras dirigidas pela enfermeira chefe. E esta linha de hierarquia deveria refletir-se na forma como os serviços hospitalares se coordenavam entre si.

O trabalho levado a cabo pela Cruzada das Mulheres Portuguesas na formação de enfermeiras de guerra será elogiado, na forma de um ofício, pelo diretor do Hospital Militar da Estrela. E a Cruzada não perderá a oportunidade de publicar esse elogio no jornal:

*DN - “aproveito a ocasião para manifestar a V. Ex^a a **minha grande consideração e respeito pelo trabalho da Cruzada das Mulheres Portuguesas e de lhe afirmar que é uma grande obra para o tratamento de doentes a criação de enfermeiras que se apliquem a tratar os doentes de ambos os sexos e que sejam pessoas de certa instrução e educação**” (1918-02-03).*

Elogia-se assim a criação de enfermeiras com “uma certa” instrução e educação, ou seja, reconhece-se a importância da preparação académica e de um comportamento modelar para o exercício da profissão. E esse reconhecimento parece acentuar o facto de até aí, nem uma coisa nem outra terem sido exigências para o exercício profissional de enfermagem.

Com o regresso de militares portugueses que completavam o seu tempo de

serviço na frente começam a surgir referências elogiosas ao trabalho das enfermeiras na frente:

*DN - “também prestaram **apreciáveis** serviços as enfermeiras da Cruz Vermelha que ostentavam os seus novos uniformes” (1918-05-18).*

E o final da guerra traz os elogios e condecorações de reconhecimento ao trabalho prestado:

*DN - “porque no desempenho da sua missão, **em meio muito diferente daquele em que viviam** mostraram sempre, a par das **mais excelentes qualidades de carácter, a maior dedicação pelos doentes a que prestaram com zelo e carinho a mais cuidadosa assistência com muita competência profissional, tornando-se assim um vivo exemplo das elevadas virtudes cívicas e morais da Mulher Portuguesa” (1919-08-07).***

*DL - “onde médicos e cirurgiões competentíssimos, **auxiliados por um pessoal de enfermagem** e de administração **cuidadosamente educado** pela mesma sociedade, **prestaram extraordinários serviços** a oficiais e soldados do nosso exército, feridos gravemente em diferentes combates” (1919-03-24).*

O primeiro excerto refere-se a uma Ordem de Serviço do Corpo Expedicionário Português onde se faz um louvor às enfermeiras. O segundo é retirado do preâmbulo do decreto⁴⁶⁰ que atribuiu à Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha o grau de oficial da Torre Espada, do Valor Lealdade e Mérito “*pelos relevantíssimos serviços por ela prestados durante o período de guerra*” ao manter um hospital modelo em Ambleteuse. Em ambos se sublinha a dedicação, a competência profissional e o carácter as enfermeiras demonstrado mesmo em condições adversas.

⁴⁶⁰ Decreto nº5295, *Diário do Govêmo* nº 60, I serie de 24 de Março de 1919.

O trabalho e a competência das enfermeiras militares continuará a ser elogiado, ao longo do tempo:

*DP – “das senhoras que frequentaram o curso posso garantir que algumas se transformaram em **habilíssimas enfermeiras que honraram o exército**. Três ou quatro, ainda prestam, actualmente, serviços hospitalares. **Cumprem com inteligência a sua missão, como cumpriram na guerra o seu dever com aplauso e louvores de todos**. Para os mutilados foram **dum carinho inexcedível**, e são esses bravos rapazes os primeiros a testemunhar o facto com elogios”* (1922-06-15).

*DP – “Eu (...) nunca encontrei legião **mais sublime de sacrifício e de abnegação do que a legião formada por essas mulheres**”* (1922-06-22).

*DP – “para fazer uma obra de ternura, pediu-se a colaboração das mulheres portuguesas, em geral **boas, carinhosas, compassivas e pacientes**. (as enfermeiras receberam os feridos) com o **enternecimento próprio da mulher portuguesa e trataram-nos com toda a dedicação**, que correspondia aos cuidados dispensados pelos médicos na obra de reeducação feita quasi por milagre”* (1926-01-15).

Os dois primeiros excertos referem-se a um debate parlamentar em que um senador defende, perante vozes em oposição, a permanência das enfermeiras militares no exército. O último refere-se também a um debate parlamentar onde se faz referência ao caso duma enfermeira a quem foi diminuída a pensão de invalidez. O senador sublinha a injustiça do caso, tanto maior porquanto a enfermeira em causa foi “*duma dedicação extrema*”. De novo encontramos, nestes excertos, a referência à competência profissional, à dedicação, ao espírito de sacrifício destas enfermeiras, acentuando as características femininas presentes o seu trabalho: carinho, bondade compaixão e paciência.

Deste conjunto de excertos apresentados emerge a valorização da enfermeira e da enfermagem, no contexto das lutas revolucionárias e da I Guerra Mundial. Os

termos usados centram-se em torno da ideia de heroísmo, de dever patriótico, de missão humanitária e sublinham características tradicionalmente consideradas femininas como bondade, dedicação, carinho, abnegação, paciência e compaixão. As enfermeiras deviam ser competentes em termos profissionais e o seu comportamento pautado por uma rigorosa conduta moral. Reconheceu-se a enfermagem como uma profissão em que os conhecimentos científicos exigidos eram necessários para suportar uma prática que se queria realizada com competência. Definiram-se funções e uma linha de direção vertical de onde emerge o respeito e a obediência devidos à posição da enfermeira no conjunto das várias profissões que integram os serviços hospitalares.

Sendo a enfermagem exercida, nos principais hospitais públicos do país, por homens e mulheres, a guerra trouxe maior visibilidade às intervenções das enfermeiras. As competências que as mulheres demonstraram nesse contexto tornaram mais fácil a aceitação da enfermagem feminina na sociedade portuguesa (Silva, 2008).

A Grande Guerra trouxe, aos países envolvidos, uma rutura da ordem familiar e social. Se os homens combatiam na frente tornava-se necessário abrir às mulheres novas responsabilidades e profissões (Thébaud, 1991). A tradicional oposição entre trabalho masculino e feminino desapareceu e as mulheres tornaram-se visíveis no espaço público, mostrando o valor da sua força de trabalho. Elas estão nas fábricas de armamento, nos cafés, nos bancos, na administração. As mulheres das classes mais abastadas, habitualmente dedicadas a atividades caritativas, ingressam em massa, como voluntárias, nos serviços de saúde militares. Thébaud (1991, p. 50) refere cerca de 70 000 em França. *“Personificando a abnegação, a enfermeira, anjo e mãe, é a personagem feminina mais louvada da guerra”* (Thébaud, 1991, p. 51). É uma presença tranquilizadora no hospital, que sendo um lugar de sofrimento, significa também uma pausa na loucura da frente de combate.

Em Portugal, tal como na França e na Alemanha, a guerra valorizou a enfermagem. Tornou-a uma profissão conveniente para as jovens das classes médias, sancionada por um diploma. Exigia dedicação e discrição mas também conhecimentos e perícia. A enfermeira deixou o seu labor de caráter doméstico e torna-se a auxiliar imprescindível do médico, aquela que o ajuda na luta contra a doença e a morte (Nunes, 2003, p. 27).

3. A VALORIZAÇÃO DA ENFERMEIRA NO CONTEXTO DA SUA INTERVENÇÃO

O ideário republicano considerava que a verdadeira democracia só se alcançava com cidadãos saudáveis, capazes de colocar ao serviço da República o seu vigor e energia. A República “encontrou” um país assolado regularmente por surtos epidémicos de varíola, tifo e cólera. A mortalidade infantil era alta e a tuberculose uma das principais causas de morte no país. Ao longo do período em estudo a situação não melhorou uma vez que os condicionalismos económicos e culturais impediram o sucesso de algumas medidas tomadas. O aperfeiçoamento da recolha de informação permitiu a apresentação de dados estatísticos que evidenciaram a realidade do país, e a possibilidade de comparação com outros países da Europa acentuou a evidência do nosso atraso. No país e em Lisboa morre-se mais de febre tifoide e varíola. A tuberculose, que se manteve sempre em crescimento, atingirá, nos anos 30, uma mortalidade de 200 por 1 000 000 de habitantes (Ferreira, 1990, p. 381). A mortalidade infantil atinge valores de 130 óbitos por mil nados-vivos. As más condições de vida da população e a sua deficiente alimentação tornam-na incapaz de resistir aos vários surtos epidémicos que se sucedem, situação esta que se tornou mais evidente no período da Guerra e nos anos seguintes com a escassez de alimentos e os seus preços proibitivos e a deterioração da situação social do país.

É sobretudo a partir do fim da Guerra que se evidencia a relação entre as más condições de vida e o aparecimento de algumas doenças e se denuncia, na imprensa, a inépcia das medidas tomadas e a situação de penúria das instituições de assistência. Dá-se relevo à ideia de prevenção como a única forma de inverter a situação sanitária do país e procura-se comprometer o poder político na adoção de medidas de profilaxia. E como para prevenir é preciso saber como, torna-se necessário ensinar as pessoas a fazê-lo.

É neste contexto que encontramos um conjunto de notícias, documentos legais e intervenções no parlamento que nos permitem enquadrar a valorização da enfermeira e da sua intervenção enquanto colaboradora imprescindível do médico

na luta pela melhoria das condições de saúde da população.

DP - “A enfermeira escolar exerce hoje, nos países que possuem já a clínica e enfermagem escolares, um papel importantíssimo, não só como agente de valiosa ligação entre a escola e o lar, mas, ainda, como poderoso auxiliar dos médicos, pelos trabalhos preparatórios que pode realizar antes da sua intervenção, trabalhos que sensivelmente influem, em muitos casos, no número preciso dêesses mesmos médicos” (1922-05-31).

Este excerto, retirado dum debate parlamentar, insere-se na defesa que um deputado faz da criação de serviços de medicina escolar no país, serviços estes que, constituídos por médico, enfermeira e professor, teriam como principal objetivo a deteção e correção precoces dos problemas orgânicos das crianças, a exemplo do que se faz nos Estados Unidos. Existindo já serviços chamados de sanidade escolar desde 1911 (Decreto nº 2, *Diário do Governo* nº 124, I serie, de 29 de Maio), o deputado afirma que eles têm uma função sobretudo fiscalizadora dos locais das escolas. O texto denota duas formas de intervenção da enfermeira: uma na casa das crianças, e outra como auxiliar dos médicos, neste caso podendo mesmo fazer diminuir o seu número uma vez que o pode substituir em algumas tarefas em que já se lhe reconhece competência para as realizar.

Esta ideia da intervenção da enfermeira escolar será retomada mais tarde, como parte dum plano de combate à tuberculose infantil, apresentado numa conferência na “*Sociedade de Ciencias Medicas*”, noticiada no *Diário de Notícias*. A notícia sublinha a “nova” forma de encarar o problema “que é prevenir em vez de remediar” e o facto de a Escola dever ser, pelas suas condições, o centro dessa prevenção. A Escola, no ideário republicano, devia ser o espaço de formação dos futuros cidadãos devendo para tal permitir não só o desenvolvimento físico e intelectual das crianças mas também a adoção de hábitos e práticas de higiene. Os principais agentes na luta contra a tuberculose seriam o médico, o enfermeiro ou enfermeira e o professor. O enfermeiro teria:

*DN - “a missão de **visitador para indagar de todas as condições em que a criança vive no seio da família**” (1924-02-12).*

A notícia refere ainda que as condições higiénicas existentes nas escolas e a ausência de cantinas e balneários favorecem o aparecimento de tuberculose nas crianças.

Emerge neste excerto a expressão de uma competência específica da enfermeira inserida numa equipa, competência que se associa a medidas de prevenção uma vez que a observação direta das condições de vida da criança permitiriam identificar fatores determinantes no aparecimento da doença. A Escola devia oferecer aquilo que as crianças não tinham em casa: ar, água, luz e alimentação. E deviam também ser criadas colónias de férias na praia ou na montanha.

A progressão da tuberculose no país (“*difunde-se assustadoramente*”) torna-a um problema insistentemente referido no jornal. E o jornal é o veículo para denunciar, em dois artigos assinados por Cassiano Neves, quer os determinantes sociais da doença, sobretudo em Lisboa (falta de higiene da cidade, deficiente higiene individual e deficiente abastecimento de água na cidade), quer a escassez de recursos existentes para o seu tratamento. De novo se apresenta como uma das soluções a criação duma rede de dispensários em Lisboa:

*DN - “com um grupo de **enfermeiras** **visitadoras**, mandando vir de Lyon ou dos Estados Unidos um grupo de enfermeiras para fazerem escola” (1926-05-26).*

Mais uma vez se faz referência a países estrangeiros como exemplo para a resolução dos problemas do país. Apesar das dificuldades financeiras que atravessaram todo o período em estudo e que se acentuaram com a nossa participação na I Grande Guerra, a República dedicou um grande interesse à medicina. Muitos dos nossos médicos foram figuras de prestígio quer nacional, chegando a ser membros do governo, quer internacional e mantiveram contactos com o estrangeiro em missões de estudo e através das publicações científicas que chegavam ao nosso país. Estavam conscientes de que com o seu saber e a sua ação podiam influenciar o desenvolvimento da sociedade, no espírito do “movimento sanitário” que se tinha iniciado na Grã-Bretanha na transição do século XIX para o século XX. As referências médicas e de saúde estavam presentes no quotidiano dos cidadãos, sobretudo através da imprensa generalista, que divulgava eventos científicos, realizações, medidas de profilaxia a tomar pela população.

A tuberculose, pelas proporções que tomou no país, foi uma “presença” constante no jornal que dava bastante ênfase a todas as medidas tomadas para o seu tratamento. Na notícia da abertura de novos dispensários, um responsável da Assistência Nacional aos Tuberculosos sublinha o papel dessas estruturas:

DN – (não sendo meros consultórios têm uma função educativa) “a sua acção estende-se às próprias casa dos doentes, que são visitadas frequentes vezes pelas chamadas enfermeiras-visitadoras, encarregadas da propaganda educativa, ensinando a maneira de desinfectar as louças, os escarradores, etc., dando, enfim, todos os conselhos para evitar a propagação do mal” (1933-11-16).

E não é só na luta contra a tuberculose que a importância das enfermeiras visitadoras é sublinhada. A sua ação também é referida no contributo para a diminuição da mortalidade infantil, inserida nos Dispensários de Higiene Infantil (em Portugal chamados Lactários):

DN - “a acção do medico que dirigir cada instituição desta ordem carece, de ser secundada pela actividade de enfermeiras-visitadoras, instruídas e devotadas, que vão aos domicílios das mães inquirir das suas necessidades, ensiná-las a bem criar os filhos, incitá-las a não deixar a amamentação. O exito das instituições que funcionam por esta forma está tão sobejamente provado, que é desnecessario citar exemplos para o demonstrar” (1928-05-01).

Em todos os excertos apresentados se faz referência a que o trabalho da enfermeira visitadora se realiza em casa dos doentes. As competências dessas enfermeiras estão claramente centradas no ensino de medidas de prevenção e na identificação dos fatores sociais condicionantes das doenças. Assim o eixo da sua intervenção transfere-se do hospital para a comunidade, do tratamento para a prevenção, à medida que se vão tornando evidentes as causas sociais das principais doenças que existiam no país.

O sucesso obtido com este tipo de trabalho é referido de diferentes formas. O Diretor Geral de Saúde, em entrevista ao jornal, afirma:

*DN - “**deve expandir-se a instituição de dispensários de higiene social e postos de protecção á infancia pelo País**, e é, portanto, facil de presumir, que sejam essas senhoras quem deverão caminhar a fazer a pratica da higiene que se lhes ensinou duma maneira mais fixa, mais ambulatoria, mas **espalhando os bons princípios da defesa da saude**. Pensamos mesmo que, **dada a aceitação que o publico revela a respeito das incumbencias das visitadoras**, a formação de equipas de duas enfermeiras dirigidas pelos sub-inspectores de saude locais, hoje num concelho, amanhã noutro, fazendo a pratica e difundindo os seus conhecimentos, estimulará em cada concelho, a preparação de senhoras ali residentes e, portanto, a instituição de dispensários concelhios. De resto, com isso apenas, se irá dar orientação pratica e sentimentos de piedade e de colectivismo que ás vezes nem se perscrutam, por andarem desordenados” (1930-02-19).*

Neste excerto o entrevistado refere-se à aceitação, por parte da população, da presença das enfermeiras visitadoras e do seu trabalho, pelo que considera desejável que o seu número aumente de modo a abranger cada vez mais áreas do país. Ainda na mesma entrevista o Diretor Geral de Saúde explicita o perfil desejável destas enfermeiras:

*DN - “A Direcção Geral de Saúde ha já alguns meses instituiu em Lisboa e no Porto dispensários de Higiene Social e postos de protecção á infância servidos por enfermeiras visitadoras que, nesses estabelecimentos, recebem uma instrução especial. **Para que esses serviços atinjam, eficazmente, o objectivo para que foram criados, vamos abrir novo concurso para enfermeiras sanitarias, escolhendo, depois, as que melhores provas derem sob o ponto de vista da tecnica que aprenderam, desde que as suas condições de educação e de character nos satisfaçam**. Compreende que, por prontas que sejam as qualidades reveladas quanto á aprendizagem, **não pode interessar para essa profissão***

*quem seja impaciente, impulsiva, conflituosa ou de qualquer maneira exagerada nos sentimentos e atitudes. É um mister de devoção, que só poderá ser bem exercido por aquelas senhoras que possuam ou adquiram uma compreensão ampla do papel que se lhes pede, junto de pessoas mais cultas, menos cultas, mais educadas, menos educadas, mas todas sob certa tensão e desconfiança perante uma pessoa estranha que vai á sua intimidade indagar dos seus males, corrigir as suas faltas á higiene e dar-lhes os correspondentes conselhos. E estas recomendações só poderão surtir efeito quando, fundadas em competência, sim, mas, principalmente, quando apresentadas sob um ar de austeridade e suavidade incompatíveis com o feitio de pessoas que olhem como uma carga de que se têm de desembaraçar para ganhar o dinheiro no final do mês. Felizmente no nosso meio não é difícil encontrar senhoras que mereçam, pelas suas qualidades e preparação que adquiram, a necessária confiança para se lhes entregar o desempenho desse lugar. E nesta cidade, um tanto agitada, um tanto irritavel, em que a Direcção Geral de Saúde, rompendo contra duvidas levantadas de todos os lados sobre o sucesso desse trabalho, lançou desde 1 de Junho passado **as enfermeiras visitadoras, por todos os bairros, por todas as casas, não tem surgido a mais pequena queixa ou reparo, quer do meio contra as enfermeiras, quer das enfermeiras contra o meio**” (1930-02-19).*

Neste excerto evidencia-se de novo a aceitação da população à presença das enfermeiras. Mas emerge também a imagem da enfermeira como modelo de comportamento a seguir: paciente, discreta, ponderada, contrastando com a agitação que encontra no exercício da sua atividade, principalmente em Lisboa. E não podemos deixar de sublinhar a data em que este discurso é elaborado, 1930, altura em que já se desenha, de forma clara, a ideologia que terá a sua consagração com o Estado Novo: as famílias mais pobres deviam ser “educadas” de modo a romper com saberes retrógrados que impediam o progresso da sociedade (Vaquinhas, 2011, p. 121). E este trabalho, com um carácter de missão, realizado por mulheres exemplares, teria a finalidade maior de combater os flagelos

sociais: a miséria, a desnutrição, o alcoolismo, a sífilis, problemas que põem em causa “o futuro da Raça Portuguesa.”⁴⁶¹

Também o preâmbulo do decreto (decreto nº 19460, *Diário do Governo* nº 60, I serie de 13 de Março) que autoriza a criação do curso de enfermeiras visitadoras de higiene nas três Faculdades de Medicina do país se refere à eficácia destas profissionais na defesa da Saúde Pública:

DL – “Após a guerra europeia os serviços de higiene social tomaram em todos os países civilizados um enorme desenvolvimento, reclamado pela extensão dos males chamados sociais, e entre êles, particularmente, a tuberculose, a sífilis e a mortalidade infantil.

Já em meados do século passado, sob o impulso de Florence Nithingale, a habilitação profissional da enfermagem foi organizada e aperfeiçoada, e nasceu então uma nova profissão, a de enfermeira visitadora, destinada a cuidar dos doentes pobres no domicílio; em 1887 a rainha Vitória, por ocasião do seu jubileu, ofereceu a importância de 70:000 libras para a extensão dos serviços de enfermeiras visitadoras na Inglaterra.

O princípio advogado por Ferrand no programa para o tempo de paz da Cruz Vermelha Americana, de que “o desenvolvimento moderno da higiene depende completamente duma extensão suficiente dos serviços da enfermeira visitadora”, em cada dia obtém uma confirmação mais lata.

As health visitors são hoje agentes indispensáveis nos serviços sanitários dos países anglo-saxónicos e em todas as instituições particulares que se dedicam à higiene social. A sua preparação está muito cuidada nesses países e o exemplo que dão vai sendo seguido em toda a parte.

Já desde há anos outros países europeus, como a França, Itália e Espanha, estabeleceram de forma legal e desenvolvida o ensino de visitadoras. Em Portugal foi iniciado êsse ensino pela Direcção Geral de Saúde, tendo-se verificado dêle os mais perfeitos resultados para o serviço sanitário, em cujo trabalho profilático e anti-epidémico as visitadoras sanitárias têm sido aplicadas com o melhor

⁴⁶¹ *Diário de Notícias* de 10 de maio de 1931.

proveito para a defesa da saúde pública e a melhor aceitação da parte da população” (1931-03-13).

Este preâmbulo sanciona a existência das enfermeiras visitadoras com a importância que estas profissionais têm em “países civilizados” e com o apreço a estas profissionais, demonstrado pela rainha Vitória. Demonstra o seu papel indispensável nos países que têm o curso instituído e realça a sua aceitação e a eficácia da sua intervenção no nosso país. Há assim uma tentativa, pelo menos por via legislativa, do país se aproximar do que se faz na Europa dita civilizada

Mas não é só o trabalho das enfermeiras visitadoras que é reconhecido e valorizado. Os enfermeiros em geral são elogiados pelo seu trabalho

Na notícia que se refere à abertura do ano letivo na Escola Profissional de Enfermagem é destacado o discurso do Dr. Costa-Sacadura que:

DN - “elogia a missão do enfermeiro, que, com o seu esforço e abnegação, dedica parte da sua existência aos doentes que lhe são confiados, prodigalizando-lhes não só os medicamentos que o médico receita, mas ainda o seu carinho, glorificando e valorizando assim a sua bela missão. Nenhuma carreira exige tanta consciência e abnegação como a de enfermagem, dependendo muitas vezes a cura e o bem estar dos doentes, do carinho e dessa abnegação que existe no enfermeiro. A discreção e a disciplina devem encontrar nele um elemento de triunfo” (1919-11-30).

Acerca dos enfermeiros que trabalham em serviços de internamento de doentes com lepra, um médico, em entrevista ao jornal, refere:

DN - “o seu recrutamento é difícil, e com toda a razão, pelo perigo que representa para a sua saúde. O que lá existe, sendo pouco, é sobrecarregado com um trabalho exagerado, como não podia deixar de ser. Fui professor da Escola Profissional de Enfermagem, conheço bem a enfermagem dos hospitais e sei também que da classe anda arredado o justo conhecimento do público, porque é uma classe em que primam os sacrifícios para outrem ignorados. Oh! Quantos têm experimentado o amargor do

sofrimento e recebido como penhor de gratidão da sociedade que serviram aqueles palmos de terra estéril que lhes cobre os ossos! Não há, pois, direito de exigir sacrifícios extremos a quem de tão boa vontade se mostra sempre pronto para todos os heroísmos!” (1926-08-13)

Por ocasião da atribuição das insígnias da Ordem Militar da Torre e Espada aos Hospitais Civis de Lisboa o discurso de agradecimento salienta:

*DN - “não são apenas os médicos e cirurgiões que dia a dia dão prova eloquente da sua dedicação, valor e mérito. Dão-na todos que na faina hospitalar colaboram, por mais elevada ou modesta que seja a sua situação. Assim, por exemplo, **é digna de especial registo a devoção do pessoal de enfermagem, cujo trabalho é penoso, espinhosíssimo, de dia e de noite, sujeitando-o a mil infecções, de que não raro é vítima. Sem me referir a quantas de varia natureza, o podem atingir e matar, quero acentuar todavia, a grande mortalidade pela tuberculose que frequentemente o dizima – como impiedosamente tem levado também alguns dos nossos”** (1929-01-31).*

Nestes excertos o valor do trabalho dos enfermeiros é reconhecido e, no segundo, considera-se de justiça que esse reconhecimento seja alargado à sociedade que não tem consciência do que se exige aos enfermeiros. Neles se retoma a ideia de abnegação como característica do trabalho de enfermagem significando assim que o trabalho realizado é excessivo face à compensação recebida mas mesmo assim exercido, por vezes até com risco de vida. E não podemos deixar de sublinhar o facto de, no terceiro excerto, se referir a mortalidade por tuberculose que atinge os enfermeiros, sinal de más condições de trabalho e inexistência de medidas para evitar o contágio. No primeiro excerto é feita uma distinção clara entre as competências técnicas, neste caso dependentes de prescrição médica, e as competências relacionais valorizadas ao ponto de, por si só, poderem ser um fator de cura dos doentes.

Talvez pela formação dos enfermeiros ser cada vez mais exigente e a sua admissão nos hospitais mais rigorosa, o médico responsável pelo Banco do

Hospital de S. José afirma:

*DN - “a **influencia** que as enfermeiras têm tido sobre a estatística é **bastante notável**” (1928-05-01).*

Esta afirmação insere-se numa comunicação realizada no III Congresso Nacional de Medicina sobre a organização do Banco do Hospital de S. José. O médico José Gentil refere-se ao circuito que o doente segue após a sua entrada no serviço e aos registos que são feitos. Da maneira como a notícia está redigida não é possível identificar claramente de que modo a enfermeira exerce a sua influência. Mas estando o autor da comunicação a descrever o circuito do doente e as ações realizadas pelos cirurgiões, talvez possamos inferir que as enfermeiras seriam já mais competentes, técnica e cientificamente, decorrente da maior exigência na formação e na admissão no Hospital. Existindo desde 1901 em Lisboa, a formação em enfermagem foi sofrendo sucessivas regulamentações. À data em que é feita a comunicação acima referida o curso da Escola Profissional de Enfermagem (instituída em 1918) tinha a duração de dois anos, exigia o exame da instrução primária e habilitava ao exercício da profissão aos detentores de diploma. O Regulamento dos Serviços de Enfermagem dos Hospitais Civis de Lisboa, aprovado em 1925⁴⁶², define que uma serie de condições para o recrutamento de enfermeiros e para a sua promoção que passavam, entre outras condições, pela demonstração de aptidão para o serviço hospitalar e pela realização concursos de provas públicas. Mesmo se Costa Sacadura, ao retomar o cargo de Diretor da Escola Profissional de Enfermagem em 1928 afirmasse que os alunos da Escola exerciam as mais diversas atividades, não cumpriam os requisitos de habilitações e eram de moral duvidosa (1942, p. 9), podemos pensar que os anteriores esforços de introduzir mais rigor na formação escolar e na admissão dos enfermeiros nos hospitais estaria, ao tempo, a dar os seus frutos.

No excerto sublinhamos ainda a referência específica a enfermeiras e não ao uso do termo enfermeiro englobando os dois sexos e que é usado em excertos anteriores. Progressivamente, e sobretudo após a Guerra, a enfermagem feminina vai tendo maior expressão nos serviços de saúde. Os médicos reclamavam de há muito que o exercício da enfermagem se adequava mais às características femininas. No contexto ideológico que então se desenhava os serviços hospitalares reproduziam “a hierarquia” natural (Mónica, 1978) em que se deviam basear as

⁴⁶² Decreto nº 10915, *Diário do Governo* nº 148, I serie de 6 de Julho.

relações sociais: no topo a autoridade masculina personificada no médico seguido da mulher, sua colaboradora, personificada na enfermeira que cuida e educa os doentes. O respeito e a obediência deviam estar presentes nas relações entre todos.

A importância da intervenção da enfermeira na prevenção de situações de doença é ainda realçada numa notícia a propósito duma conferência feita por Francisco Gentil (“*distinto oncologista*”).

*DN - “se houver enfermeiras ou parteiras **bastante inteligentes e suficientemente educadas** para em dado momento, darem o grito de alarme, **muitos cancros se poderão evitar**”.*

*“o papel da enfermeira e parteira **é da máxima utilidade na profilaxia do cancro**, devendo-se por isso, educá-las nesse sentido” (1933-08-01).*

Nestes excertos é dada relevância à formação das enfermeiras (e parteiras) para poderem exercer de formal cabal o seu papel na deteção precoce do cancro.

Considerámos ainda como uma valorização da intervenção da enfermeira alguns excertos que, ainda que de uma forma não tão específica, elogiam o seu trabalho.

*DN - “**afirma ser mais fácil ser heroe como soldado do que heroe em face de tanta desventura que ha por vezes numa enfermaria**, onde o enfermeiro, enxugando por vezes uma lagrima intima, procura incutir coragem e esperança de melhores dias, a quem por vezes os já não póde experimentar” (1919-11-30).*

*DN - “As enfermeiras, numa justa compreensão do seu papel, **da sua amavel missão, foram incansaveis**. Souberam encontrar, na distribuição dos balões e dos pacotes, **os gestos mais enternecedores, e as expressões mais comoventes**” (1926-11-01).*

*DN – (o banho dos bebés na Maternidade) “**assistidos por cuidados e agasalhos de muitas enfermeiras** – a bem dizer as*

*operárias que acabam de moldar, em suas mãos de **maternal** engenho, o plasma maleável da criação. São elas, as enfermeiras – requerida vénia, claro, ao senhor Director – que vão oferecer-nos este **espectaculo unico e salutar**. Batas brancas, alvas cabeças sob as toucas flutuantes, ao abrir da manhã entram nas enfermarias com o seu tabuleiro rodado. Enchem o tabuleiro de ‘bébés’ recém-nascidos (...)” (1933-11-12).*

O primeiro excerto, ainda com a memória da Guerra muito recente, insere-se nos discursos realizados aquando a cerimónia de abertura do ano letivo na Escola Profissional de Enfermagem e é feito pelo Diretor interino dos Hospitais Cívicos de Lisboa. A comparação do trabalho do enfermeiro ao dos soldados enfatiza a dureza e a exigência emocional que se reconhece presente no trabalho de enfermagem. E pelo cargo que ocupa podemos inferir que se estava a referir à realidade que observava no seu dia a dia de trabalho.

O segundo refere-se à distribuição, no Natal, de roupa e brinquedos às crianças internadas nos hospitais de Lisboa. O articulista sublinha as atitudes afetuosas das enfermeiras considerando-as inerentes ao cuidar das crianças.

O terceiro insere-se num artigo sobre a Maternidade Alfredo da Costa (inaugurada em 1932) divulgando a qualidade dos cuidados aí prestados, cuidados “*dantes só possíveis em berços de renda*”.

Nos três excertos o elogio ao trabalho é feito sublinhando as competências relacionais, as atitudes de carinho e atenção que as enfermeiras demonstram. E mais uma vez vemos que os dois últimos (mais tardios) já só se referem a enfermeiras.

No jornal, nos meses consultados abrangendo o período em estudo, encontrámos também textos em que se agradece os cuidados prestados em situação de internamento hospitalar. Estes textos surgem inseridos na malha das notícias e artigos publicados. São em geral dirigidos aos médicos mas alguns são extensivos aos enfermeiros.

*DN - “ao pessoal da enfermaria Lourenço da Luz, do nosso Hospital de S. José, **estendemos o nosso agradecimento, bem merecido pelo seu muito cuidado e carinho dispensados á operada da cama nº 15 em 11 de outubro ppº** (1927-11-26).*

DN – (agradece-se) “também á enfermeira chefe e suas empregadas, **consulando-a com a sua colaboração dedicada**” (1929-05-01).

DN - e o **zeloso** pessoal da enfermaria, que **carinhosamente me tratou**, salientando-se a **bondosa** enfermeira chefe D. Henriqueta (...) e ajudante D. Berta” (1932-05-06).

DN - “venho por este meio agradecer a **forma carinhosa e proficiente** como fui tratado por (...) e bem assim os srs. chefe e sub chefe de enfermaria e ao enfermeiro (...), a quem apresento **a minha maior gratidão pelo cuidado e proficiência** com que fui tratado” (1932-08-08).

DN - “João (...) vem por este meio patentear o seu reconhecimento aos distintos enfermeiros srs.(...) pela **forma carinhosa, proficiente e desinteressada** como o trataram durante o tempo que esteve internado duma enfermidade pulmonar, e cujos esforços como, aliás os têm para todos os doentes, são **dignos dos maiores elogios**” (1932-11-04).

Questionamo-nos quanto à razão de aparecerem por esta altura este género de textos. Será que na opinião pública persistia uma imagem pouco abonatória dos enfermeiros? Será que as constantes notícias sobre o estado calamitoso dos hospitais na generalidade do país e em particular em Lisboa levava as pessoas a sentirem-se “especialmente” bem tratadas e a sentirem necessidade de expressar publicamente a sua gratidão?

Desde o final da guerra que são frequentes as referências aos enormes *deficits* orçamentais com que vive a generalidade dos hospitais portugueses. Desde os hospitais da Misericórdia até aos Hospitais da Universidade de Coimbra as instituições ameaçam fechar as suas portas por impossibilidade financeira de continuar a prestar assistência aos doentes. Denuncia-se o estado ruinoso dos edifícios. Denuncia-se a situação do internamento das crianças em Lisboa, hospitalizadas em enfermarias de adultos ou então em “*duas barracas de campanha que vieram da Guerra*”, instaladas no Hospital D. Estefânia. Em 1932 o jornal publica vários artigos expondo a situação de recusa de doentes no Hospital

de S. José justificada, no jornal, por falta de verbas. Podemos imaginar que a leitura constante destas notícias, acompanhadas de apelos à doação de dinheiro, pudesse deixar o cidadão comum bastante inquieto quanto à possibilidade de necessitar de recorrer aos serviços hospitalares, e que por isso se sentisse grato por ter sido bem cuidado.

Encontrámos também referências menos elogiosas às enfermeiras. Uma denuncia uma enfermeira que, no Hospital de S. José, alicia os doentes para práticas de bruxaria, desacreditando a medicina (1927-05-16). A outra insere-se num discurso feito na abertura do ano letivo na Escola Profissional de Enfermagem e refuta as acusações de que a Escola é alvo:

DN - “inútil, insuficiente e até pernicioso por contribuir para o exercício ilegal da medicina permitindo o alastramento do curandeirismo” (1927-11-28).

A referência ao curandeirismo já tinha sido feita no preâmbulo do decreto (decreto nº 4563, *Diário do Governo* nº 155, I serie de 12 de Julho) que reorganiza os Hospitais Civis de Lisboa, datado de 1918. Nele se chama a atenção para a necessidade de se remodelar a Escola Profissional de Enfermagem e de se criarem critérios de competência, idoneidade moral e aptidão que devem orientar as direções hospitalares no recrutamento do pessoal:

DL - “se quiserem ter e criar para todo o país serviço de enfermagem e não um nateiro de curandeiros ou enfermeiros clínicos, como os hospitais têm produzido por quasi exclusiva culpa dos seus clínicos” (1918-07-12).

Os nove anos que medeiam os dois excertos não parecem ter eliminado a existência de enfermeiros que extravasavam as suas funções e tomavam iniciativas para as quais não tinham competências e pelas quais receberiam dinheiro. Não deixa de ser interessante realçar a acusação de que seriam os próprios médicos a “transferir” para os enfermeiros algum do seu saber, permitindo-lhes o exercício duma atividade não enquadrada legalmente. A Escola, local de aprendizagem, com os seus docentes médicos, seria assim vista como favorecedora dessa prática. Os próprios enfermeiros, à medida que se vão estruturando associações profissionais reveladoras duma consciência de classe, encetam essa luta. Esta assume uma

particular relevância em vários periódicos da responsabilidade dessas associações que publicam artigos procurando demarcar os enfermeiros diplomados, com preparação científica para o exercício da profissão, daqueles que oportunisticamente se aproveitavam das pessoas, muitas vezes fazendo-lhes mal e sem qualquer sanção por isso (Silva, 2008, pp. 95-98).

Do conjunto de excertos apresentados emerge a valorização do trabalho de enfermagem e a referência cada vez mais frequente a enfermeiras. A pouco e pouco integra-se a influência de países como a Grã-Bretanha e a França (tomados como exemplo de civilização) onde predomina a enfermagem feminina. Esta valorização está muito ligada ao reconhecimento da influência do meio e das condições sociais no aparecimento e desenvolvimento das doenças e da importância da sua prevenção. A enfermeira surge assim associada ao papel de educadora. Ela é a auxiliar do médico mas com saber e competências definidos. Os elogios centram-se no resultado do trabalho e as qualidades pessoais sublinham o modo como esse trabalho é feito. As enfermeiras continuam a ser devotadas mas agora são instruídas, educadas e inteligentes. Devem ser ponderadas, pacientes e discretas, servindo a sua conduta de exemplo para os mais desfavorecidos.

A enfermagem continua a ser referida como um trabalho penoso, difícil, sujeito a riscos de contágio (e até morte), só possível de se realizar com devoção e abnegação. Mas agora é um novo elemento que participa no desenvolvimento social, com a sua nova missão: o combate aos flagelos sociais que põem em causa “*o futuro da Raça Portuguesa*”.

4. A VALORIZAÇÃO DA ENFERMAGEM NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Ao longo do período em estudo identificámos um conjunto de documentos legislativos que configuram uma progressiva preocupação em valorizar a profissão de enfermagem pela reformulação, quer dos critérios de admissão às Escolas de Enfermagem, quer aos hospitais.

A preocupação em dotar os serviços hospitalares de pessoal de enfermagem devidamente habilitado para o exercício da profissão era antiga. Curry Cabral exponha, no seu relatório sobre o Hospital de S. José e Anexos (1915), uma situação confrangedora sobre os enfermeiros que lá trabalhavam: não eram pedidas provas de capacidades aos candidatos a enfermeiros, não lhes era exigido nenhuma habilitação académica, apenas que soubessem ler, escrever e contar. *“Assim, todos os pretendentes, bons e maus, habeis e inhabeis, aptos e inaptos, são admitidos, marcando-se-lhes a antiguidade pelas datas de nomeação, - para seguirem em acesso até ao posto último, - o posto d’enfermeiro”* (p.195). Curry Cabral considera vergonhoso que só para o serviço de enfermagem não haja, no hospital, admissão por provas praticas e documentais permitindo que entrem *“mercenarios sem sciencia, nem consciencia dos melindrosos encargos da profissão”* (p. 200). A existência da Escola Profissional de Enfermeiros (desde 1901) não logrou melhorar a preparação dos enfermeiros uma vez que os alunos (na sua maioria já empregados no Hospital) não conseguiam cumprir, ao mesmo tempo, as exigências de frequência do curso e as decorrentes das suas obrigações profissionais (Cabral, 1915).

Os médicos reclamavam uma formação mais rigorosa dos enfermeiros de modo a que estes pudessem responder às novas necessidades que o desenvolvimento da medicina trazia. Essas reclamações, além de expressas em publicações de carácter científico como era o caso do periódico *“A Medicina Contemporânea”*, eram, também, publicitadas no jornal:

DN – “para tratar da reorganização dos serviços hospitalares realizou-se ontem uma importante reunião a que assistiram os srs. drs. (...) ao projecto de reorganização dos

hospitais, a qual tinha disposições que feriam e outras bastante simpáticas, sendo estas a melhoria do de enfermagem, a qual todo o corpo clínico perfilha, assim como todas as medidas em seu benefício” (1917-08-12).

A reorganização dos Hospitais Civis de Lisboa é decretada em 1918 (decreto nº 4563, *Diário do Governo* nº 155, I serie de 12 de Julho). O extenso preâmbulo que expõe as razões para tal reorganização refere-se também à necessidade de se melhorarem os serviços de enfermagem e, em consequência, de se remodelar a Escola Profissional de Enfermagem:

DL – “Deixam muito a desejar os serviços de enfermagem e é mau o recrutamento do seu pessoal, porque é menos de miseravelmente retribuído, apesar de ser pesado o encargo e esgotante a missão desta prestante classe. Urgia pôr termo a semelhante situação, absolutamente inadiável, por ser a fome sempre má conselheira, tratar-se dos funcionários do Estado que pior remunerados são e sem sombra de equidade com quaisquer outros, além da sua imediata melhoria ser antiga e constante reclamação do corpo clínico, dos próprios interessados e de todos os que conhecem a sua desgraçada existência. A completa remodelação dos serviços de enfermagem, da Escola Profissional de Enfermagem, e a fixação do critério de competência, idoneidade moral e aptidão para tal modo de vida, no recrutamento do pessoal, constituíram preocupação desta organização como precisam de ser pontos cardiais a orientar as direcções hospitalares, se quiserem ter e criar para todo o país serviço de enfermagem e não um nateiro de curandeiros ou enfermeiros clínicos, como os hospitais têm produzido por quasi exclusiva culpa dos seus clínicos.”

Este preâmbulo permite-nos inferir as condições do exercício da profissão de enfermagem: um trabalho duro, mal remunerado ao ponto de não possibilitar a satisfação de necessidades básicas e exercido por pessoas mal preparadas. Como já referimos anteriormente as condições de trabalho e os salários auferidos tornavam a enfermagem uma profissão pouco aliciante, daí a necessidade de

sublinhar o estabelecimento de critérios de recrutamento de pessoal para os serviços de enfermagem.

Os artigos que se referem aos serviços de enfermagem (105º a 111º) definem a constituição do pessoal de enfermagem: pessoal definitivo (enfermeiros chefes, sub-chefes, enfermeiros de 1ª e 2ª classe) e pessoal temporário (praticantes no período escolar e pós-escolar); estabelecem critérios para entrada no quadro definitivo dos Hospitais (a partir dos praticantes) baseados na melhor prestação no serviço e no curso; estabelecem as regras das promoções que passam a ser feitas mediante critérios de antiguidade, concurso de provas públicas, qualidade dos serviços prestados, idoneidade moral e habilitações especiais de cada concorrente; estabelecem a exigência de ser detentor do curso da Escola Profissional de Enfermagem para acesso aos lugares do quadro definitivo dos Hospitais. É evidente a preocupação em garantir que o pessoal de enfermagem tenha assegurado a aquisição prévia de conhecimentos em situação escolar e em estabelecer uma linha vertical de responsabilidades baseada na antiguidade, na competência técnica e na idoneidade moral.

Consequência da reorganização dos serviços de enfermagem é a reorganização da Escola Profissional de Enfermagem, nome que substitui a anterior designação de Escola Profissional de Enfermeiros. Nunes (2003) sublinha a importância desta nova designação uma vez que a “*Enfermagem assume, perante esta terminologia oficial, a designação de profissão*” (p. 48) e assim se inicia a distinção, no exercício, entre os profissionais detentores de diploma e os outros.

De entre as várias disposições que integram a reorganização da Escola destacamos o aumento na exigência para admissão no curso, passando a ser o exame de instrução primária do 2º grau; a exigência do curso complementar (1 ano) além do curso de enfermagem (2 anos) para a habilitação a enfermeiro chefe; a constituição dum quadro de docentes do curso; a existência dum serviço geral de clínica afeto ao ensino da Escola.

Na sequência da reorganização dos serviços dos Hospitais Civis de Lisboa reorganizam-se os serviços dos Hospitais da Universidade de Coimbra “*uma vez que, instituições com o mesmo fim social, devem ter uma mesma organização, de modo a que satisfaçam cabalmente os fins que lhes são atribuídos*” (Decreto nº 5736, *Diário do Governo* nº 98, I serie de 10 de Maio de 1919). Também neste diploma se reorganizam os serviços de enfermagem e se cria uma escola de enfermagem de uma forma idêntica à reorganização preconizada para os Hospitais Civis de Lisboa.

Os regulamentos destas duas escolas surgem em tempos diferentes mas são em tudo idênticos, com alguns artigos com a mesma redação. A Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra será regulamentada, por decreto (nº 6943, *Diário do Governo* nº 183, I serie de 16 de Setembro) em 1920 e a Escola Profissional de Enfermagem em 1922 (Decreto nº 8505, *Diário do Governo* nº 244, I serie de 25 de Novembro). Em ambos se define a finalidade de habilitar o pessoal de enfermagem, em especial o destinado aos respetivos hospitais, se define a exigência do diploma como condição para ingressar no quadro definitivo, as condições de admissão, como idade (entre 17 e 25 anos), habilitações académicas (exame da instrução primária), atestado de bom comportamento moral e civil e registo criminal, a duração do curso (dois anos para o curso geral e mais um para o curso complementar). São também instituídos prémios para os melhores alunos. Os regulamentos incluem regras de admissão e promoção dos diplomados nos quadros dos hospitais evidenciando a sujeição das Escolas aos serviços hospitalares, dando primazia ao trabalho hospitalar em detrimento da aprendizagem. As provas de aptidão e bom comportamento eram condição para entrada nos quadros de enfermagem para os praticantes do período escolar. Os praticantes do período escolar eram alunos matriculados no curso que podiam ser “*aproveitados*” para auxiliar nos serviços de enfermagem. Também, deste aspeto, se pode inferir a primazia dada ao serviço hospitalar, pois imaginamos como seria difícil trabalhar e assistir às aulas ao mesmo tempo. Nos dois regulamentos evidenciamos dois artigos. No da Escola de Enfermagem de Coimbra a referência ao modo de estar nas aulas “*obrigados ao maior silêncio, atenção e respeito durante o tempo da lição dentro da aula*”; no da escola Profissional de Enfermagem a advertência “*as aulas da E.P.E. não serão públicas*”. As referências ao comportamento são frequentes nestes regulamentos dando-nos a ideia da necessidade de “moldar” os alunos e futuros enfermeiros a um perfil de comportamento baseado na discrição, respeito e obediência. Quanto ao segundo, e relacionando-o com as queixas da existência de enfermeiros mais dados a práticas de curandeirismo, podemos pensar que existiriam pessoas que assistindo às aulas, aprendiam o “suficiente” para se apresentarem como enfermeiros. Também talvez por isso, em muitos dos anúncios, no Diário de Notícias, que encontramos a solicitar serviços de enfermeiros, se fazia a exigência de diploma.

Ainda em 1920 é regulamentado o funcionamento da Escola de Enfermagem no Hospital Colonial de Lisboa (Portaria nº 2544, *Diário do Governo* nº 260, I serie de 21 de Dezembro). Criada para habilitar enfermeiros que se destinassem aos

quadros de saúde coloniais, a escola possibilitava também o acesso aos enfermeiros formados por outras escolas, que desejassem entrar para esses quadros uma vez que “*a patologia e assistência nos países tropicais diferem bastante das dos climas temperados*”. Existem semelhanças entre este regulamento e os anteriores: na duração do curso (dois anos), nas exigências de bom comportamento moral e cívico e de registo criminal, na instituição de prémios para os melhores alunos, na distinção entre alunos *subsidiados* e voluntários, nas regras de avaliação. Quanto às diferenças, os candidatos podiam ser mais jovens (16 anos) e era-lhes exigido o exame do 2º grau.

O regulamento da Escola de Enfermagem dos Hospitais Universitários de Coimbra será alterado em 1924 por decreto (nº 9926, *Diário do Governo* nº 162, I serie de 21 de Julho). A alteração diz respeito ao aumento das habilitações para os candidatos à escola: passa a ser exigido o exame de admissão ao liceu. Esta exigência não se estendeu à Escola Profissional de Enfermagem que, na sua reorganização de 1930 passando a chamar-se Escola de Enfermagem Artur Ravara, mantém a exigência do exame da instrução primária do 2º grau aos seus candidatos. Não encontrando nenhuma referência a esta diferença de habilitações questionamo-nos se ela não estaria relacionada com o facto de a Escola de Coimbra fazer parte integrante dos Hospitais Universitários, eles próprios destinados ao ensino da medicina, e daí a exigência de um pessoal de enfermagem mais consentâneo com um hospital universitário.

A Escola de Enfermagem Artur Ravara (Decreto nº 19060, *Diário do Governo* nº 274, I serie de 24 de Novembro) surge então como uma reorganização da anterior Escola Profissional de Enfermagem justificada por esta última não corresponder às necessidades de “*um bom recrutamento do pessoal de enfermagem*” e ser necessário valorizar mais a componente prática do curso: exigindo, para o aproveitamento dos alunos, mais assiduidade e frequência nos estágios; evitando a dispersão por vários serviços hospitalares que tornava difícil a correta “*fiscalização*” dos alunos e considerando ser o Hospital de Santo António dos Capuchos (entretanto considerado hospital escolar) o que melhores condições reunia para tal passar a albergar a Escola. O curso mantém a mesma estrutura mas considera-se a possibilidade de oportunamente se organizarem cursos de enfermagem de especialidades, de enfermeiras visitadoras, puericultoras, massagistas, de assistentes de serviço social e outros.

Ainda neste conjunto de documentos legislativos devemos referir um novo regulamento dos serviços de enfermagem dos Hospitais Cívicos de Lisboa. O Decreto

nº 10915 de 6 de Julho de 1925 não altera o anterior regulamento, datado de 1918, antes o torna mais específico. A constituição do pessoal continua a mesma mas agora pormenoriza-se o pessoal que deve haver em cada enfermaria; introduz-se a possibilidade de diminuir ou aumentar o pessoal afeto a cada enfermaria em função das necessidades de assistência; mantêm-se as regras de colocação e de promoção dos enfermeiros chefe, sub-chefe e de 1ª classe; caso fossem admitidos no concurso a classificação dos candidatos incluía o resultado das provas práticas e também o serviço prestado e a idoneidade moral; o recrutamento dos enfermeiros de 2ª classe (categoria de acesso ao quadro) continua a fazer-se a partir dos praticantes do período pós-escolar, com bom comportamento e aptidões comprovadas para o serviço escolar, agora atestadas pela informação de três diretores dos serviços onde tenham trabalhado; as mesmas regras se estabelecem para a promoção dos praticantes no período escolar. Podemos encarar esta especificação dos critérios de promoção, centrados na aptidão para o serviço e na idoneidade moral e bom comportamento, por um lado como um estímulo ao aperfeiçoamento das competências do pessoal de enfermagem, mas também um indicativo do que se espera dum enfermeiro: bom comportamento e obediência.

É também bom comportamento o que se espera do pessoal que, já habilitado com o curso da Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra, queira continuar a prestar serviço gratuito nesses hospitais. O regulamento definido no Decreto nº 21647, *Diário do Govêrno* nº 209, I serie de 6 de Setembro de 1932 estabelece uma serie de regras para avaliação do desempenho desses “*tirocinantes*”, avaliação esta que seria tida em conta para entrada no quadro. De cada individuo era registado, mensalmente, o comportamento, assiduidade e aproveitamento. Cada período de seis meses de “*bom e efectivo serviço*” contava como um valor a mais para a informação final do curso de enfermagem. Os praticantes só poderiam aceder ao quadro com dois anos (“*pelo menos*”) de trabalho em clínicas cirúrgicas. Os praticantes tinham de cumprir um ano de trabalho em clínica urológica e as praticantes em clínica obstétrica. Imaginamos o interesse económico que os hospitais teriam em manter um grupo de profissionais, habilitados com o curso de enfermagem, sem remuneração, com as mesmas obrigações e responsabilidades dos enfermeiros do quadro, zelosos e cumpridores de modo a alcançarem a desejada entrada no quadro de pessoal. O trabalho não remunerado será um dos temas denunciados nos periódicos da classe. Era considerado pouco dignificante e prejudicial para a admissão dos enfermeiros nos

hospitais, uma vez que estes tinham garantida mão de obra habilitada e sem encargos financeiros (Silva, 2008).

No ano de 1925 é também apresentado no Parlamento um projeto de lei “*determinando que a profissão de enfermeiro seja apenas exercida por indivíduos diplomados pelas escolas profissionais de enfermagem*” mas não chegou a ser agendado para discussão (Silva, 2008). Representa uma clara tentativa de excluir, da profissão, aqueles que não tinham feito a aquisição prévia de conhecimentos em situação escolar. Ao condicionar o exercício profissional à existência dum diploma garante-se a competência profissional a quem o possui e determina-se a confiança que se pode ter no seu trabalho.

Os documentos legislativos apresentados configuram uma crescente exigência em relação ao pessoal de enfermagem afeto aos hospitais que integraram as duas escolas de enfermagem oficiais existentes no país, durante o período em estudo. A maior exigência de habilitações académicas, a preocupação em definir critérios de aptidão e idoneidade moral, quer para admissão às escolas quer para progressão na carreira, a exigência de bom comportamento para entrada no quadro de pessoal, demonstram uma preocupação em melhorar a qualidade do pessoal de enfermagem, quer em termos científicos (teóricos e práticos), quer em termos de atitude.

Mas este esforço legislativo parece não ter tido uma correspondência na prática. Numa conferência realizada em 1950, e lembrando a sua passagem como diretor da Escola Profissional de Enfermagem, Costa-Sacadura refere que, após um período de desenvolvimento da Escola, ao retomar o seu cargo de diretor em 1928 foi encontrar:

“mais de 300 candidatos a enfermeiros de todas as classes – dactilógrafos, caixeiros e caixeiras, empregados da Câmara Municipal, alfaiates, vendedores ambulantes, etc. Acerca da preparação moral pela qual tanto pugnara e zelara, basta dizer-lhes que havia candidatas vindas da rua do Capelão⁴⁶³. E quanto à preparação intelectual, uma candidata cito que, não tendo sequer exame de instrução primária, havia apresentado um atestado falso com o 3º ano dos liceus!” (1950, p. 14)

E mesmo após a reorganização da Escola, em 1930, continua a fazer-se referência a praticantes ilegais e à necessidade de proteger os profissionais de todo o tipo de curandeiros (Nunes, 2003, p. 66).

⁴⁶³ A rua do Capelão, no bairro da Mouraria, era conhecida, em Lisboa, como um local de prostituição.

A legitimação da profissão e a denúncia da prática ilegal serão reivindicações das organizações sindicais entretanto criadas e temas constantes nos periódicos da classe (Nunes, 2003).

5. A VALORIZAÇÃO DA ENFERMAGEM NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO – A Escola Profissional de Enfermagem nas páginas do jornal

Incluimos neste repertório as notícias publicadas no *Diário de Notícias*, ao longo do período em estudo, fazendo referência à Escola Profissional de Enfermagem. Mesmo definindo-se como um jornal de âmbito nacional e com a maior tiragem, o facto é que o que acontecia na capital é que era notícia.

A partir da data da sua constituição, a Escola Profissional de Enfermagem foi sendo uma presença regular no jornal, ora com notícias mais circunstanciais ora com pequenos apontamentos, fazendo-nos pensar que a existência da Escola, na cidade, não passava despercebida.

A primeira notícia diz respeito à sessão de abertura da Escola, a 16 de fevereiro de 1919:

DN – “realizou-se ontem pelas 15 horas a abertura da Escola Profissional de Enfermeiros, ficando instalada provisoriamente numa vasta sala do hospital de S. José no ultimo andar da frente do edificio. Eram 16 ½ horas quando o sr. director geral dos hospitais, dr. Lobo Alves entrou na sala, indo tomar a presidência e convidando para secretários os srs. drs. Matos Chaves, membro da comissão técnica, e Cabral Saccadura, director da referida escola. Assistiram os professores srs. drs. Hermano de Medeiros, Balbino do Rego, e José Faria, dr. Xavier da Costa, secretario da direcção dos hospitais, Luiz Magalhães Fonseca, dr. Arruda Furtado, inspector geral de higiene, drs Carlos Silva, Leite Lage, Carlos Santos, director dos serviços de radiologia, Emilio Fragoso, director dos serviços farmacêuticos, José Simões, fiscal geral dos hospitais, fiscais Loureiro da Costa e António Lúcio dos Santos. O sr. dr. Lobo Alves inaugurou a escola proferindo um longo e brilhante discurso, terminando por incitar o pessoal de enfermagem a frequentar a escola com interesse e assiduidade para o prestigio e bom nome dos hospitais. Usaram também da palavra os srs. drs.

Cabral Saccadura, e Xavier da Costa. Todos os oradores foram muito ovacionados” (1919-02-16).

A forma como a notícia está redigida deixa-nos antever uma cerimónia que terá sido solene, com a presença de pessoas distintas, até pelos cargos que ocupam, todos nos Hospitais Cívicos de Lisboa. Mas não há nenhuma referência a enfermeiros! Os discursos sublinham a importância da ocasião e no fim, os muitos aplausos, deixam adivinhar o brilhantismo das intervenções. O facto de o diretor dos hospitais incitar o pessoal de enfermagem permite-nos pensar que estariam na assistência enfermeiros. De acordo com a reorganização dos Hospitais Cívicos de Lisboa, de 1918, todos os enfermeiros que trabalhavam nos Hospitais Cívicos de Lisboa tinham de obter o diploma da Escola para serem admitidos no quadro de pessoal, o que obrigava à frequência do curso. Costa-Sacadura refere a relutância com que essa medida foi recebida pelos enfermeiros (1950, p. 8) e deste modo compreendemos essa exortação final que faz apelo ao brio dos enfermeiros. Enfermeiros, que Lobo Alves associa ao prestígio dos hospitais, numa relação direta entre uma classe com uma preparação escolar e o reconhecimento da qualidade das instituições hospitalares pelo público. Apesar de Costa-Sacadura afirmar, na obra citada, que conseguiu vencer essa relutância, o facto é que nos anos 30 ainda existem enfermeiros sem esse diploma (Nunes, 2003).

A abertura do ano letivo a 29 de novembro de 1919 também é motivo para uma extensa notícia. A sessão solene decorreu numa sala “*vistosamente decorada por plantas ornamentais*”, onde sobressaíam “*as toilettes das senhoras*” e é descrita como tendo “*o maior brilhantismo*”. Presentes o diretor interino dos hospitais e os membros do corpo docente, estes últimos médicos. A notícia dá destaque aos discursos proferidos, todos eles com referências elogiosas ao trabalho dos enfermeiros. O dr. Costa-Sacadura, agora professor na Escola:

DN - “elogia a missão do enfermeiro, que, com o seu esforço e abnegação, dedica parte da sua existência aos doentes que lhe são confiados, prodigalizando-lhes não só os medicamentos que o médico receita, mas ainda o seu carinho, glorificando e valorizando assim a sua bela missão. Nenhuma carreira exige tanta consciência e abnegação como a de enfermagem, dependendo muitas vezes a cura e o bem estar dos doentes, do carinho e dessa

abnegação que existe no enfermeiro. A discreção e a disciplina devem encontrar nele um elemento de triunfo” (1919-11-30).

No seu discurso, o dr. Costa-Sacadura destacou a “*boa camaradagem*” existente entre alunos e professores e referiu que a Escola continuará (nesse ano letivo) a funcionar em instalações provisórias.

O discurso seguinte, feito por um médico que tinha estado na guerra, elogiou o “*excelente e magnífico serviço de enfermagem*” e os atos louváveis que os enfermeiros e enfermeiras da Cruz Vermelha praticaram. Na terceira “*brilhante alocução*” outro médico, membro do corpo docente, agradece “*a colaboração que sempre encontrou nos enfermeiros que à cabeceira dos doentes com ele têm trabalhado*”. A notícia continua nomeando os alunos do ano letivo anterior que foram premiados e termina com o último discurso, feito pelo diretor interino dos Hospitais Civis que:

DN - “afirma ser mais fácil ser heroe como soldado do que heroe em face de tanta desventura que ha por vezes numa enfermaria, onde o enfermeiro, enxugando por vezes uma lagrima intima, procura inculir coragem e esperança de melhores dias, a quem por vezes os já não póde experimentar” (1919-11-30).

Somos tentados a imaginar uma assistência de recém-chegados à Escola, empolgados por estes discursos de reconhecimento e louvor, mas que também descrevem o que os espera no futuro, já como profissionais: abnegação, disciplina, discrição. Imaginamos também o impacto que a notícia poderia ter nos leitores do jornal. A extensão da notícia e a sua colocação na segunda página do jornal conferem importância à ocorrência: a abertura do ano letivo na Escola de Profissional de Enfermagem merece ser noticiada. A descrição do ambiente em que decorreu a sessão, o arranjo da sala, as toiletas das senhoras, os ilustres oradores, transmite uma imagem de seriedade. A Escola surge como um lugar credível, onde se formam profissionais também eles dignos de crédito, uma vez que são elogiados por quem com eles trabalha diretamente. E a enfermagem como uma profissão que, pelas suas características, merece ser respeitada.

De forma não tão pormenorizada, mas ainda assim transmitindo a solenidade do ato, é referida, em 10 de agosto de 1922, a sessão de distribuição de prémios e diplomas aos alunos da Escola Profissional de Enfermagem que melhores

classificações obtiveram. A importância da sessão é dada pela presença do ministro do Trabalho. Também se faz referência aos discursos, mas deles apenas se destaca o elogio ao diretor da Escola, dr. Costa-Sacadura e o desejo, manifestado pelos professores, de que ele não abandone a Escola.

Costa-Sacadura foi o primeiro diretor da Escola Profissional de Enfermagem. Sabemos pelo próprio (Costa-Sacadura, 1950) que desenvolveu intensos esforços para dotar a Escola de um edifício condigno e melhorar a qualidade do ensino ministrado. Mas a dependência em relação à Direção Geral dos Hospitais Civis deixava a Escola à mercê das decisões de cada pessoa que ocupava esse cargo, e desse modo a Escola foi alternando períodos de maior progresso com outros de maiores dificuldades. A exiguidade das instalações e do orçamento e a instabilidade do corpo docente eram os maiores obstáculos à progressão da Escola e Costa-Sacadura acabaria por pedir a demissão do seu cargo em 1923. Considerava que sem uma autonomia absoluta, um edifício condigno e uma dotação orçamental suficiente, a Escola não poderia progredir (Costa-Sacadura, 1950, p. 13).

A abertura do ano letivo será de novo notícia em 28 de novembro de 1927. Notícia extensa, com a fotografia dos professores e alunos distinguidos nessa ocasião. Nomeiam-se as individualidades presentes e destaca-se o teor dos discursos proferidos. O primeiro foi feito pelo diretor da Escola, Marçal da Silva. Reconhece a sua aversão a discursos, razão pela qual, nos últimos anos, a distribuição dos prémios tem sido feita à porta fechada. Afirma o reconhecimento e a utilidade da Escola dado que o número de alunos matriculados tem aumentado progressivamente e referindo-se ao *“curandeirismo, ultimamente exercido mais ou menos às claras”* afirmou:

DN -“que a instrução profissional ministrada na escola que dirige leva os que a frequentam a afastar-se desse trilha perigoso, devido á noção consciente, que nela adquirem, dos verdadeiros fins da enfermagem. O enfermeiro já não é apenas o colaborador do medico ou do cirurgião, mas também do higienista, e o seu campo de acção, em vez de se circunscrever ao hospital, abrange as maternidades, as creches, as escolas, os asilos, os sanatórios, os campos de batalha e os navios” (1927-11-28).

A notícia destaca ainda, neste discurso, o elogio feito ao corpo docente pela sua competência e dedicação ao ensino tanto mais louváveis quanto são os seus

“*honorários irrisórios*”. Novo discurso e nova referência à acusação de a Escola ser “*inútil, insuficiente e até pernicioso por contribuir para o exercício ilegal da medicina permitindo o alastramento do curandeirismo*”. E o orador afirma:

DN – “Se alguns antigos alunos da Escola não têm dado boas provas, a culpa não cabe á Instituição, nem a eles próprios, mas sim aos meios para onde têm ido, absolutamente deletérios para a sua qualidade profissional. A educação profissional é sempre insuficiente quando não é acompanhada da educação civica e moral capaz de dar aos enfermeiros a consciência de abnegação e de humanidade que a sua função requiere” (1927-11-28).

A concluir o orador “*estabeleceu um paralelo entre o papel do médico e o do enfermeiro acentuando que, quanto maior fôr a cultura profissional deste ultimo, mais facil se torna a função orientadora do primeiro*”.

São ainda nomeados os alunos e alunas premiados. A cerimónia termina com o enfermeiro-mor dos hospitais a congratular-se com o desenvolvimento progressivo da Escola e a prometer dotá-la de todos os meios necessários ao seu desenvolvimento.

Como referimos anteriormente a Escola era acusada, por alguns médicos, de favorecer os casos de curandeirismo uma vez que transmitia, aos alunos, conhecimentos favorecedores dessa prática. Podemos pensar que a formação de enfermeiros obtida num curso, estruturado e enquadrado legalmente, pudesse parecer ameaçadora para alguns clínicos que agora se deparavam com enfermeiros com conhecimentos e uma cada vez maior consciência profissional.

Por sua vez os enfermeiros, através das suas associações profissionais, denunciavam serem os próprios médicos a favorecer essa prática, ao ensinar a pessoas sem formação, tarefas de enfermagem (Silva, 2008, p. 97).

Vale a pena ainda sublinhar, no último excerto, a referência à educação cívica e moral dos alunos, algo que a Escola não pode suprir se os alunos não tiverem. Sendo a enfermagem uma profissão pouco aliciante pelos baixos salários e trabalho esgotante o recrutamento dos alunos fazia-se de entre as classes mais baixas. No período em estudo e nos documentos encontrados são constantes as referências ao bom comportamento e idoneidade moral exigidos aos alunos, deixando antever a indispensabilidade das qualidades morais para o exercício da profissão e a necessidade de tornar explícita essa exigência.

Com pequenos apontamentos, mas ainda assim com direito a notícia, é dado conta do encerramento das matrículas e conseqüente abertura das aulas para breve, em novembro de 1928 e em fevereiro de 1931, já na Escola de Enfermagem de Artur Ravara.

Sinal da importância crescente da Escola é a notícia de uma reivindicação apresentada ao enfermeiro-mor dos hospitais por uma comissão delegada dos candidatos à matrícula do 1º ano – 302 – que contestam não terem sido admitidos à matrícula, tendo tido despesas importantes com a documentação.

Desde a sua constituição em 1919 a Escola Profissional de Enfermagem teve visibilidade no jornal, em notícias relativas à abertura do ano letivo ou ao início de matrículas, permitindo-nos pensar que a Escola era reconhecida como importante na cidade. A descrição pormenorizada das sessões de abertura, com a referência ao teor dos discursos e às personalidades envolvidas mostravam uma nova faceta da formação em enfermagem, com rigor e exigência, certificada pelas personalidades envolvidas. A descrição dos prêmios atribuídos mostrava o empenho dos alunos e a sua competência, sancionados pela obtenção do prêmio. A reprodução dos discursos devolvia ao público leitor a imagem de profissionais elogiados pelos seus professores, com competências próprias e reconhecidas pelos médicos. Permitia ainda mostrar que só a formação escolar, reconhecida legalmente, levaria à distinção entre os profissionais devidamente habilitados e os “charlatães”.

6. AS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS NAS PÁGINAS DO JORNAL

Apesar de não configurarem um repertório interpretativo porque nelas não encontramos termos ou expressões associados à enfermeira ou à enfermagem, não queremos deixar de referir as notícias que fazem alusão às organizações profissionais.

A República, enquanto expectativa, proponha-se criar cidadãos conscientes e instruídos (Samara, 2009) e os trabalhadores aderiram a esta ideia. O ideário republicano favorecia a constituição de organizações profissionais, sindicatos e associações, que conduziriam os trabalhadores a um futuro melhor. As dificuldades que a República, enquanto regime, teve em resolver as questões sociais, fizeram proliferar o aparecimento das organizações profissionais e tornou-as mais ativas na luta pelas suas reivindicações.

Tendo começado a surgir nos primeiros anos após a República, as organizações profissionais de enfermagem tiveram a sua maior expressão a partir de meados dos anos vinte. O seu aparecimento constitui uma das dimensões do processo de profissionalização, só possível quando existe consciência de classe, ou seja, a consciência de partilhar interesses e problemas comuns, bem como reconhecimento social em torno dessa profissão.

Nos jornais consultados são várias as referências, a partir de 1924, à criação de associações e às suas atividades, expressando também as suas principais reivindicações.

DN – “a fim de tratarem da sua associação de classe, reuniram-se ontem á noite os enfermeiros civis, presidindo o sr. Evaristo Duarte, secretariado pelos srs. Cesaltino Guerra e Luís Ribeiro Martins. (...) Depois de aprovado o projecto dos estatutos, com ligeiras alterações, aprovou-se também uma saudação ao pessoal de enfermagem dos diferentes hospitais. Entre as reclamações que aquela classe vai apresentar ao governo e ao Parlamento contam-se a regulamentação do exercício profissional e a unificação do respectivo ensino” (1924-11-21).

A Associação de Classe dos Hospitais Civis Portugueses foi uma das associações que lutou pelo reconhecimento do diploma como único título legal para o exercício da profissão. Como referimos anteriormente esta reivindicação procurava afastar do exercício todos os que, sem diploma, logo sem habilitações, trabalhavam como enfermeiros nos hospitais. A reivindicação da unificação do ensino de enfermagem prende-se com o facto dos diplomas passados pelas diferentes escolas; civis e militares, não serem reconhecidos de igual modo nas diferentes instituições hospitalares o que impedia a circulação dos enfermeiros entre serviços de saúde, ao mesmo tempo que criava situações de conflito nos serviços. Pretendia-se também eliminar a dependência do ensino de enfermagem das administrações hospitalares e interesses próprios de cada instituição hospitalar (Soares, 1997, pp. 116-118). A questão da unificação do ensino de enfermagem surge ainda noutra notícia que se refere às “reclamações” da Associação dos Enfermeiros e Enfermeiras:

DN – “os representantes da Associação dos Enfermeiros e Enfermeiras também pediram ao sr. dr. Ricardo Jorge que seja sustida a criação do curso de enfermagem no Hospital Escolar e que se unifique esse ensino, criando-se uma só escola anexa á Faculdade de Medicina” (1926-11-12).

Terão sido as várias associações de enfermagem que conseguiram concretizar o 1º Congresso Nacional dos Serviços de Saúde, noticiado pelo jornal:

DN – “inaugurou-se ante ontem á noite o 1º Congresso Nacional dos Serviços de Saude. (...) Pela associação dos enfermeiros do norte fala o sr. Adriano Mata que se limita a acusar a ‘Epoca’ de ter espalhado a ideia de que o serviço de enfermagem hospitalar deve ser entregue ás irmãs de caridade. (...) Em seguida é encerrada a sessão, depois do secretario geral do Congresso ter indicado a ordem de trabalhos que é a discussão das teses ‘A hospitalização, simbolo dos sentimentos dum povo’, por Martins do Rego, e ‘Ensino, exercício e regulamentação da profissão de enfermeiro’, por Pereira Bento e Antonio da Silva” (1925-11-30).

O excerto reproduz o que foi mencionado sobre a enfermagem. A referência às irmãs da caridade insere-se na contestação ao movimento de opinião que defendia o regresso da enfermagem religiosa. Com o abrandamento das políticas anticlericais muitos setores mais conservadores voltaram a defender a presença de religiosas no exercício da profissão, alegando a má qualidade da enfermagem praticada pelas enfermeiras laicas e o seu mau comportamento. De novo surge a questão da regulamentação da profissão numa das comunicações que irão ser apresentadas. A outra comunicação tem um título bastante sugestivo. Se atendermos às constantes denúncias do mau funcionamento dos hospitais portugueses, que por esta altura são noticiadas no jornal, podemos compreender que o autor da comunicação pretenda mostrar a associação entre a qualidade da assistência hospitalar e o modo como uma sociedade encara essa mesma assistência. Não podemos deixar de referir que a I República se aproxima do fim (1926) e a contestação à sua incapacidade governativa para resolver os problemas sociais do país era cada vez maior.

As três notícias seguintes referem-se ao Sindicato Profissional dos Enfermeiros do Sul, constituído em fevereiro de 1931, e ao seu órgão de propaganda “A Voz do Enfermeiro”. Faz-se também referência ao Sindicato Profissional dos Enfermeiros do Centro criado no mesmo ano, em julho.

DN – “No Sindicato Profissional dos Enfermeiros da Região do Sul, a cerimónia de inauguração oficial da sua nova sede foi iniciada por uma sessão solene presidida pelo sr. dr. Cabral Sacadura, secretariado pelos srs. José Catarino, da Sociedade Odontologica Portuguesa, e António Alves, da Associação dos Enfermeiros do Centro de Portugal. A sessão foi iniciada por uma conferencia do sr. dr. Joaquim Fontes, sob o tema ‘O valor social da profissão de enfermagem’. O conferente referiu-se a Florence Gray, cuja vida descreveu, acentuando que a ela se deve a reforma hospitalar, efectivada em Inglaterra. Disse ter surgido ultimamente uma nova modalidade de enfermagem: a enfermagem ofensiva, que tem por objectivo procurar impedir o desenvolvimento de determinadas doenças. O orador foi, no final, muito aplaudido” (1931-08-03).

DN – “Sindicato Profissional Dos Enfermeiros da Região Sul - reuniu-se a assembleia geral, que aprovou as contas da direcção de 1931 e elegeu o administrador de ‘A Voz do Enfermeiro’. A direcção espera uma resposta do Sindicato dos Enfermeiros, em Coimbra, quanto a uma petição feita ao governo, sobre a reforma aos 25 anos de serviço, para se avistar com o actual ministro do Interior sobre o assunto” (1932-08-03).

DN – “Sindicato dos Enfermeiros do Sul – como se anunciara, realizou-se ontem á noite, no Sindicato dos Enfermeiros do Sul, uma sessão comemorativa do segundo aniversario daquela associação. Presidiu o sr. João Baptista Alves que se referiu ao esforço até agora levado a cabo pelo sindicato em prol dos interesses da classe. Após a sessão houve baile que decorreu animadamente até de madrugada” (1933-02-22).

A criação do Sindicato mostra a tomada de consciência da enfermagem como uma profissão. A constituição de uma estrutura cuja finalidade é defender os interesses duma classe profissional revela a existência dum coletivo consciente de que só como um todo pode ter capacidade reivindicativa e defender os seus interesses. A criação dum periódico especializado revela a consciência da necessidade de *“comunicação e difusão de informação no intento de estreitar as relações entre os seus membros, proporcionar reflexão sobre problemas comuns e garantir informações actualizadas”* (Nunes, 2003, p. 203).

O sindicato iniciou a sua ação com uma serie de reivindicações, apresentadas ao ministro do Interior, que refletem a situação da enfermagem: baixos salários, horários pesados, falta de emprego agravada com a existência de não diplomados e religiosas que ocupavam lugares de enfermeiros, reforma aos 36 anos de trabalho e formação muito diversa (programas, duração e condições diferentes nas diferentes escolas existentes no país). E fundamentava as suas reclamações na função social da enfermagem, na existência de escolas profissionais, na existência do diploma como instrumento sancionatório do exercício da profissão e no perigo que representava para a saúde pública a prática de enfermagem por não diplomados (Soares, 1997, p. 116). As reivindicações do Sindicato só em 1947 teriam alguma concretização aquando da intervenção do Estado no ensino de enfermagem (Soares, 1997).

A capacidade reivindicativa dos Sindicatos diminuiria a partir de 1934, na sequência da institucionalização do Estado Novo. Cada categoria profissional era representada apenas por um sindicato nacional, os seus estatutos eram aprovados pelo ministério da tutela e o seu funcionamento dependia totalmente do governo, podendo este suprimi-los em caso de desrespeito dos estatutos ou de realização de greve. Com este enquadramento a ação dos sindicatos torna-se mais devedora da ideologia do Estado Novo do que da defesa dos interesses dos seus associados (Silva, 2010).

CONCLUSÕES

Ao iniciar este trabalho delineámos três eixos orientadores na condução da pesquisa e para estabelecer as inter-relações necessárias para responder à interrogação inicial: quais as representações associadas à enfermeira e à enfermagem no período que decorreu entre a instauração da República em 1910 e o Estado Novo em 1933 veiculadas na imprensa, nos documentos legislativos e nos debates parlamentares? Os eixos delineados foram: a identificação do contexto sociopolítico, cultural e sanitário no período em estudo; a identificação do dispositivo legal referente à profissão produzido nesse período e a identificação das representações associadas à enfermeira e à enfermagem.

Retomemos então esses eixos de modo a sistematizar as respostas encontradas.

Na Parte I delineámos o percurso do país ao longo dos 23 anos que constituíram o nosso período de estudo.

Quando a República “chegou” no dia 5 de Outubro de 1910 encontrou um país humilhado pela crise política desencadeada pelo *Ultimatum* britânico, maioritariamente rural, analfabeto, com índices de pobreza extremamente altos que o afastavam dos restantes países europeus. As condições sanitárias eram más e o país vivia regularmente surtos epidémicos de febre tifoide, cólera, varíola e tifo exantemático. A sarna e a raiva eram uma presença constante. A tuberculose progredia facilmente numa população com graves carências alimentares e nunca deixou de aumentar durante o período em estudo. A I Grande Guerra agravou a situação precária do país com as dificuldades de abastecimento e a alta de preços generalizada exacerbando a crise económica, social e política que o país já vivia. Muitos dos setores sociais que constituíram inicialmente a base de apoio tornaram-se os seus opositores perante a incapacidade dos sucessivos governos da I República cumprirem as promessas feitas, abrindo caminho, desse modo, a uma solução de carácter ditatorial, primeiro de cariz militar em 1926, e mais tarde, a partir de 1933, enquadrada na ideologia do Estado Novo.

O ideário republicano que marcou Portugal na segunda metade do século XIX trouxe a esperança duma sociedade baseada na justiça, no progresso e na ciência,

muito difundida pela imprensa que se tornou o palco do debate público das ideias. A imprensa foi o espaço onde as ideias circulavam, os autores se manifestavam e a opinião pública se formava. Se a imprensa foi um dos principais instrumentos de divulgação dos ideais republicanos criando, pelo menos nas zonas urbanas, um ambiente propício à aceitação de um novo regime, tornou-se também o espaço de denúncia dos insucessos dos vários governos. Esse espaço foi também “invadido” pelos médicos que, usando a sua crescente influência na sociedade, divulgaram a situação de penúria das instituições hospitalares e a precariedade das suas instalações, e começaram a evidenciar a relação entre as más condições de vida e os problemas de saúde pública existentes.

Também na imprensa estiveram presentes as enfermeiras e a enfermagem e assim pudemos identificar um conjunto de notícias e anúncios que transcritos constituíram uma das fontes do nosso *corpus* de análise, completado com a transcrição dos documentos legislativos e debates parlamentares, identificados a partir das palavras-chave enfermeiras e enfermagem, ficando assim constituída a Parte III.

Encontrámos nas propostas que advêm da estrutura conceptual da análise do discurso e no conceito de repertório interpretativo a orientação para a forma como realizámos a transcrição das fontes e a análise dessas mesmas fontes, e que procurámos explicitar na Parte II.

A análise do discurso procura investigar a linguagem em uso quotidiano e em contextos sociais, assumindo que a linguagem não é apenas um meio de comunicação entre as pessoas, é o local onde os significados são criados e modificados. O discurso, englobando todas as formas de interação verbal, formal e informal, e textos escritos, não descreve apenas os acontecimentos. Constrói ativamente versões desses acontecimentos. Assim, sendo a atividade discursiva produtora de significados, ao colocá-la na sua relação com um determinado momento cultural e histórico, procura-se as condições que permitiram o emergir de um determinado discurso. Das diferentes abordagens da análise do discurso, os repertórios interpretativos, organizados em torno de termos, metáforas ou figuras de estilo, procuram identificar padrões na linguagem associados a um determinado tema. O seu interesse situa-se no modo como as narrativas são construídas e nas suas diferentes funções.

Com esta conceção em mente pudemos identificar cinco repertórios interpretativos que configuraram as imagens associadas às enfermeiras e à enfermagem no período em estudo, e assim constituímos a Parte IV.

Identificámos no primeiro repertório padrões de linguagem que associámos às imagens da enfermeira doméstica e da enfermagem como atividade feminina.

A enfermagem surge, no início do período em estudo, como uma atividade pouco valorizada, uma vez que é realizada por profissionais indiferenciados, sem preparação específica, com uma instrução elementar, que auferem salários tão baixos que torna impossível a sua seleção criteriosa. Associada à realização de tarefas com um carácter doméstico, as enfermeiras são vistas como criadas, por vezes pouco escrupulosas e pouco dedicadas ao trabalho. Mas ao lado destas imagens pouco elogiosas vão-se publicitando e defendendo outras, ao contrário elogiosas, que sublinham a dureza do trabalho, a sua imprescindibilidade social e as qualidades morais necessárias ao seu exercício: abnegação, carinho e espírito de sacrifício.

É o desenvolvimento científico da medicina, o crescente prestígio social dos médicos e a denúncia das condições de assistência no país, aliados ao ideário republicano de justiça e dignidade, que fazem emergir um discurso que exige o reconhecimento social da enfermagem, pelo aumento dos salários, pela melhoria das condições de trabalho e por uma melhor qualificação dos enfermeiros.

O segundo repertório decorre das situações de lutas revolucionárias e da I Grande Guerra e considerámos a valorização da enfermeira e da enfermagem nesse contexto.

A constante agitação social e os frequentes movimentos revolucionários e sublevações populares, que marcaram todo o período em estudo, devolveram à opinião pública a imagem dos enfermeiros como profissionais com sentido de responsabilidade, com qualidades humanas e competentes na sua atuação aquando do tratamento dos feridos.

É a I Grande Guerra que traz visibilidade à enfermagem feminina. A forma como as mulheres responderam aos apelos para integrarem cursos de enfermagem de guerra e as competências que demonstraram nesse trabalho facilitou a aceitação pela sociedade da enfermagem feminina. As enfermeiras tornaram-se heroínas, foram tão corajosas como os soldados, partiram para a frente com espírito de missão. A dureza da guerra acentuou a associação entre as características femininas e a enfermagem: bondade, dedicação, carinho, abnegação, paciência e compaixão.

Os cursos criados nesta circunstância específica fizeram emergir a enfermagem como uma profissão suportada por conhecimentos científicos,

necessários para uma prática realizada com competência e sancionada por um diploma.

As constantes referências à idoneidade moral e as exigências de uma rigorosa conduta moral trouxeram para a enfermagem mulheres de estratos sociais mais elevados, mais instruídas, mostrando à sociedade que a enfermagem não tinha que estar associada a pessoas humildes e sem instrução. A enfermeira tornou-se a auxiliar imprescindível do médico.

No terceiro repertório considerámos a valorização da enfermeira no contexto da sua intervenção.

O final da Guerra tornou mais evidente a relação entre as más condições de vida e a situação sanitária do país. A noção de que só a prevenção podia inverter essa situação fez emergir a imagem da enfermeira, como colaboradora imprescindível do médico na luta pela melhoria das condições de saúde da população. Enquadra-se a sua intervenção num trabalho de conjunto, com competências definidas, agora centradas no trabalho na comunidade. Por comparação com alguns países europeus, como a Grã-Bretanha, a França e a Suíça, a enfermeira surge associada à ideia de civilização, uma vez que nesses países “civilizados” a intervenção das enfermeiras tem melhorado a situação sanitária. A enfermeira surge como um modelo de comportamento a seguir: paciente, discreta, ponderada. É com esta nova vertente da intervenção de enfermagem que se acentua a preferência dos médicos pela enfermagem feminina.

Considerámos a valorização da enfermagem no contexto da produção legislativa, um quarto repertório interpretativo. A partir de 1918 há uma grande produção legislativa relativa à enfermagem. O conjunto de documentos legislativos identificados mostrou uma crescente exigência na formação do pessoal de enfermagem nas escolas públicas do país e, conseqüente exigência na sua admissão e promoção nos hospitais que integraram essas escolas. Exigiram-se mais habilitações académicas, definiram-se critérios de aptidão e idoneidade moral na admissão às escolas e na progressão na carreira. O exercício da profissão passou a depender da obtenção do diploma, distinguindo assim os profissionais legalmente habilitados dos outros. O esforço legislativo realizado mostrou uma preocupação em melhorar a qualidade do pessoal de enfermagem, quer em termos científicos (teóricos e práticos), quer em termos de atitude, num claro sinal do reconhecimento da importância social da profissão.

E é assim que constituímos o quinto repertório interpretativo em torno da valorização da enfermagem no contexto da formação. Desde a sua criação a

Escola Profissional de Enfermagem esteve presente nas páginas do jornal. As notícias identificadas evidenciavam uma nova faceta da formação em enfermagem, feita com rigor e exigência, com alunos empenhados e competentes, elogiados pelos seus professores. A enfermagem ficava assim associada à formação escolar, sancionada pela obtenção do diploma, permitindo a distinção entre profissionais devidamente habilitados e “charlatães”.

O percurso de investigação desenvolvido permitiu-nos verificar que as enfermeiras e a enfermagem estiveram presentes nas notícias do jornal, na produção legislativa e nos debates parlamentares.

Encontrámos nestas fontes algumas referências menos elogiosas, mas elas são em muito menor número do que as que elogiam as enfermeiras e a enfermagem.

Pensamos poder afirmar que os ideais republicanos trouxeram visibilidade à enfermagem laica. A crença no valor da ciência, da qual a medicina se tornou a disciplina por excelência, arrastou a necessidade de tornar a enfermagem uma profissão valorizada socialmente, com profissionais bem preparados.

Também a I Grande Guerra foi um ponto de viragem na enfermagem portuguesa. É a partir de 1918 que a produção legislativa propõe uma regulamentação da profissão e uma maior exigência na formação.

No período em estudo a enfermagem passou duma profissão exercida por pessoal indiferenciado para uma profissão sancionada pela obtenção dum diploma obtido em escolas reconhecidas legalmente. As enfermeiras passaram de “criadas” a profissionais competentes. A enfermagem foi-se tornando uma profissão feminina e passou a ter uma vertente comunitária, necessária na luta pela melhoria da situação sanitária do país. Evidenciou-se uma consciência de classe configurada na existência de publicações, associações profissionais e sindicatos.

O último ponto final de um trabalho não significa o fim das interrogações. Pelo contrário a sua construção foi deixando em aberto novas perspectivas de investigação, que devem agora ser expressas. Apesar de o jornal “Diário de Notícias” se identificar como de abrangência nacional, o facto é que a sua leitura revelou uma realidade urbana, localizada preferencialmente em Lisboa. Sabemos (Tengarrinha, 1989) que a imprensa regional tinha uma expressão e implantação local significativas. Sabemos também que os hospitais da Misericórdia, existentes por todo o país, foram fundamentais na assistência às populações. Como se

viveram nas zonas rurais as mudanças que a enfermagem foi sofrendo? Tiveram visibilidade na imprensa regional? De que forma foi expressa essa visibilidade?

Outra linha de investigação fica em aberto e advém do desejo inicial que originou este trabalho, entretanto abandonado pela morosidade da pesquisa das fontes. Quais as representações associadas à enfermeira e à enfermagem, durante o Estado Novo, no período que decorre entre 1933 e 1964, ano em que a reestruturação do ensino de enfermagem teve em conta, na construção do curriculum, as recomendações da OMS? Haverá continuidade ou, pelo contrário mudanças, nas imagens associadas à enfermeira e à enfermagem, no período da I República e no período do Estado Novo?

Consideramos que o nosso estudo, pela reflexão sobre os discursos produzidos, no passado, sobre as enfermeiras e a enfermagem, constitui um contributo para a reconfiguração do nosso passado. Utilizar como fonte primária principal um jornal diário, de abrangência nacional, devolveu-nos a imagem que a imprensa generalista transmitiu aos seus leitores sobre as enfermeiras e a enfermagem, no período entre 1910 e 1933. Constatámos que a enfermagem teve visibilidade social no passado e isso leva-nos a pensar na importância desse fator enquanto elemento constitutivo do sentido de identidade.

O resgate da memória, o trazer à superfície factos passados, realinhá-los dando-lhes um sentido pela narrativa, permite estruturar a nossa identidade profissional, dá-nos coesão e sentido de pertença enquanto grupo profissional. Sem memória não existimos! O seu resgate remete-nos para a responsabilidade de preservar o nosso sentido de identidade!

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. FONTES

1. Legislação (consultada em <http://dre.pt>)

1910

Decreto, *Diário do Governo* nº 37, I serie de 17 de Novembro.

Decreto com força de lei, *Diário do Governo* nº 41, I serie de 22 de Novembro.

1911

Decreto, *Diário do Governo* nº 98, I serie de 28 de Março.

Decreto, *Diário do Governo* nº 104, I serie de 5 de Maio.

Decreto, *Diário do Governo* nº 122, I serie de 26 de Maio.

Decreto, *Diário do Governo* nº 124, I serie de 29 de Maio.

Decreto nº 2, *Diário do Governo* nº 124, I serie de 29 de Maio.

Diário do Governo nº 135, I serie de 12 de Junho.

Decreto, *Diário do Governo* nº 156, I serie de 7 de Julho.

Decreto, *Diário do Governo* nº 165, I serie de 18 de Julho.

Diário do Governo nº 187, I serie de 12 de Agosto.

Diário do Governo nº 198, I serie de 25 de Agosto.

1912

Decreto, *Diário do Governo* nº 10, I serie de 12 de Janeiro.

Decreto, *Diário do Governo* nº 31, I serie de 7 de Fevereiro.

Decreto, *Diário do Governo* nº 84, I serie de 10 de Março.

Decreto, *Diário do Governo* nº 78, I serie de 3 de Abril.

Decreto, *Diário do Governo* nº 157, I serie de 6 de Julho.

Decreto, *Diário do Governo* nº 177, I serie de 30 de Julho.

Decreto, *Diário do Governo* nº 242, I serie de 15 de Outubro.

Decreto, *Diário do Governo* nº 260, I serie de 5 de Novembro.

1913

Decreto, *Diário do Governo* nº 104, I serie de 6 de Maio.

Decreto, *Diário do Governo* nº 148, I serie de 27 de Junho.

Decreto nº 37, *Diário do Governo* nº 163, I serie de 15 de Julho.

Decreto nº 40, *Diário do Governo* nº 164, I serie de 16 de Julho.

Decreto, *Diário do Governo* nº 261, I serie de 7 de Novembro.

Decreto, *Diário do Governo* nº 288, I serie de 10 de Dezembro.

1914

Lei nº 283, *Diário do Governo* nº 221, I serie de 25 de Novembro.

Decreto nº 1137, *Diário do Governo* nº 226, I serie de 3 de Dezembro.

1917

Decreto nº 3306, *Diário do Governo* nº 139, I serie de 21 de Agosto.

Decreto nº 3307, *Diário do Governo* nº 139, I serie de 21 de Agosto.

Decreto nº 3389, *Diário do Governo* nº 168, I serie de 28 de Setembro.

Portaria nº 1113, *Diário do Governo* nº 175, I serie de 11 de Outubro.

Portaria nº 1124, *Diário do Governo* nº 186, I serie de 27 de Outubro.

Portaria nº 1141, *Diário do Governo* nº 197, I serie de 13 de Novembro.

1918

Decreto nº 4059, *Diário do Governo* nº 73, I serie de-10 de Abril de 1918.

Decreto nº 4563, *Diário do Governo* nº 155, I serie de 12 de Julho.

Decreto nº 4756, *Diário do Governo* nº 18, I serie de 31 de Agosto.

1919

Decreto nº 5295, *Diário do Governo* nº 60, I serie de 24 de Março.

Decreto nº 5736, *Diário do Governo* nº 98, I serie de 10 de Maio.

1920

Decreto nº 6943, *Diário do Governo* nº 183, I serie de 16 de Setembro.

Decreto nº 2544, *Diário do Governo* nº 260, I serie de 21 de Dezembro.

1922

Decreto nº 8369, *Diário do Governo* nº 187, I serie de 11 de Setembro.

Decreto nº 8411, *Diário do Governo* nº 210, I serie de 7 de Outubro.

Decreto nº 8505, *Diário do Governo* nº 244, I serie de 25 de Novembro.

1925

Decreto nº 10915, *Diário do Governo* nº 148, I serie de 6 de Julho.

Decreto nº 9926, *Diário do Governo* nº162, I serie de 21 de Julho.

1927

Decreto nº 14535, *Diário do Governo* nº 245, I serie de 5 de Novembro.

Decreto nº 14803, *Diário do Governo* nº 290, I serie de 30 de Dezembro.

1928

Decreto nº 15497, *Diário do Governo* nº 116, I serie de 23 de Maio.

Decreto nº 15743, *Diário do Governo* nº 164, I serie de 19 de Julho.

Decreto nº 15964, *Diário do Governo* nº 216, I serie de 19 de Setembro.

1929

Decreto nº 16507, *Diário do Governo* nº 42, I serie de 21 de Fevereiro.

1930

Decreto nº 19060, *Diário do Governo* nº 274, I serie de 24 de Março.

1931

Decreto nº 19460, *Diário do Governo* nº 60, I serie de 13 de Março.

Decreto nº 19579, *Diário do Governo* nº 85, I serie de 13 de Abril.

Decreto nº 19740, *Diário do Governo* nº 111, I serie de 14 de Maio.

Decreto nº 20278, *Diário do Governo* nº 204, I serie de 4 de Setembro.

Decreto nº 20376, *Diário do Governo* nº 235, I serie de 12 de Outubro.

Decreto nº 20 395, *Diário do Governo* nº 240, I serie de 17 de Outubro.

2. Debates parlamentares (consultado em <http://debates.parlamento.pt>)

Sessões do Senado da República

Acta nº 153 de 27 Novembro de 1912.

Acta nº 6 de 9 de Dezembro de 1912.
Acta nº 28 de 20 de Janeiro de 1913.
Acta nº 44 de 17 de Fevereiro de 1913.
Acta nº 55 de 4 de Março de 1913.
Acta nº 113 de Dezembro de 1918.
Acta nº 57 de 15 de Julho de 1922.
Acta nº 14 de 4 de Fevereiro de 1925.
Acta nº 45 de 17 de Junho de 1925.
Acta nº 15 de 15 de Janeiro de 1925.

Sessões da Câmara dos Deputados

Acta nº 61 de 26 de Março de 1914.
Acta nº 133 de 28 de Junho de 1914.
Acta nº 27 de 28 de Julho de 1915.
Acta nº 50 de 19 de Agosto de 1915.
Acta nº 36 de 8 de Fevereiro de 1916.
Acta nº 54 de 20 de Março de 1916.
Acta nº 56 de 22 de Março de 1916.
Acta nº 87 de 21 de Junho de 1917.
Acta nº 111 de 1 de Agosto de 1917.
Acta nº 71 de 28 de Abril de 1920.
Acta nº 14 de 17 de Março de 1922.
Acta nº 46 de 17 de Maio de 1922.
Acta nº 48 de 19 de Maio de 1922.
Acta nº 60 de 31 de Maio de 1922.
Acta nº 121 de 1 de Agosto de 1922.
Acta nº 4751 de 8 de Março de 1923.
Acta nº 79 de 10 de Maio de 1923.
Acta nº 129 de 17 de Julho de 1923.
Acta nº 74 de 4 de Junho de 1925.
Acta nº 9 de 22 de Dezembro de 1925.

3. Periódicos

Diário de Notícias, 1910-1933 (jornais diários dos meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro, microfilmados e disponíveis na Biblioteca Nacional).

II. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Enquadramento teórico e metodologia

Bloch, Marc (1997). *Introdução à história*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.

Bonifácio, M. Fátima (1999). *Apologia da História Política*. Lisboa: Quetzal Editores.

Cabecinhas, Rosa. (2004). *Representações sociais, relações intergrupais e cognição social*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Disponível em <http://www.cecs.uminho.pt>

Cannadine, David. (2002). *Que é a história hoje*. Lisboa: Gradiva.

Castro, Paula (2002). *Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Howarth, Caroline (2006). A social representation is not a quiet thing: exploring the critical potencial of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45 (1), 65-86. Disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/2443>

Jodelet, Denise. (1989). Representations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Coord.). *Les représentations sociales* (Cap. 1, pp. 31-61). Paris: Puf.

Marques, António Manuel (2011). *Masculinidade e profissões: discursos e resistências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Mattoso, José (1997). *A escrita da história*. Lisboa: Estampa.

Mattoso, José (2012). O lugar da História. In J. Mattoso. *Levantar o céu - Os labirintos da sabedoria* (pp. 75-89). Lisboa: Temas e Debates.

Moscovici, Serge. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250. Disponível em <http://web.ebschost.com>

Nogueira, Conceição (2001). A análise do discurso. In L. Almeida & E. Fernandes (Edts), *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação psicológicas*. Braga: Centro de Estudos, Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/4355>

Potter, Jonathan & Wetherell, Margaret. (1987). *Discourse and social psychology*. Londres: Sage Publications.

Tengarrinha, José. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Vala, Jorge (1993). Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.). *Psicologia Social* (pp.353-384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Wetherell, Margaret, Taylor, Stephanie, & Yates, Simeon (2001). *Discourse as data: a guide for analysis*. Londres: Sage Publications.

Wood, Linda, & Kroeger, Rolf (2000). *Doing discourse analysis: Methods for studying action in talk and text*. Londres: Sage Publications.

2. História da República Portuguesa (1910 – 1933)

Alves, Jorge Fernandes (2010). Saúde e Fraternidade – A saúde pública na I República. In Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (Edit.). *O Corpo – Estado, Medicina e Sociedade no tempo da I República* (pp. 111-112). (Exposições do centenário da República). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.

Catroga, Fernando (1986). A laicização do casamento e o feminismo republicano. In Actas do colóquio *A mulher na sociedade portuguesa* (pp. 5-22). Coimbra, 20 a 22 de Março 1985. Coimbra: Coimbra Editora.

Catroga, Fernando (2010). *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910* (3ªed.). Lisboa: Casa das Letras.

Esteves, João (1991). *A Liga Portuguesa das Mulheres Republicanas – uma organização política e feminista – (1909-1019)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Esteves, João (2001). Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1ª década do século XX. *Penélope*, nº 25, 87-112.

Ferreira, Francisco António Gonçalves (1990). *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fraisse, Geneviève, & Perrot, Michelle (1991). Introdução. In G. Duby & M. Perrot (Dir.). *História das Mulheres* (Vol. 4 - O século XIX, pp. 9-15). Lisboa: Círculo de Leitores.

Guerra Junqueiro (1967). *Finis Patriae* (7ªed.). Porto: Lello e Irmão. (Obra original publicada em 1890)

Guinote, Paulo (1997). *Quotidianos femininos (1900-1933)*. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Jorge, Ricardo D'Almeida (1885). *Hygiene Social applicada à Nação Portuguesa – conferencias feitas no Porto por Dr. Ricardo D'Almeida Jorge da Escola Médica-Cirurgica*. Porto: Livraria Civilização de Costa Santos Editor.

Jorge, Ricardo D'Almeida (1919). *La Gripe* (Rapport préliminaire présenté à la Commission Sanitaire des pays alliés dans la session de Mars 1919). Lisbonne: Imprimerie Nationale.

Käppeli, Anne-Marie (1991). Cenas Feministas. In G. Duby & M. Perrot (Dir.). *História das Mulheres* (Vol. 4 – O século XIX, pp. 539-577). Lisboa: Círculo de Leitores.

Leal, Ernesto Castro (2009). A transformação política da República: as direitas da direita antiliberal. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 485-501). Lisboa: Tinta-da-china.

Lopes, Maria Antónia (1994). Os pobres e assistência pública. In J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal* (Vol. V.- O Liberalismo, pp. 501-515). Lisboa: Círculo de Leitores.

Marques, Isabel Pestana (2009). Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França (1917-1919). In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 301-318). Lisboa: Tinta-da-china.

Meneses, Filipe Ribeiro (2009). Intervencionistas e anti-intervencionistas. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 267-276). Lisboa: Tinta-da-china.

Mónica, Maria Filomena (1978). *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (a escola primária salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Presença.

Mónica, Maria Filomena (1987). *A queda da monarquia – Portugal na viragem do século*. Lisboa: D. Quixote.

Monteiro, Natividade (2010). Pela Pátria e pela República. As Mulheres Republicanas e a 1ª Guerra Mundial. In T. Pinto (Coord.). *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1ª República*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa e Biblioteca Museu República e Resistência.

Neto, Vítor Manuel Parreira (1996). *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Oliveira Marques, António Henrique (1991). Portugal - da monarquia para a república. In J. Serrão & A. H. Oliveira Marques (Dirs.). *Nova História de Portugal* (Vol. XI). Lisboa: Presença.

Oliveira Marques, António Henrique (1992). Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In J. Serrão & A. H. Oliveira Marques (Dirs.). *Nova História de Portugal* (Vol. XII). Lisboa: Presença.

Osorio, Anna de Castro (1905). *Às mulheres Portuguesas*. Lisboa: Viúva Tavares Cardoso.

Pereira, Ana Leonor; & Pita, João Rui (1994). Ciências. In J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal* (Vol. V-O Liberalismo, pp.653-667.). Lisboa: Círculo de Leitores.

Pereira, Miriam Halpern (2000). As origens do Estado-Providência em Portugal: as novas fronteiras entre o público e o privado. In N. Severiano Teixeira & António Costa Pinto (Coords.). *A primeira República Portuguesa – entre o liberalismo e o autoritarismo* (pp. 47-76). Lisboa: Edições Colibri.

Pimentel, Irene Flunser (2000). *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Pinto, Ana Catarina (2009). Nova estratégia para a República. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 411-419). Lisboa: Tinta-da-china.

Pinto, António Costa (2004). Portugal contemporâneo: uma introdução. In A. C. Pinto (Coord.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Proença, Maria Cândida (2009). A educação. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 169-189). Lisboa: Tinta-da-china.

Ramos, Rui (1994). A segunda fundação (1890-1926). In J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal* (Vol. VI). Lisboa: Círculo de Leitores.

Rosas, Fernando (1994). O Estado Novo (1926-1974). In J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal* (Vol. VII). Lisboa: Círculo de Leitores.

Rosas, Fernando (2009). Introdução. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 9-12). Lisboa: Tinta-da-china.

Rosas, Fernando (2009). A crise do liberalismo oligárquico em Portugal. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 15-26). Lisboa: Tinta-da-china.

Rosas, Fernando (2009). A República e a Grande Guerra. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 247-248). Lisboa: Tinta-da-china.

Reis, António (2009). Epílogo: o fim da Primeira República. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 569-582). Lisboa: Tinta-da-china.

Reis, António (2010). Correntes e círculos culturais contemporâneos da I república. In Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (Edit.). *Viva a República* (pp.169-172). (Exposições do centenário da República). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.

Rollo, Maria Fernanda (2009). Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 27-42). Lisboa: Tinta-da-china.

Samara, Maria Alice Dias de Albergaria (2007). *Operárias e burguesas. As mulheres no tempo da República*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Samara, Maria Alice Dias de Albergaria (2009). A questão social: à espera da “Nova Aurora”. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 149-167). Lisboa: Tinta-da-china.

Samara, Maria Alice Dias de Albergaria (2010). *As Repúblicas da República. História, cultura política e republicanismo*. (Tese de Doutoramento em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/5572>.

Sampayo, Albino Forjaz de (1914). *Lisboa Trágica (aspectos da cidade)*. Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense.

Sardica, José Miguel (2011). *Da Monarquia à República. Pequena história política, social e militar*. Lisboa: Alêtheia.

Serra, João B. (2009). O assalto ao poder. In F. Rosas & M. F. Rollo (Coords.). *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 43-52). Lisboa: Tinta-da-china.

Silva, Regina Tavares (1982). Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX. *Cadernos Condição Feminina*, nº 15. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.

Simões, António Augusto da Costa (1866). *Relatórios de uma viagem científica*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Sousa, Fernando (1990). Introdução. In J. Serrão & A. H. Oliveira Marques (Dirs.). *Nova História de Portugal* (Vol. X. - Portugal e a regeneração, pp. 9-16). Lisboa: Presença.

Thébaud, Françoise (1991). A Grande Guerra, o triunfo da divisão sexual. In G. Duby & M. Perrot (Dirs.). *História das Mulheres* (Vol. 5 – O século XX, pp. 31-93). Lisboa: Círculo de Leitores.

Torres, Eduardo Cintra, & Marinho, Luís (2002). I República – A Sociedade. In E. C Torres & L. Marinho. *O século do povo português*. Lisboa: Ediclube.

Vaquinhas, Irene (2011). A família, essa “pátria em miniatura”. In J. Mattoso (Dir.). *História da Vida Privada em Portugal - A Época Contemporânea*, (pp. 118-151). Lisboa: Temas e Debates.

3. Enfermagem

Bombarda, Miguel (1900). Escolas de Enfermeiros. In *A Medicina Contemporânea*, ano XVIII, serie II, Tomo III, 4 de Março, pp. 69-70.

Bombarda, Miguel (1900). Pias injustiças. In *A Medicina Contemporânea*, ano XVIII, nº19, serie II, Tomo III, 13 de Maio, pp. 151-152.

Bombarda, Miguel (1910). *Enfermagem religiosa*. Lisboa: Junta Liberal

Cabral, José Curry da Camara (1915). *O Hospital Real de S. José e anexos*. Lisboa: Typographia “A Editora Limitada”.

Collière, Marie-Françoise (1999). *Promover a vida: da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem*. Lisboa: Lidel.

Costa-Sacadura, Sebastião Cabral da (1924). A Medicina e a Sociologia. *A Medicina Contemporânea*, ano XLII, nº 49, Série II, Tomo XXVII, 7 de Dezembro, pp.385-391.

Costa-Sacadura, Sebastião Cabral da (1942). *Apontamentos para a história da enfermagem em Portugal. Conferência feita no dia do encerramento dos trabalhos escolares da Escola de Enfermagem Artur Ravara em 12 de Julho*. Lisboa.

Costa-Sacadura, Sebastião Cabral da (1950). *Subsídios para a Bibliografia Portuguesa sobre Enfermagem*. Lisboa.

Costa-Sacadura, Sebastião Cabral da (1942). *Apontamentos para a história da enfermagem em Portugal*. Lisboa.

Nunes, Lucília. (2003). *Um olhar sobre o ombro: enfermagem em Portugal (1881-1998)*. Loures: Lusociência.

Nunes, Lucília. (2009). *Ética: raízes e florescências em todos os caminhos*. Loures: Lusociência.

Nunes, Lucília (2010). História da Enfermagem em Portugal. *Revista da Ordem dos Enfermeiros*, nº 35, 40-42.

Sant-Iago, Frei Diogo de (2005). *Postilla Religiosa, e Arte de Enfermeiros*. Lisboa: Alcalá. (Obra original publicada em 1741)

Silva, Ana Isabel (2008). *A arte de enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Silva, Helena Sofia Rodrigues Ferreira da (2010). *Do curandeiro ao diplomado: história da profissão de enfermagem em Portugal (1886 - 1955)*. (Tese de Doutoramento em História – Área de Conhecimento Idade Contemporânea). Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Disponível em <http://handle.net/1822/11627>

Soares, Maria Isabel (1997). *Da blusa de brim à touca branca: Contributo para a história do ensino da enfermagem em Portugal (1880-1950)*. Lisboa: Educa.

